

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

LUCIENE PEREIRA

**POÉTICA DA CORDIALIDADE
EM NARRATIVAS DE JOÃO GUIMARÃES ROSA**

BELO HORIZONTE

DEZEMBRO/2016

LUCIENE PEREIRA

**POÉTICA DA CORDIALIDADE
EM NARRATIVAS DE JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

Área de concentração:
Literatura Comparada e Teoria da Literatura

Linha de pesquisa:
Literatura, História e Memória Cultural (LHMC).

Prof.^a Orientadora: Dr.^a Myriam Corrêa de Araújo Ávila

**BELO HORIZONTE
DEZEMBRO/2016**



pós-lit
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Faculdade de
Letras - FALE

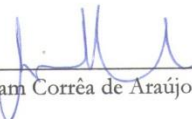


Tese intitulada *Poética da cordialidade em narrativas de João Guimarães Rosa*, de autoria da Doutoranda LUCIENE PEREIRA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

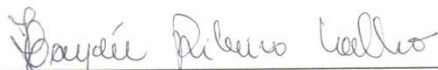
Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



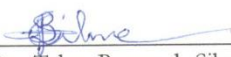
Prof. Dra. Myriam Corrêa de Araújo Ávila - FALE/UFMG - Orientadora



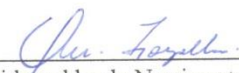
Prof. Dra. Haydée Ribeiro Coelho - FALE/UFMG




Prof. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling - FAFICH/UFMG



Prof. Dra. Telma Borges da Silva - UNIMONTES



Prof. Dr. Dirlenvalder do Nascimento Loyolla - UNIFESSPA



Prof. Dr. Georg Otte
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG
Prof. Dra. Lyslei de Souza Nascimento
Sucoordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Estudos Literários
FALE / UFMG

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2016.

R788.Yp-p Pereira, Luciene.
Poética da cordialidade [manuscrito] : em narrativas de João
Guimarães Rosa / Luciene Pereira. – 2016.
205 f., enc.

Orientadora: Myriam Corrêa de Araújo Ávila.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura
Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 194-203.

Anexos: f. 204-205.

1. Rosa, João Guimarães, 1908-1967. – Crítica e
interpretação – Teses. 2. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982.
– Raízes do Brasil – Crítica e interpretação – Teses. 3. Ficção
brasileira – História e crítica - Teses. I. Ávila, Myriam Corrêa de
Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Letras. III. Título.

CDD : B869.33

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Dr.^a Myriam Ávila, exemplo de competência, por todos os anos de parceria na pesquisa acadêmica.

Agradeço às professoras Dr.^a Cláudia Soares e Dr.^a Heloísa Starling, exímias pesquisadoras, pelas considerações que muito enriqueceram este trabalho, por ocasião da qualificação.

Agradeço aos integrantes da banca de defesa: Professores: Dr.^a Heloísa Starling; Dr.^a Haydée Coelho; Dr.^a Telma Borges e Dr. Dirlenvalder Loyolla pela generosidade na leitura e na reflexão sobre a Poética da Cordialidade realizando contribuições que me proporcionaram uma das tardes mais felizes da minha história.

Agradeço à minha família, por sempre me esperar voltar para casa.

Agradeço ao Gustavo Henrique, minha alegria, pela companhia e motivação no último ano.

Agradeço aos amigos que contribuíram com atenção, disponibilidade e momentos de descontração durante os anos de doutorado.

Para minha mãe Elizabete pela
presença constante, pelo amor,
pelas orações. Para minha sobrinha
Ana Luíza, meu primeiro grande
amor.

RESUMO

O objeto de estudo desta tese são algumas das narrativas elaboradas por João Guimarães Rosa e compiladas nos livros: *Sagarana*, *Primeiras Estórias*, *Estas estórias*, *Ave, palavra*, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*. A análise deste corpus tem a finalidade de verificar até que ponto essas narrativas ajudam a repensar o conceito de homem cordial presente no pensamento sociológico brasileiro, tendo em vista, sobretudo o desenvolvimento deste conceito no ensaio *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (doravante SBH). Dada a inscrição dessas narrativas entre o sertão arcaico e a fundação do ambiente urbano brasileiro, mesmo panorama discutido por SBH, a partir da argumentação desenvolvida, concluiu-se que há um reaproveitamento estético de algumas das principais discussões desenvolvidas por SBH, sobre as raízes da sociedade brasileira. Acredita-se que tal reaproveitamento estético permite que a cordialidade ressoe no corpus analisado, o que nos leva a forjar aqui o qualificativo de poética da cordialidade para as narrativas produzidas por JGR e a enxergar no perfil biográfico desse autor um intérprete do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: cordialidade; narrativas; João Guimarães Rosa; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*.

ABSTRACT

The object of study of this thesis concerns some of the narratives produced by João Guimarães Rosa and compiled in the books: *Sagarana*, *Primeiras estórias*, *Outras estórias*, *Ave, palavra* *Corpo de Baile* and *Grande Sertão: Veredas*. The analysis of this corpus aims to verify to what extent these narratives help to rethink the concept of ‘cordial man’ present in the Brazilian sociological thought, especially the development of this concept in *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda. Given the location of these narratives between the archaic hinterland and the foundation of the Brazilian urban environment, same panorama discussed by SBH, it was concluded from the arguments presented that there is an aesthetic re-use of some of the main arguments developed by SBH on the roots of Brazilian society. It is believed that due to such aesthetic re-use, the concept of cordiality resonates in the analysed corpus, which brings us here to attribute characteristics of the said concept to the narratives produced by João Guimarães Rosa, allowing us to see this author as an interpreter of Brazil.

KEYWORDS: cordiality; narratives; João Guimarães Rosa; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

CAPÍTULO I

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”

I.1. – DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO DE HOMEM CORDIAL

I.1.1 Raízes de uma polêmica sociológica.....	19
---	----

I.2 – UMA GRANDE RESPOSTA A RIBEIRO COUTO

I.2.1 – A cordialidade em <i>Raízes do Brasil</i>	31
---	----

I.3 – “UMA HISTÓRIA DE AMOR...” OU UMA ALEGORIA DO BRASIL

I.3.1 - Manuelzão: um personagem muito cordial.....	38
---	----

CAPÍTULO II

ENTRE OLHAR E VER

II. I – A “VISÃO GERAL” DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS

II.1.1 - Ver com os olhos	58
---------------------------------	----

II. 2.1 – A “VISÃO FILTRADA” DO NARRADOR ROSIANO

II. 2.1.1 “Jardins e riachinhos” e os motivos edênicos	72
--	----

II.2.2 O NARRADOR ROSIANO E AS TRAVESSIAS PERIGOSAS

II.2.2.1 Sarapalha <i>ou</i> sobre como o sertão acaba com a cidade	86
---	----

CAPÍTULO III

“A MEIA-BONDADE MISTURADA COM MALDADE A MEIO”

III.1 “Coraçãoados”: as paixões e as narrativas rosianas	100
III.1.2 Riobaldo e o ser-tão cordial de João Guimarães Rosa	105
III.1.3 Famigerado: civilidade e cordialidade.....	122
III.1.4 Os irmãos Dagobé	128
III.1.5 A hora e a vez de Augusto Matraga	131
III.1.6 Dão-Lalalão (O Devente)	142

CAPÍTULO IV

ROSA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO *OU* O HORROR ÀS DISTÂNCIAS

IV.1 João Guimarães Rosa: da cordialidade à civilidade	153
IV.1.1 Homem, intentada viagem.....	160
IV.1.2 A velha	164
IV.1.3 A senhora dos segredos	168
IV.1.4 Dois soldadinhos mineiros	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

ANEXO

INTRODUÇÃO

Atencioso, sua filosofia é a da cordialidade universal, sincera; mas, em termos¹.

[...] também não creio muito na tal bondade fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, ou piores, do que outros povos. [...] a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência².

¹ ROSA, 1995, p. 1162.

² HOLANDA, 2006, p. 396

O objeto de estudo desta tese são algumas narrativas elaboradas por João Guimarães Rosa (doravante JGR) e compiladas nos livros: *Sagarana*, *Primeiras Estórias*, *Estas estórias*, *Ave, palavra*, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*. A análise deste corpus visa verificar até que ponto a escrita rosiana contribui para repensar o conceito de cordialidade e compreender o sempre muito incompreendido homem cordial.

Para a análise que se propõe, considera-se que JGR retrabalha a discussão sociológica e histórica que, elaborada no âmbito do pensamento brasileiro do século XX, deu formação a toda uma geração de intelectuais do seu tempo e do seu porte. Dessa forma, pôde-se vislumbrar um diálogo entre *Raízes do Brasil* e as narrativas aqui topicalizadas. Razão pela qual se considera que o mito da cordialidade brasileira, que perpassa todo o ensaio buarqueano, pode ser deslindado da constituição de suas narrativas, que parecem pôr em evidência várias faces desse mito.

Algumas das questões que determinaram a delimitação deste tema foram as seguintes: qual a especificidade das narrativas rosianas que torna tão evidente o sentimento de pertencimento da literatura à sua terra, sem recair em regionalismos, mas, antes, transmitindo o sentimento de enraizamento? Qual especificidade torna estas narrativas reveladoras da faceta demasiadamente humana tão peculiar ao seu autor e permite perceber tão claramente as paixões, os vícios e as virtudes oriundas do coração humano, ao lermos Rosa? São interrogações como essas que nos levaram a encontrar na cordialidade, uma resposta, ainda que provisória.

Elegendo a cordialidade como chave interpretativa do *corpus* proposto, confronta-se, com abordagens recentes elaboradas por especialistas brasileiros da crítica sociológica, histórica e literária, o conceito de homem cordial desenvolvido por Ribeiro Couto em sua carta a Alfonso Reyes e por Sérgio Buarque de Holanda (doravante SBH), em *Raízes do Brasil*.

Para discutir o surgimento, cristalização, recriação e importância dos mitos em uma sociedade, sobretudo para discutir o mito da cordialidade na sociedade brasileira, recorreremos aos seguintes autores: Otávio Ianni, no artigo *Tipos e mitos do pensamento brasileiro* (2002) e Jessé de Souza, no livro *A tolice da inteligência brasileira* (2015). Embora diverjam opiniões sobre as discussões sociológicas realizadas no país, esses autores reconhecem a importância dos mitos para a construção da identidade nacional e contribuem para a elucidação acerca do surgimento do mito da cordialidade entre nós.

A fim de discutir as relações entre a cordialidade e a literatura vamos ao encontro do pensamento de João César de Castro Rocha (1998) em *Literatura e Cordialidade*, obra em que o pesquisador manifesta um posicionamento contrário à tese de SBH sobre o desaparecimento do homem cordial brasileiro tão logo ingressássemos na modernidade. Para o pesquisador, o mito da cordialidade marca fortemente a organização social e causa a hipertrofia da esfera privada gerando consequências culturais, entre as quais destaca a instabilidade do espaço público brasileiro e o seu “caráter de faz-de-conta”³ já que, para o autor, esse mito vai além dos traços psicológicos atribuídos ao homem cordial e “impõe sua lógica, fortemente afetiva, a um espaço público real, mas cujo raio de ação é bastante limitado”⁴.

Ainda acerca da presença do homem cordial brasileiro no cenário nacional, também norteiam esta pesquisa os apontamentos realizados sobre o conceito no livro *Brasil: uma biografia*, escrito por Heloísa Starling e Lilia Schwarcz (2015). Os apontamentos realizados pelas pesquisadoras são importantes haja vista que contribuem para a elucidação do conceito de homem cordial pensado por SBH, contribuindo para elucidar o conceito que foi, como afirmam as pesquisadoras, “castigado pelo juízo invertido”.

A vinculação já estabelecida por Kathrin Rosenfield (2011) no ensaio *O Estrangeiro interno de João Guimarães Rosa* entre a sociologia brasileira e as narrativas elaboradas por JGR será também fundamental para o desenvolvimento da argumentação que se pretende, em virtude do caráter pioneiro das análises por ela propostas. Nesse ensaio, a pesquisadora demonstra alguns aspectos do diálogo das narrativas rosianas com os textos sociológicos e com “a reflexão ensaística de Euclides da Cunha, de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, Oliveira Vianna”⁵. Para a pesquisadora, Rosa realiza a fusão de “elementos vivos da cultura brasileira. Ele procura fundir o velho e o novo imaginário do Brasil num mito acre-doce da ambivalência, da cordialidade”. Rosenfield considera que essa fusão permite à obra rosiana revelar “a complexidade do Brasil (o caráter melancólico-saudoso com sua oscilação entre a volúpia e a violência; a cordialidade com suas cumplicidades malignas que permeiam todos os estrados da sociedade; o forte imaginário do clã parental e eleitoral, etc)”⁶.

Para sistematizar a análise proposta, a tese seguirá o seguinte esquema argumentativo: O Capítulo I tem por objeto promover uma revisão teórica sobre o conceito de

³ ROCHA, 1998, p. 172

⁴ ROCHA, 1998, p. 172

⁵ ROSENFELD, 2011, p. 27-28

⁶ ROSENFELD, 2011, p. 28

homem cordial no pensamento brasileiro. Para tanto, a abordagem que se realiza contempla a análise da carta escrita por Rui Ribeiro Couto a Alfonso Reyes em que se cunhou originalmente o conceito. Esta análise principia por uma breve incursão pela biografia destes dois intelectuais que será realizada no sentido de situá-los no panorama da discussão crítica sociológica e antropológica então realizada sobre a dinâmica das raças na América Latina. Posteriormente, demonstra-se como *Raízes do Brasil* elabora uma revisão do conceito estabelecido por Ribeiro Couto no sentido de ampliar o seu alcance para a percepção das raízes que determinaram o surgimento desta figura tipológica neste país. Demonstra-se como a tese da cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda, que transpassa o argumento desenvolvido pelo ensaísta em *Raízes do Brasil*, põs em evidência a ambivalência constitutiva do homem cordial. Verificam-se ainda os desdobramentos da perspectiva buarqueana no pensamento crítico recente, sobretudo aqueles elaborados por João César de Castro Rocha (1998), Jessé de Souza (2015), Helóisa Starling e Lilia Schwarcz (2015). Conclui-se, finalmente, discutindo como, ao enraizar-se no pensamento brasileiro, esta figura tipológica deu origem ao mito da cordialidade, capitaneado de um lado pela acepção de senso comum elabora a partir da ideia de bondade natural e hospitalidade que Ribeiro Couto lhe atribuiu e de outro pelas diversas interpretações do conceito desenvolvido em *Raízes do Brasil*. Estabelece-se, portanto, a base teórica em que se fundamenta o trabalho que se inicia.

A partir do Capítulo II propõe-se evidenciar a presença, nas narrativas rosianas, dos alicerces em que o mito da cordialidade foi concebido no Brasil. Este capítulo inicia-se com uma abordagem comparativa entre a narrativa do diário *Três mil milhas através do Brasil* escrito pelo viajante inglês James W. Wells e a narrativa rosiana, demonstrando a influência das narrativas de viajantes estrangeiros sobre a escrita rosiana e de forma específica, a influência de Wells na escrita de Rosa. Posteriormente, segue-se a análise dos seguintes textos: “Jardim Fechado”, “O riachinho Sirimim”, “Recados do Sirimim”, “Mais meu Sirimim” e “As garças” que compõem a seção “Jardins e Riachinhos” integrante da coletânea *Ave, palavra*. Também deste livro serão analisados: “Terra vis” e “Minas Gerais”. Nesta análise será demonstrado como os motivos edênicos tratados por SBH em *Visão do Paraíso* estão presentes no corpus e levam-nos a acreditar num tratamento estético marcado pela “ética de fundo emotivo” que SBH considerou específica ao homem cordial. Intenta-se demonstrar como esta característica determina o tom das relações estabelecidas entre os personagens das narrativas rosianas em questão e o espaço natural representado nas mesmas.

O Capítulo II contempla ainda uma abordagem do conto “Sarapalha”, pertencente à coletânea *Sagarana*. A análise de cunho comparatista que se pretende será feita à luz do

pensamento de Sérgio Cardoso (2003) Flora Süssekind (2003) e Kathrin Rosenfield (2011) tentando evidenciar as semelhanças, continuidades e discontinuidades existentes entre a constituição formal, ética e estética do conto e do relato de viagens produzido por James Wells, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dado ao homem sertanejo e às formas de vida desenvolvidas nos rincões do país que são representadas nesta narrativa. Verificou-se que, se por um lado, Wells tendia a seguir o itinerário previamente estabelecido de viajante estrangeiro europeu e colonizador, que considerava como indolentes os sertanejos que encontrava pelo caminho, taxando como inapropriada a forma de vida por eles desenvolvida e verificando a falta que faz o imigrante europeu nas terras brasileiras, Rosa irá desenvolver sobre as mesmas situações analisadas por Wells uma outra visão capaz de interrogar a visão pré-estabelecida por Wells e oferecer a esta visão uma resposta criativa capaz de levar à compreensão responsiva acerca do *modus vivendi* do sertanejo no interior de Minas Gerais.

Nesta perspectiva, o objetivo deste capítulo é verificar em que medida há no corpus analisado elementos daquilo que chamamos aqui de uma poética da cordialidade considerando os seguintes fatores: i) a vinculação dos personagens rosianos ao ambiente agrário do sertão que põe em evidência a constituição de uma narrativa que representa os afetos espontâneos que subjazem a este vínculo; ii) a subjetividade dos personagens informada no meio rural e patriarcal que dá ao sertão um tratamento poético, afetivo e estético e iii) uma nova forma narrativa, impulsionada pela representação de um “fundo emotivo extremamente rico e transbordante”⁷ do *modus vivendi* dos sertanejos representados por Rosa.

No Capítulo III analisar-se-ão, à luz do conceito de cordialidade estabelecido por SBH (2006) e de paixão estabelecido por Aristóteles (1999) a constituição dos personagens das narrativas: *Grande sertão: veredas*, “A hora e a vez de Augusto Matraga”, “Famigerado” e “Dão-Lalalão” (O Devente). A argumentação estará centrada na investigação da representação das paixões descritas por Aristóteles em seu Livro II da *Retórica*: quais sejam: a ira, a calma, o amor, amizade, a inimizade, o ódio, a compaixão e a indignação. Intentar-se-á investigar como o narrador, ao assumir a condição de orador (ethos) e ao desenvolver uma argumentação provável (logos), faz suscitar as paixões, que, conforme Aristóteles, não são aprioristicamente boas ou más, mas, sim, são “todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos”⁸. Considera-se que ao suscitar a representação destas paixões, as narrativas rosianas mencionadas consistem em meio de persuasão de que se mune o narrador para fazer variar os julgamentos dos personagens no

⁷ HOLANDA, 2006, p. 160.

⁸ ARISTÓTELES, 1999, p. 124

âmbito da narrativa, bem como dos leitores no âmbito da recepção estética. Partindo da ideia de que os afetos nascem do coração do homem, sendo eles bons ou ruins, considera-se que o Livro II da *Retórica* apresentada por Aristóteles é de importância significativa para a sustentação da tese da poética da cordialidade nas narrativas rosianas. Esta análise leva-nos a discutir acerca da hipótese de que a narrativa dota tais personagens de traços fundamentais descritos por SBH, acerca do homem cordial, e contribuem para a argumentação acerca da poética da cordialidade aqui desenvolvida, quais sejam: i) a resistência dos personagens às normas sociais; ii) a incapacidade dos personagens em submeterem-se a padrões externos de conduta; iii) a incompatibilidade com a noção de estado e com o domínio de disposições universais e impessoais, bem como, iv) a impossibilidade de deslocar o centro de decisões de contato pessoal para instâncias públicas. Todas estas características permitem reconhecer nas narrativas aqui elencadas o desvelamento da ambivalência constitutiva do conceito de cordialidade, tal qual o pensou SBH (2006).

O Capítulo IV constará da análise das narrativas: “Homem, intentada viagem”, “A senhora dos segredos”, “A velha” e “Dois soldadinhos mineiros” pertencentes à coletânea *Ave, palavra*. Para esta análise utilizaremos Rocha (1998), Holanda (2006), Souza (2007, 2011) e Santiago (2008). Considerando tais narrativas exemplos daquilo a que Santiago (2008) concebe como narrativa autoficcional, realiza-se uma breve incursão pelo perfil biográfico de JGR abordando, sobretudo, os dados referentes ao período em que o autor atuou em Hamburgo como diplomata. Considera-se que o corpus em análise apresenta várias características da autoficção e, por esta razão, tematiza o tráfego do autor referencial entre as esferas do público e do privado no âmbito da sua atuação profissional na Alemanha, tal qual o homem cordial diagnosticado por SBH (2006). Nesta perspectiva, demonstra-se como a visão desenvolvida por JGR acerca da condição humana é fundamental para o tratamento ético e estético da questão da perseguição dos judeus na Alemanha nazista, haja vista que é esta visão humanista que permitirá ao autor trafegar entre a racionalidade e a passionalidade na sua atuação como diplomata em Hamburgo e é exatamente a mesma visão que o permitirá demonstrar que se a cordialidade não é a melhor forma de pautar as ações em um ambiente conflituoso como o que viveu em Hamburgo, a racionalidade não era por si suficiente para garantir a sua atuação em prol daqueles que se lhe apresentavam no consulado em busca de auxílio às perseguições. Demonstra-se como o corpus escolhido retrabalha essa questão biográfica do autor e oferece uma chave de interpretação para a questão da cordialidade tal qual a tematizou SBH insinuando que se as bases de uma nação cordial não permitem a entrada para a modernidade, não é possível também sair dos conflitos modernos, tal qual a

perseguição nazista, sem que o homem se paute também por uma ética de fundo emotivo, dominando as paixões geradoras da intemperança e agindo conforme aquelas paixões geradoras do bem, da justiça e da compaixão, tal qual o fez JGR em seu exercício da diplomacia.

A partir do conjunto das narrativas analisadas nesta tese, acredita-se que a poética rosiana ajuda a repensar aspectos ainda não plenamente abordados a respeito do conceito de homem cordial, uma vez que Rosa, ao construir seus personagens como “figuras plausíveis de seriedade, da sinceridade”⁹, parece nos oferecer uma projeção das várias faces do enigmático e controverso homem cordial.

Razão seja dada a Rosenfield para quem Rosa é não apenas um homem das letras, mas um intérprete do Brasil uma vez que se atém à abordagem dos “afetos espontâneos ligados ao mundo agrário, a um modo de vida, social e familiar, que repousa sobre a terra”¹⁰ e é capaz de revelar em suas narrativas “alicerces históricos brasileiros da sensibilidade e do imaginário que o desenvolvimento político, social e econômico tinha abalado e soterrado”¹¹.

⁹ ROSENFELD, 2011, p. 24

¹⁰ ROSENFELD, 2011, p. 21

¹¹ ROSENFELD, 2011, p. 22

CAPÍTULO I

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”¹²

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos.

[...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas¹³.

¹² ROSA, 1995, p. 231.

¹³ HOLANDA, 2006, p. 69.

I.1. – DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO DE HOMEM CORDIAL

I.1.1 Raízes de uma polêmica sociológica

Muito se discute no Brasil acerca do conceito de homem cordial originário da carta escrita por Rui Ribeiro Couto a Alfonso Reyes. Rui Ribeiro Couto nasceu em Santos, São Paulo em 1898 e faleceu em Paris em 1963. Exerceu várias funções como diplomata em Marselha, Paris, Lisboa, Holanda e Iugoslávia. Como escritor, foi poeta herdeiro do Simbolismo, tendo recebido prêmio internacional na França¹⁴, foi contista e romancista, escrevendo dezenas de livros¹⁵. Formou-se em direito, foi jornalista do *Jornal do Commercio*, *Correio Paulistano*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *A Província*, além de ter sido ocupante da cadeira 26 da Academia Brasileira de Letras, a partir do ano de 1934¹⁶.

Alfonso Reyes nasceu em Monterrey, capital do estado mexicano Nuevo León em 1889 e faleceu em 1959. Apresentou uma carreira intelectual semelhante à de Ribeiro Couto. Formou-se em advocacia, foi professor universitário de literatura, líder do grupo Ateneu da Juventude, ocupado em discutir o México moderno e também se consagrou como poeta, escritor e ensaísta, além de ter sido diplomata por mais de duas décadas na Espanha, França, Argentina e no Brasil onde permaneceu entre 1930 e 1936¹⁷.

Natally Vieira Dias (2013) destaca que o exercício da diplomacia no Brasil, por parte de Alfonso Reyes “se inscrevia no âmbito de uma ampla estratégia propagandista do México revolucionário no continente”¹⁸. Para efetivar esta campanha “a estratégia oficial mexicana incluiu o estreitamento de laços diplomáticos e culturais com os países latino-americanos como uma espécie de ‘retaguarda internacional’ da Revolução, frente à ameaça estadunidense”¹⁹. Conforme Dias (2013),

¹⁴ A respeito deste poeta já lembrara Abdala Júnior: Ribeiro Couto “foi poeta de presença marcante não apenas entre os portugueses, mas também nos países africanos colonizados por Portugal. Foi por meio dele que os africanos e portugueses descobriram os poetas modernistas brasileiros e também nossa prosa de ficção (Érico Veríssimo e os escritores nordestinos. ABDALA JÚNIOR, 2004, p. 9-20

¹⁵ Cf. <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/literatura/ribeiro_couto/bibliografia.htm>. Acessado em 29/10/2015

¹⁶C.F. Biografia de Ribeiro Couto. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D263/biografia>> Acessado em 29/10/2015.

¹⁷ DIAS, 2013, p. 101

¹⁸ DIAS, 2013, p. 101

¹⁹ N.A. Uma das facetas da Revolução Mexicana foi o anti-imperialismo, particularmente voltado contra a ingerência dos Estados Unidos no México. Durante o processo revolucionário a ameaça da potência continental havia se materializado na invasão do porto mexicano de Vera Cruz por marines estadunidenses, em 1914, com o objetivo de por fim à guerra civil e garantir as propriedades norte-americanas no país vizinho. Para evitar uma guerra entre os dois países do norte, os governos da Argentina, Brasil e Chile propuseram uma mediação

O escritor tornou-se estrela de primeira grandeza do cenário intelectual mexicano durante a primeira metade do século XX e, indiscutivelmente, deve ser enquadrado como parte da elite intelectual latino-americana, entendendo-se o termo no sentido usado por Carlos Altamiro, ‘não para sugerir uma orientação aristocratizante, mas para indicar um lugar [privilegiado] no diferenciado espaço da cultura’²⁰

Ainda conforme essa pesquisadora, a embaixada de Alfonso Reyes no Rio de Janeiro consistiu no “ápice de sua carreira diplomática e também o apogeu da estratégia de projeção do México revolucionário no Brasil”²¹. Como intelectual, Reyes ocupou-se de encontrar várias formas de aproximação cultural com a “inteligência americana”, entre elas, o “uso do próprio espaço da casa em que vivia no Rio”, para receber “diplomatas artistas e escritores”, “a troca de correspondência com intelectuais brasileiros entre os quais se destacam Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho e Ribeiro Couto” e, um dos marcos mais significativos de sua estadia no Brasil, que foi a fundação da revista *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes*²², que contou com 14 edições. Sobre esta revista, Cecília Laura Alonso (2006) destaca que:

MONTERREY, correo literario de Alfonso Reyes foi publicado pela primeira vez em junho de 1930, no Rio de Janeiro, tendo o 2º e o 3º números lançados nesse mesmo ano. Por sinal, o 2º número foi impresso duas vezes, já que, na primeira edição, por um erro de grafia no nome de um amigo seu, queimou todos os exemplares e mandou imprimir-los novamente. Em 1931, publicou-se do 4º ao 7º número; em 1932, o 8º e 9º; em 1933, o 10º; em 1934, o 11º; em 1935, o 12º; em 1936, o 13º (último no Brasil); e em 1937, o 14º, em Buenos Aires²³.

Na edição número oito, de março de 1932, na seção “Epistolário” figurará a carta escrita por Ribeiro Couto a Alfonso Reyes, em que surge o conceito de homem cordial²⁴. A

diplomática, que ficou conhecida como ABC, em referência às iniciais dos três países sul-americanos. Sobre a estratégia propagandista do México revolucionário no continente, consultar YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes: Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana em el Rio de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997. In: DIAS, 2013, p. 101.

²⁰ N.A. Cf. ALTAMIRO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales em América Latina I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 14. In, DIAS, 2013, P. 99.

²¹ DIAS, 2013, p. 102

²² N.A Cf. ELLISON, Fred. P. *Alfonso Reyes e o Brasil*. Um mexicano entre os cariocas. Rio de Janeiro: Consulado General de México/Topbooks, 2002, p. 40, *apud* DIAS, 2013, p. 102

²³ ALONSO, 2006, p. 16

²⁴ Cf carta em anexo.

carta havia sido escrita um ano antes, em 7 de março de 1931, no âmbito do primeiro modernismo, nove anos após a semana de 1922.

Ribeiro Couto inicia a carta a Reyes elaborando uma opinião absolutamente contrária ao ideal de pureza das raças difundido pelas teorias naturalistas oriundas do continente europeu, de meados do século XIX e que ingressaram tardiamente no pensamento brasileiro, encontrando por aqui ampla ressonância no período compreendido entre 1870 e 1930. Conforme Schwarcz (1994), estas teorias apresentavam uma concepção pejorativa de mestiçagem e:

não se resumiam, porém, ao olhar que vinha de fora, aos inúmeros naturalistas que aqui estiveram. Internamente o tema se reproduzia a partir de diferentes locais. Nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, raça aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. ‘Formamos um paiz mestiço...somos mestiços se não no sangue ao menos na alma’, definia o crítico literário Sílvio Romero (1888), da Escola de Recife, ao comentar ‘a composição étnica e anthropologica singular’ da população brasileira²⁵.

Relembra a pesquisadora que neste momento em que o discurso racial estava amplamente vinculado ao projeto nacionalista, a utopia de “branqueamento” da nação era não apenas sonho tropical, mas única “perspectiva, saída e solução”, nas palavras de João Batista Lacerda²⁶. Desta forma, se os modelos evolucionistas elogiavam o progresso e a civilização, concluíam que “a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levaria à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade”²⁷. No plano das ideias, a pesquisadora destaca a “incômoda” situação dos intelectuais “que oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a verificação de que o país, pensado nesses termos, era inviável”. Relembra as palavras de Roberto Ventura que também a este respeito pondera: “devia ser difícil abrir mão da crítica externa e de uma certa internacionalização desse tipo de visão estrangeira a respeito do Brasil como país aberrante”²⁸.

Ribeiro Couto, por seu turno, distanciando-se das teorias raciais do século XIX, Distanciando-se das teorias raciais do século XIX, afirma a necessidade de desvincular o que chama de “verdadeiro americanismo” de um “purismo étnico local”, que considera primitivo, associando-se à “ideia americanista sustentada por Alfonso Reyes” contraposta também à

²⁵ SCHWARCZ, 1994, p. 137

²⁶ LACERDA, João Batista. *Sur le métis au Brésil*. Rio de Janeiro, José Olympio, (1ª ed. 1936), 1979 in: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652>> p. 138, 1979 p. 138 apud, SCHWARCZ, 1999, p. 138.

²⁷ SCHWARCZ, 1999, p. 138.

²⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, apud SCHWARCZ, 1999, p. 139.

“ideologia oficial mexicana, cuja marca era uma forte retórica indigenista”²⁹. Note-se que esta crítica mexicana é também um procedimento comum à crítica literária modernista brasileira contrária aos fundamentos do romantismo que deram origem ao ideal do indianismo, caracterizado por Antônio Cândido como “fenômeno de adolescência nacionalista na literatura brasileira”³⁰.

Desta feita, Ribeiro Couto destituiu o índio brasileiro de sua aura de herói mítico a que foi elevado no romantismo e também da sua aura de “elemento simbólico da pátria”³¹, figura tipológica solidamente estabelecida na imagem do nobre selvagem cunhada pelo romantismo assemelhando-o “ao cavaleiro medieval, embelezando os seus costumes, emprestando-lhes comportamento requintado e suprema nobreza de sentimentos”, dando “ao brasileiro a ilusão compensadora de um altivo antepassado fundador, que, justamente por ser idealizado como arbítrio, satisfaz a necessidade que um país jovem e em grande parte mestiço tinha de atribuir à sua origem um cunho dignificante”³². No indianismo, o autóctone e o colonizador são sujeitos divergentes e conflituosos que devem ser mantidos à distância para que se preserve o sentido da nacionalidade nascente.

Ribeiro Couto destituiu o índio de sua posição de destaque para elevar aquele que considera a nova contribuição da América Latina ao mundo, quem seja: o homem cordial. Na troca de figurinhas tipológicas, em substituição ao homem natural, o homem cordial é compreendido por Ribeiro Couto como fruto da união harmoniosa do europeu e da raça primitiva.

Relembre-se que essa idealização da mestiçagem também foi uma concepção amplamente debatida no modernismo e determinou as investigações científicas desenvolvidas no Brasil a partir do século XX. Essas discussões encontrarão expressividade exponencial no *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade, documento que, tendo sido publicado em 1928, três anos antes da escrita da carta de Ribeiro Couto, “elabora uma interpretação fecunda da cultura brasileira como assimilação destruidora da cultura europeia, com vistas a uma civilização desrecalcada e anti-autoritária”³³. Observe-se pois, o descompasso da interpretação do diplomata brasileiro com a nascente crítica modernista, que àquela altura já antecipava vieses calorosos do debate da crítica pós-moderna relacionada à formação cultural,

²⁹ DIAS, 2013, p. 109

³⁰ CÂNDIDO, 1999, p. 37

³¹ CÂNDIDO, 1999, p. 37

³² CÂNDIDO, 1999, p. 37

³³ CÂNDIDO, 1999, p. 68

antropológica e sociológica da América Latina, no que se refere à tentativa de desconstrução de discursos etnocêntricos e de explicação do choque cultural promovido pelo colonialismo entre as matrizes raciais que compõem a sociedade brasileira, demonstrando as violências atrozess específicas ao genocídio a que foram submetidos os povos ameríndios, bem como deslindando a história apócrifa de desterritorialização, escravidão e tentativa de aculturação a que foram submetidos os povos africanos trazidos para o Brasil. Verifiquemos como isso se estabelece na carta em si:

É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o ‘sentido americano’ (latino), a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem Cordial. Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial.

É notório que em sua carta Ribeiro Couto faz um elogio à mestiçagem latino-americana pela união das matrizes europeia, autóctone e africana, ainda na tentativa de denunciar a ideia fora do lugar das purezas das raças que se estabeleceram no continente americano. O que não se pode disfarçar nem conceber é que àquela altura o intelectual ainda deixasse o seu discurso se contaminar pelas práticas enunciativas naturalistas que concebiam a personagem feminina das matrizes indígenas e africanas sob uma visão estigmatizada, fortemente marcada pelos traços da sensualidade e do impudor. Observe-se:

O fato, porém, é que se não somos latinos, nós, oriundos da aventura peninsular celtibérica em terras americanas (alimentada pelas redes nupciais de índias bravias e pela sensualidade dócil de negras fáceis), se não somos latinos, somos *qualquer coisa* de muito diferente pelo espírito e pelo senso da vida cotidiana³⁴.

Ademais, o que se lamenta na carta do diplomata brasileiro é a ingenuidade da abordagem psicologizante com a qual reveste o homem cordial. Ribeiro Couto fala-nos muito positivamente de uma “Família dos Homens Cordiais” distintos do restante da humanidade por serem portadores de “duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade”. A ênfase de Ribeiro Couto a estas características fundará a concepção de homem cordial numa perspectiva monossignificativa vinculada ao ideais de bondade natural. As duas características fundamentais atribuídas por Ribeiro Couto ao homem cordial foram assim justificadas:

³⁴ COUTO, 1987, p. 30

Somos povos que gostam de conversar, de fumar parados, de ouvir viola, de cantar modinhas, de amar com pudor, de convidar o estrangeiro a entrar para tomar café, de exclamar para o luar em noites claras, à janela: – Mas que luar magnífico! Essa atitude de disponibilidade sentimental é toda nossa, é ibero-americana... Observável nos nadas, nas pequeninas insignificâncias da vida de todos os dias, ela toma vulto aos olhos do crítico, pois são índices dessa Civilização Cordial que eu considero a contribuição da América Latina ao mundo.”

O conceito de homem cordial estabelecido por Ribeiro Couto evidencia uma idealização com vistas à desconstrução do discurso colonizador, numa tentativa de restituir ao homem latino-americano a sua originalidade no estabelecimento de relações pessoais, taxada como inapropriada e desviante dos parâmetros desejáveis europeus. Da mesma maneira, a formação do sintagma Civilização Cordial revela uma tentativa de recuperar da periferia e da subalternidade as culturas dos povos latino-americanos vítimas do ostracismo a que foram relegados por submissão e opressão por parte da cultura europeia, reafirmando a diferença da cultura destes povos de forma positiva numa tentativa de conciliação das diferenças entre latinos e europeus, algo impensado no processo de dominação eurocêntrico. Assim estabelecida a primeira figuração tipológica do homem cordial, este conceito tornar-se-á a matriz fundamental para o enraizamento no pensamento social brasileiro do mito brasileiro da cordialidade. Notoriamente, a história e a sociologia brasileira se encarregaram de dar aos naturalistas a merecida resposta. Afinal, hoje, rasurado o sinal de atraso e subdesenvolvimento da mistura das raças que subtraía a nossa identidade no cálculo previsto pelos intérpretes da formação social brasileira, Schwarcz lembra que “de tanto misturar cores e costumes, fizemos da mestiçagem uma espécie de representação nacional”³⁵. Ainda refletindo a este respeito, Lilian Schwarcz e Helóisa Starling (2015) constatarem que:

é inegável que essa mesma mescla, sem igual, gerou uma sociedade definida por uniões, ritmos, artes, esportes, aromas, culinárias e literatura mistas. Talvez por isso a alma do Brasil seja crivada de cores. Nossos vários rostos, nossas diferenciadas feições, nossas muitas maneiras de pensar e sentir o país comprovam a mescla profunda que deu origem a novas culturas, porque híbridas de tantas experiências. Diversidade cultural, expressa no sentido unido do termo, é quiçá uma das grandes realidades do país, totalmente marcado e condicionado pela separação mas também pela mistura que resulta desse processo longo de mestiçagem³⁶.

³⁵ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15

³⁶ SHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15

Jessé de Souza (2015) argumenta, contudo, que a imagem da ‘identidade’ do brasileiro, como ‘o encontro de raças’ é tão velha quanto a Independência do Brasil, haja vista que “José Bonifácio já percebia a necessidade prática de se criar uma fonte de solidariedade social, além do poder local e pessoal dos donos de terra e gente, ou seja, a partir de um ‘mito nacional’ para a jovem nação que se constituía”³⁷. Afinal, todas as sociedades desenvolvem-se à sombra de ideias. Tais ideias, sistematizadas, dão origem aos mitos, o que o autor considera extremamente profícuo, haja vista que “é importante as pessoas sentirem que estão no mesmo barco”³⁸. Carlos Freitas (2011), refletindo sobre o pensamento de Jessé de Souza, afirma que:

Os mitos são sistemas de ideias que fornecem um conjunto de sentidos e interpretações acerca de determinadas experiências intersubjetivas que são históricas e culturais. São verdadeiras fontes de solidariedade coletiva, uma vez que fornecem sentidos compartilhados, o intercâmbio simbólico de imagens e representações sociais, geradores de sentimentos de identificação social e pertencimento grupal³⁹.

Souza (2015) recorda que foi a partir de Gilberto Freyre, do ‘romance de identidade nacional’ chamado *Casa grande & senzala*, publicado originalmente em 1933, e de toda a sua obra posterior que o Brasil contemporâneo pôde ter consciência de si mesmo. Para o pesquisador:

foi apenas quando Freyre inverteu a fórmula ‘racista científica’, que condenava a nação de mestiços a um futuro sombrio, que a ‘identidade nacional’ passou a ser um elemento de extraordinário sucesso, tomando corações e mentes de brasileiros de norte a sul. Foi Freyre, afinal, o primeiro a articular a tese do ‘mestiço *is beautiful*’, permitindo interpretar a miscigenação visível e palpável da sociedade brasileira como uma ‘virtude cultural’ –quando durante todo o século XIX e até os anos 1930 era considerado por todos como nosso principal defeito – e sinal, ‘empiricamente verificável nas ruas’, da suposta tolerância e abertura cultural brasileira. Foi Freyre, portanto, quem construiu o ‘vínculo afetivo’ do brasileiro com uma ideia de Brasil, em alguma medida, pelo menos, ‘positiva’, com a qual a nação e seus indivíduos podiam se identificar e se autolegitimar⁴⁰.

Freitas (2011) faz coro com Souza (2015) na observação de que o problema que reside na construção dos mitos nacionais é o fato de que são “formas impostas”, sem que haja

³⁷ SOUZA, 2015, p. 19-20

³⁸ SOUZA, Jessé. O homem cordial é um mito construído pela elite. GGN: o jornal de todos os brasis. Publicado em 23.11.2015. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/homem-cordial-e-um-mito-construido-pela-elite-jesse-souza>. Acessado em 15.10.2016.

³⁹ FREITAS, Carlos. O mito da brasilidade como “conto de fadas” ideológico para brasileiros. Publicado em 24.10.2011. Disponível em: <http://www.substantivoplural.com.br/o-mito-da-brasilidade-como-%E2%80%9Cconto-de-fadas%E2%80%9D-ideologico-para-brasileiros>. Acessado em 15.10.2016

⁴⁰ SOUZA 2015, p. 18-19.

uma reflexão profícua acerca da origem e da sua consistência, sendo forjados arbitrariamente pela elite e disseminados de forma a assegurar “os ‘interesses’ objetivos (materiais e simbólicos) de produção e reprodução das posições sociais dominantes”⁴¹. É essa também a opinião de Freitas (2011) acerca do que chama de “mito da brasilidade”. Para ele, esse mito veicula a ideologia das elites e esta ideologia caracteriza-se pela:

crença de que o tipo humano brasileiro apresenta uma atitude emocional fortemente inclinada para práticas personalistas, sensualistas e sentimentais e compõem a autoimagem do brasileiro sobre si mesmo. Não obstante, o mito da brasilidade pode assumir formas variantes e derivadas do seu mesmo núcleo de ideias. É o caso do mito da mestiçagem (Gilberto Freyre), do mito da cordialidade (Sergio Buarque de Holanda) e do mito da cultura do jeitinho brasileiro (Roberto Damatta). Todos eles, reforçando estereótipos e essencializações naturalizadoras acerca da personalidade, do modo de ser e de se comportar do brasileiro. Como se toda a heterogeneidade cultural, comportamental e emocional pudesse ser compatibilizada naquelas categorias classificatórias da identidade brasileira. E mesmo quando se reconhece uma heterogeneidade cultural em nossa sociedade (o caso da Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro), observamos outro tipo de essencialização naturalista, a de tratar a civilização brasileira como um tipo societal “híbrido” ou “único” no mundo⁴².

Octávio Ianni (2002), ao contrário de Souza (2015), vê com bons olhos a tradição sociológica brasileira. Para ele, essas interpretações confirmam a sua hipótese de que o Brasil “é uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso da história moderna em busca de articulação, direção”⁴³. Entre as inúmeras interpretações que tentam responder a questionamentos sobre “o que foi, o que tem sido e o que poderá ser o país”⁴⁴, Ianni destaca a perspectiva “tipológica”: uma das mais originais e marcantes interpretação que elaboram uma “visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, tais como o “homem cordial”, “Macunaíma”, “Martim Ceceê”, Saci Pererê”, Pedro Malazarte”, “preguiça”, “luxúria”, “Jeca Tatu”. Ianni chama a atenção para o fato de que com alguns destes tipos se constroem mitos e mitologias”⁴⁵.

Para o autor:

A perspectiva ‘tipológica’ focaliza a realidade social ou a história do país em termos principalmente culturais, com nítidos ingredientes psicossociais. E focaliza a sociedade, a política e a cultura, seja em termos de estudos de ciências sociais, seja em termos de narrativas literárias, como setores ou círculos que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas

⁴¹ FREITAS, 2011.

⁴² FREITAS, 2011

⁴³ IANNI, 2002, p. 180

⁴⁴ IANNI, 2002, p. 178

⁴⁵ IANNI, 2002, p. 180

próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos⁴⁶.

É importante notar a vinculação que se estabelece entre as figuras tipológicas elencadas por Ianni e a literatura brasileira numa tentativa clássica de estabelecer uma narrativa da nação, uma literatura-nação, capaz não exclusivamente de traçar um retrato do país, como se fez no início da consolidação do sistema literário entre nós, mas também capaz de transfigurar este retrato, problematizando a realidade histórica, transformando-a em misto de ficção e documento, em que as pistas falsas semeadas pelo autor na elaboração das narrativas levam-nos ao ponto de interrogar o produto que temos em mão, sem saber ao certo onde começa a história e até onde vai a literatura, incertos em saber se a nação representada é realidade ou ficção, país ou personagem, matéria ou alma.

Nesta perspectiva, podemos reconhecer mais uma vez a importância de *Raízes do Brasil* em que o homem cordial – assim como o aventureiro e o trabalhador, o semeador e o ladrilhador – consiste em uma figura tipológica como um dos muitos outros que povoam o pensamento social brasileiro, estabelecendo-se “no sentido de fortemente determinado pelas emoções, a subjetividade, o coração (*córdis*), um tanto alheio ou mesmo avesso ao ‘racional’⁴⁷.

Ianni destaca ainda que os tipos brasileiros “se criam e recriam” no decorrer do desenvolvimento do pensamento social, tal como se processou a mutabilidade do conceito de Ribeiro Couto para SBH. Essa mutabilidade deve-se, naturalmente, em virtude do que estas figuras tipológicas estabelecem “raízes na sociedade, cultura e história, desde uma dada perspectiva intelectual, um dado estilo de pensamento”⁴⁸. É em virtude deste enraizamento na “formação sociocultural, político-econômica e psicossocial brasileira” que o tipo consegue alçar a categoria de mito. Podemos dizer que é exatamente isso o que ocorre com o homem cordial brasileiro. Hoje a concepção que temos de cordialidade pode perfeitamente ser compreendida como decorrência do enraizamento no pensamento social brasileiro da concepção de homem cordial. Afinal, conforme Ianni,

⁴⁶ IANNI, 2002, p. 180

⁴⁷ IANNI, 2002, p. 181

⁴⁸ IANNI, 2002, p. 182

Em muitos casos, torna-se difícil, ou mesmo impossível, distinguir o ‘tipo’, enquanto explicação do ‘mito’, enquanto fórmula ideológica de reiteração. São frequentes os casos de metamorfose do tipo em mito. À medida que se reiteram as formulações, oralmente e por escrito, já que alguns textos notáveis são lidos e relidos, comentados e repetidos, pode ocorrer um processo de ideologização ou reificação. O conceito pode adquirir uma abrangência e uma constância que transcende bastante, ou muitíssimo, o contexto ao qual estaria originariamente referido. A partir de certo momento, ‘Macunaíma’ pode revelar-se um mito, tanto quanto o ‘homem cordial’⁴⁹.

O pesquisador observa ainda que é recorrente a impressão de que a história brasileira “se traduz e se reduz a uma coleção de mitos originários de tipo que teriam sido elaborados no empenho de ‘compreender’ ou ‘explicar situações, acontecimentos, dilemas, perspectivas’⁵⁰. É curioso também o fato lembrado pelo autor de que transformando-se o tipo em mito, isto é, quanto mais enraizado estiver o tipo brasileiro no pensamento social, mais “acentua-se a distância entre a realidade e o tipo e, mais ainda, entre a realidade e o mito. Assim, a realidade desloca-se, afasta-se, evapora-se, torna-se inofensiva”⁵¹. Não obstante, pontua o pesquisador:

Os tipos e os mitos podem ser formas de conhecimento, modulações do discernimento, sem prejuízo de outros significados e conotações. Podem ser signos, símbolos ou emblemas, conceitos ou metáforas, categorias ou alegorias, com as quais se taquígrafam situações, acontecimentos e impasses ou fabulações, exorcismos e sublimações. Em todos os casos, há sempre alguma contribuição para o conhecimento da realidade e seu imaginário tanto para o seu desvendamento como para o seu encobrimento. Mesmo quando uns e outros enfatizam apenas aspectos da situação ou acontecimento, mesmo esquecendo outros aspectos, ainda assim, nesses casos, ocorre alguma forma de esclarecimento⁵².

Edgar Salvadori de Decca em conversa com Silviano Santiago encontrou “muita familiaridade e aproximação do texto *Raízes do Brasil* e o texto de Octávio Paz”, no que diz respeito ao livro *Signos em Rotação* que confirma o fragmento acima de Octávio Ianni:

Antes de ter existência própria, começamos por ser uma idéia europeia (...) A Europa é o fruto, de certo modo involuntário, da história europeia, enquanto nós somos a sua criação premeditada. Na Europa, a realidade precedeu o nome. A América, pelo contrário, começou por ser uma idéia (...) O nome que nos deram nos condenou a ser um mundo novo. Terra de eleição do futuro, antes de ser, a América já sabia como iria ser. Mal se transplantou para nossas terras, o imigrante europeu já perdia a sua realidade história: deixava de ter

⁴⁹ IANNI, 2002, p. 184-185

⁵⁰ IANNI, 2002, p. 185

⁵¹ IANNI, 2002, p. 185

⁵² IANNI, 2002, p. 185

passado e convertia-se em projétil para o futuro (...) Um ser que não tem passado, que não tem mais do que futuro, é um ser de pouca realidade. Americanos homens de pouca realidade, homens de pouco peso. Nosso nome nos condenava a ser projeto histórico de uma consciência alheia: a europeia⁵³.

Diferentemente de Octávio Ianni, Schwarcz e Starling (2015) chamam de “ideologia do senso comum” à concepção corrente que se estabeleceu no Brasil sobre o homem cordial advinda da recorrente demanda da sociedade brasileira pela apropriação, popularização e mitificação do conceito de homem cordial, que promoveu um juízo invertido do conceito elaborado por SBH. A respeito das ideologias, as autoras afirmam que:

boas ideologias são, pois, como tatuagem ou ideia fixa: parecem ter o poder de se sobrepor à sociedade e gerar realidade. De tanto escutar, acabamos acreditando nesse país onde é bem melhor ouvir dizer do que ver. Temos construído uma imagem tantas vezes sonhada de um país diferente – por conta da imaginação, da alegria e de um jeito particular de enfrentar dificuldades -, que acabamos nos espelhando nela. Ora, tudo isso pode ser muito bom e vale um retrato⁵⁴.

Souza (2015), por sua vez, considera que

é importante perceber que o objetivo de um ‘mito nacional’ é produzir solidariedade social a criar um elo comum entre os nacionais, ainda que seja produto da fantasia. O necessário é que as pessoas ‘acreditem nele’. O ‘mito’, portanto, não possui compromisso com a ‘procura da verdade’, o que o diferencia da ciência⁵⁵.

É preciso deixar claro que, no trabalho que se propõe nesta tese, não se intenta verificar a validade científica das hipóteses de SBH para a sociologia. Antes, nosso objetivo é averiguar até que ponto é possível que as narrativas de João Guimarães Rosa, representem as questões sociológicas e históricas subjacentes ao mito da cordialidade brasileira. Nessa perspectiva, intenta-se evidenciar a representação no *corpus* das características fundamentais ao homem cordial, tais como a impessoalidade, a indistinção entre o público e o privado, a ligação ao universo agrário e a uma ética de fundo emotivo do qual transborda toda sorte de afetos.

Essa intenção ancora-se nas discussões iniciadas por Kathrin Rosenfield (2011) a partir da afirmação da pesquisadora de que “sob o véu da universalidade, Rosa nos introduz

⁵³ PAZ, Octávio. Signos em rotação. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990, p. 127, *apud* DECCA, 2006, p. 151

⁵⁴ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 18

⁵⁵ SOUZA, 2015, p. 27

no labirinto do sertão (físico e moral, geográfico e metafísico) brasileiro” fazendo ecoar em suas narrativas “afetos que ainda têm grande poder sobre as estruturas sociais no Brasil atual”⁵⁶. A condição de uma estrangeira em solo brasileiro permitiu à pesquisadora reconhecer o diálogo de Rosa com a tradição sociológica. Ela afirma que: “poderia ter aprendido tudo isto [toda a discussão sociológica] rapidamente com Gilberto Freyre e SBH. Mas afirma: é uma coisa saber consciente e intelectualmente, e outra, conhecer “no sentido bíblico”, ou seja conhecimento obtido “de modo afetivo”. Pois que:

o conhecimento poético faz sentir de novo, viver de novo; e este re-conhecer (no sentido da *anagnôrisis* aristotélica) é uma catarse, uma espécie de ‘trabalho de luto’ tal como Freud entende esse difícil e lento trabalho de desembaraçar velhos afetos, desenredar erros atávicos, desenveredar o sertão – Desenverendendo Rosa!⁵⁷

Acredita-se que foi exatamente o conhecimento “obtido de modo afetivo” por Rosa, como “homem do sertão”⁵⁸ que permitiu a ele construir uma poética capaz de pôr em evidência a matéria que SBH tinha em mente ao conceber o seu conceito de homem cordial. Rosenfield (2011) já percebera que: “Rosa fala no fio da navalha onde os males tipicamente brasileiros – a ambiguidade dos jeitinhos, as cordialidades que encobrem violências atrozes – refletem os males universais”⁵⁹. Rosenfield (2006) destaca ainda que Rosa:

percebeu muito claramente os desafios históricos da literatura brasileira e tinha um extraordinário dom artístico que lhe permitia expressar – numa nova forma! – alguns dos elementos essenciais da cultura luso-brasileira: a saudade, o pendor lírico, o fundo melancólico, o ativismo pragmático [...] mas somente na forma narrativa foi possível diminuir a carga sentimental do saudosismo e dar voz às facetas inquietantes de ódio e ressentimento que se alojam nas máscaras cordiais e sentimentais⁶⁰.

Em outras palavras, acredita-se que as narrativas criadas por este “homem do sertão” permitem evidenciar a cristalização, ou para usar uma palavra buarqueana, o enraizamento do mito da cordialidade brasileira na esfera social, cultural e antropológica dando origem a uma poética da cordialidade.

⁵⁶ ROSENFELD, 2011, p. 24

⁵⁷ ROSENFELD, 2011, p. 24

⁵⁸ ROSA, 1995, p. 30

⁵⁹ ROSENFELD, 2011, p. 24

⁶⁰ ROSENFELD, 2006, p. 89-90

I.2 – UMA GRANDE RESPOSTA A RIBEIRO COUTO

I.2.1 – A cordialidade em *Raízes do Brasil*

O conceito elaborado por Ribeiro Couto sobre o homem cordial encontrou em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) uma grande resposta, muito embora “a célebre tese da cordialidade, emprestada a Ribeiro Couto” já tivesse sido lançada em “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”, publicado na revista *Espelho*, em 1935. Este ensaio foi extraído da sua não publicada *Teoria da América*, considerado um “embrião de Raízes”⁶¹, com mais de quatrocentas páginas escritas. *Raízes do Brasil* foi o primeiro livro de SBH. À época da sua concepção o ensaísta vivia na Alemanha experimentando, como nos lembra Jurandir Malerba (2012) “ver de longe seu país e exercitando-se em tentar traduzi-lo para estrangeiros”⁶². O livro surgiu originalmente no Brasil em 1936, três anos após a publicação de *Casa Grande & Senzala* ocasião em que compôs o primeiro volume da coleção *Documentos Brasileiros*, dirigida por Gilberto Freyre, não por acaso. Para Souza (2015), se é possível considerar Gilberto Freyre como:

pai-fundador da concepção dominante de como o brasileiro se percebe no senso comum, então Sérgio Buarque é o pai-fundador das ciências sociais brasileiras do século XX e, conseqüentemente – e muito mais importante -, autor da forma dominante como a ‘sociedade brasileira’ contemporânea se compreende até hoje com a chancela e a autoridade ‘científica’⁶³

Lançado 05 anos após a escrita da carta de Ribeiro Couto, *Raízes do Brasil* tem o Capítulo V destinado à discussão em torno do homem cordial, não obstante, “‘a cordialidade’ transpassa o argumento do livro”⁶⁴, como bem pontuou Robert Wegner. Recolhamos então alguns fragmentos de *Raízes do Brasil* que são seminais para entender a concepção de SBH, acerca do homem cordial:

⁶¹ MALERBA, 2012, p. 13

⁶² MALERBA, 2012, p. 13

⁶³ SOUZA, 2015, p. 19-20

⁶⁴ WEGNER, 2006, p. 351

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’⁶⁵. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal⁶⁶.

Muito embora SBH enfatize neste fragmento que a cordialidade é uma característica específica do homem brasileiro, uma vez que está associada a “condições particulares de nossa vida rural e colonial”⁶⁷, há que se considerar que esta não é uma afirmativa eivada de bons fluidos, tal qual se manifestou em Ribeiro Couto. Schwarcz e Starling (2015) observam que a afirmação de SBH não se apresenta como “uma celebração”, pelo contrário, apresenta-se como um lamento acerca da “nossa difícil entrada na modernidade”, lamento seguido de uma reflexão crítica sobre essa condição⁶⁸.

Já para Souza (2015),

Buarque toma de Gilberto Freyre a ideia de que o Brasil produziu uma ‘civilização singular’ e ‘inverte’ o diagnóstico positivo de Freyre, defendendo que essa ‘civilização’ e seu ‘tipo humano, o ‘homem cordial’, são, na verdade, ao contrário de nossa maior virtude, nosso maior problema social e político. Na realidade, Buarque assume todos os pressupostos metateóricos e teóricos da tese de uma sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade como formulada por Freyre. O que Buarque acrescenta de

⁶⁵ N.A. A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserida em sua publicação *Monterey*. Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra ‘cordial’ há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico, se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do sr. Cassiano Ricardo onde se fala no *homem cordial* dos aperitivos e das ‘cordiais saudações’, ‘que são fechos de cartas tanto amáveis como agressivas’, e se antepõe à cordialidade assim entendida o ‘capital sentimento’ dos brasileiros, que será a bondade e até mesmo certa ‘técnica da bondade’, ‘uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora’.

Feito este esclarecimento e para melhor frisar a diferença, em verdade fundamental, entre as idéias sustentadas na referida obra e as sugestões que propõe o presente trabalho, cabe dizer que, pela expressão ‘cordialidade’, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em ‘bondade’ ou em ‘homem bom’. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos ‘grupos primários’, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, ‘não é somente de harmonia e amor’. A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não *cordial*, se chamará mais precisamente hostilidade. A distinção entre inimizade e hostilidade, formulou-a de modo claro Carl Schmit recorrendo ao léxico latino: ‘*Hostis is est cum quo publice bellum habemus [...] in quo ad inimico differt, qui est is, quocum habemus privata odia...*’. Carl Schmit, *Der Begriff des Politischen*, Hamburgo, s.d. [1933], p. II, n. in HOLANDA, 2006, p. 219

⁶⁶ HOLANDA, 2006, p. 160

⁶⁷ HOLANDA, 2006, p. 396

⁶⁸ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 17

(aparentemente) novo é a transformação da ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psicossocial que guia as relações interpessoais de favor/proteção – típica da interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja supostamente patrimonial.⁶⁹

SBH (2006) argumenta que o vínculo constitutivo entre o homem cordial e o universo agrário está diretamente implicado na fundação de uma “civilização de raízes rurais”⁷⁰ por parte dos portugueses no Brasil durante a colonização, por essa razão, SBH contemplará em *Raízes do Brasil* a contribuição da América Latina ao mundo com a fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas já mencionada por Ribeiro Couto em sua carta a Alfonso Reyes, embora tenha estabelecido em outras bases o seu conceito. Para SBH:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. [...] É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas⁷¹

Por essa razão, é tão contundente a afirmação de SBH de que o homem cordial subsiste enquanto forem subsistentes as condições que levaram à fundação da civilização brasileira sobre as raízes rurais. Deste modo:

com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto⁷²

Note-se que a previsão do ensaísta é clara: findado o vínculo do homem brasileiro com o universo agrário em virtude da modernização por que passará o Brasil com a estruturação das cidades, no final do século XIX, não haverá mais lugar possível para o homem cordial brasileiro. Tudo isso realmente ocorreria caso houvesse se concretizado a

⁶⁹ SOUZA, 2015, p. 20 É notória a restrição de Souza (2015) às hipóteses de SBH acerca da cordialidade e mais especificamente em relação ao patrimonialismo. O sociólogo defende a tese de que há uma “ideia-força que domina a vida pública brasileira contemporânea”, e essa “ideia-força é uma espécie muito particular de percepção da relação entre mercado, Estado e sociedade, onde o Estado é visto, a priori, como incompetente e inconfiável e o mercado como local da racionalidade e da virtude” Para o sociólogo, SBH reforça esse pensamento equivocado, “fazendo pose de ‘intelectual crítico’” e não entende como SBH apesar de afirmar que o homem cordial está presente “em todas as dimensões da vida, sua atenção se concentra apenas na ação do ‘homem cordial’ no Estado” para a elaboração de sua concepção de patrimonialismo.

⁷⁰ HOLANDA, 2006, p. 69

⁷¹ HOLANDA, 2006, p. 69

⁷² HOLANDA, 2006, p. 396

ruptura entre o Brasil e suas raízes agrárias; contudo, tal ruptura tanto não se efetivara à década de 30 do século vinte quando SBH escreveu *Raízes do Brasil*, quanto não se efetivou hoje, quase oitenta anos após a publicação da primeira edição do seu ensaio e permanece ainda sem razoáveis expectativas. Não apenas subsiste o universo agrário com suas centenas de pequenos povoados e grandes propriedades rurais cujas formas de convívio, instituições e ideologias mantêm seus traços origináveis indeléveis, como também subsistem as diversas formas pelas quais os ambientes urbanos e os fundamentos do Estado continuam a ser bombardeados pelos fundamentos personalistas tão peculiares à velha ordem colonial e patriarcal. É pertinente a vinculação de SBH entre a baixa expectativa de entrada do país na civilização moderna e a regoação do universo agrário que dá sustentação à permanência do homem cordial. O que parece não proceder é a expectativa de revogação deste universo e proscricção desta figura tipológica do cenário social brasileiro.

Não corroborar as bases psicologizantes do pensamento de Ribeiro Couto é uma consequência dos parâmetros em que concebeu o conceito de homem cordial, tendo nele percebido “seus dois sentidos” que “coexistiram sempre”, haja vista que a cordialidade não lhe “parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis da nossa existência”⁷³. Em seu prefácio a *Raízes do Brasil*, Cândido (1967) já havia também percebido que para SBH:

o ‘homem cordial’ não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O ‘homem cordial’ é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários⁷⁴.

SBH (2006) já nos havia alertado que há no conceito de cordialidade uma ambivalência constitutiva. Ora, o homem cordial é dominado pelas emoções advindas do coração, relembre-se que tanto a palavra cordial quanto sua variação cordialidade são originárias do mesmo radical latino: *cor, cordis*. SBH relembra que “o coração é sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos”⁷⁵. Seguindo a raiz etimológica do conceito de cordialidade, pode-se lembrar o que nos diz o evangelista São Marcos que já atentara para

⁷³ HOLANDA, 2006, p. 395-396

⁷⁴ CÂNDIDO, 1967, in HOLANDA, 2006, p. 245

⁷⁵ HOLANDA, 2006, p. 395

o fato de que “é do interior do coração do homem que procedem os maus pensamentos: devassidões, roubos, assassinatos, adultérios, cobiças, perversidades, fraudes, desonestidade, inveja, difamação, orgulho e insensatez”⁷⁶.

Schwarcz e Starling (2015) ao revisitarem *Raízes do Brasil*, lamentam a confusão estabelecida na compreensão do conceito buarqueano, tal qual se revela no ensaio, afirmando que:

“sua noção de ‘cordial’, na visão popular, tem sido castigada pelo juízo invertido. Foi reafirmada como um libelo das nossas relações cordiais, sim, mas cordiais no sentido de harmoniosas, sempre receptivas, e contrárias à violência, em vez de ser entendida a partir de seu sentido crítico – a nossa dificuldade de acionar as instâncias públicas”⁷⁷.

As autoras demonstram que um exemplo disso é o mito da democracia racial brasileira. Para ambas, a mistura de raças no Brasil nunca se fez de forma cordial, tal qual Ribeiro Couto inclinava-se a destacar:

a mistura se consolidou a partir de práticas violentas, da entrada forçada de povos, culturas e experiências na realidade nacional. Diferente da ideia de harmonia, por aqui a mistura foi a matéria do arbítrio. Ela é resultado da compra de africanos, que vieram para cá obrigados e em número muito superior ao dos que foram levados a outras localidades. O Brasil recebeu 40% dos africanos que compulsoriamente deixaram seu continente para trabalhar nas colônias agrícolas da América portuguesa, sob regime de escravidão, num total de cerca de 3,8 milhões de imigrantes. Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria. Além do mais, e a despeito dos números controversos, estima-se que, em 1500 a população nativa girasse em torno de 1 milhão, e que o ‘encontro’ com os europeus teria dizimado entre 25% e 95%⁷⁸

[...]

Construída na fronteira, a alma mestiça do Brasil – resultado de uma mistura original entre ameríndio, africanos e europeus -, é efeito de práticas discriminatórias já centenárias, mas que, ao mesmo tempo, levam à criação de novas saídas⁷⁹.

Uma outra preocupação constante para SBH é estabelecer a distinção entre civilidade e cordialidade. No capítulo V de *Raízes do Brasil*, o ensaísta esclarece que as virtudes do homem cordial não podem, sob pena de engano, ser consideradas como ‘boas maneiras’ ou ‘civilidade’, uma vez que “são antes de tudo expressões legítimas de um fundo

⁷⁶ BIBLIA, 2002, p.1769

⁷⁷ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 17

⁷⁸ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15

⁷⁹ SWARCZ; STARLING, 2015, p. 15

emotivo extremamente rico e transbordante”⁸⁰, um fundo emotivo capaz de pôr em evidência toda sorte de paixões peculiares à alma humana. SBH já instruíra que a civilidade contribui para a manutenção das relações humanas em um padrão de convívio suportável, já que é a “organização de defesa ante a sociedade”⁸¹.

No Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais encontra-se uma cópia xerográfica da caderneta rosiana intitulada *Relações com os outros*. A caderneta é uma prova concreta e objetiva da preocupação de João Guimarães Rosa em repensar o conceito de cordialidade. Neste documento, em uma entrada do dia 18 de março de 1956, o autor ensaia uma definição deste termo, afirmando que: “mesmo a cordialidade deve ser digna, discreta, paciente” e, logo em seguida, pontua: “cordialidade verdadeira: sem nenhum sentimento de superioridade. (nem internamente)”⁸². Estas entradas, dada a maneira fortuita como surgem na caderneta, parecem-nos antes digressões de foro íntimo do que reflexões motivadas por uma vontade de teorização acerca da cordialidade brasileira. Assim como as definições, a caderneta apresenta outras evidências de que Rosa esteve às voltas com este conceito, a exemplo da entrada que intitulou como *Relações exteriores*. A lista que elabora nesta entrada relembra-nos *Raízes do Brasil* e parece-nos uma resposta a SBH na polêmica que se estabelece em torno da questão de como passar da cordialidade à civilidade tanto na esfera privada de domínio das paixões da alma, quanto no convívio social. SBH já afirmara que “na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças”⁸³. Logo, a lista elaborada por JGR mais parece-nos uma aula de como entrar de vez na civilidade e estabelecer profícuas relações com o outro que sejam marcadas pela racionalidade crítica e pela temperança. Confirmamos:

RELAÇÕES EXTERIORES

- 1) Combater a expansividade, em todas as suas formas. De uma maneira geral, é preciso guardar silêncio.
- 2) Dominar todos os impulsos. Não comunicar notícias, não transmitir novidades.
- 3) Never explain, never complain!⁸⁴

⁸⁰ HOLANDA, 2006, p. 160

⁸¹ HOLANDA, 2006, p.161

⁸² ROSA, s/d.

⁸³ HOLANDA, 2006, p. 160

⁸⁴ “Nunca se queixe, nunca se explique”. Citação do epigrama de Disraeli: “Never complain, never explain, never apologise”: “Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe”. “Disraeli, futuro Lord Beaconsfield, fez uma carreira improvável nos primórdios da Inglaterra Vitoriana. Era de família modesta e de origem judia.

- 4) Não ser afirmativo (dogmático) nem demonstrativo (explicativo).
- 5) Não expressar nunca as nossas impressões, especialmente as que resultam das conversações que ouvimos.
- 6) Cada exclamação, cada palavra, cada gesto – conservados – aumentam nossas reservas.
- 7) Moderar todos os movimentos expressivos e dar apenas mui ligeiras mostras de emoção, surpresa, alegria, descontentamento, etc. Todo gesto desordenado ou toda mostra de agitação rouba-nos algo. Não ter movimentos de impaciência ou arrebatos.
- 8) Qualquer exclamação é de vulgaridade repulsiva!!!
- 9) Não procurar simpatia nem lisonja. Não querer provocar surpresa com palavras.
- 10) Só falar quando se tem necessidade de falar, e, então, não fazer de modo mecânico e automático: medir as expressões e substituir aquelas que se iam pronunciar “impulsivamente”, por outras, que sejam mais reflexivas.
- 11) Não discorrer com animação porque seria desgaste inútil.
- 12) Deixar o charlatão, digo, o outro desperdiçar sua força nervosa com um aluvião de palavras
- 13) Escutar bem, com calma, e só dar a nossa opinião pessoal quando é indispensável⁸⁵.

Outra lista presente na mesma caderneta demonstra também uma tentativa de padronizar formas de convívio, ou seja, criar uma fórmula capaz de restituir o bom senso ao relacionamento interpessoal:

- 1) Não contradizer categoricamente nenhuma afirmação.
- 2) Não manifestar claramente o que deseja. Não deixar ver o móvel que nos guia.
- 3) Não mostrar, com a atitude, que já tem formada uma opinião contrária a que expõe o nosso interlocutor.
- 4) Calma, fluência e impassibilidade exterior se impõem.
- 5) Jamais empregar ironia, sarcasmo, nem aspereza; nem acentos imperiosos.
- 6) Não rechaçar, de uma maneira direta, o que nos afirmam ou propõe.
- 7) Não dar mostras de nos sentirmos afetados pela maneira com que procedem em relação a nós. Não reagir ao que nos dizem.
- 8) Durante a conversação diplomática, concentrarmo-nos na ideia De “triunfo”.
- 9) Não insistir, jamais. Deixar seguir a conversação, para procurar voltar mais tarde ao ponto contraditório.
- 10) O Sport de afrontar voluntariamente os motivos de timidez.

No discurso em que defendeu seu primeiro orçamento, como Chanceler of the Exchequer, definiu-se como vindo da plebe do parlamento. O pai, Isaac, intelectual afeito à curiosidades literárias, pertencia a um estrato indefinível da modesta classe média urbana londrina. Amor ao conhecimento, nenhum interesse ou influência política. Gladstone, que viria a ser seu grande adversário político, estudara em Eton e iniciara no Parlamento aos 21 anos, por força paterna. Disraeli o fez por conta própria, passo a passo. Ingressou no Parlamento aos 33 anos, pelo partido conservador, no distrito de Maidstone, após 4 derrotas sucessivas. 31 anos após a estréia (desastrosa em seu primeiro discurso, por sinal), foi recebido em Osborne pela Rainha Vitória, como Primeiro Ministro”. Conferir: <<http://www.fernandoschuler.com.br/artigos/detalhe.php?id=173&tipo=2>>

⁸⁵ ROSA, s/d

- 11) Não deixar perceber a importância que se atribui à decisão (própria ou) alheia⁸⁶.

Note-se que nas duas listas Rosa topicaliza as atitudes que considera mais aplicáveis no âmbito das relações humanas, sobretudo em ambientes hostis como o ambiente de guerra ou o ambiente de competições profissionais e deixa claro que em tais ambientes onde o que, não raro, se manifesta é a hostilidade imotivada, a postura de civilidade torna-se mais tecnicamente aplicável a fim de garantir condições mínimas de sobrevivência do que aquelas atitudes que, nascendo espontaneamente do homem cordial, poderiam implicar no surgimento de toda sorte de paixões. SBH tem também a preocupação de distinguir a cordialidade e a polidez. Para ele,

nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções⁸⁷.

Há ainda a preocupação do ensaísta em deixar clara a posição do homem cordial em relação a disposições impessoais tais como as disposições fundamentais relacionadas à organização da sociedade. O autor destaca a importância da sociedade para o homem cordial, contudo, deixa claro que esta sociedade com a qual o homem cordial consegue se relacionar proficuamente deve ser aquela estabelecida sobre os grupos primários, as comunidades de sangue, de lugar e de amizade, haja vista que:

No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias de sua existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa⁸⁸.

⁸⁶ ROSA, s/d

⁸⁷ HOLANDA, 2006, p. 160-161

⁸⁸ HOLANDA, 2006, p. 161

SBH revela que o homem cordial é incapaz de se relacionar proficuamente com uma sociedade organizada nos parâmetros da sociedade urbana, uma vez que esta exige o cumprimento de regras e rituais completamente diferentes daqueles relacionados à constituição do universo familiar a que está afeito, isto se dá em virtude de que “no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo ideal, canônico, de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização [...] ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”⁸⁹. Conforme Cândido (1967), “formado nos quadros da estrutura familiar, o brasileiro recebeu o peso das ‘relações de simpatia’, que dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos”⁹⁰. Argumenta ainda que a mesma dificuldade é sentida pelo homem cordial em reconhecer os parâmetros sobre os quais se institui o Estado de direitos que necessita obrigatoriamente de uma impessoalidade para se fundamentar como tal, bem como fixar-se como instância de domínio público. Cândido (1967) esclarece ainda que o homem cordial “não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo. Onde pesa a família, sobretudo em seu molde tradicional, dificilmente se forma a sociedade urbana de tipo moderno”⁹¹.

Diante do que se expôs, é necessário deixar claro a fuga da tese que se introduz às acepções de senso comum às quais são associados o conceito de homem cordial e de cordialidade as quais, via de regra concebem o caráter do homem cordial sob o signo das virtudes humanas, sobretudo da hospitalidade e da benevolência. A fuga a estas acepções é importante para o desenvolvimento deste trabalho, haja vista que muito do mal entendido que marca a recepção crítica de *Raízes do Brasil* se deve ao fato de as análises partirem de pontos de vista que não levam em consideração a leitura profícua do ensaio buarqueano.

Como já ponderara João César de Castro Rocha, grande parte da confusão conceitual advém da abordagem de jornalistas que recorrentemente se referem ao termo cordial “com alguma intenção irônica”⁹², à maneira de Clovis Rossi (2014), em seu artigo “Não éramos cordiais?”, publicado na *Folha de São Paulo*⁹³ em que o autor constata que não somos cordiais, somos violentos, argumentando extensamente a esse respeito: “a vida nas cidades é de uma violência inacreditável”, “o trânsito é uma violência contra a mente

⁸⁹ HOLANDA, 2006, p. 159

⁹⁰ CÂNDIDO, 1967, in HOLANDA, 2006, p. 245

⁹¹ CÂNDIDO, 1967, in HOLANDA, 2006, p. 245

⁹² CASTRO ROCHA, 1998, p. 24

⁹³ É algo curioso que recorrentemente surja na Folha de São Paulo algum artigo abordando o conceito de homem cordial brasileiro no sentido irônico e equivocado, verifique-se por exemplo: “A cordialidade brasileira: que saudade...” de Antônio Ermírio de Moraes. Publicado na Folha de São Paulo, 22/12/91; Trevas dos brasileiros, de Ruy Castro, publicado em 12/02/2014, “Cordial é o C...” publicado em 25/10/2014 de Luiz Caversan.

humana”, “o transporte público violenta dia após dia”, “a polícia age muitas vezes com uma violência desproporcional”, “a saúde é uma violência contra o usuário”, “a educação violenta, pela sua baixa qualidade, o natural anseio de ascensão social”, “a existência de moradias em zonas de risco é outra violência”, “a contaminação do ar mata ou fere de maneira invisível os habitantes das cidades”, concluindo que “acumularam-se violências em todas as áreas de vida”⁹⁴.

A óbvia conclusão a que Rossi consegue chegar não poderia ser outra: somos violentos, logo não somos cordiais. Esta conclusão epitomiza a acepção recorrente do conceito de cordial no âmbito do senso comum, no Brasil hoje, haja vista que não contempla a ambivalência constitutiva sobre a qual SBH elaborou o conceito. Do mesmo modo que não se pode concordar com Ribeiro Couto ao afirmar que a bondade é a característica fundamental do homem cordial, não se pode concordar com Clóvis Rossi diante da afirmação de que não somos cordiais por que somos violentos. Ora, se o homem cordial tal qual o concebeu SBH apresenta uma personalidade marcada por toda sorte de afetos espontâneos, a violência e a bondade não são afetos mutuamente exclusivos para a sua personalidade. Ademais, esta abordagem que tem em vista as características psicológicas atribuídas ao homem cordial não contempla por si a revisão conceitual desenvolvida em *Raízes do Brasil*.

Ainda mais recentemente, o colunista da *Carta Capital*⁹⁵, Luiz Gonzaga Belluzzo, parece liderar, com um só artigo, a profusão de confusões relacionadas ao conceito. Seu “Incivilidade gourmet” pontua que a ausência da civilidade/cordialidade do brasileiro foi responsável pela prática da hostilidade contra ex-ministros, em restaurantes de São Paulo. Esta prática leva-o a concluir que a “imagem mítica do brasileiro simpático só existe no samba”. Ao se referir ao samba, o articulista está remetendo seu leitor à entrevista do sociólogo espanhol Manuel Castells, à *Folha de São Paulo*, durante os protestos de junho de 2013, quando proferiu: “a agressiva polarização política que se vê hoje nas redes sociais ‘desconstrói o mito do brasileiro simpático’”⁹⁶. A afirmação de Castells confirma a hipótese de Castro Rocha de que o “equivoco” relacionado ao conceito de cordialidade não é um privilégio apenas de jornalistas. Belluzzo vale-se desta entrevista para corroborar sua bem intencionada, porém equivocada, leitura de *Raízes do Brasil*:

⁹⁴ ROSSI, Clovis. *Não éramos cordiais?* <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/151983-nao-eramos-cordiais.shtml>>. Artigo publicado em 13 de fevereiro de 2014. Acessado em 29.07.2015

⁹⁵ BELLUZZO, Luiz Gonzaga, *Incivilidade Gourmet*. <<http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-incivilidade-gourmet-4758.html>>. Publicado em 01/06/2015. Acessado Em 29.07.2015

⁹⁶ CASTELLS, Manuel. Brasileiro simpático, só no samba. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretoreadacao/2015/05/22/a-crenca-do-homem-cordial/>>. Publicado em 22.05.2015. Acessado em 29.07.2015

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o sociólogo espanhol Manuel Castells chegou a tempo de enfiar o dedo nas escancaradas escaras da sociedade brasileira. ‘O Brasil sempre foi agressivo... Nos tempos da ditadura, o debate não só era agressivo, como se torturavam pessoas com impunidade. A imagem mítica do brasileiro simpático só existe no samba. Na relação entre as pessoas, sempre foi violento. A sociedade brasileira não é simpática, é uma sociedade que se mata’⁹⁷.

Assim como o sociólogo espanhol, Belluzzo incorrerá no mesmo engano ao tomar o conceito de homem cordial a partir do significado do senso comum que circula entre a suposta intelligentsia brasileira da classe mediantemente esclarecida. Belluzzo chega mesmo a citar SBH, mas evidencia, desde a confusão estabelecida entre (in)civilidade/cordialidade/simpatia, que não leu *Raízes do Brasil*, haja vista a constante necessidade sentida de considerar o homem cordial em sua faceta essencialmente psicologizante: “sob a capa do afeto, o cordialismo [sic] esconde as crueldades da discriminação e da desigualdade. Rasgado o véu conveniente da benevolência, emerge da mansidão hipócrita a inclemente violência do mandonismo e da submissão: “O senhor sabe com quem está falando?”. “Coloque-se no seu lugar”⁹⁸. Para não incorrer neste engano é sempre necessário ter em vista que a manifestação das relações cordiais no Brasil apresenta uma ambivalência constitutiva que leva SBH a descrevê-la como instável, oscilante e volúvel⁹⁹.

Oswald de Andrade, em seu artigo de 1978, *Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial*, comunga da concepção de SBH acerca da ambivalência da cordialidade. Para o modernista:

O ‘Homem cordial’ tem no entanto dentro de si a sua própria oposição. ‘Ele saber ser cordial como sabe ser feroz’.

Brinton, citado por Briffault, afirma:

‘Na cultura primitiva é duplo o sistema de moral. Existe boa vontade, amor, auxílio, mas tudo aplicável aos membros do próprio clã, da tribo ou da comunidade; mas, de outro lado há aversão, inimizade, roubo e assassinio a se aplicar contra o resto do mundo’.

No contraponto agressividade-cordialidade, se define o primitivo em weltanschauung. A cultura matriarcal produz esse duplo aspecto.

Compreende a vida como devoração e a simboliza no rito antropofágico, que é comunhão.

⁹⁷ BELLUZZO, Luiz Gonzaga, *Incivilidade Gourmet*. <<http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-incivilidade-gourmet-4758.html>>. Publicado em 01/06/2015. Acessado Em 29.07.2015

⁹⁸ BELLUZZO, Luiz Gonzaga, *Incivilidade Gourmet*. <<http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-incivilidade-gourmet-4758.html>>. Publicado em 01/06/2015. Acessado Em 29.07.2015

⁹⁹ C.F. ROSENFELD, 2011, p. 24

De outro lado a devoração traz em si a imanência do perigo. E produz a solidariedade social que se define em alteridade¹⁰⁰.

Outra discussão fundamental ao livro de SBH é aquela estabelecida para demonstrar os limites em que se circunscrevem os conceitos de Estado e família. SBH já observara que “o estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo”¹⁰¹. O ensaísta deixa claro que as indistinções estabelecidas entre um e outro conceito são oriundas do século XIX, embora, no Brasil, essa origem esteja ligada à problemática da colonização, que remete ao século XVI. Enfatiza o autor que “só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade”¹⁰².

A este respeito trata o artigo das pesquisadoras Heloísa Starling e Lilia Moritz Schwarcz (2013)¹⁰³. O artigo recupera aspectos importantes da discussão de SBH, sobretudo no que se refere à característica do homem cordial brasileiro em rasurar as fronteiras entre o público e o privado, privatizando a esfera pública, isto é, transferindo formas de socialização privadas para o espaço público, característica extremamente associada à formação da sociedade brasileira em que, segundo SBH, houve:

o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se experimentou com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas¹⁰⁴.

No referido artigo, as pesquisadoras contemplarão essa particularidade da concepção de homem cordial estabelecida em *Raízes do Brasil* para refletir sobre a questão

¹⁰⁰ ANDRADE,

¹⁰¹ HOLANDA, 2006, p. 153

¹⁰² HOLANDA, 2006, p. 153

¹⁰³ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. Medos privados em lugares públicos. In: Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Publicado em 03.11.2013. Acessado em 29.07.2015

¹⁰⁴ HOLANDA, 2006, p. 159-160

amplamente discutida no Brasil atual sobre as biografias¹⁰⁵, contrariando, pois, o prognóstico do autor de que o homem cordial estaria fadado ao desaparecimento findas as relações estabelecidas com o universo agrário. As pesquisadoras fornecem-nos uma síntese do que é o homem cordial, na perspectiva de SBH:

Dominado pelo coração, mobilizado pelo fundo emotivo de seus afetos, o homem cordial é uma anomalia política por sua particular compreensão do mundo público, contaminada, desde o início, pela compulsão que ele sente de estender seus direitos individuais sobre esse mundo, fazendo dele um mero apêndice, o prolongamento de seus interesses particulares e de suas relações pessoais.

É notório que as pesquisadoras não se atêm à abordagem psicologizante tradicionalmente relacionada à discussão acerca dos traços constitutivos atribuídos ao homem cordial. Nesta análise recuperam um aspecto pouco contemplado acerca do ensaio de SBH a fim de demonstrar a atualidade desse mesmo ensaio debatendo uma recente e também polêmica questão de direito. Para as pesquisadoras,

Habitado a transpor quase naturalmente a lógica do mundo privado à cena pública, o homem cordial é um personagem inquietante: ele só consegue viver em uma "pólis" caricata, que se coloca a serviço da proteção narcísica dos cidadãos e se mantém desperta por conta do imediatismo emocional de seus membros¹⁰⁶.

¹⁰⁵ O debate acerca das biografias não autorizadas iniciou no ano de 2007, quando intelectuais brasileiros entre os quais Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil, formaram o grupo Procure Saber comandado pela produtora Paula Lavigne, ex-mulher e empresária de Caetano Veloso para advogarem a favor da privacidade e da intimidade dos biografados. A partir de então, familiares, herdeiros ou os próprios biografados passaram a recorrer à justiça para inviabilizar biografias não autorizadas. Depois de ser tratada no meio intelectual brasileiro como um retorno à censura pelas mãos dos próprios censurados no regime ditatorial brasileiro, haja vista que biografias de figuras importantes para a cultura brasileira como Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Lupicínio Rodrigues e Cecília Meireles foram inviabilizadas, a questão teve fim quando em junho de 2015 o Superior Tribunal Federal decidiu por unanimidade (nove votos a zero), pela liberação da publicação de biografias escritas sem autorização prévia. Acerca da questão Starling e Schwarcz afirmam que: “com tudo isso, Sérgio Buarque talvez se espantasse com a maneira como o homem cordial reapareceu na agenda do dia, disposto a marcar o debate sobre o tema das biografias e a reivindicar para suas demandas e desejos individuais o amparo da lei”. SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. Medos privados em lugares públicos. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Publicado em 03.11.2013. Acessado em 29.07.2015

Cf. BRANT, Ana Clara. Movimento apoia censura de biografias publicadas no Brasil. *Jornal Estado de Minas*. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2013/10/10/noticia_arte_e_livros,147251/movimento-apoia-censura-de-biografias-publicadas-no-brasil.shtml>. Publicado em 10.10.2013. Acessado em 30.01.2016.

Cf. FALCÃO, M. Por maioria STF decide pela liberação de biografias não autorizadas. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1640353-por-maioria-stf-decide-pela-liberacao-de-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Publicado em 16.06.2015. Acessado em 30.01.2016.

¹⁰⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. Medos privados em lugares públicos. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Publicado em 03.11.2013. Acessado em 29.07.2015

Observe-se que o homem cordial que surge na questão das biografias é aquele que reivindica um território privado para algo que as historiadoras consideram de propriedade pública, que seja: a biografia. A biografia enquanto escrita, expressão, seria então um direito a ser facultado a todo aquele que quisesse pôr-se a escrever independentemente de quem fosse o biografado. O homem cordial, por sua vez, defendendo a privacidade, concebida como o direito de não querer que um fato privado de sua vida torne-se público, arregimenta para si o direito de não autorizar a biografia de sua vida. Já a compensação monetária de ver o seu direito de privacidade invadido resultaria não na restituição de seu direito de privacidade, mas antes, numa garantia de que o homem cordial daria o seu famoso jeitinho de beneficiar-se dessa condição de vitimado. Concluem as pesquisadoras que,

Com um ponto de vista vindo da privacidade, o homem cordial defende ser mais seguro para todos aceitar a premissa de que existe uma oposição entre o mundo público e a vida privada e que essa oposição equivale à diferença entre o que deve ser conhecido e o que deve ser ocultado. A premissa é mais do que duvidosa.

As duas esferas -o espaço íntimo, o mundo comum- somente podem subsistir sob a forma de coexistência. Mais do que isso: a definição do público e do privado é, na verdade, o desenho de uma fronteira dentro da qual se abrigam, conectam e se desenrolam dimensões diferentes de nossas vidas. Privado e público só se definem um em relação ao outro.

As autoras verificarão que, muito ao contrário do que prognosticara SBH de que o homem cordial já seria “um pobre defunto”, aquele homem cordial de *Raízes do Brasil*, que é capaz de dissolver as fronteiras entre o público e o privado, é o mesmo homem cordial que reaparece hoje no Brasil a fim de “reivindicar para seus desejos o amparo da lei”. Para as pesquisadoras, mesmo que estejamos quase 80 anos depois da publicação de *Raízes do Brasil* o livro “ainda oferece um instrumental crítico para entender o país. O livro diagnostica na cordialidade o traço definidor da nossa cultura e, no seu agente mais famoso – o homem cordial – um risco para a construção da vida democrática”.¹⁰⁷

Ainda acerca da esfera pública e da esfera privada no que diz respeito ao conceito de homem cordial, Castro Rocha nos fala que “o homem cordial é o precipitado de uma formação social caracterizada pela hipertrofia da esfera privada e pelo primado das relações

¹⁰⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. Medos privados em lugares públicos. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Publicado em 03.11.2013. Acessado em 29.07.2015

personais. Neste caso, os dois fatores se associam e tornam a condução da ‘coisa pública’ um apêndice das posições particulares de grupos familiares ou camadas dominantes”¹⁰⁸. Conforme o pesquisador, o prognóstico estabelecido por SBH acerca do desaparecimento do homem cordial, “com a urbanização das décadas de 40 e 50” do século XX, não procede em virtude de que este “apenas se acomodou à nova situação, naturalmente sofrendo transformações importantes, mas preservando traços nitidamente cordiais, apesar de sua adaptação. Aliás, uma adaptação muito bem-sucedida, como seria próprio do seu comportamento hiperbólico”¹⁰⁹.

Muito embora tenha sido aclamado pela crítica desde a sua primeira edição, *Raízes do Brasil* passou por mudanças significativas nas edições de 1947 e 1955. Na segunda edição de 1947, “sai consideravelmente modificado”, haja vista que o autor encontrava-se insatisfeito com “opiniões e pensamento”¹¹⁰ manifestados na primeira versão. Já em 1955, o autor fará, entre outras modificações, uma ampla revisão do conceito de homem cordial motivado pelas discussões impetradas pela crítica, sobretudo, por Cassiano Ricardo. Jurandir Malerba (2012) relembra que “em sua maturidade, o consagrado historiador dizia não compreender como aquele livro de juventude, que logo ele questionará em muitos aspectos (mas que nunca renegou!), pôde alcançar maior visibilidade do que *Visão do paraíso*, este sim seu livro preferido e superior”¹¹¹.

A fortuna crítica sobre *Raízes do Brasil* tornou canônico o ensaio de SBH. Antônio Cândido já o reverenciava em seu prefácio de 1967, enaltecendo seu “êxito de qualidade, tendo-o considerado “um clássico de nascença”¹¹² e colocando-o ao lado de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior os quais considera “livros chave, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise sociológica que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”¹¹³. Edgar Salvadori de Decca (2006) completa a afirmação de Cândido dizendo ainda, no que tange ao emparelhamento do livro de SBH ao livro de Freyre e Prado Júnior, que “Sérgio Buarque acabou se destacando pela criação de uma tipologia do ser nacional absolutamente original e controversa”¹¹⁴. Já

¹⁰⁸ CASTRO ROCHA, 1998, p. 25

¹⁰⁹ CASTRO ROCHA, 1998, p. 25

¹¹⁰ HOLANDA 2006, Prefácio à 2ª Edição.

¹¹¹ MALERBA, 2012, p. 13-14

¹¹² CÂNDIDO, 1967, in HOLANDA, 2006, p. 236

¹¹³ CÂNDIDO, 1967, in HOLANDA, 2006, p. 235-236

¹¹⁴ . Ainda para o autor “A característica marcante da interpretação do Brasil criada por esses autores foi a utilização original de conceitos sociológicos em oposição aos conceitos raciais tão sobejantes utilizados por pensadores do Brasil até a década de vinte do século passado. Sem dúvida, essa distinção foi importante, pois

para Alexandre Eulálio (1986) *Raízes do Brasil* é apenas “o prelúdio” das obras buarqueanas e apresenta um tom “de ensaio interpretativo” e uma “técnica de generalização por meio de ‘tipos’, ao gosto de alguns alemães que ele [SBH] estudou a partir da estada berlinense”¹¹⁵. Bolívar Lamounier (2006) reconhece que o trabalho a que SBH se propôs em *Raízes do Brasil* de “identificar as causas do desajuste entre o Estado e a sociedade” era o “grande tema” entre os grandes intelectuais contemporâneos, contudo “*Raízes do Brasil* singulariza-se não apenas pela erudição e pela nunca assaz louvada elegância de estilo, mas sobretudo pela clareza do diagnóstico”¹¹⁶.

Em *Raízes do Brasil*, o propósito do historiador é investigar as origens ibéricas da cultura brasileira, demonstrando as consequências advindas para a formação da nossa sociedade da tentativa de implantar a cultura europeia no nosso território. SBH é enfático ao determinar já no parágrafo inicial de seu ensaio que essa tentativa que se desenrolou em “ambiente muitas vezes desfavorável e hostil”, foi o que determinou “nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias”, e nos torna “ainda hoje uns desterrados em nossa terra”¹¹⁷. Desta feita, o autor não economiza a sua crítica para demonstrar como as características imputadas pelo português ao indígena brasileiro, tais como a ociosidade, a incompatibilidade com a condição servil, a aversão a todo esforço disciplinado, a imprevidência, a intemperança, o gosto por atividades antes predatórias do que produtivas “ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres”¹¹⁸.

SBH é contundente nestas afirmações acerca da indolência do povo ibérico, lembrando as palavras do humanista Clenardo que, em Lisboa, escreve ao seu amigo Latônio “se há um povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele exista”¹¹⁹. Associando o português à imagem do tipo aventureiro relembra as palavras de um viajante em fins do século XVIII que desfere: “um português pode fretar um navio para o Brasil com menos dificuldade do que lhe é preciso para ir a cavalo de Lisboa ao Porto”¹²⁰ e prossegue seu argumento demonstrando como este gosto pela aventura teve influência decisiva na vida nacional do brasileiro, em sentidos tão diversos “como as raças que aqui se chocaram”¹²¹.

retirou o substrato de uma ideologia racial que caracterizava as interpretações do ser nacional”. DECCA, 2006, p. 148

¹¹⁵ EULÁLIO, Alexandre. Antes de tudo, escritor, 1986. In: HOLANDA, 2006, p. 267.

¹¹⁶ LAMOUNIER, Bolívar. Sérgio Buarque e os ‘grilhões do passado’, 2006, In: HOLANDA, 2006, p. 276

¹¹⁷ HOLANDA, 2006, p. 19

¹¹⁸ HOLANDA, 2006, p. 49

¹¹⁹ N.A. M. Gonçalves Cerejeira, O humanista em Portugal. Clenardo, Coimbra, 1926, P. 271 apud HOLANDA, 2006, p. 41

¹²⁰ N.A. James Murphy. Travels in Portugal, through the provinces of Entre-Doutor e Minho, Beira and Além-Tejo in the year 1789 and 1790, Londres, 1795, p. 208 apud HOLANDA, 2006, p. 36

¹²¹ HOLANDA, 2006, p. 49

Ainda relativo aos índios, SBH demonstra que os portugueses tomaram destes as técnicas absolutamente rudimentares para a prática do cultivo, tornando-as ainda piores, fazendo “ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações”¹²², utilizando-se de seus “instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra atendo primeiramente fogo aos matos”¹²³. Seguindo o expediente exploratório das primeiras décadas da colonização portuguesa para a obtenção de riqueza “não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários ‘só para a desfrutarem e a deixarem destruída’”¹²⁴.

Se o trabalho nas lavouras era marcado pela indolência portuguesa, também o era o trabalho desenvolvido nas cidades. Os poucos ofícios que se conseguiram organizar eram praticados com o mesmo “amor ao ganho fácil e a infixidez” característicos dos trabalhos rurais. Mesmo já nos finais da era colonial o ofício urbano era precariamente desenvolvido. “eram raros os “casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade”¹²⁵. SBH atribui esse insucesso nas formas de trabalho produtivo a uma falta de capacidade para o estabelecimento de associações livres e duradouras entre aqueles que se dispunham à realização dos empreendimentos. Esta incapacidade para a associação é compreendida por SBH em virtude da uma cultura da personalidade que compõem aspectos da originalidade nacional de ibéricos portugueses e espanhóis, como sendo o “traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, deste tempos imemoriais, isto é em virtude da “importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço”. SBH relembra que para um ibérico: “o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes”. A uma cultura personalista praticada pelos ibéricos é geradora da “sobranceria” que lhes é própria: “é dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que

¹²² HOLANDA, 2006, p. 40

¹²³ HOLANDA, 2006, p. 38

¹²⁴ N.A. Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 3ª ed., São Paulo, s.d.p.16, apud HOLANDA, 2006, p. 44.

¹²⁵ HOLANDA, 2006, p. 52

impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”¹²⁶.

Contudo, SBH demonstra que o trabalho coletivo aceito de bom grado era realizado na medida em que fossem satisfeitos “certos sentimentos e emoções coletivos”, assim como no caso dos trabalhos relacionados aos cultos religiosos¹²⁷. Esta característica deslinda a incapacidade que SBH atribui ao ibérico para o estabelecimento e manutenção de “certas noções de ordens, constância e exatidão”. SBH diz que essas noções lhes eram “inacessíveis”¹²⁸, geradoras de uma “malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva”¹²⁹ resultando sempre no “predomínio do elemento emotivo sobre o racional”, tão peculiar, conforme demonstra SBH, ao caráter do homem brasileiro, o que resulta em uma incapacidade de estabelecer uma associação laboral:

o peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente¹³⁰.

I.3 – “UMA HISTÓRIA DE AMOR...” OU UMA ALEGORIA DO BRASIL

I.3.1 - Manuelzão: um personagem muito cordial

Ilustrativa deste argumento de SBH sobre a herança que recebemos dos ibéricos e sobre as formas de organização social no Brasil é a narrativa “Uma estória de amor: festa de Manuelzão” em que JGR coloca-nos diante de uma questão pontual e recorrente de povoamento e poder pertencente ao universo dos rincões do país em sua fase de superação do agrarismo e construção dos primeiros arraiais, qual seja: a questão da capelania. Francisco Eduardo de Andrade (2007) discute amplamente esta questão analisando os vários momentos em que a historiografia sobre o povoamento do interior de Minas Gerais contemplou-a. Afirma que “chegou-se a concluir que o arraial surgira em consequência da fabricação da

¹²⁶ HOLANDA, 2006, p. 20-21

¹²⁷ HOLANDA, 2006, p. 53

¹²⁸ HOLANDA, 2006, p. 40

¹²⁹ HOLANDA, 2006, p. 202

¹³⁰ HOLANDA, 2006, p. 55

capela”¹³¹. Isto é, houve época em que os historiadores tendiam a acreditar que, no interior do país, os primeiros povoados se organizavam em torno de um templo religioso, tamanha a importância das convicções religiosas e tão grande era a “força exterior respeitável e temida” de tais instituições, para usar a expressão de SBH, capaz de impetrar “acordos coletivos duráveis”¹³², tais como aqueles necessários para o povoamento do universo rural. Não sem razão a palavra fabricação é empregada pelo autor neste contexto, haja vista a quantidade inumerável de capelas surgidas no universo rural de Minas desde o início do século XVIII e também os interesses que se vincularam a esse surgimento que motivava a proliferação dos templos.

Muito embora a historiografia tenha chegado ao ponto de fazer essa afirmação, muitas pesquisas demonstram os diversos fatores que interferem para o surgimento de um arraial. Um destes fatores é a “conformação do arraial e do campo que o sustinha”¹³³. O surgimento de pequenas propriedades rurais e o desenvolvimento das atividades econômicas delas decorrentes eram fatores determinantes para se estabelecerem lugares estratégicos, em meio ao universo rural, para que um arraial fosse construído. Conforme o pesquisador, esses lugares estratégicos eram definidos pelo “cruzamento de rotas, confluência de rios, passagens obrigatórias, fertilidade e salubridade locais, condições de acesso -, onde pousos e ranchos, esporadicamente, permitiam trocas e algum nível de sociabilidade”¹³⁴.

Assim, decorre a obviedade da conclusão de que para se construir uma capela era necessário que se encontrasse um local que lhe fosse estratégico, para onde aflúissem os habitantes das intermediações com naturalidade. Por esta razão, em “Uma estória de amor...”, “a Vereda da Samarra”, fora intuída pela mãe de Manuelzão para território da fundação da capela de Nossa Senhora do Socorro. Durante quatro anos, Manuelzão trabalhava na Fazenda adquirida por Frederico Freyre como se fosse o seu proprietário “o administrador, quase sócio, meio capataz de vaqueiros, certo um empregado”¹³⁵, valendo porém “como único dono visível”¹³⁶ a quem todos respeitavam. Manuelzão ali se estabelecera desde quando “Frederico Freyre, gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada”. Tendo a entregado posteriormente ao vaqueiro, na condição de seu funcionário para que pudesse fundar um “estabelecimento maior” desbravando as terras, reunindo homens, assentando os currais, criando o gado, construindo a sede, a Casa “grada de muitos cômodos de chão batido

¹³¹ ANDRADE, 2007, p. 152

¹³² HOLANDA, 2006, p. 21

¹³³ ANDRADE, 2007, p. 152

¹³⁴ Andrade, 2007, p. 152

¹³⁵ ROSA, 1995, p. 546

¹³⁶ ROSA, 1995, p. 546

e só um quarto de assoalho”. Não a casa-grande, mas “uma casa-rancho”, “com teto complexo, de madeiras, por sobrecima e talas e palmas de buriti”, “um alpendre cercado” “o rancho de carros-de-boi; outros ranchos; outras casinhas; outros rústicos pavilhões”. Manuelzão fizera na Fazenda da Samarra todas as instalações necessárias para que o lugar se tornasse “seu esteio de pouso, termo de destino”. Manuelzão, assim estabelecido,

às horas, quando na boa mira dum sonho consentido, ele chegava mesmo a se sobre-ser, imaginando quase assim já fosse homem em poder e rico, com suas apanhadas posses. Um dia, havia-de. Sempre puxara por isso, a duras mãos e com tenção teimosa, sem um esmorecimento, uma preguiça, só lutando. Ele nascera na mais miserável pobrezazinha, desde menino pelejara para dela sair, para pôr a cabeça fora d’água, fora dessa pobreza de doer. Agora, com perto de sessenta anos, alcançara aquele patamar meio confortado, espécie de começo de metade de terminar. Dali, ia mais em riba. Tinha certeza. E na Samarra todos enchiam a boca com seu nome: de Manuelzão. Sabiam dele¹³⁷.

Não é difícil perceber na caracterização do personagem os valores da cultura da personalidade a que SBH já mencionava como o “traço mais decisivo da evolução da gente hispânica”, desde tempos imemoriais¹³⁸. A autonomia desenvolvida por ele no estabelecimento da propriedade de Samarra remonta ao “valor próprio da pessoa humana” cultivado por portugueses e espanhóis. Manuel J. Jesus Roiz Rodrigues não por acaso é o personagem dessa história. Relembremos a origem portuguesa da forma padrão do nome próprio Manuel, bem como, recorde-se que este mesmo nome era também considerado um sobrenome de família encontrado em Portugal desde o início do século XVI, tendo nomeado vários reis portugueses e bizantinos¹³⁹. Considere-se ainda a popularização do prenome tanto em Portugal quanto no Brasil, lugares em que não raro é associado à imagem de empreendedores capitalistas capazes de fazerem valer seus esforços para adquirir sua própria independência em relação aos demais. Ademais, não nos passa impune a existência de um Manuel Roiz de Castro, bandeirante, que, em 1747, solicitou sesmarias ao governo português, no município de Passa Tempo, na região centro-oeste de Minas Gerais¹⁴⁰.

Manuelzão ao fundar o lugar Samarra destaca-se sobranceiramente, superando sua origem de poucos recursos e assumindo uma posição de líder local que o faz desenvolver interesses que ultrapassavam a ordem privada e estendem-se a um desejo de gerenciamento

¹³⁷ ROSA, 1995, p. 546

¹³⁸ HOLANDA, 2006, p. 20

¹³⁹ Cf. <<http://www.dicionariodenomesproprios.com.br/manuel>>

¹⁴⁰ Cf. (Fontes: <<http://www.ferias.tur.br>, <http://www.apfaleiro.uaivip.com.br>, www.cnm.org.br> IBGE e ALMG)

público e organização do nascente povoado. Afinal, organizada a fazenda, Manuelzão reuniu uma série de empregados e agregados em torno dela, tendo “desde o começo” reconhecido:

que, para fundar lugar, lhe faltava o necessário de alguma espécie. Sentiu-o vagarosamente. Só, solteirão, que ele era. Antes nunca tinha pensado nisso com motivos. Pensou. Seus homens, mais ou menos velhos conhecidos, com ele vindos do Maquiné, para apego de companhia não bastavam? Ele calculou que não. E resolveu um recurso¹⁴¹.

A organização social, conforme SBH demanda, não exclusivamente, o estabelecimento de uma comunidade unida por de laços de amizade, mas também e fundamentalmente por de laços de sangue e espírito a fim de que se estabeleçam os privilégios hereditários. Não sem razão, Manuelzão lembrou-se que tinha um filho: Adelço de Tal, cujo sobrenome remonta a perda de referências familiares, dado que Manuelzão o abandonara no Porto Andorinhas e “não o vira, ao todo, mais de umas três vezes”. Mandou buscá-lo. Adelço aceitou e foi para Samarra com sua mulher e seus sete meninos pequenos, tendo a mais velha sete anos. Adelço trabalhava para toda lavoura e gado, mas “os tempos estavam ruins em toda a parte, e não era fácil alguém resistir a um convite assim de Manuelzão, tão forte a ação dele prometia à gente lucro de progresso”¹⁴². A fundação de Samarra denuncia em Manuelzão a característica fundamental que SBH percebe no homem cordial: que seja: a constatação de que

a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.

Note-se que os traços da cultura da personalidade que marcam a caracterização do protagonista permitem-no trafegar da liderança particular em suas terras para a liderança pública, na organização da festa da Samarra e na cooptação e gerência de funcionários e agregados que por ali se estabelecem, tornando o nascente povoado de Samarra um lugar onde pudesse prolongar os seus desmandos de latifundiário para a sua função de líder comunitário, uma ética política capaz de organizar, estabelecer e reordenar o espaço territorial que lhe foi confiado por Frederico Freyre. Percebe-se facilmente que esta organização vai além do espaço

¹⁴¹ HOLANDA, 1995, p. 548

¹⁴² HOLANDA, 1995, p. 548

natural e implica numa organização social criando as condições necessárias para que diversas formas de convívio harmonioso se estabelecessem na Samarra, portanto era fundamental recuperar os laços de uma religiosidade latente subjacente a grande parte de tais organizações, razão pela qual a fundação de uma capela nos rincões da Samarra acenou como uma feliz empreitada. Acerca da tradicional prática de fundação de capelas no interior de Minas Gerais, Andrade (2007) já observara que:

As capelas funcionavam, então, como mecanismo de configuração (ou dispositivos) de poder. Nos sertões das Minas Gerais do século XVIII, os senhores (donos de escravos e terras), agentes de uma rede familiar e clientelista, costumavam fundar/instituir capelas (com a aprovação episcopal), ou então dotá-las, determinando um patrimônio em terras e rendimentos para a manutenção dos ofícios sagrados nos lugares onde houvesse a necessidade de assistência espiritual. Esta assistência aos fiéis, fazendo-se constante, nunca se reduzia ao núcleo doméstico do senhor que incluía, num sentido ampliado da época, o chefe, a esposa, os filhos, os agregados (com parentesco ou não e os escravos)¹⁴³ ..

Com ou sem aprovação episcopal, em Samarra percebe-se que a lógica do mecanismo de configuração de poder se estabelece na fundação da capela por Manuelzão, pois que na Samarra ele era não apenas o chefe, mas um chefe “a que todos respeitavam”. Além do mais, todos queriam manter com ele proximidade, o que se revela pela forma com que se dirigem a ele os subordinados, pela omissão do nome de família e utilização do prenome na forma aumentativa corroboram a hipótese de SBH de que o uso apenas do prenome, aboliria “psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras”. Ainda conforme SBH, esta omissão:

corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da ‘concórdia’, repelem as do raciocínio

¹⁴³ N.A. Não se deve confundir a família, e seu significado sociocultural, com o domicílio, que supõe a coabitação dos seus membros. Na América portuguesa, a família podia designar tanto aqueles que morassem juntos, com relações de parentesco ou não entre si (sentido mais estrito), quanto aqueles que, embora vivessem em outros lugares (até em Portugal), fossem considerados, por laços rememorados, membros familiares. Todos eles compunham a parentela, cujo sentido parece mais vago ainda. Contudo, é certo que o sentido de “família” e o papel desempenhado por cada um dos envolvidos, pelo menos para os seus agentes, variavam conforme as situações e as ações ou estratégias em jogo. Isso abria espaço para manipulações de significados tendentes a favorecer pleitos ou a atuação que, ao final, configuravam o grupo familiar. As estratégias dos seus agentes, assim, não deviam ser condicionadas somente pelo círculo familiar da casa, mas desdobravam-se segundo a rede de aliança e de parentesco envolvida. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 ; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal – família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). Niterói: ICHF/ UFF, 2002. (Tese, doutorado em História). Ainda, Cf. RAMOS, Donald. Marriage and the Family in Colonial Vila Rica. *The Hispanic American Historical Review* [HAHR], v.55, n.2, 1975. In ANDRADE, 2007, p. 155

abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito¹⁴⁴.

A respeito da formação dos primeiros núcleos urbanos no Brasil, SBH já demonstrara o vínculo indissolúvel com a estrutura da família patriarcal cujas origens residem no universo rural: “é efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são, virtualmente, se não de fato, simples dependências delas”, de forma que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”¹⁴⁵. A evidência ainda mais drástica desta herança colonial é que toda dificuldade para a sociedade brasileira se desenvolver fora dos parâmetros da estrutura patriarcal, ainda permaneceu solidamente instituída por muitos séculos de forma que ainda hoje encontrarmos traços significativos na constituição das instituições brasileiras.

Esta organização patriarcal é concebida por SBH como a razão pela qual as manifestações de trabalho coletivo restringiam-se, à época das primeiras fundações urbanas, a esta coletividade compreendida pela comunidade ligada por vínculos de consaguinidade, ou ainda para “satisfazer certos sentimentos emoções coletivos, como sucede com os misteres relacionados de algum modo ao culto religioso”¹⁴⁶.

A este respeito, SBH cita o caso da “construção da velha matriz de Iguapé, em fins do século XVIII, em que colaboraram os homens notáveis e o povo da vila, carregando pedras desde a praia até ao lugar onde ficava a obra”¹⁴⁷ e ainda o caso da construção da “velha matriz de Itu, erigida em 1679 com auxílio dos moradores de longa distância levavam à cabeça, em romaria, a terra de pedregulhos com que foram pilados os muros”¹⁴⁸.

Rosa, por sua vez, nos fala da fundação da capela de Samarra, em lugar “esplã”: radical da palavra esplanada que, em Língua Portuguesa, faz referência a um lugar “elevado e aberto de onde se tem uma boa visão do que está em volta”¹⁴⁹, onde “dentro, dez pessoas talvez não pudessem estar, ainda apertadas”¹⁵⁰. Demoremos ainda um pouco sobre este radical e encontraremos mais uma variação a que tal significado coaduna: a expressão Esplanada dos Ministérios que nomeia o centro do poder no Brasil, onde se encontram os principais órgãos

¹⁴⁴ HOLANDA, 2006, p. 162

¹⁴⁵ HOLANDA, 2006, p. 69

¹⁴⁶ HOLANDA, 2006, p. 53

¹⁴⁷ N.A. Ernesto Guilherme Yong. “Esboço histórico da fundação da cidade de Iguapé. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, II, São Paulo, 1898, p. 89 in: HOLANDA, 2006, p. 53

¹⁴⁸ “Documentos Inéditos, A Esperança, Itu, 27/03/1867, in: HOLANDA, 2006, p. 54

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://dicionariocriativo.com.br/significado/esplanada>>. Acesso em: 08/11/2014.

¹⁵⁰ ROSA, 1995, p. 543

governamentais do país, em Brasília, cidade sede do Governo Federal, onde estão aqueles que maior poder político e governamental exercem no país e onde também, não por acaso, encontramos o primeiro monumento da cidade sede: a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, para onde acorrem cerca de 70 mil pessoas, no dia 12 de outubro, por ocasião da festa daquela que é padroeira do Brasil e de Brasília. A Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer a poucos metros do Palácio do Itamaraty, do Palácio do Planalto, do Palácio da Justiça, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e dos edifícios sede de todos os ministérios brasileiros.

Manuelzão como bom aspirante ao governo daquelas terras, ao gerenciamento e à maturidade da organização urbana na Samarra soube também definir a sua sede, encontrando a sua esplanada onde ele também ergueu a sua catedral em que desejou - na falta de um panteão e de um “Livro de aço” tal qual encontramos na Esplanada dos Ministérios - ver seu nome “debaixo do título da Santa, naquelas bonitas letras azuis, com o resto da tinta que, não por pequeno preço, da Pirapora mandara vir”¹⁵¹. Assim o narrador a descreve:

templozinho, nem mais que uma guarita, feita a dois quilômetros da Casa, no fim de uma altura esplã, de donde a vista se produzia. Uma ermida, com paredes de taipa-de-sebe, mas caiada e entelhada, barrada de vivo azul e tendo à testa a cruz. Nem um sino. A imagem no altar sorria sem tamanho e desjeitada, uma Nossa Senhora feia. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

SBH nos fala da tendência brasileira para superação da “religião palaciana, superindividual da Europa Medieval”, bem como, do consequente surgimento de um “sentimento religioso mais humano e singelo”, após esse período. Destaca entre os brasileiros a negação de uma distância entre as “sagradas escrituras e o próprio Deus”, a quem os brasileiros têm como um “amigo familiar, doméstico e próximo” e com os quais estabelecem intimidade. Quanto aos santos, o ensaísta também se refere a Santa Teresa de Lisieux, ou Santa Terezinha, título que recebe no Brasil em virtude “do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime distâncias¹⁵²”. SBH já bem percebera que após o período que compreende a religião palaciana, “cada casa quer ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelham ante o padroeiro e protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano”¹⁵³. É notória a pertinência da

¹⁵¹ ROSA, 1995, p. 544

¹⁵² HOLANDA, 2006, p. 163

¹⁵³ HOLANDA, 2006, p. 163

observação de SBH em “Uma estória de amor”, pois que a capela foi erguida a dois quilômetros da principal moradia estabelecida na Samarra o que torna quase impossível não contrastar à descrição da moradia principal a “Casa”, grafada na narrativa com a inicial maiúscula, símbolo do empoderamento de Manuelzão e da cultura da personalidade que lhe é característica e a capela “templozinho”, “ermida”, “nem mais que uma guarita” em torno da qual Manuelzão forjou a festa religiosa através da qual o personagem adquire grande reputação comunitária.

A descrição do material de que é feita a capela, além de nos dar a exata dimensão de sua construção rudimentar, corrobora as informações de SBH acerca da popularização do culto, que agora, sendo feito por todos os homens, independente da sua condição econômica, dispensava pois as “edificações dos grandes monumentos góticos”, do medievo. A descrição da fisionomia de Nossa Senhora que “sorria sem tamanho e desajeitada”, bem como o título que lhe é atribuído “Nossa Senhora feia” corroboram as afirmações de SBH acerca dos santos, quanto o pesquisador afirma que eles já não são mais “entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano”¹⁵⁴. Os traços da santa contribuem visivelmente para a desconstrução da representação marcada pela perfeição, simetria, beleza e virtude com que são talhadas, no estilo clássico. O que pode justificar a popularização do culto a Maria, sobretudo desta que leva o título de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Relembre-se que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, também é caracterizada pelos teóricos da arte sacra como Virgem da Paixão, pois evoca o sofrimento humano de Cristo, outro título equivalente é Virgem das Dores ou Nossa Senhora das Dores, bem como, Nossa Senhora da Esperança. Todos estes títulos remetem-nos aos ícones tradicionais em que os rostos de Maria e do Menino Jesus são revestidos de tristeza e dor e dão vasão à significação da bondade mariana em atender àquele que a venera. Embora, na Nossa Senhora feia da capela da Samarra, a fisionomia da Santa seja outra, é a mesma significação que parece subsistir.

Observa-se, portanto, que algumas particularidades da narrativa “Uma estória de amor” nos permitem articular uma leitura desta narrativa à luz das observações de SBH sobre a constituição da organização social brasileira descrita em “*Raízes do Brasil*”. Dentre todos os apontamentos que podem ser feitos, a tensão do personagem Manuelzão entre a fundação de um universo particular e um universo público parece-nos um dos aspectos que mais diálogo permite estabelecer entre as duas obras. Do mesmo modo que Manuelzão transfere para o ambiente social da festa da Samarra e da organização de seus agregados e funcionários a sua

¹⁵⁴ HOLANDA, p. 163

postura patriarcal, algo absolutamente característico de um homem cordial, do ponto de vista dos argumentos de SBH, vê-se diante da necessidade de manter uma postura polida e civilizada diante dos populares que frequentaram a festa. Sua postura oscila entre a fiscalização da organização de seus funcionários, fazendo questão de manter alguma distância em relação aos festejos em si e manutenção de um sentimento de compaixão por aqueles que chegavam ao arraial em busca de abrigo, ocupação e alimento, bem como, vê-se diante da necessidade de calar seus pensamentos, seus sentimentos e suas palavras para manter uma postura imparcial de líder, nutrindo um “sentir de bom poder, um desagradado, o aluído de um peso – e ele se clareando do que aquilo fosse: glórias de estar tudo em sua mão, o resoluto; ufano de ser generoso e senhor; honras fortes de não quebrar a palavra”¹⁵⁵. Essa dualidade assumida por Manuelzão ilustra o pensamento desenvolvido por SBH em *Raízes do Brasil* uma vez que explicita a oscilação que marca a tentativa de saída do país de um universo agrário, a tentativa de superação das raízes rurais e da herança ibérica da cultura da personalidade cuja tradicional família patriarcal brasileira tão bem assimilou.

¹⁵⁵ ROSA, 1995, p. 600

CAPÍTULO II

ENTRE OLHAR E VER

[...] minhas vistas bestavam, se embaçavam de renovem, e não achei acabar para olhar para o céu¹⁵⁶.

Então, eu vi as cores do mundo. Como no tempo em que tudo era falante, ai, sei¹⁵⁷.

Porque era a hora de olhar; mirei e vi¹⁵⁸

¹⁵⁶ ROSA, 1994, p. 65.

¹⁵⁷ ROSA, 1994, p. 203

¹⁵⁸ ROSA, 1994, p. 792

II. I – A “VISÃO GERAL” DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS

II.1.1 - Ver com os olhos

Como se sabe, os diários de viajantes estrangeiros foram fundamentais para que se divulgassem no Velho Mundo aspectos diversos sobre as Américas, tais como a fauna, a flora e a geografia. Pedro Moacyr Campos (1962) destaca a importância do viajante para a formação da imagem do Brasil na Europa, considerando-o uma testemunha da “necessidade experimentada por alguns círculos de um mais estreito contato com tão imenso país que despertava para a independência”¹⁵⁹. Por essa razão, o descritivismo e o paisagismo tornaram-se características essenciais aos relatos de viajantes e pode-se observar que mantêm uma dicção similar entre os mais diversos exemplares do gênero, tais como aqueles elaborados pelo inglês James Wells¹⁶⁰ e pelo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege¹⁶¹ (Barão de Eschwege) ao chegarem ao Rio de Janeiro.

¹⁵⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr. *Imagens do Brasil no Velho Mundo*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de.(dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico- Tomo II, 1v. O processo de emancipação. São Paulo: Difel,1962, p.41.

¹⁶⁰ James William Wells, um jovem engenheiro civil, veio para o Brasil por volta de 1869, contratado por uma firma inglesa de construção de ferrovias (*Public Works Construction Company*), com o objetivo de fazer os levantamentos e agrimensura necessários para o posterior assentamento dos trilhos, daquela que viria a se constituir a Estrada de ferro Pedro II. Wells compila em *Três mil milhas através do Brasil* os relatos da sua expedição desenvolvida entre o Rio de Janeiro e o Maranhão. Seus relatos sobre Minas Gerais foram escritos entre os anos de 1873-1875, sendo publicados juntamente com outros relatos que somam o percurso completo. Ao todo, o viajante permaneceu no Brasil por 17 anos (1869-1886). O livro de Wells, publicado em dois volumes, contou com “aparentemente três edições em língua inglesa” (1886 e 1887) e uma versão brasileira (1995), desenvolvida a partir da edição de 1887, por meio da editora da Fundação João Pinheiro, para compor a coleção Mineiriana, com tradução de Myriam Ávila e prefácio do celebrado historiador Christopher Hill. Como se vê, Wells aguardou cento e nove anos para se fazer ouvir no país que lhe serviu de objeto de estudo e de acolhida. Muito embora o livro desse viajante tenha sido levado a público em finais do século XIX, e a tradução para o português tenha sido feita há quinze anos, o livro sofre de uma quase miséria crítica tanto no Brasil quanto fora dele. Os únicos estudos que o têm por objeto resumem-se aos ensaios bem concebidos, de autoria da professora e tradutora Myriam Ávila, reunidos em 2008, em seu livro *O retrato na rua*. No que diz respeito aos dados biográficos do autor, não se sabe exatamente “nem onde nasceu ou morreu, onde se formou, ou o que mais fez na vida, no Brasil ou fora dele”. (MARTINS, in WELLS, 1995, v. 2. p. 322.)

¹⁶¹ O Barão de Eschwege, assim conhecido em virtude de ter herdado do pai, como filho primogênito o título e os privilégios de uma família da nobreza feudal alemã, era um mineralogista alemão e deixou sua terra para trabalhar no setor de mineração e metalurgia em Portugal, no período compreendido entre 1802 a 1809, ano em que inicia suas viagens pelo Brasil, que só terão fim em 1821. Em 1814, Eschwege embarca numa baleeira alugada, dando início à sua viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, na companhia apenas de um negro escravo¹⁶¹.

A leitura do primeiro capítulo do diário do viajante inglês permite perceber a atenção voltada para a descrição da riqueza de formas e cores do Porto do Rio de Janeiro. No fragmento abaixo, pode-se comprovar a centralidade destes dois elementos que impactam positivamente o viajante:

Não importa quantas vezes o viajante tenha-se aproximado deste litoral, ele sempre o impressiona e encanta.

[...]

Os minutos passam lentamente enquanto seguimos em frente com longa e suave arfagem sobre as vagas do atlântico e, à medida que a luz aumenta, montanhas de picos nus surgem aqui e ali acima das massas de nuvens a modo de flocos de lã; quando o sol aponta no horizonte, seus raios dourados iluminam uma cena de indescritível grandeza: as nuvens começam a subir, e rolar para o alto dos montes marrons, cinzentos e escavados, expondo à vista uma grande variedade de formas, contornos e cores. Quando avançamos mais, a cena vai mudando continuamente, um perfeito caleidoscópio de paisagens; e, finalmente, o clímax – o cenário – surge diante de nós: a entrada do Porto do Rio. Parece um perfeito dédalo de cumes e formas ásperas e irregulares mescladas com a névoa branca do mar; morros parecem empilhar-se sobre morros, os cumes mais altos ainda envoltos nas nuvens que restam; há contornos de gigantes, montanhas de topo plano com vertentes perpendiculares, morros arqueados, pães-de-açúcar, etc.; há grandiosas encostas precipitosas de gnaíse granítico escuro, manchadas de líquens e musgos, e costuradas com fissuras, ou montanhas revestidas com a vegetação verde-escura da floresta. O cenário é magnífico em forma e rico em cor, um verdadeiro sonho de um país das maravilhas, um objeto com que Turner se deleitaria, e bem merecedor de uma viagem (e especialmente uma viagem agradável) desde a Inglaterra, para ser visto¹⁶².

Assim como Wells, Eschewege, também no primeiro capítulo do seu *Brasil, Novo Mundo*, irá se maravilhar com a paisagem litorânea. O viajante alemão destaca, ao chegar ao Rio de Janeiro, as “belezas admiráveis da baía”, as “verdadeiras chácaras atraentes, tão românticas que só um poeta poderia descrevê-las”, “ilhas verdejantes e rochedos desnudos, que pareciam flutuar no espaço”, “centenas de embarcações pequenas de brancas velas enfunadas parecem, à distância, borboletas que levam a todos os lados o bater de suas asas para se perderem, finalmente, nos fundos da enseada”. Essa paisagem serve ao viajante estrangeiro como “o mais agradável divertimento”, despertando “um sentimento singular e agradável, para o qual não existem palavras. Apenas somos capazes de murmurar: Que beleza! Que magnífico!”¹⁶³.

¹⁶² WELLS, Vol. I, p. 38-39

¹⁶³ ESCHeweGE, 1996, p. 57

Note-se: o que o viajante transcreve para seus cadernos de notas, diante do Novo mundo é, para usar a expressão empregada pelo Barão de Eschewege uma “visão global”¹⁶⁴, voltada sempre para “grandes ilhas dotadas de grandes edifícios”, “rochedos desnudos”, “centenas de embarcações”, “o elevado cone montanhoso do pão de açúcar”, “um mastro de uma poderosa nau de guerra”, “um outro colosso naval”¹⁶⁵.

Percebe-se que a “visão global” assumida pelos viajantes estrangeiros europeus diante da paisagem litorânea é marcada por diversos fatores culturais: um deles é a visão pré-concebida do Brasil como palco para contemplar-se o grandioso espetáculo da natureza. Não se podem ignorar ecos dos motivos edênicos presentes na descrição de Wells e Eschewege ao chegarem ao Rio de Janeiro.

Os motivos edênicos são amplamente abordados em *Visão do Paraíso* por SBH (2000) que, de início, já demonstra como o mito do Paraíso Terreal se vinculou à descoberta das Américas, tendo por base duas variantes: de um lado, a colonização impetrada pelos povos ibéricos e, por outro, a colonização por anglo-saxões, por ocasião do descobrimento. Para o autor, se “os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico”, os colonizadores da América Latina, por outro lado, “se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito da riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito”.

O autor de *Visão do Paraíso* demonstra ainda como a tópica da “perene primavera e invariável temperança do ar” específica às descrições do Jardim do Éden é indissociável às descrições feitas sobre a América desde o surgimento dos primeiros registros e crônicas sobre o descobrimento¹⁶⁶, mas é enfático também em demonstrar as diferenças na fundação deste mito entre povos espanhóis e portugueses.

SBH (2000) argumenta que os espanhóis tornaram-se mais propensos a dar relevo ao mito edênico, na descrição da paisagem. Já entre os portugueses, muito embora a divulgação desta tópica seja retomada por nomes como Pero de Magalhães Gandavo, por José de Anchieta, Padres da Companhia do Brasil como Nóbrega e Fernão Cardim e Rui Pereira e, muito embora perpassasse a história da representação e da interpretação do Brasil, em relação ao

¹⁶⁴ ESCHWEGE, 1996, p. 57.

¹⁶⁵ ESCHWEGE, 1996, P. 57

¹⁶⁶ HOLANDA, 2000, p. XX

imaginário espanhol, os portugueses serão sempre mais motivados por um realismo desencantado e uma curiosidade utilitária na descrição da paisagem que tem diante de si.

Se relermos *Raízes do Brasil* (1933) e *Visão do Paraíso* (1959) a contrapelo das datas de publicação será possível perceber a biografia de uma ideia. Qual ideia? A ideia de uma nação. E o diagnóstico de que essa ideia, quando sistematizada, funda um mito nacional brasileiro que determinará boa parte do imaginário social construído sobre o país nos períodos a que as obras se referem. Ora, não é a sistematização da ideia de um Paraíso Terreal em relatos de viajantes estrangeiros sobre o Brasil o objeto de estudo de *Visão do Paraíso*? E não seria, do mesmo modo, a problematização do enraizamento da ideia de homem cordial brasileiro o *leitmotiv* de *Raízes do Brasil*? Se pudermos responder positivamente a essas duas questões, será possível verificar que a análise do enraizamento desses mitos na construção do imaginário brasileiro dá forma a algumas das mais felizes páginas já escritas sobre a vida dessa nação.

Nessa perspectiva, de uma obra a outra, isto é, de *Visão do Paraíso* a *Raízes do Brasil* é possível ilustrar aquilo que Sérgio Cardoso concebe como “ver” e “olhar”. Em *Visão do Paraíso* há uma visão que “espelha e registra, reflete e grava”¹⁶⁷, isto é, há uma busca por demonstrar o registro de um mito genuinamente concebido por europeus, presente em discursos também estrangeiros, o mito edênico, relativo especificamente à paisagem brasileira, em relatos de viagens; já em *Raízes do Brasil* há o caráter ensaístico do “olhar” que “perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de “ver de novo” (ou ver o novo), como intento de “olhar bem”¹⁶⁸, isto é, não há apenas a demonstração de um mito concebido por europeus, há a problematização da construção desse mito, o confronto entre a cristalização mitológica no senso comum e a pertinência, a interpretação e reelaboração deste mito, na sociedade brasileira, há uma reflexão profícua acerca da origem e consistência do mesmo, o qual, por levar em conta o capital humano, muito mais que o capital natural, determina não apenas a visão que os europeus têm do Brasil, mas também interfere na concepção que o país tem de si, consistindo ora em elemento socializador, ora em elemento perturbador que faz com que a sociedade interroque sobre a sua identidade. Seríamos cordiais? Não raro nos perguntamos e não raro oscilamos nossa resposta entre um somos e um não somos. Curioso notar como a volatilidade da resposta a essa questão que paira à leitura de *Raízes do Brasil* nos leva a perceber que essa dualidade também se aplica àquela questão subjacente a *Visão do Paraíso*, qual seja: o

¹⁶⁷ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 348

¹⁶⁸ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 348

paraíso à mira das observações de SBH seria mesmo o nosso país? Se atentarmos para os relatos dos viajantes estrangeiros os mesmos escritos que ilustram o argumento de *Visão do Paraíso* veremos que essa volatilidade também era sentida pelos primeiros viajantes estrangeiros que nos visitaram.

Myriam Ávila (2008) já notara que os motivos edênicos recorrem em relatos estrangeiros de forma pontual: sempre que os viajantes estão diante da paisagem litorânea. Conforme a pesquisadora: “malgrado as numerosas inconveniências pelas quais passa o viajante estrangeiro no nosso litoral, predomina em seu relato a exaltação da natureza exuberante, para a qual contribuem também a beleza exótica das mulheres e a índole pacífica e hospitaleira do povo”¹⁶⁹.

Não obstante, Ávila (2008) é enfática também ao verificar que para aqueles viajantes que ingressaram nas regiões interioranas, como Minas Gerais - que começou a ser acessada por estrangeiros somente no início do século XIX, diferentemente do litoral brasileiro, explorado desde a ‘descoberta’ - os motivos edênicos são completamente esquecidos. E mesmo aqueles viajantes que diante do litoral destacavam a riqueza da paisagem natural, ao ingressarem em locais como o sertão mineiro virá ruir sua argumentação e seu discurso mudará para uma “retórica da falta”, fazendo-se catálogo de uma coleção repleta de tudo aquilo que aqui não há de europeu. A pesquisadora observou ainda que:

diante de uma natureza devastada, que só chegaram a ver tarde demais, de uma fauna relativamente pobre e do esgotamento tanto do solo agrícola como do solo aurífero, surge, como traço comum aos diversos viajantes – ingleses e alemães, na sua maioria -, uma espécie de retórica da falta. A caça é pouca, a comida escassa, as estradas raras. As mulheres, ou não é permitido vê-las, ou, se o estranho as lobriga, são arredias; sua beleza, quando existe, não perdura além da puberdade. Mesmo a índole do povo apresenta faltas: menos do que pacífico, o sertanejo é ignorante e inerte até o embrutecimento. O tema da doença, das febres intermitentes, do bócio, é uma constante. O Barão de Eschewege, que permaneceu dez anos no Brasil, com estadas demoradas em Minas, menciona ainda a falta de amor ao torrão natal, a falta de honestidade e princípios, a falta de conhecimentos mínimos sobre agricultura e pecuária e a falta de interesse em adquirir conhecimentos, por mais vitais que esses fossem¹⁷⁰.

Diante do sertão mineiro, toda a sorte de infortúnios passados pelo viajante e sua equipe nos rincões do país levam-no da “visão global” assumida no início da viagem pelo litoral a uma total cegueira, que o incapacita a olhar e ver aquilo que de fato há para se tomar

¹⁶⁹ ÁVILA, 2008, p. 103

¹⁷⁰ ÁVILA, 2008, P. 103

nota no trajeto realizado. Eurocêntricos e etnocêntricos, tal cegueira é incapaz de fazê-los perceber não apenas a riqueza da flora, fauna e geografia nas regiões interioranas, são também incapazes para uma descrição humanista acerca das formas de vida do sertanejo, subtraindo deste a sua identidade que é a todo instante confrontada com a identidade europeia, sempre tida como superior, ao passo que a descrição dos sertanejos beira a animalização, tão indolentes são tomados pelos viajantes.

Ora, não por acaso, “A Soberba” era o nome do veleiro em que Eschewege embarcou de Hamburgo para Lisboa. Como bem pontou João Antônio de Paula, o nome da embarcação “talvez soe quase como uma definição da postura e dos sentimentos do jovem cientista alemão a caminho do acanhado Portugal e do mais estranho, ainda, Novo Mundo”¹⁷¹.

Nesta perspectiva é oportuna a seguinte observação de Sérgio Cardoso:

A visão – a simples visão -, ainda que modestamente ciente de seus limites e alcance circunscrito, supõe um mundo pleno, inteiro e maciço, e crê no seu acabamento e totalidade. Toma-o como conjunto dos corpos ou coisas extensas que preenchem o espaço, e apóia nas qualidades deste a certeza de sua continuidade. Tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, indefectível...como aquela que deparamos na crença ou no sonho – pois, como ela, desconhece lacunas e incoerência e, como ele, tudo acolhe e integra com naturalidade. Opera por soma, acumulação e envolvimento; busca o espraiamento, a abrangência, a horizontalidade; e projeta, assim, um mundo contínuo e coerente, e acredita fruir e restituir – ainda que por prestações parcelares – a sua integralidade¹⁷².

De um modo geral, as descrições dos viajantes estrangeiros que percorreram o país no século XIX, uma vez que estão intimamente relacionadas com o panorama intelectual europeu do qual advieram, revelam um esforço de totalização na descrição do cenário que têm diante de si. O discurso é sempre comparativo e de uma comparação que sempre encontra na descrição das terras e das formas de vida do interior do Brasil um sinal de subtração em relação àquilo que lhe era familiar e europeu. Exemplo de tais descrições são aquelas realizadas por Wells em Minas Gerais no caminho de Barbacena a São José:

O potencial está lá, latente no momento, falta apenas o estímulo, e este chegará apenas quando uma onda de emigrantes, com novo sangue e energia, recolonizar este grande país, como os intrépidos portugueses de outrora o fizeram em tempos passados. Então o matuto¹⁷³ livre e independente terá de

¹⁷¹ DE PAULA, JOÃO ANTÔNIO, in ESCHWEGE 1996, p. 17

¹⁷² CARDOSO, in. NOVAES, p. 349

¹⁷³ N.T. Camponês

ocupar no mundo seu nicho de serventia e não se tornar um peso morto sobre a terra, um mandrião improdutivo e inútil como ele geralmente é hoje¹⁷⁴.

O elogio feito pelo inglês aos portugueses soa no mínimo dotado de despreparo sobre o entendimento acerca do desenvolvimento deste povo e do seu tardio ingresso no cenário econômico europeu. Esse elogio aos portugueses é recorrente em diários de viajantes, sendo fruto da tradição diarística tomá-los como heróis de seu tempo, em virtude da prodigalidade de que são considerados tributários por ocasião da “descoberta” e pioneirismo na exploração do solo americano. Entretanto, SBH (2006) recorda que: “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”¹⁷⁵. Isto é, entre a gente hispânica, portugueses e espanhóis, jamais se naturalizou a “moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária”. Antes, muito pelo contrário:

uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação [...] O que entre eles predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. [...] O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico¹⁷⁶.

Não menos dotado do menosprezo aos povos nativos do Brasil são os relatos escritos pelo naturalista (brasileiro, natural do estado da Bahia!) Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) que, por ocasião da etapa americana das “viagens filosóficas”¹⁷⁷ nos finais do século XVIII, esteve, por nove anos em expedição, que se estendeu de Belém do Pará, passando pelo Amazonas e finalizando no Mato Grosso. Conforme Ronald Raminelli (1997), a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira foi reconhecida em Portugal como a mais bem

¹⁷⁴ WELLS, 1995, p. 98

¹⁷⁵ HOLANDA, 2006, p. 19

¹⁷⁶ HOLANDA, 2006, p. 28-29

¹⁷⁷ Como se sabe, nesse empreendimento, a Coroa, por intermédio da Academia das Ciências de Lisboa, Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos enviou expedições para quatro de suas colônias, quais sejam: Angola (1783-1808?) cujas terras foram exploradas por Joaquim José da Silva, que além de naturalista era secretário do Governo tendo inclusive falecido na empreitada; Cabo Verde (1784-1797?) explorada por João da Silva Feijó que realizou vasta pesquisa acerca do herbário e de produtos úteis à tinturaria; Moçambique (1784-1793?) para onde foi enviado Manuel Galvão da Silva que, entre todos os naturalistas, sofreu o maior número de infortúnios e limitações tais como perda de equipe, doenças e burocracias e, finalmente, a colônia brasileira explorada. Cf. RODRIGUES, Célia; GARCIA, Ricardo. As “viagens filosóficas” do século XVIII. Escrito em 23.10.2012. Disponível em: <<http://www.publico.pt/multimedia/infografia/as-viagens-filosoficas-do-seculo-xviii-13>>. Acessado em 12.12.2016

sucedida das “viagens filosóficas” em virtude das numerosas coleções de espécimes, gravuras e manuscritos¹⁷⁸, tendo sido planejada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli, de quem Alexandre Ferreira era assistente e discípulo talentoso, tendo se doutorado pela Universidade de Coimbra, em 1788. Os relatos de sua viagem constam do seu *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro* publicado no Brasil pela *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*¹⁷⁹. Logo, foi eivado do discurso colonizador, atravessado pelo olhar europeu assimilado pelo viajante em Portugal que Alexandre Ferreira, embora brasileiro e nordestino, descrevera os nativos:

os índios foram concebidos como trabalhadores agrícolas e denunciados pela inércia, preguiça e resistência ao ‘mundo civilizado’. Os ritos e mitos indígenas não despertaram a curiosidade do naturalista. As memórias sobre os índios da Amazônia destacam as vestimentas, armas de guerra, utensílios de barro, confecção de canoas e moradias, sem se preocuparem com as canções, cerimônias e histórias narradas pelas diversas etnias da região. Quando comparadas às descrições quinhentistas, as memórias de Ferreira são simplórias, destituídas de profundidade, contendo análises apenas superficiais sobre o cotidiano e comportamento dos índios da Amazônia. O naturalista não recorreu ao tempo, quase dez anos, em que conviveu junto às diversas comunidades para escrever as memórias dedicadas aos índios.

As tribos ‘pacificadas’ não despertaram a atenção do naturalista, foram apenas nomeadas ou identificadas como grupos em extinção. Os ameríndios submetidos à colonização eram praticamente invisíveis aos olhos de Ferreira. Em contrapartida, os muras – considerados corsários da floresta – receberam um enorme destaque do explorador luso-brasileiro. A imagem dos muras recupera os estereótipos do bárbaro. Esses índios, comenta o naturalista, mordem as pedras contra eles atiradas, cortam cabeças e arrancam os dentes dos mortos e guardam como troféus. Seus prisioneiros eram logo transformados em escravos que, em currais, serviam de sustento a seus senhores antropófagos. Entre eles, o espírito de vingança é o maior de todos: ‘Dentre todo o gentio é esse o que menos se alinha’. Por vezes, Ferreira considera-os irreversivelmente bárbaros, incapazes da pacificação, contrários à agricultura e ao comércio, máximas dos planos pombalinos para a Amazônia. Aos renitentes, conclui o comandante da Viagem Filosófica e doutor de Coimbra, somente resta a guerra de aniquilamento, o extermínio¹⁸⁰.

Pela descrição de Raminelli é possível notar que o relato de Alexandre Ferreira é marcado, como tantos outros relatos de viajantes, por um discurso que vai do menosprezo

¹⁷⁸ Cf. RODRIGUES, Célia; GARCIA, Ricardo. As “viagens filosóficas” do século XVIII. Escrito em 23.10.2012. Disponível em: <<http://www.publico.pt/multimedia/infografia/as-viagens-filosoficas-do-seculo-xviii-13>>. Acessado em 12.12.2016

¹⁷⁹ Cf. Alexandre Rodrigues Ferreira, “Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro”, revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, vol. 70, 1888 *apud* RAMINELLI, Ronald. Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Publicado em 06.1997. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf>. Acessado em 12.12.2016

¹⁸⁰ RAMINELLI, 197, p. 9

para com a cultura nativa, passando por uma tentativa de não ver aquilo que tem diante de seus olhos, isto é, de invisibilizar a cultura ameríndia, chegando ao ponto de uma total cegueira provocada pelo ódio a esse *Outro* potencial desarticulador dos planos e metas do estrangeiro em solo colonial.

Não é sem motivo que relembramos, diante da descrição de Raminelli, da afirmação de Cardoso “viajar, sabemos, não é dado a todos”. Ainda sobre o olhar do viajante, este pesquisador nos adverte de que “há homens acomodados, caseiros e sedentários, que parecem ignorar as divisões do espaço e pouco prezam a geografia”¹⁸¹. Essa afirmação nos faz lembrar viajantes diversos que, a exemplo de Alexandre Ferreira, foram incapazes de dissociar de seus horizontes de expectativas a paisagem europeia, a organização do espaço europeu, a arquitetura e todos os demais aspectos culturais inobserváveis no Novo Mundo e que tiveram às vistas em sua formação acadêmica e/ou em sua vivência cotidiana no Velho Mundo. Viajantes dessa natureza, como afirma Cardoso “se se deslocam [...], concebem seus movimentos no interior de um espaço ordenado, compacto e pouco acidentado, que tudo acomoda nos desdobramentos de sua extensão concertada e contínua”, e cristaliza no imaginário daqueles a ele pertencente uma “sólida unidade”¹⁸². Um espaço assim organizado em nada pode assemelhar-se às capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso ou Cuiabá entre os anos de 1783 a 1792 que em tudo e por tudo diferia do ambiente de Coimbra em que Alexandre Ferreira passara os últimos anos da sua vida antes de embarcar para as “viagens filosóficas”. Não obstante, se ao naturalista, não era dado invisibilizar a topografia acidentada que atrasava o progresso da História Natural, ainda que o desejasse sobremaneira, evitando assim os muitos lugares inóspitos, pois que eram os relevos e desníveis que conduziam ao catálogo das espécimes exóticas objetos de tantos inventários que o permitiu produzir “um vasto material ainda pouco analisado e capaz de fornecer subsídios valiosos para pesquisas sobre a História Natural em Portugal do século XVIII”¹⁸³, assim o fez com as inúmeras tribos indígenas que encontrou pelo caminho, subtraindo de seus relatos o olhar do etnógrafo capaz de “olhar bem”¹⁸⁴, e perceber o que havia de novo nas organizações comunitárias encontradas.

Também no diário do inglês James Wells veremos a mesma postura etnocêntrica. Este, por sua vez desde a Baía de Guanabara até o rio Tocantins, lugares que encerram o percurso por ele feito no Brasil, deixa claro que sua escrita está primordialmente ligada aos registros necessários aos seus objetivos profissionais. E ainda que a princípio tenha visto

¹⁸¹ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 351

¹⁸² CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 351.

¹⁸³ RAMINELLI, 1997, p. 19.

¹⁸⁴ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 352

como alvissareira a jornada pelas terras inóspitas do Brasil, Wells não cessou de evidenciar seu discurso de europeu, branco, colonizador. Sendo enfático ao denunciar os contrastes entre a Inglaterra Vitoriana e a vida no sertão brasileiro. Constatando a falta que faz a gente europeia nos confins do nosso país, certo de que a imigração inglesa favoreceria o Brasil com grande empreendimento e desenvolvimento das potenciais riquezas aqui jazentes. Nas intermediações de Januária, seguindo o discurso prévio de colonizador, Wells retoma a ideia constante em seu diário de que a colonização inglesa seria suficiente para livrar o país do subdesenvolvimento e seria determinante para o controle das doenças epidêmicas, como o demonstra citando o caso dos Estados Unidos da América:

A rica terra vermelha das barrancas do rio e as muitas belas árvores nos punhados de mata que cercam o arraial são um indício da excelência do solo. Quando esta magnífica via natural do interior do Brasil estiver desenvolvida, graças a emigrantes econômicos e enérgicos, que paraíso ela necessariamente se tornará; as febres desaparecerão, como já desapareceram em diversas partes dos Estados Unidos, através da ocupação e cultivo da terra¹⁸⁵.

Note-se que o discurso de colonizador sobrepuja nas páginas do diário de Wells e é SBH (2006) que nos dá evidências da falácia deste discurso. Em *Raízes do Brasil*, o ensaísta recorda-nos que:

o surto industrial poderoso que atingiu a nação britânica no decurso do século passado criou uma idéia que está longe de corresponder à realidade, com relação ao povo inglês, e uma ideia de que os antigos não partilhavam. A verdade é que o inglês típico não é industrial, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende, muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima, acima de tudo, a ‘boa vida’. Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana. E, não menos, a dos moralistas e economistas que buscavam os remédios para a condição de inferioridade em que durante longo tempo se encontrou o país em face de seus competidores¹⁸⁶.

No capítulo “De Coração de Jesus a Contendas”, Wells tomará a seguinte nota:

O lugar todo é parado, minguado, sujo, empobrecido e miserável ao extremo; nesse povoado dos mais acabrunhantes e desoladores, uma permanência teria o mesmo efeito sobre um homem branco que se diz ter o confinamento solitário sobre um prisioneiro.

¹⁸⁵ WELLS, 1995, p. 23

¹⁸⁶ HOLANDA, 2006, p. 36.

As pessoas vagueavam apáticas pelas ruas, ou se apoiavam com toda a sua frouxidão nas portas ou janelas. Em todas as cidades brasileiras, mesmo nas cidades da costa, a primeira coisa que chama a atenção do recém-chegado da Europa é a quantidade de gente que se vê em toda parte, apoiada ou reclinada em atitude de preguiça total, como se seus ossos tivessem sido extraídos dos corpos. É esse hábito vicioso de não fazer nada e perder tempo que torna o país tão atrasado com relação a sua capacidade produtiva.¹⁸⁷

O mesmo tom se repete por ocasião do capítulo “De Pedro Afonso a Carolina descendo o Rio Tocantins”:

Os habitantes são extremamente indolentes, e suas casas, decrepitas e sujas; as principais ocupações, aparentemente, são fumar, dormir e jogar, no considerável tempo livre que a criação de gado e uma agricultura restrita para o suprimento das necessidades locais permitem. No entanto, mesmo assim, o local consegue sustentar cinco vendas, cujos proprietários levam vidas terrivelmente monótonas; não é de se espantar que o Senhor L. esteja em um estado tão adiantado de frouxidão e decadência; uma vida dessas levaria qualquer europeu decente a um asilo de lunáticos em muito pouco tempo.¹⁸⁸

Nota-se nas duas citações acima do diário de Wells que a atitude do viajante diante da outra cultura que tem diante de si é a de deixar salvaguardados em linhas bem definidas os lugares ocupados por ele e os Outros, os habitantes sertanejos, guardando mais semelhanças que diferenças em relação ao discurso do naturalista Alexandre Ferreira. Assim como o autor da “Viagem Filosófica...” é fundamental para o viajante inglês definir que a identidade destes Outros é completamente diferente daquela que o constitui e por esta razão, nunca sai de si a fim de tentar compreender o Outro. E, naturalmente, como emprega sempre a retórica da falta, o perfil identitário deste outro será sempre definido por aquilo que nele não há de europeu e homem da civilização. Diante dos contrastes identificados pelo viajante entre a sua cultura e a cultura local, não há um levantamento de hipóteses, pelo contrário. O que há sempre é uma visão condenadora e repreensiva que julga sempre como decadente a vida que levam os sertanejos, sobretudo no que diz respeito ao sistema de trabalho. Para Wells é algo óbvio que a vida dos sertanejos seria melhor caso seguissem o padrão inglês de economia, trabalho, higiene e etiqueta, razão pela qual quanto a isso não se preocupa em desenvolver uma argumentação que demonstre a viabilidade da imigração europeia para o interior do país. Deste modo, uma vez que não há um interesse sólido por entender este Outro, é natural que não haja nos relatos destes viajantes reflexões ou questionamentos profícuos sobre os modos de vida desta população. De certa forma, Wells parece reagir diante dos sertanejos de forma

¹⁸⁷ WELLS, 1995, p. 301

¹⁸⁸ WELLS, 1995, p. 175

similar àquela com que reagiu diante da paisagem natural do Rio de Janeiro: dando vazão aos sentimentos mais espontâneos e registrando as apreciações mais pragmáticas em seu diário, sem esboçar um pensamento sólido sobre o assunto.

Os apontamentos aqui realizados levam-nos ao encontro do pensamento de Mikhail Bakhtin (2003) para quem “o próprio homem não consegue perceber de verdade e assimilar integralmente nem a própria imagem externa, nenhum espelho ou foto o ajudarão; sua autêntica imagem externa pode ser vista e entendida apenas por outras pessoas, graças à distância espacial e ao fato de serem *outras*”¹⁸⁹. Conforme o autor observa, uma cultura só pode ser compreendida aos olhos de outra cultura que esteja verdadeiramente interessada em conhecê-la como outra. Para que haja o verdadeiro conhecimento e exploração desta cultura é oportuno que se estabeleça, pois, um diálogo cultural entre quem olha e quem está sendo observado. Não imposições, não pré-formulações, não-julgamentos de valor, tais e quais se revelam nos diários de viajantes. Para entender uma cultura do outro, conforme o teórico russo é necessário colocar a ela:

novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades de sentido. Sem levantar *nossas* questões não podemos compreender nada do outro de modo criativo (é claro, desde que se trate de questões sérias, autênticas). Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade *aberta*, mas elas se enriquecem mutuamente¹⁹⁰.

No diário do viajante inglês há um esforço de manutenção de um discurso que revele a sua posição de europeu colonizador e capitalista cujo objetivo claro é realizar os levantamentos necessários para dar fim ao trabalho que lhe foi confiado pelo governo inglês. De forma geral, a vinda de viajantes ingleses para o Brasil sempre seguiu um objetivo laboral previamente definido. Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e a consequente Abertura dos Portos Brasileiros para as Nações Amigas, em 1808, viajantes de várias localidades do mundo aportaram no Brasil. Conforme Moacyr Campos (1962):

com a vinda de D. João VI e sua administração (1808-1821), concretizam-se várias iniciativas suas que abrem novos horizontes à vida do país e, como parte ou como decorrência delas, inaugura-se um verdadeiro ciclo de viagens e expedições científicas, à testa das quais especialistas eminentes de várias partes do mundo põem seu saber a serviço do conhecimento da flora, da fauna,

¹⁸⁹ BAKHTIN, 2003, p. 366

¹⁹⁰ BAKHTIN, 2003, p. 366

da geografia, da geologia, da paleontologia e da etnologia dessa porção do Novo Continente¹⁹¹.

Dado o favorecimento do comércio com a Inglaterra em virtude das guerras napoleônicas, “foram os ingleses os primeiros a lançar publicações sobre nosso país”¹⁹². No prefácio ao diário de James Wells, o celebrado historiador Christopher Hill (1995) analisa como a literatura de viagens produzida pelos ingleses sobre o Brasil sempre foi impetrada em virtude de seu caráter utilitário. No envio de tais viajantes, aos ideais da ciência, somaram-se os ideais capitalistas da Inglaterra vitoriana de então. Diz o pesquisador: “os escritos ingleses sobre o Brasil, desde os primórdios do século XIX, tomam a forma de literatura de viagem ou literatura de descoberta científica. Mas as considerações econômicas subjacentes nunca estão muito afastadas”¹⁹³. Os viajantes descrevem em seus diários a consciência inglesa sobre as vantagens econômicas em se negociar com o “vasto e largamente inexplorado território do Brasil”¹⁹⁴. Como o atestam o botânico George Gardner, sempre muito interessado pelas riquezas botânicas e pela mineração de diamantes e o cônsul inglês Richard Burton, classificado como explorador profissional, entusiasta da imigração inglesa para o Brasil, que abriu os caminhos necessários para que os ingleses solidificassem a ideia sempre muito vantajosa de construção de estradas de ferro no Brasil que será depois também detidamente sustentada e posta em prática por James Wells¹⁹⁵.

Logo, a incumbência de Wells restringe o olhar do viajante, tornando muito objetiva a relação estabelecida entre sujeito investigador e objeto investigado, olhar panóptico próprio ao sujeito racional cartesiano, de forma que Wells não consegue estabelecer com o meio observado uma relação dialógica que favoreça a colocação de “novas questões”. Até mesmo quando os sertanejos que encontra pelo caminho lhe são solícitos, Wells não consegue realizar uma narrativa que destaque a boa vontade dos mesmos de forma a demonstrar uma gratidão genuína. De forma que para o viajante, se torna símbolo desta generosidade sertaneja, a expressão “cordialidade rude”, utilizada pelo inglês no capítulo “De Caririnha a Barra do Rio Grande” quando narra a recepção de um proprietário “um enorme vaqueiro” que o recebera com as honrarias da casa oferecendo a ele e a sua equipe “cinco garrafas de leite e perto de duas dúzias de ovos, além de batatas-doces, pelos quais ele não quis nenhum

¹⁹¹ MOACYR CAMPOS, 1962, p. 119

¹⁹² MOACYR CAMPOS, 1962, p. 120

¹⁹³ HILL, C. 1995, p. 21

¹⁹⁴ HILL, C. 1995, p. 21

¹⁹⁵ HILL, C. 1995, p. 25-26

pagamento, exceto ‘uma pingazinha para matar o bicho’”¹⁹⁶. Como se pode ver no capítulo “Do Rio de Janeiro a Barbacena” quando entra em uma venda para ver o que tinha para oferecer e se depara com o proprietário, definido por Wells como “um português gordo do tipo Sancho Pança”, que lhe recebe muito bem “jovialmente”, tomando suas “mãos carinhosamente em suas patas grandes, macias e gordurosas”, dizendo-lhes que eles os ingleses eram ‘homens e muito bons homens’”¹⁹⁷. Ou ainda no capítulo “De Chapada, descendo o Rio Grajaú, até Vitória do Rio Mearim, quando relata os três dias passados numa fazenda e a forma cerimoniosa com que foram recebidos pelos habitantes da região: “apesar do seu amor à formalidade (que logo desaparece depois que se quebra o gelo das apresentações”, muitos dos fazendeiros e comerciantes são sujeitos francos e ativos e se não tivessem sido acostumados por tanto tempo aos hábitos indolentes e conservadores que predominam entre eles, seriam sem dúvida uma gente mais prática”¹⁹⁸. Por onde quer que solhe em *Três mil milhas através do Brasil*, encontrar-se-á esse olhar enviesado de Wells lançado contra os sertanejos. É ainda Sérgio Cardoso (2003) que enfatiza a necessidade de que se tenha consciência da diferença que se estabelece entre o ato de ver e o ato de olhar. Diz o pesquisador:

Diríamos que o bom emprego de um ou outro se recomenda consoante a maior ou menor intervenção e responsabilidade do sujeito no acontecimento da visão, que se guia pela razão da atividade e da passividade do vidente no seu encontro com o mundo. E, neste sentido, concluiríamos que, entre o ver e o olhar, transitamos numa escala, que evoluímos de um ao outro numa mesma linha, por gradação. Logo, no entanto, compreendemos que não é isto o que se passa – se observarmos bem. Pois, ao abandono do registro rarefeito das ordens e medidas por aquele mais espesso da experiência, as progressões de quantidade apontam sempre, em cada uma de suas direções, para qualidades diversas; o que ocorre também aqui: o ver e o olhar, na sua oposição, configuram campos de significação distintos; assinalam em cada extremidade do nosso fio justamente ‘sentidos’ diversos¹⁹⁹.

As distinções entre ver e olhar propostas por Cardoso (2003) são de uma pertinência muito palpável quando contrapomos à narrativa de viajantes estrangeiros as narrativas desenvolvidas por João Guimarães Rosa. Se em razão das limitações do pensamento de seu tempo e das preocupações profissionais James Wells, Eschewege ou Alexandre Ferreira, à época, não foram capazes de formular “novas questões” acerca da

¹⁹⁶ WELLS, 1995, p. 48

¹⁹⁷ WELLS, 1995, p. 79

¹⁹⁸ WELLS, 1995, p. 205

¹⁹⁹ CARDOSO, in NOVAES, p. 347

cultura que tinham às vistas, Rosa, não apenas formulará essas “novas questões”, como também nos apresentará soluções criativas às questões que lhe advieram por ocasião da leitura atenta que fez aos diários de inúmeros viajantes estrangeiros.

A partir da “visão geral” representada por tais viajantes em seus diários, JGR elaborará a sua “visão filtrada” em inúmeras narrativas que retrabalham os elementos e procedimentos manipulados pelos viajantes estrangeiros, oferecendo a eles uma resposta – da qual nos valem para defender aqui a Poética da Cordialidade em narrativas rosianas - capaz de dar um tratamento mais poético, ético e de maior elaboração formal sobre as formas de vida do sertanejo e suas relações com o espaço de origem do que aquele tratamento apresentado por tais viajantes.

Ao que nos parece, essa resposta - que passa pelos procedimentos narrativos e reconfigura a prática narrativa assumida pelos viajantes estrangeiros - revela duas coisas importantes: primeiro, ao contrário do que acreditava Eschewege, que os sertanejos possuem sim apreço ao seu torrão natal sendo evidente o vínculo dos sertanejos com o universo agrário representado por JGR e, segundo, que os procedimentos narrativos inalcançáveis aos viajantes estrangeiros são elementos que tornam a poética desenvolvida por JGR notoriamente uma poética marcada por uma “visão filtrada” capaz de restituir ao sertanejo a sua visibilidade, a sua identidade, a sua cultura e a sua dignidade que escaparam aos relatos dos viajantes.

II. 2.1 – A “VISÃO FILTRADA” DO NARRADOR ROSIANO

II. 2.1.1 “JARDINS E RIACHINHOS” E OS MOTIVOS EDÊNICOS

A Seção Jardins e Riachinhos da coletânea *Ave, palavra* apresenta cinco narrativas: três delas foram originalmente publicadas em 1961, no jornal *O Globo*, quais sejam: “Jardim Fechado”, “O riachinho Sirimim”, “Recados de Sirimim”; além de “Mais meu Sirimim”, cuja publicação inicial não é mencionada na coleção e “As Garças”, publicado originalmente em fevereiro de 1964 no Suplemento literário do Jornal *O Estado de São Paulo*. Conforme Martins Costa (2006), os textos aqui mencionados seriam objeto de novo livro; contudo, seu autor não conseguiu fazê-lo em vida. Logo, foram inclusos em *Ave, Palavra*, como explica a pesquisadora:

incluíram-se no volume cinco peças que iam ser o núcleo de outro livro, Jardins e riachinhos, de extensão insuficiente para dar outro volume, de cor, sabor e forma aparentados aos destes. Memórias da simbiose de Rosa menino com a natureza e os bichos são deveras exercícios da saudade e iridescente ternura²⁰⁰.

Com efeito, pode-se verificar no que diz respeito aos narradores da seção “Jardins e Riachinhos” uma semelhança mesmo parental. Contudo, tal parentesco parece não se restringir exclusivamente às cinco narrativas em si, nem mesmo, encerra-se nas demais narrativas de *Ave, palavra*. Este parentesco remonta, parece-nos, aos demais narradores rosianos, em uma perspectiva mais avançada ao seu antecedente mais primário: o viajante estrangeiro em seus relatos sobre o Brasil. Para tentar provar a plausibilidade dos traços dessa genealogia que aqui se expõe, vamos ao encontro com o pensamento de Sússekind em “O Brasil não é longe daqui”. Neste livro, a pesquisadora se refere à forma como se compôs inicialmente o narrador de ficção no Brasil:

É, em especial, com dois gêneros diversos e às vezes associados, a literatura não-ficcional de viagens – sobretudo a que se refere ao Brasil – e o paisagismo – sobretudo o que tematiza vistas e exuberâncias tropicais ou cenas pitorescas do cotidiano ou da ‘história’ local –, que se constrói essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX²⁰¹.

Ao se referir especificamente à manipulação dos elementos constitutivos dos relatos de viajantes estrangeiros por parte de Guimarães Rosa, Ávila (2008) já notara que: “Guimarães retomará no século XX os relatos de viajantes em sua objetividade crua: ali encontra material mais fresco do que os clichês ufanistas que subjazem aos textos dos escritores que o antecederam na ficcionalização do sertão”²⁰², a exemplo, poderíamos acrescentar: o que nos parece ocorrer em “Jardins e Riachinhos”. Nesta narrativa vamos ao encontro de narradores que nos revelam muito expressivamente duas das características fundamentais identificadas por Sússekind a respeito do narrador da literatura de viagens, quais sejam: o descritivismo e o paisagismo.

Através da narração, pode-se ver a exuberância do Jardim Fechado, espécie de metonímia do sertão, a lembrar o Jardim Fechado do Cântico dos Cânticos (4;12). Neste conto, não é exatamente uma paisagem natural que se desvenda através da narrativa, como o fizeram os viajantes estrangeiros que nos visitaram, à luz do naturalismo, em seus diários de

²⁰⁰ MARTINS COSTA, 2006, p. 209

²⁰¹ SUSSEKIND, 2000, p. 20

²⁰² ÁVILA, 2008, p. 104.

bordo. O que há de exuberante e pitoresco nesta narrativa é fruto da originalidade, da invenção e da qualidade poética do prosador que constrói uma paisagem imaginária.

O narrador rosiano está longe de se configurar como um “observador ameno”²⁰³, diferente do que se pôde notar tão frequentemente na narrativa dos viajantes estrangeiros que nos visitaram. Verifique-se o fragmento destacado abaixo, que consiste no primeiro parágrafo do conto a que se refere:

ATRÁS DE GRADE – os varões sumidos pela roseira-branca, da qual os galhos, de lenho, em jeito espesso se torciam e trançavam – começava outro espaço. Dele, a primeira presença dando-se no cheiro, mistura de muitos. De maior lembrança, quando se juntavam: o das rosas-chá; o da flor-do-imperador, de todos o mais grato; o do manacá, que fragra vago a limão; o dos guaimbés, apenas de tardinha saído a evolar-se; e, maravilha, delas só, o das dracenas. Era um grande jardim abandonado. Seu fundo vinha com as árvores. Seu fim, o muro musgoengo.

É notória na introdução da narrativa a presença do descritivismo e paisagismo que demarcam os contornos deste jardim, catalogam suas espécies e classificam suas fragrâncias, tal qual fizeram anteriormente os viajantes diante da paisagem natural e exótica que tinham diante de si. Contudo, essa descrição nos coloca diante de uma “visão filtrada”²⁰⁴ por parte de Guimarães Rosa para, ao contrário do que fizeram Eschwege e Wells diante da paisagem natural do Rio de Janeiro, descrever as muitas pequenas coisas da paisagem que a ele se apresenta. É possível averiguar a inscrição, no conto rosiano do “universo do olhar” a que Cardoso (2003) aludia, haja vista que:

O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado.²⁰⁵

Além disso, neste parágrafo a linguagem apresenta uma objetividade que não mais se encontra no decorrer da narrativa. Nele o narrador demarca a sua localização fora do universo que passa a narrar: é “ATRÁS DE GRADE”²⁰⁶ que ele exerce o seu ofício. É pela grade que o narrador se aproxima para olhar, mirar e ver melhor. Logo, a descrição a ser feita não pressupõe um projeto expedicionário e, contrariamente à descrição estabelecida pelo

²⁰³ SÜSSEKIND, 2000, p. 20

²⁰⁴ ROSA 1995, p. 1147

²⁰⁵ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 349

²⁰⁶ ROSA, 1995, p. 1167

viajante estrangeiro, não há um ponto de partida ou um ponto de chegada. A descrição tem início a partir do encontro com este jardim e tudo aquilo que está fora deste ambiente é desconsiderado. Sendo assim, a perspectiva de um olhar horizontalizado adotada por parte dos viajantes europeus é substituída na poética rosiana por uma verticalidade. Trata-se de um olhar que é capaz de ver e desconstruir, de um olhar que “pensa”, que “é a visão feita interrogação”²⁰⁷:

Assim, trinca e se rompe a superfície lisa e luminosa antes oferecida à visão, dando lugar a um lusco-fusco de zonas claras e escuras, que se apresentam e se esquivam à totalização. E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo: o logro das aparências, a magia das perspectivas, a opacidade das sombras, os enigmas das falhas, enfim, as vacilações das significações, ou as resistências que encontra a articulação plena da sua totalidade. Por isso o olhar não acumula e não abarca, mas procura; não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante sua empresa de inspeção e interrogação. Ao invés, pois da dispersão horizontal da visão, o direcionamento e a concentração focal do olho da investigação, orientado na verticalidade²⁰⁸.

A posição fora daquele lugar que lhe é objeto de estudo, por parte do narrador, é ao que nos parece, aquilo que Sússekind compreende como uma característica do “diálogo persistente com o relato de viagem e o paisagismo”²⁰⁹. A pesquisadora enfatiza que se trata de uma “necessidade que funciona como uma espécie de indicador prévio de deslocamento, distância, desenraizamento, marcas registradas – ora presentes sem que seus autores se apercebam disso, obra trabalhadas propositadamente por eles²¹⁰”. Ou seja, para a pesquisadora essa necessidade de “olhar-de-fora”, as paisagens objeto da literatura consistiam numa exteriorização da “sensação de não estar de todo” imerso naquela paisagem, sensação “semelhante à do visitante estrangeiro”²¹¹. Essa característica pode ser compreendida para a literatura das décadas de 30 e 40 do século XIX que ainda ressoava a monotonia da descrição dos naturalistas, contudo, no que diz respeito à poética rosiana, verifica-se que, passado este primeiro momento da narrativa, o narrador ingressa neste jardim e sonda seus menores detalhes. Haja vista que o autor descreverá uma paisagem imaginária, uma das marcas significativas será não o real, mas o surreal, não a clareza de um discurso objetivo, mas a desconstrução da objetividade. Parece que é esta técnica de olhar, descrita por Cardoso (2003)

²⁰⁷ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 349

²⁰⁸ CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 349

²⁰⁹ SÜSSEKIND, 2000, p. 20-21

²¹⁰ SÜSSEKIND 2000, p. 20-21.

²¹¹ SÜSSEKIND, 2000, p. 33

que permite a Rosa desenvolver uma narrativa que beira ao fantástico. É exatamente em virtude desta desconstrução que se pode perceber uma descontinuidade entre o perfil assumido pelo narrador rosiano e o perfil assumido pelo visitante estrangeiro. Na narrativa rosiana, assim como no “universo do olhar”, estabelecido por Cardoso (2003):

[...] deparamos com outra forma de articulação. Nele, vidente e visível misturam-se e confundem-se em cada modulação do mundo, em cada nó da sua tecelagem, mostram-se imbricados em cada ponto de sua indecisa extensão. E se a realidade os entrelaça, é porque o mundo visível não se dá mais como conjunto de ‘coisas’, rígidas e íntegras, positivas (como também não é matéria inerte nem caos que um sujeito, como demiurgo, molda e informa), mas como o contorno de um campo em que o sentido ora se adensa e se aglutina, ora se difunde e dilui numa existência rarefeita, sempre vazado de lacunas e indeterminação²¹².

Tudo isso é possível notar já no segundo parágrafo do conto, em que a descrição das espécies encontradas foge à fidelidade a qualquer catálogo naturalista:

Sem gente, virava-se em matagalzinho, sílvula, pequena brenha. À expansa, nos canteiros, surgiam bruscas espécies, viajadas no ar: a daninha formosa, a meiga praga, a rastejante viçosíssima, os capins que entrementes pululam. As próprias nobres plantas, de antes, desdormiam e deslavavam-se, ameaçadas em sua fresca debilidade. Afolham, regredidas, desmedidas, fecham-se em tufos. Do verde-mais-verde ou do verde-negro, adivinham-se obscuras clareiras, recessos onde as borboletas vão-se. Murcha-se muito, lá. Mesmo as rosas demoradas, que em seus ramos mofam ou enferrujam, enroladas às vezes em teias de aranhas. No liso, nas alamedas, empilham-se as folhas ressecas. Há flores prósperas, as que ensaiam vôo: o ouro faisão, traje o roxo e azul, a amiga alvura, o vermelho de doer na cor; lambe-as a desenhadora lesma. Há-as poentas de açúcar. Ou as amarelinhas que abrolham à tona do chão, florinhas questiúnculas. Sempre passeiam, ao rés-da-terra ou em relva, uns pequeninos entes: o tatuzinho que se embola, a escolopendra, os mínimos caramujos de casca tão frágil – o caracolzinho quadricórnio. A abelha faz e passa. E – o besouro – pronto. Ver a vespa, aventureira. Sobe, dos entreverdes, uma lenda sem lábios. Tudo fegoso e ruiforme: do que nas ruínas é repouso, mas sem seu selo de alguma morte. Antes a vida, ávida. A vida – o verde. Verdeja e vive até o ar, que o colibri chamusca. O mais é a mágica tranqüilação, mansão de mistério. Estância de doçura e de desordem²¹³.

É possível depreender do fragmento acima o descritivismo marcado pelo exotismo e pelo paradisíaco que permeava a descrição da descoberta da paisagem natural nas literaturas de viajantes estrangeiros sobre o Brasil. Relembre-se que essa descrição era marcada pelo encantamento diante da cena primitiva, “sem gente”, como quer o narrador, nunca antes

²¹² CARDOSO, in NOVAES, 2003, p. 349

²¹³ ROSA, 1995, p. 1167

penetrada, nem nunca antes percebida pelos sentidos humanos. Intocada por seres da cultura, a paisagem natural se oferece na sua pureza de mil maravilhas, jardim encantado, passível de apreensão para aquele narrador que, mais do que olhar, é capaz de ver.

Verifique-se que o segundo parágrafo de “Jardim Fechado” parece remontar o catálogo de seres e espécies tropicais exóticos, inventariados e colecionados pelo viajante. Há uma repetição dos procedimentos descritivos estabelecidos pelo viajante, contudo, trata-se de uma repetição sobre a qual se inscreve o signo da diferença, ou como quer Sússekind (1984), uma familiaridade sobre a qual se inscreve o signo da estranheza. Tudo parece ser construído “segundo o modelo dos ‘itinerários’ e das ‘notícias descritivas’ dos viajantes”²¹⁴, não obstante, Rosa foge aos padrões de um olhar e de um discurso objetivo. Se outrora, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, os escritores seguiam esse itinerário do qual nos fala Sússekind, guiados pelo naturalismo, Rosa, na década de 60 do século XX, guiado por sua imaginação criadora, recria-o de forma singular. Há na paisagem pintada por este narrador-paisagista inúmeras referências locais, como diria Hölderlin, no seu poema “Heimkunft”, citado por Sússekind: ‘tudo parece familiar’²¹⁵, mas é diverso o que se apresenta no resultado final.

Para Sússekind, a prática literária daquela época se resume em três características fundamentais, quais sejam: “originalidade”, a “natureza exuberante” e os “costumes peculiares”²¹⁶. Se lermos esta narrativa à luz dos postulados da literatura brasílica da década de 30 e 40 do século XIX é possível encontrar a essência daquela prática literária no que tange à originalidade. É absolutamente inovadora a forma como Rosa representa a imitação naturalista mesclando os tons de sua paleta e dando ao leitor da paisagem de tal jardim o sentimento de exotismo similar àquele conferido pelos viajantes estrangeiros ao descreverem a paisagem natural encontrada pelo caminho. No que tange ao segundo aspecto, pode-se pensar também numa certa preocupação do autor em tornar exuberante a paisagem de jardim fechado, a evocar o “horto das delícias”, a que se referia SBH (2000), ainda que essa paisagem não seja descrita na forma naturalista em *stricto sensu*. Já o terceiro aspecto foge à narrativa rosiana, haja vista ao narrador rosiano não é um narrador de costumes, em virtude de não raramente dar vazão para o ingresso de situações estranhas à prática cotidiana, a exemplo do conto “Jardim Fechado”, em que o narrador, longe de narrar uma situação comum, faz ingressar em seu romance uma cena com personagem do universo do maravilhoso, fugindo

²¹⁴ SÜSSEKIND, 2000, p. 34

²¹⁵ SÜSSEKIND, 2000, p. 36

²¹⁶ SÜSSEKIND, 2000, p. 24

pois, à rota pré-estabelecida pelos romancistas da década de 30 e 40 do século XIX, causando pois uma singular modificação nas cartas de orientação e itinerário, enfim, no mapa seguido pelos narradores de ficção do Brasil.

Contudo, o que se passa a narrar poderia ser ainda considerado pertencente *a priori* ao relato de viagens que é o encontro com o ser exótico, pertencente àquele ambiente. Relembre-se que anteriormente à instituição do controle do imaginário que promoveu diferenciações entre o romance e o relato de viagem, este último era conhecido como “o livro das maravilhas”²¹⁷. A respeito dos viajantes que percorriam a “Ásia fantástica”, por exemplo, já afirmava Costa Lima “não que se confessassem mentirosos ou tampouco ficcionais, mas serviam-se das chamadas ‘licenças poéticas’, que deleitavam, sem ferir a fé e os costumes – se é que não os corroboravam: a bondade divina fizera com que seus fiéis habitassem de preferência em um continente sem tais estranhezas”²¹⁸. A esta altura da narrativa, o que se narra longe de fazer parte do real, faz parte do surreal, do fantástico. Afinal, Rosa não pretende com suas narrativas contribuir para a fundação de uma história nacional, como prosadores de outrora, são outros os propósitos da sua literatura. Na narrativa rosiana, a paisagem natural parece funcionar como matriz, substrato sobre o qual serão construídas as paisagens imaginárias, e “aquilo a que se retorna – a terra natal, a origem – não aproximação”²¹⁹. Se a literatura das décadas de 30 e 40 do século XIX são pautadas pela “técnica pictórica neoclássica de Debret”²²⁰, as referências locais representadas na narrativa rosiana parecem ser pautadas pela técnica plástica do surrealismo. Se no século XIX o olhar do escritor era pautado pelo olhar panóptico do naturalista, a “visão filtrada” rosiana é agora conduzida pela desconstrução de objetividades e linearidades. Permanece o mesmo esquema descritivo do século XIX: referência local, moldada pela técnica estrangeira, contudo agora, tal técnica é antropofagicamente reinventada pela originalidade da poética rosiana. Destarte, se no século XIX a ficção era norteada pela estética romântica, pode-se ver, como sugere Rosenfield, que Rosa, no auge do modernismo, “retroavança”²²¹.

Todos estes motivos e, de forma particular, o discurso desenvolvido pelo narrador, nos fazem acreditar que o perfil do narrador rosiano é marcado por uma poética da cordialidade. Em “Jardim fechado” a percepção do espaço, tal como se dá, só poderia ser notada por uma visão aperfeiçoada por um “fundo emotivo extremamente rico e

²¹⁷ COSTA LIMA, 2009, p. 185

²¹⁸ COSTA LIMA, 2009, P. 185

²¹⁹ SÜSSEKIND, 2000, p. 36

²²⁰ SUSSEKIND, 2000, p. 39

²²¹ ROSENFELD, 2011, p. 22

transbordante”, por uma “subjetividade informada no meio rural”, que permite a Rosa dar à paisagem descrita o “tratamento poético, afetivo e estético”²²², que escapara ao naturalismo. Ou ainda como afirma Rosenfield, “Rosa tem, tal como os poetas gregos e os românticos, o olhar agudo para as correspondências e os sinais (a língua própria) da natureza. A pesquisadora ainda segue afirmando que o sertão rosiano é um “cosmos animado, que respira, vive e fala”²²³. Em “Jardim Fechado”, não estamos no sertão, dada as demarcações que o segregam de um espaço amplo, as delimitações específicas dos jardins, mas é como se recuperássemos o sertão por uma relação metonímica. Contudo, a afirmação da pesquisadora aqui também é verdadeira. Jardim fechado é também esse “cosmos animado” em que, conforme o narrador: “vive até o ar”, “sem seu selo de alguma morte”²²⁴.

As quatro narrativas que compõem a seção Jardins e Riachinhos da coletânea *Ave, palavra*, que versam sobre o Riachinho Sirimim, são exemplos precisos daquilo que vimos tratando neste trabalho como a poética da cordialidade que confere singularidade à construção do perfil dos narradores rosianos. É notória a preocupação de Rosa em dar a seus narradores a consciência de pertencimento ao universo agrário do qual é originário o autor referencial. Essa consciência permite aos narradores observarem e descreverem este universo rural com a propriedade daquele que se faz também pertencente a ele. É exatamente por isso que tais narradores detêm-se no que há de menor neste universo, pois nele são sempre “coisas muito pequenas que ocupam a atenção”²²⁵. Tais “quisquilhas da natureza” que Riobaldo se acostumara a observar, depois que conhecera Diadorim, são capazes de instruir, animar, distrair e trazer a tona emoções que remetem o ser humano ao que há de primordial em sua constituição: a sua relação de dependência com o universo natural. Esta dependência foi por muito tempo rejeitada na literatura brasileira moderna. Trazê-la à tona como o fez Rosa é classificado por Rosenfield como uma tarefa que o faz “retroavancar” haja vista que o autor volta às origens da literatura brasileira: o romantismo, mas avança com a apropriação desta estética no Brasil já que o autor trabalhou com as características imanentes ao romantismo mas aperfeiçoou o tratamento poético e estético de tais características de forma a dar a elas uma nova roupagem capaz de diferenciá-las substancialmente da forma como eram empregadas no romantismo praticado no século XIX. Afinal, nessa atividade de “retroavancar” defendemos que Rosa vai além do século XIX. Vai ao encontro do homem brasileiro que ainda não teve contato com os padrões modernos de desenvolvimento. Aquele

²²² HOLANDA, 2007, p. 160

²²³ ROSENFELD, 2011, p. 22

²²⁴ ROSA, 1995, p. 1167

²²⁵ ROSENFELD, 2011, p. 21.

que ainda conserva “ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”²²⁶. Que não se pauta pelas virtudes da civilidade, exatamente, por não se tratar de homem que teve contato com a civilização e sua forma de ser: a coerção que se expressa por seus “mandamentos e suas sentenças”, mas antes, pauta sua relação com o mundo e com os homens por “manifestações espontâneas”, pela “forma natural”²²⁷ de ser do homem cordial, aquele que talvez nem tenha tido uma existência real entre nós, mas que figura ainda miticamente hoje como simbologia do povo brasileiro.

A fim de comprovar o que vimos argumentando, analisemos alguns fragmentos da narrativa *O Riachinho Sirimim*. Desde o título da narrativa, a terminação *-inho*, certamente uma derivação da terminação *-inho* posposta à palavra *riacho* orienta desde já o leitor da narrativa à construção de uma imagem positiva marcada pela afetividade específica ao sujeito que desenvolveu uma “sensibilidade profundamente enraizada na natureza e no universo agrário”²²⁸. Sobre essa terminação, já nos alertava SBH: “A terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração”²²⁹. No âmbito da poética rosiana, é possível cogitar que também a terminação *-im* teria o mesmo significado, se pensarmos a exemplo disso nos nomes: *Diadorim*, *Miguilim* e *Sirimim*, o que corrobora a ideia de que no português brasileiro a estrutura correspondente ao diminutivo *-inho*, não raras vezes é a estrutura *-im*, assim como nos seguintes exemplos: *menininho*, /*neninim*/, *sozinho*, /*sozim*/, *riachinho*, /*riachim*/.

Apresentado o título da narrativa: ela assim se inicia: “SÓ A VOCÊS EU VOU CONTAR o riachinho Sirimim”²³⁰. Estamos diante da velha fórmula empregada por contadores de história para angariar a atenção do ouvinte/leitor e dar a ele a impressão de exclusividade da matéria a ser narrada. A velha fórmula se enquadra aqui perfeitamente, haja vista a tentativa do narrador em tornar o personagem central da história a ser narrada, digno de pauta exclusiva.

Ele é só ali, não é de mais ninguém. Em uma porção de grotinhas, ele vai nascendo. São muitos olhos-d’água, de toda espécie, um brota naquela pedreira, que tem atrás da casa do Pedro. Na grotta onde tem uma pedra grande, cortada pelo meio, e aí as abelhas aproveitaram uma fresta e fizeram

²²⁶ HOLANDA, 2006,

²²⁷ HOLANDA, 2006,

²²⁸ ROSENFELD, 2011, p. 21.

²²⁹ HOLANDA, 2006, p. 162

²³⁰ ROSA, 1995, p. 1171

casa dentro. Ali é a nascente mais alta, e uma das grandes. Ele nasce junto com o mel das abelhas²³¹.

Toda a descrição das imediações do Sirimim, e de forma específica, a descrição da abundância de água e mel, configuram o cenário de “horto das delícias”, de uma “paisagem edênica”, para usar as expressão de SBH²³². Essa narrativa que evoca a visão do “paraíso recuperado”, produzida no auge da modernidade, evoca ainda o questionamento acerca do interesse da recuperação dessa dicção edênica na narrativa rosiana. De um modo geral, é ainda SBH (2000) que relembra Mircea Eliade quando este cogita que “o empenho moderno de autores americanos no sentido de uma recuperação da história primordial”²³³, andaria associado:

ao desejo, entre intelectuais deste hemisfério, de voltar atrás, de encontrar a história primordial dos seus países. Denotaria também uma vontade de começar de novo, uma nostálgica ambição de reviver a beatitude e exaltação criadora das origens, em suma como uma saudade do Éden. Tudo isso trairia o empenho de recobrem os fundamentos religiosos dos países situados nesta banda do oceano. Mas o significado de tal fenômeno ainda lhe parece mais complexo. Seria possível igualmente discernir nele a aspiração de um renovamento de antigos valores e estruturas, a expectativa de uma radical *renovatio*, assim como é lícito interpretar a maioria das experiências recentes no campo das artes, distinguindo nelas não só o intento de ver destruídos todos os meios de expressão gastos pelo tempo e a usura, mas a esperança também de retornar *ab initio* a atividade artística²³⁴.

É notável o fato de a narrativa “O Riachinho Sirimim” ser completamente desprovida da linguagem exuberante repleta de composições lexicais elaboradas de outras narrativas rosianas, como, por exemplo, Jardim Fechado. N’O Riachinho Sirimim”, nem mesmo a linguagem ofusca a importância deste personagem, pois o narrador prioriza o resgate dos afetos espontâneos que ligam o homem ao seu meio natural o que passa também por uma exploração da expressão autêntica desta relação, conferindo à narrativa a fluidez das águas do Sirimim. Verifique-se ainda a “visão filtrada” do narrador rosiano a catalogar, como se contasse as peças pequenas de uma coleção aquilo que há de menor. Verifique-se que o olhar do narrador estabelece sempre uma circularidade, vagueia pela mata, pelas margens do Riachinho, pelas ações dos personagens, mas sempre retorna ao Sirimim. Como diria Cardoso (2003):

²³¹ ROSA, 1995, p. 1171

²³² HOLANDA, p. XV

²³³ HOLANDA, 2000, p. XVII

²³⁴ HOLANDA, 2000, p. XVII

ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de ‘ver de novo’ (ou ver o novo), como intento de ‘olhar bem’. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor...Como se irrompesse sempre da profundidade aquosa e misteriosa do olho para interrogar e iluminar as dobras da paisagem (mesmo quando ‘vago’ ou ‘ausente’ deixa ainda adivinhar esta atividade, o foco que rastreia uma paisagem interior) que, frequentemente, parece representar m mero ponto de apoio de sua própria reflexão²³⁵.

Parece ser exatamente esta necessidade de “ver de novo”, “(ou ver o novo)” que leva Guimarães Rosa a elaborar ainda: “Recados de Sirimim” e “Mais meu Sirimim”, narrativas em que o Riachinho reaparece como personagem principal, além da narrativa “As garças” em que também figura o riachinho.

No conto “As Garças”, último da seção “Jardins e Riachinhos”, é possível pensar em uma evocação da tradicional poesia bucólica. Essas aves exercem para o narrador deste conto o mesmo fascínio que o Manuelzinho-da-crôa exerceu para Riobaldo em *Grande Sertão: veredas*²³⁶ e certamente este é o mesmo fascínio que as aves exerceram em JGR por toda a sua vida, como atestam as várias páginas de cadernetas relativas ao tema e os livros acerca de ornitologia constantes em sua biblioteca como minuciosamente o analisa Luís Fernando de Andrade Figueiredo (2010). Esse pesquisador relembra a descrição feita por JRG, em carta datada de 1958, destinada aos seus pais, acerca de um tucano visto em Brasília:

‘eu acordava cada manhã para assistir ao nascer do sol, e ver um enorme tucano colorido, bellissimo, que vinha, pelo relógio, às 6hs15’, comer frutinhas, durante dez minutos, na copa alta de uma árvore pegada à casa, uma ‘tucaneira’, como por lá dizem. As chegadas e saídas desse tucano foram uma das cenas mais bonitas e inesquecíveis da minha vida²³⁷.

Diante da narrativa, uma pergunta parece-nos natural: como saberia JGR que aquele era o mesmo tucano sempre? Qual singularidade distinguia este exemplar dos demais tucanos, ao olhar do escritor JGR? É sabido que na tradição literária da poesia bucólica os pássaros são elementos imprescindíveis nos jardins dos poetas, haja vista que são capazes de levar o poeta à distração, à inspiração, à reflexão. Se à pergunta elaborada acima não se pode

²³⁵ CARDOSO, in: NOVAES, 2003, p. 348.

²³⁶ No romance várias são as espécies de aves mencionadas. A este respeito, conferir: REIS, Diogo. *As aves do Grande Sertão: veredas*. Disponível em: <http://relendorosa.blogspot.com.br/2010/12/os-passaro-de-gumaraes-rosa.html>. Acessado em 01.02.2016

²³⁷ ROSA, J. G. *Relembrações*: João Guimarães Rosa, meu pai. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Cf. FIQUEIREDO, L.F.A, João Guimarães Rosa e suas aves: ele era um observador de aves? Revista: *Atualidades ornitológicas*. On-line n.º 153. Janeiro/Fevereiro 2010. Disponível em <http://www.ao.com.br/download/ao153_33.pdf>. Acessado em 01.02.2016.

chegar a uma resposta segura, parece-nos que é possível afirmar que se trata esta cena da mesma descrita no conto “Os cimos” de *Primeiras Estórias*? Verifiquemos:

Havia o tucano – sem jaça – em vô e pouso e vô. De novo, de manhã, se endereçando só àquela árvore de copa alta, de espécie chamada mesmo tucaneira. E dando-se o raiar do dia, seu fôlego dourado. Cada madrugada, à horinha, o tucano, gentil, rumoroso: chégochégochégo... – em vô direto, jazido, rente, traçado macio no ar, que nem um naviozinho vermelho sacudindo devagar as velas, puxado; tão certo na plana como se fosse um marrequinho deslizando para a frente, por sobre a luz de dourada água. [...]

Mas o tucano, sem falta, tinha sua soência de sobrevir, todos ali o conheciam, no pintar da aurora. Fazia mais de mês de isso principiara. Primeiro, aparecera por lá uma bandada de uns trinta deles, vozeantes, mas sendo de-dia, entre dez e onze horas. Só aquele ficara, porém, para cada amanhecer. Com os olhos tardos tontos de sono, o bonequinho macaquinho em bolso, o Menino apressuradamente se levantava e descia al alpendar, animoso de amar. [...]

Esperava o tucano, que chegava, a-justo, a-tempo, a-ponto, às seis-e-vinte da manhã; ficava, de arvoregem, na copa da tucaneira, futricando as frutas, só os dez minutos, comidos e estrepulados. Daí, partia, sempre naquele outro-rumo, no antes do pingado meio-instante em que o sol arrebolava redondo do chão; porque o sol era às seis-e-meia. O Tio media tudo no relógio.

De dia, não voltava lá. Se donde vinha e morava – das sombras do mato, os impenetráveis? Ninguém soubesse seus usos verdadeiros, nem os certos horários: os demais lugares, aonde iria achar comer e beber, sobre os pontos isolados. Mas o menino pensava que devia acontecer mesmo assim –que ninguém soubesse. Ele vinha do diferente, só donde. O dia: o pássaro. [...]

A tornada do pássaro era emoção enviada, impressão sensível, um transbordamento do coração. O Menino o guardava, no fugidir, de memória, em feliz vô, no ar sonoro, até à tarde. O de que podia se servir para consolar-se com, e descobrir-se, por escapar do aperto de rigor – daqueles dias quadriculados²³⁸.

A forma emocionada, sob o crivo do olhar purificado de uma criança com a qual Rosa relata o encontro com este tucano em *Os Cimos*, faz-nos lembrar Borges, em *Outras Inquisições*, quando esse filósofo cita *O mundo como vontade de representação no momento em que Schopenhauer propõe*:

‘Perguntemo-nos com sinceridade se a andorinha deste verão é outra que não a do primeiro e se realmente o milagre de tirar algo do nada ocorreu milhões de vezes entre as duas para ser fraudado outras tantas pela aniquilação absoluta. Quem me ouvir assegurar que este gato aqui brincando é o mesmo que saltitava e traquinava neste lugar há trezentos anos pensará de mim o que quiser, mas loucura mais estranha é imaginar que é fundamentalmente outro’.

²³⁸ ROSA, 1995, p. 512

Ou seja, o indivíduo é de certo modo a espécie, e o rouxinol de Keats é também o rouxinol de Rute²³⁹.

No fragmento acima Schopenhauer alude ao poema *Ode a um rouxinol*, composto por John Keats, vinte e cinco anos antes da publicação do segundo volume do livro do filósofo alemão. O poeta, na circunstância, “tísico, pobre e talvez desafortunado no amor”, “em um jardim em Hampstead, à idade de vinte e três anos”, circunstância em que sentiu “sua própria mortalidade, e contrastou-a com a tênue voz imorredoura do invisível pássaro”, assim escreveu, ao som do “eterno rouxinol de Ovídio e de Shakespeare”²⁴⁰:

Tu não nasceste para a morte, ave imortal!
 Não te pisaram pés de ávidas gerações;
 A voz que ouço cantar neste momento é igual
 À que outrora encantou príncipes e aldeões:
 Talvez a mesma voz com que foi consolado
 O coração de Rute, quando, em meio ao pranto,
 Ela colhia em terra alheia o alheio trigo;
 Quem sabe o mesmo canto
 Que abriu janelas encantadas ao perigo
 Dos mares maus, em longes solos, desolado.

Desolado! A palavra soa como um dobre,
 Tangendo-me de ti de volta à solidão!
 Adeus! A fantasia é véu que não encobre
 Tanto como se diz, duende da ilusão.
 Adeus! Adeus! Teu salmo agora tristemente
 Vai-se perder no campo, e além, no rio silente,
 Nas faldas da montanha, até ser sepultado
 Sob o vale deserto:
 Foi só uma visão ou um sonho acordado?
 A música se foi – durmo ou estou desperto?²⁴¹

Os pássaros, independente das espécies a que pertençam, são, no jardim dos poetas, ‘atributo fixo, imutável, das primaveras poéticas, dos cerrados bosques umbrosos, dos jardins de delícias, que os poetas não se cansam de celebrar’²⁴². Parece-nos que é neste sentido que JGR descreve as garças, no conto de *Ave, palavra*: verifique-se:

²³⁹ BORGES, J.L; O rouxinol de Keats. In: Outras inquisições. Disponível em http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/ruisenor_borges.pdf. Acessado em 01.02.2016

²⁴⁰ BORGES, J.L; O rouxinol de Keats. In: *Outras inquisições*. Disponível em http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/ruisenor_borges.pdf. Acessado em 01.02.2016

²⁴¹ KEATS, John. *Ode a um rouxinol*. Tradução: Augusto de Campos .Vialinguagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 142-149)

²⁴² N.A. Leonardo OLSCHKI, *Storia Letteraria dele Soperte*, págs. 17 e 20. Referindo-se especialmente ao ‘rouxinol’ de Colombo, observa ainda Olschki: ‘A paisagem do Haiti, como a viu Colombo, era a realização

JÁ ERAM CONHECIDAS NOSSAS. Juntas, apareciam, ano por ano, frequentes, mais ou menos no inverno. Um par. Vinham pelo rio, de jusante, setentrionais, em longo vôo – paravam no Sirimim, seu vale. Apenas passavam um tempo na pequenina região. Vivida a temporada, semanas, voltavam embora, também pelo rio, para o norte, horizonte acima, à extensão de suas asas. Deviam de estar em amores, quadra em que as penas se apuram e imaculam; e, às quantas, se avisavam disso, meiga meiramente, com o tão feio gazear. Eram da garça-branca-grande, a exagerada cândida, noiva. Apresentavam-se quando nem não se pensava nelas, não esperadas. Por súbito: somente é assim que as garças se suscitam. Depois, então, cada vez, a gente gostava delas. Só sua presença – a alvura insidiosa – e os verdes viam-se reverdes, o céu-azul mais, sem empano, nenhuma jaça. Visitavam-nos porque queriam, mas ficavam sendo da gente. Teriam outra espécie de recado²⁴³.

Qual recado? Esta última frase da citação remete-nos ao conto “O Recado do Morro”, conto integrante do livro: *No Urubuquaquá, no Pinhém*, cuja ambientação é o Morro da Garça, em Minas Gerais. Lugar ponto de encontro de viajantes que se deslocavam entre a Bahia e as minas de ouro em Sabará. Em “Recado do Morro”, o recado em si é a mensagem de mal agouro, uma mensagem de morte enviada à personagem principal do conto. Se é diversa a espécie de recado emitida pelas garças do conto homônimo, e se realmente é plausível a hipótese de alusão por parte de Rosa ao conto “O Recado do Morro”, nesta frase final da citação, poderíamos dizer que o recado das garças de *Ave, palavras* seria então o recado de um bom presságio, talvez o “sinal certo do bom chover” que permite a renovação da vida nas intermediações do Riachinho Sirimim e também a renovação da vida para o próprio riacho.

Percebe-se que em todos os textos da seção “Jardins e Riachinhos”, de *Ave, Palavra*, recria-se o topos da visão do paraíso que desde as cartas de Cristóvão Colombo marcam a literatura de viagens sobre o Novo Mundo. Como nos diz SBH (1994): “o abandono à simples emoção, sem derivativo para a especulação ou os desvarios, transparece insistentemente, e já de início, dos escritos de todos os cronistas lusitanos”. É exatamente este tom de “abandono à simples emoção”, que faz Rosa incursionar por este “fundo emotivo extremamente rico”²⁴⁴, que se inscreve na narrativa acerca do Sirimim e que é capaz de evocar nas narrativas citadas, como diria SBH (1994) “se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo

desse esquema literário que o Dante bebera numa longa tradição literária, transfigurando-a em sua fantasia e em seu estilo. Infinitas, na literatura medieval, são as variantes desse motivo, que reaparece nas descrições do Paraíso, dos jardins de amor e delíciais, de uma natureza hirta, entre árvores sempre verdes e pássaros sempre músicos, a viver numa primavera constante’. In: HOLANDA, 2000, p. 39

²⁴³ ROSA, 1995, p. 1187

²⁴⁴ HOLANDA, 1994, p. 148

digno dele”²⁴⁵. Não seria esse Riachinho Sirimim o “horto das delícias”²⁴⁶? Afinal, é de lá que “o mel também mereja, daquela pedra, junto do lugar que nasce a água”, lugar de “Eva lavar as panelas”, onde formiga “não dá”, Sirimim que atravessa uma noite e um luar com os “vaga-lumes vindos, os curiangos cantando, perto e longe, por cima do mundo inteiro”. Enfim, Sirimim que harmoniza “toda a vida, todas as vidas, sim”²⁴⁷. Seria o Sirimim lugar onde se instauraria “o perfeito acordo entre todas as criaturas, a feliz ignorância do bem e do mal, a isenção de todo mister penoso e fatigante, e ainda a ausência de dor física e da morte”²⁴⁸?

II.2.2 O NARRADOR ROSIANO E AS TRAVESSIAS PERIGOSAS

II.2.2.1 SARAPALHA OU SOBRE COMO O SERTÃO ACABA COM A CIDADE

Em inúmeras narrativas rosianas é possível ouvir um canto de louvor a Minas Gerais. Os narradores, tais quais poetas telúricos, falam da terra vivida, amada e muitas vezes idealizada pelo autor referencial, tornando possível distinguir um sentimento de pertencimento da poética rosiana ao lugar de origem do autor referencial. Não obstante, há narrativas do autor mineiro em que é possível perceber a transformação deste louvor em um mapeamento de dissabores e perigos. Para o narrador de “Terra Vis”: “hoje em dia está mais ou menos comprovado que tudo irradia”, logo: “como não irradiará então o chão, com sua imensa massa, misturada de elementos?” .

De fato, entre as narrativas rosianas há aquelas em que se pode notar quão tórrido pode ser um determinado espaço e as influências negativas dessas terras sobre os organismos vivos. É exatamente essa conclusão que levou o narrador de “Terra Vis” a lembrar Cícero, em *De Divinatione*, quando este afirma categoricamente que “era uma força emanada da terra o que animava a Pitoniza”, pois: “não vemos que são várias as espécies de terras? Delas há que são mortíferas, como Ampsanctus, no país dos Hispinos, e Plutônia, na Ásia, as quais eu mesmo vi. Há terrenos pestilentos, e há os salubres; alguns engendram homens de espírito agudo, outros produzem seres estúpidos. Esse é o efeito dos diferentes climas, mas também das disparidades dos eflúvios terrestres”²⁴⁹.

²⁴⁵ HOLANDA, 1994, p. 184

²⁴⁶ HOLANDA, 2000.

²⁴⁷ ROSA, 1995, p. 1171-1173

²⁴⁸ HOLANDA, 1994, p. 150

²⁴⁹ ROSA, 1995, p. 1151

Estas elucubrações do narrador de “Terrae vis” são confirmadas na narrativa “Minas Gerais”, quando o narrador assim descreve o mineiro: “atencioso, sua filosofia é o da cordialidade universal, sincera; mas, em termos”, “não tolera tiranias, sabe deslizar para fora delas. Se precisar, briga. Mas, como ouviu e não entendeu a pitonisa, teme as vitórias de Pirro”²⁵⁰, afinal, “de Minas, tudo é possível”, e refletindo, lança ao fio da navalha:

viram como é de lá que mais se noticiam as coisas sensacionais ou esdrúxulas, os fenômenos? O diabo aparece, regularmente, homens e mulheres mudam anatomicamente de sexo, ocorrem terremotos, trombas d’água, enchentes monstras, corridas-de-terreno, enormes ravinamentos que desabam serras, aparições meteóricas, tudo o que aberra e espanta²⁵¹.

Verifique-se que, muito embora a narrativa “Minas Gerais” seja lembrada sempre como a grande narrativa de louvor aos encantos da terra mineira, é possível dela depreender todo o contrário que fundamenta, por exemplo, a descrição do ambiente não raro assustador do *Grande sertão: veredas*, ambiente que comprova a tese do narrador de “Terrae vis”. Neste aspecto, Rosa volta à fonte dos diários de viajantes. Quando o interlocutor de Riobaldo inicia a sua narrativa é possível ver claramente, em seu discurso, a imagem do *locus horribilis* que não raro se lê nos diários de viajantes estrangeiros. Quem nos atesta saborosamente isto é, mais uma vez, o viajante inglês James Wells:

Na manhã seguinte, quando me levantei de uma cama limpa e confortável em um quarto bem arrumado, senti instintivamente que estava dando um longo adeus a tais luxos²⁵². É muito bonito um viajante discorrer sobre o encanto da ‘vida rústica’, mas embora esses questionáveis encantos possam ser grandes, um retorno ocasional aos confortos da vida civilizada não pode deixar de ser muito apreciado. O Senhor Francisco acompanhou-me por uma parte do caminho, para indicar-me onde ficava o alojamento de F., às margens do Córrego do Leiteão²⁵³. Eu ouvira relatos tão terríveis sobre a insalubridade das cercanias desse córrego que indaguei de meu acompanhante se eles eram verdadeiros.

‘Absolutamente’, respondeu ele, ‘é perfeitamente salubre, mas, mais para baixo, para onde você está indo, é realmente horrível’.

‘Diga-me, meu amigo, é esta a região denominada sertão?’

‘Não, o sertão é mais para baixo também.’

²⁵⁰ ROSA, 1995, p. 1162

²⁵¹ ROSA, 1995, p. 1162

²⁵² N.A. Só quinze meses depois tornei a ver outra habitação realmente humana, a de Macombo, no rio São Francisco, próximo a Januária. WELLS, Vol. I, p. 204

²⁵³ N.A. Em inglês, Sucking-pig, stream

Aí eu parei para pensar e comecei a duvidar das muitas lendas sobre o sempre-distante sertão lá no obscuro ‘mais para baixo’; pois, desde que saíra de Barbacena, em diferentes lugares, as pessoas, ao saber da nossa prolongada expedição, tinham prognosticado perigo, desastre e morte, seja nas mãos dos fora-da-lei, índios selvagens, febres, inanição, cobras, onças, etc., assim que chegássemos ao sertão bravio. A princípio pensei que ele começava em Capela Nova; mas os capela-novense repeliram a imputação, confessando, porém, que em Santa Quitéria e *mais para baixo*, sim senhor, lá eu podia esperar alguma coisa. Em Santa Quitéria indicaram-me Inhaúma e, nesta, Tabuleiro Grande, todavia ele fica ainda ‘mais para baixo’. Todos os casos que se ouvem no Brasil sobre localidades distantes devem ser tomados *cum grano*, embora haja sempre uma base para as histórias, por mais exageradas que elas sejam²⁵⁴.

Conforme Myriam Ávila (2008), “esse sertão que escapa sempre, inalcançável, é glosado no início da narração de Riobaldo e se torna a partir daí uma espécie de mote, uma daquelas ‘frases-recado’ de que fala Willi Bolle”²⁵⁵. Ora, é exatamente esse um dos aspectos centrais elaborados por Riobaldo em sua narrativa, já nas primeiras páginas.

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte²⁵⁶.

Myriam Ávila (2008) já intuía que o diálogo entre Wells e Rosa era evidente, ainda que a princípio não houvesse provas documentais acerca da leitura de Wells por parte de Rosa. À época de Rosa, não havia no Brasil edições do livro de Wells, tendo a primeira edição sido traduzida por essa pesquisadora, em 1995. Contudo, era possível pensar que em viagens à Inglaterra, sobretudo nas visitas às bibliotecas inglesas, o autor tivesse em algum momento lido com cuidado o livro do viajante inglês. Seguindo essa intuição, Ávila escreveu vários artigos em que perscruta o diálogo de Rosa com Wells, diálogo que se apresenta, como demonstra a pesquisadora, em diversos momentos das narrativas rosianas. Para a pesquisadora:

²⁵⁴ WELLS, vol. I, p. 204-205. (Grifos do autor)

²⁵⁵ ÁVILA, 2008, p. 107

²⁵⁶ ROSA, 1994, p. 3-4

O confronto entre o livro de viagem do inglês James Wells, Três mil milhas através do Brasil, com Grande Sertão: veredas permite rastrear de forma clara essa reutilização das questões colocadas pelo estrangeiro, dando a impressão de que Guimarães Rosa seguiu passo a passo o percurso de Wells de sua arrogância/ignorância inicial até a compreensão de que havia chegado ao limite do seu discurso, momento em que se acha diante de uma vastidão inexplorada na fronteira entre Bahia e Goiás, uma espécie de Liso do Suçuarão”²⁵⁷

Durante as pesquisas realizadas por esta doutoranda para a escrita desta tese, no ano de 2012, junto ao Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, pôde-se constatar, pelas anotações feitas por Rosa em sua caderneta nº 3, que a intuição de Ávila além de arguta, pela inteligência em decifrar pistas do viajante inglês nas narrativas rosianas, correspondia ao que de fato se dera: Rosa realmente leu James Wells (!) e assim o registra:

1. “as terríveis travessias, sem água e sem vegetação, em muitos lugares cobertos de sol; os viajantes levam dias a transpô-las.”

[v. o livro de James W. Wells] (Londres, 1886)

O diário do viajante apresenta-nos vários momentos em que a travessia realizada por ele e sua equipe traz um risco de morte, mas uma em especial nos chama a atenção pela oportunidade que oferece em cotejar a perspectiva da narração desenvolvida por Wells e a narrativa desenvolvida por JGR, qual seja: a passagem do viajante pelo vale do rio São Francisco, na época da epidemia de malária que assolou aquele lugar. Curiosamente, a narrativa *Sarapalha* apresenta-nos também um ambiente sombrio e pestilento que sofre do mesmo mal descrito por Wells e cuja origem é o mesmo Vale do São Francisco, percorrido por Wells.

Norinne Lacerda-Queiroz *et al*²⁵⁸ lembra que a malária é abordada por JGR em várias narrativas como *Grande Sertão: Veredas*; *Buriti* e *A hora e a vez de Augusto Matraga*, mas é em *Sarapalha*, conto presente em *Sagarana*, que Rosa realiza uma “cuidadosa e atenta narrativa da malária, fidedigna à literatura científica, mas expressa na linguagem do sertanejo”²⁵⁹. A pesquisadora destaca ainda que:

²⁵⁷257 ÁVILA, 2008, p. 107

²⁵⁸ LACERDA-QUEIROZ, N. ; QUEIROZ SOBRINHO, A; TEIXEIRA, A. L. As representações da malária na obra de João Guimarães Rosa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, n.º2 abri-jun. 2012, p. 475-489

²⁵⁹ Op. cit

devido a sua enorme importância como causa de sofrimento, a malária suscitou interesse entre médicos e cientistas, humanistas, historiadores, escritores e religiosos. Relatos diversos permitem reconhecer sua presença em escritos chineses de 3000 a.C., nas tábuas cuneiformes mesopotâmicas e em escrituras vedas na Índia (Carter, Mendis, 2002). Na história médica ocidental, há referências à malária desde Hipócrates (460-377 a.C.), que descreveu sinais clínicos (esplenomegalia) e os diferentes padrões de febre associados à doença (Pappas, Kiriaze, Falagas, 2008).

Conforme Camargo (2003), a malária esteve presente, no Brasil de finais do século XIX “em todo o território nacional”, sobretudo na região da Amazônia, palco de uma grande epidemia desta doença, mas também atingiu “todas as capitais brasileiras, tendo recuado apenas após a 2ª Guerra Mundial, quando recrudescer na região da Amazônia, estima-se que existia “6 milhões de casos de malária por ano no início do século XX”²⁶⁰.

Essa temática oferece-nos aqui uma oportunidade para novamente aproximar a narrativa desses autores, verificando a similaridade e descontinuidades das abordagens e as variações formais e estéticas entre os textos.

A certa altura de sua narrativa, Wells confessa a sua ansiedade por conhecer o vale do rio São Francisco alvo de tantos registros entusiastas por parte dos viajantes que o inglês lera antes de iniciar sua expedição:

Este rio fora por tanto tempo o objetivo de minhas expectativas, tinha sido tão discutido e tão falado, tantas histórias tinham sido relatadas sobre suas supostas maravilhas e perigos míticos, que minha imaginação havia há muito elaborado imagens de algo extraordinário. Eu sentia indefinidamente que estava no limiar do maravilhoso, todavia, enquanto descíamos cavalcando pelo vale do Buriti Comprido, através de um cerrado interminável e ordinário, e finalmente emergindo em um longo charco, franjado em sua extremidade mais distante por um cinturão estreito de floresta de menos de 100 jardas de largura, que coroava as margens do rio – ora, minhas loucas fantasias foram se esvaindo gradualmente; era tudo muito prosaico, e extremamente quente e abafado²⁶¹.

A descrição de Wells é característica do conflito existente entre a experiência e a fantasia, analisados por SBH em *Visão do Paraíso*. Conforme SBH, o “gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos” ainda está presente em seu relato mesmo após a passagem de séculos entre a

²⁶⁰ CAMARGO, Erneu Plessmann. Malária, Maleita, Paulidismo. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci_arttext. Acessado em 10/05/2016

²⁶¹ WELLS, 1995, p. 217-218

narrativa do viajante e a narrativa dos grandes descobrimentos, mesmo assim, o conflito aludido por SBH ainda apresenta-se em seu discurso de conquistador europeu eivado do “sonho de riquezas fabulosas” uma vez que se coloca diante das limitações e ameaças naturais que a região do São Francisco emanava àquela época. SBH (2000) já alertara que para muitos viajantes à época do descobrimento marítimo, o espetáculo natural era tão fidedigno quanto as fantasias, sobretudo a fantasias desenvolvidas por outros, não a própria fantasia.

Mudam-se os tempos, mudam-se os homens, mas a prática discursiva do colonizador é perene. SBH (2000) pondera ainda que não se poderia esperar algo diferente para homens “em que a tradição costumava primar sobre a invenção, e a credulidade sobre a imaginativa. De qualquer modo, raramente chegavam a transcender em demasia o sensível, ou mesmo a colori-lo, retificá-lo, complicá-lo, simplificá-lo, segundo momentâneas exigências”²⁶².

Contudo, no que diz respeito ao episódio de travessia do Rio São Francisco por Wells e sua equipe, o viajante se vê diante do esgotamento daquela prática discursiva, sendo imperativo narrar as desventuras ali sofridas, retificando a imagem cristalizada nos diários de viajantes acerca daquela localização:

Os mosquitos eram lépidos e assobiavam suas lúgubres notas à nossa volta, o ar estava quente e opressivo, havia um cheiro e uma sensação penetrantes de lodo, as folhas dos arbustos mais baixos, as folhas em decomposição no chão da floresta, as margens, as toras velhas e troncos mortos eram cinzentos de lama depositada de antigas inundações; e além das longas faixas de mata havia longos trechos de capinzal pantanoso, contendo aqui e ali poças de água estagnada; mais para longe, a terra se eleva, às vezes em suas aclives, às vezes em precipitosas penhas cobertas de capim, até os altos tabuleiros que encerram o vale do rio. Na base desses penhascos aparecem novamente compridos cinturões estreitos de floresta. O calor se irradiava em raios tremulantes, desde os pântanos úmidos em evaporação; uma quietude opressiva reinava, os pássaros eram poucos e silenciosos, mesmo o zumbido de insetos, mal era perceptível, apenas o murmurejar do rio ao correr sobre um tronco submerso, ou o pulso ocasional de um peixe, perturbavam o silêncio que fazia o calor parecer mais sufocante – um calor úmido, como um banho de vapor, que fazia as roupas da gente grudarem de tão molhadas. Certamente era uma localidade que sugeria a ocorrência de febres, parecendo especialmente preparada para este objetivo, e a perspectiva de uma longa residência nela não era nada alvissareira; um lugar acerca do qual é preferível ler em casa do que morar lá; aparentemente não havia nada para compensar seus defeitos, nada de caça, nada de índios selvagens para animar as coisas, nenhum divertimento de qualquer tipo, nada a esperar, exceto febres e cobras, e estas poderiam talvez fornecer alguma mudança ocasional²⁶³.

²⁶² HOLANDA, 2000, p. 1

²⁶³ WELLS, 1995, Vol. I, p. 218

Há na descrição de Wells todo o contrário da descrição das paisagens edênicas. A começar pela descrição do clima e da temperatura, desconstruindo o ideal da “perene primavera e invariável temperança do ar”, o calor, a ausência de aves canoras, o terreno pantanoso, a ausência de prados verdejantes, e a presença de mosquitos e a terrível ameaça da ocorrência de febres que eles sugerem remetem à insalubridade e pestilência perigosa, os maus ares metaforizam, portanto o ingresso do mal naquele lugar tornando pouco alvissareira a ideia de permanência ali, haja vista a ameaça à longevidade que sinaliza a descrição, desconstruindo a imagem paradisíaca que traçaram os viajantes lidos por Wells.

Em Sarapalha, Rosa realiza uma descrição da paisagem natural semelhante relacionando os pântanos formados pelo transbordamento do rio Pará e as ocorrências de malária.

Em abril, quando passaram as chuvas, o rio – que não tem pressa e não tem margens, porque cresce num dia mas leva mais de mês para minguar – desengordou devagarinho, deixando poços redondos num brejo de ciscos: troncos, ramos, gravetos, coivara; cardumes de mandis apodrecendo; tabaranas vestidas de ouro, encalhadas, curimatãs pastando barro na invernada; jacarés, de mudança, apressados, canoinhas ao seco, no cerrado; e boias sarapintados, nadando como búfalos, comendo o murerê-de-flor-roxa flutuante, por entre as ilhas do melosal. Então, houve gente tremendo, com os primeiros acessos da sezão²⁶⁴.

O narrador relembra a origem da malária na região: o vale do São Francisco: região que Wells descreve em seu diário:

Ela veio de longe, do São Francisco. Um dia, tomou caminho, entrou na boca aberta do Pará, e pegou a subir. Cada ano avançava um punhado de léguas, mais perto, mais perto, pertinho, fazendo medo no povo, porque era sezão da brava – da “tremedeira que não desamontava” – matando muita gente²⁶⁵:

Curioso perceber como a narrativa de Wells desconsidera o sertanejo e a forma como a malária influencia a vida dos habitantes do vale do Rio São Francisco, demonstrando desconhecimento quando ao impacto da epidemia sobre a população nacional. Nesse episódio suas preocupações não se desviam em nenhum momento de seus objetivos profissionais, trabalha obstinadamente para realizar a instalação dos trilhos da ferrovia, contudo, nota-se que

²⁶⁴ ROSA, 1995, p. 281

²⁶⁵ ROSA, 1995, p. 281

a modernidade ali não chegará tão facilmente. O sertão se impõe com tal força sobre os projetos do engenheiro que ele vê toda a sua equipe vitimada pela endemia:

O tempo agora se tornara extremamente quente e abafado, e os insetos não constituíam nenhum paraíso. [...]

À medida que a estação avançava, mais e mais os homens caíam vítimas da febre e da sezão, todavia, durante algum tempo, eles perseveraram resolutos no trabalho, e até caçoavam um do outro quando um deles era tomado pelos conhecidos sintomas, uma fisionomia abatida e pálida e tremores pelo corpo; vários voltavam ao trabalho nos intervalos dos ataques, mas muitos partiam para suas casas, e muito tempo valioso foi perdido por insuficiência de mão-de-obra e por eu ter de vasculhar a região em busca de outros homens.

[...] Todos os engenheiros caíram com febre; nem um único dos meus homens tinha escapado; meu assistente estava gravemente doente, chegava a delirar; todos os meus antigos seguidores de Tabuleiro Grande foram dados como inválidos; um especialmente, o Teixeira, estava tão debilitado que não conseguia andar, seus membros estavam inchados e seu corpo emaciado, sua cara morena, macilenta, estava fantasmagórica. A maioria dos homens voltara para suas casas, e seis deles, eu soube, morreram mais tarde. O clímax foi atingido quando um dia os poucos homens que sobravam vieram ver-me em grupo, e declararam sua intenção de abandonar-me e partir imediatamente. Conversei, pedi, adulei, ameacei, tudo inútil. Só pude convencê-los a levar os inválidos para algum lugar, qualquer lugar, o que eles prometeram fazer; nenhum argumento os induziria, nem a um só deles, a ficar, eles disseram que era suicídio permanecer em tal lugar²⁶⁶

A equipe de Wells comungava da mesma opinião de um outro doutor: aquele que passara por Sarapalha, com ares de naturalista, pois que “vivia atrás dos mosquitos, conhecia as raças lá deles, de olhos fechados, só pela toada da cantiga”²⁶⁷, explicava “que era o mosquito que punha um bichinho amaldiçoado no sangue da gente”²⁶⁸ e passara pelo arraial “dando a despedida p’ra o povo do povoado” incentivando a evacuação, advertindo do risco de morte aos moradores já que “não adianta tomar remédio, porque o mosquito torna a picar”, exortando: “todos têm de se mudar daqui”, suplicando “mas andem depressa, pelo amor de Deus!”²⁶⁹ e dando-lhes o “prazo de um ano” para que permanecessem distantes daquele lugar.

Mas Wells não comungava daquela opinião e, após perder a sua equipe, vai até a Cidade de Curvelo em busca de auxílio médico para um de seus companheiros de trabalho, para isso coloca-o sobre um burro e segue viagem chegando a atravessar o Rio do Peixe em forte correnteza até chegarem a uma hospedaria no arraial de Bagre onde encontrara dois amigos ingleses e Wells pode finalmente reunir outra equipe de trabalho.

²⁶⁶ WELLS, 1995, p. 26

²⁶⁷ ROSA, 1995, p. 285

²⁶⁸ ROSA, 1995, p. 286

²⁶⁹ ROSA, 1995, p. 286

O viajante chega ao cúmulo da cegueira de acreditar que a malária só não era erradicada daquele lugar por indolência dos moderadores, que não adotavam técnicas de higiene e profilaxia suficientes para tal. Ele narra como escapou por longo tempo ao contágio pela malária:

Eu tinha até então escapado às febres, mas não podia racionalmente contar com uma isenção prolongada. Minha até então boa sorte não poderia ser atribuída a nenhum poder físico de resistência às influências da malária, já que membros constitucionalmente mas fortes da equipe já tinham caído vítimas, mas principalmente a umas poucas medidas preventivas de conhecimento comum que eu adotara, ou seja, expulsar o máximo possível de ar noturno do interior do rancho por meio de fogueiras, e cobrir a cama com uma tenda pequena de morim e mosquiteiros; não sair do rancho antes que o orvalho da manhã fosse dissipado pelo sol, e mesmo então, só sair depois de tomar um ou dois grãos de quinino com café e ovos; não tomar nenhuma água suspeita, mesmo com a boca seca e crestada; fumar em toda parte e manter a boca o mais fechada possível, permanecer dentro de casa após o pôr-do-sol, e ocupar um local bem acima dos brejos. Todos os meus colegas haviam sofrido e ainda sofriam, e nem um homem, dos sessenta e cinco que haviam trabalhado para mim, escapara de um ataque. Em uma das seções rio abaixo, o engenheiro suspendera o trabalho até a chegada da estação fria. Ele próprio estava gravemente doente; um outro estivera de cama durante semanas com febre reumática²⁷⁰.

Não obstante, suas técnicas apenas retardaram o seu contágio e o viajante não passou impune pela epidemia:

Eu andava me sentindo mal, há muito tempo, com ataques contínuos de dispepsia sem causa aparente, quando um dia, na picada, senti como que uma corrente de água gelada a correr por minha espinha, as extremidades dos meus dedos estavam entorpecidos e frios, sentia meu rosto descorado e contraído; os homens viram os conhecidos sinais e acharam muita graça, pois isto já se tornara um acontecimento tão comum que era mais objeto de chacota que de pena. ‘Ora, rapaziada! Agora afinal o Senhor Doutor apanhou!’. O burro foi trazido, e eu fui para cas a meio galope: que frio formar-me em gelo; balançava os braços e batia as palmas das mãos nos ombros como um cocheiro londrino em uma noite de geada. Chegando à cabana, foi feita uma fogueira no chão e eu mergulhei na cama, amontoando todos os cobertores e roupas que havia. Tremer e tiritar! O chacoalhar de um trem expresso é um sossego em comparação. Meu sangue parecia virar gelo. O quentão não fazia qualquer efeito. Abjurei minhas próprias prescrições em meu desespero para aquecer-me. Depois de duas horas, o paroxismo cessou gradualmente, e uma grata sensação de calor invadiu-me; infelizmente, esta temperatura agradável não permaneceu por muito tempo, pois o calor foi aumentando, aumentando, até que me senti queimar, ao que se seguiu uma dor de cabeça enlouquecedora. Lá se foram as roupas; a fogueira foi apagada, era insuportável; o lugar parecia um forno. Adão, meu criado, cumulava-me de água e ipecucuanha. Depois de duas horas deste estágio a febre cedeu e uma

²⁷⁰ WELLS, 1995, p. 228

profusa perspiração ocorreu, seguida por grande prostração temporária que durou mais de duas horas, depois das quais eu me levantei, sentindo-me um pouco incerto sobre onde me encontrava, mas toda aparência de febre tinha desaparecido. Eu jantei e trabalhei longamente à noite²⁷¹

Rosa representa o medo da população diante da situação epidêmica, demonstrando o abandono do povoado:

- Talvez que até aqui ela não chegue...Deus há-de...
Mas chegou; nem dilatou para vir. E foi um ano de tristezas.
[...]
Talvez que para o ano ela não volte, vá s'embora...
Ficou. Quem foi s'embora foram os moradores: os primeiros para o cemitério, os outros por aí afora, por este mundo de Deus. As terras não valiam mais nada. Era pegar a trouxa e ir deixando, depressa, os ranchos, os sítios, as fazendas por fim. Quem quisesse, que tomasse conta²⁷².

Assim como Wells, há em Sarapalha três personagens que se recusam a aceitar o prognóstico dado pelo doutor que passara por aquele arraial, quais sejam: Primo Ribeiro, Primo Argemiro e a negra Ceição, todos remanescentes do universo agrário dos latifúndios escravocratas: Primo Ribeiro, habitante da “enorme morada”, da casa-grande, figura na narrativa único proprietário da unidade rural. Primo Argemiro protótipo da infinidade de agregados que a povoaram antes da malária chegar e a negra “que capina e cozinha o feijão” remanescente das senzalas, dos negros escravizados que mesmo gozando de liberdade preferiram continuar a viver sob abrigo e proteção do latifundiário a padecer sem teto e sem o pão de cada dia. Embora tenham permanecido no arraial, os personagens, que definham com o acometimento da doença, vê a vida esvaír a conta-gotas e a cada dia menos esperança possuem de se recuperarem do mal que os subjuga. A desesperança, a fazenda “denegrada e desmantelada”, o saudosismo dos tempos anteriores à chegada da malária, a tristeza pelo abandono de Luíza, ex-mulher de Primo Ribeiro que fugira com outro homem quando a malária chegou, o sentimento de que a vida está por um fio constroem uma atmosfera similar àquela de *The wast land* de Thomas Stern Eliot.

Como decorrência do despovoamento da região, o sertão ali também se impõe e invade novamente aquele lugar em que se iniciara o projeto de fundação de um espaço urbano: inúmeras espécies da flora e da fauna nativa avançam sobre as casas, ruas e jardins e

²⁷¹ WELLS, 1995, p. 232

²⁷² ROSA, 1995, p. 281

recebem, pela voz do narrador, características quase humanas, sendo tratados como únicos habitantes que se tornam possíveis naquele lugar. Note-se:

Aí a beldroega, em carreirinha indiscreta –ora-pro-nobis! Ora-pro-nobis! – apontou caules ruivos no baixo das cercas das hortas, e, talo a talo, avançou. Mas o cabeça-de-boi e o capim-mulambo, já donos da rua, tangeram-se de volta; e nem pôde recuar, a coitadinha rasteira, porque no quintal os joás estavam brigando com o espinho-agulha e com o gervão em flor. E, atrás da maria-preta e da vassourinha, vinham urgentes, do campo – oi-ai! – o amor-de-negro, com os tridentes das folhas, e fileiras completas, colunas espertas, do rijo assa-peixe. Os passarinhos espalhavam sementes. A gameleira, fazedora de ruínas, brotou com o raizame nas paredes desbarrancadas. Morcegos das lapas se domesticaram na noite sem fim dos quartos, como artistas de trapézio, pendentes dos caibros. E aí, então taperização consumada, quando o fedegoso em touças e a bucha em latadas puderam retomar seu velhíssimo colóquio, o povoado fechou-se em seus restos, que nem coscorão cinzento de uma tribo de marimbondos estéreis²⁷³.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção no conto é o impacto da doença epidêmica sobre um pequeno povoado ribeirinho às margens do rio Pará, um cenário muito similar àquele descrito pelo viajante inglês James Wells, em seu diário, nas passagens acima.

Se “Uma estória de amor...” apresenta o recrudescimento de uma organização agrária em virtude do ingresso naquele espaço de uma série de elementos que levam à constituição de um espaço urbano, Sarapalha é o seu avesso: a narrativa da ruína de um lugarejo, que até mesmo “esteve nos mapas, muito antes da malária chegar”²⁷⁴. Em virtude das dificuldades para a profilaxia da doença epidêmica tropical, instaura-se uma crise social, estatal, economia e política capaz de promover o despovoamento da região, seja pelo aniquilamento, da população contaminada, seja pela fuga da mesma para lugares menos inóspitos e conseqüentemente desmoronamento do espaço público e político local. Desta forma, a narrativa de Rosa não trata exclusivamente da experiência individual de três personagens, mas permite interpretar um dado histórico importante para o país, qual seja: a incapacidade em passarmos de um universo agrário para um universo urbano em virtude da baixa penetração da organização das forças estatais no interior do país. Diante dessa narrativa, assoma a questão antes colocada por Riobaldo: “Cidade acaba com o sertão. Acaba?” Ora, Sarapalha não apenas nos oferece uma resposta negativa a essa questão, como ilustra a nossa resposta.

Foucault em *Microfísica do Poder* analisando o surgimento do Estado Moderno verifica que, na Europa o estado de saúde da população era uma das preocupações

²⁷³ ROSA, 1995, p. 281-282

²⁷⁴ ROSA, 1995, p. 281

fundamentais. Foucault demonstra como a Alemanha tornou-se pioneira na criação de uma medicina centrada na melhoria do nível de saúde da população desenvolvendo inclusive uma polícia médica em meados do século XVIII e relembra que essa preocupação se estendeu por vários países europeus, em que se dava a consolidação do Estado Moderno. Conforme o autor “o surgimento da saúde e do bem-estar físico da população em geral” tornou-se “um dos objetivos essenciais do poder político”, havia então uma preocupação em “elevar o nível de saúde do corpo social em seu conjunto”. Grosso modo, o suporte dessa preocupação do poder político com a saúde e bem-estar da sociedade advém de uma necessidade em preservar, manter e conservar a força de trabalho, mais especificamente, a preocupação diz respeito também aos efeitos na economia e na política no que diz respeito aos traços biológicos de uma população, uma vez que eles “se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade”²⁷⁵.

Como se sabe, o poder estatal, tal como o entendemos na modernidade tem o dever de controlar e governar as populações garantindo-lhes a vida, medicalizando-as e criando mecanismos e instituições capazes de permitir o crescimento e bem-estar das populações por meio da descentralização desse poder em unidades locais de gestão, disseminadas pelo território nacional e capazes de efetivamente colocar a vida no centro das ações governamentais, uma vez que o poder estatal concebe cada indivíduo como um sujeito político, corpo eleitoral por excelência, fundamental à manutenção da estrutura da sociedade, sobretudo à estrutura do espaço urbanizado.

Contudo, o que se percebe no sertão é aquilo que SBH diagnosticou como a dificuldade de modernização das estruturas do poder e, conseqüentemente, a pouca ou nenhuma importância dada à vida das populações em circunstâncias de vulnerabilidade, como bem ilustra *Sarapalha*. Exatamente por essa razão vimos ruir as esferas de poder junto com o povoado abandonado.

O narrador nos recorda que quando o doutor que estava de passagem pelo povoado congrega a população e lhes fala da necessidade de evacuarem o lugar, para manterem-se vivos, o caso ocorrido “no tempo da eleição de seu Major Vilhena”, foi resolvido à base de “tiroteio com três mortes”. Obviamente o esvaziamento do povoado era conflitante com todos os interesses econômicos e políticos locais. Sem população não há cidade, sem cidade o espaço urbano recrudescer e volta a se tornar sertão, havendo sertão, não

²⁷⁵ FOUCAULT, 110.

há política, não há Estado, apenas as chefias locais, as potentes chefias, que se organizam paralelamente ao poder nacional.

CAPÍTULO III

“A MEIA-BONDADE MISTURADA COM MALDADE A MEIO”²⁷⁶

A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos ‘grupos primários’, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, ‘não é somente de harmonia e amor’. A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade²⁷⁷.

²⁷⁶ ROSA, 2006, p. 704

²⁷⁷ HOLANDA, 2006, p. 219

III.1 “CORACÃOADOS”: OS JAGUNÇOS E AS PAIXÕES EM JOÃO GUIMARÃES ROSA

Quatro obras de Aristóteles são fulcrais para a percepção de suas análises acerca das paixões que afetam os seres humanos, quais sejam: a *Retórica*, a *Ética a Nicômaco*, a *Poética* e *De anima*. Há algumas distinções quanto ao tratamento dado pelo filósofo em cada uma, contudo, a definição de paixões segue o mesmo padrão. No segundo livro da *Retórica* aparece a já muito badalada concepção aristotélica sobre paixão, traduzida em algumas versões como emoção, qual seja “as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias”²⁷⁸. São quatorze as paixões investigadas por Aristóteles em sua *Retórica*: a ira e a calma, o amor e o ódio, a confiança e o temor, a vergonha e a imprudência, o favor e a compaixão, a indignação, a inveja, a emulação e o desprezo.

Em sua *Poética* Aristóteles deter-se-á mais especificamente na análise do medo e da piedade. Nesta obra, Aristóteles argumenta que as paixões são determinadas pelas crenças e julgamentos de cada indivíduo, o que o leva a concluir que uma crença falsa determina um juízo invertido e é capaz de levar o indivíduo a uma paixão irracional.

Em *Ética a Nicômaco* a dimensão será mais voltada para o aperfeiçoamento do homem enquanto indivíduo para evitar o seu sofrimento e leva-lo ao alcance da felicidade. A ênfase, portanto, é muito mais voltada para a contribuição das paixões para a conquista do prazer e da virtude, o que ocorre quando o homem consegue dominar os seus desejos, pois são eles que determinam as quatro disposições de caráter possíveis: quais sejam: a continência ou incontinência, temperança ou intemperança. O autor discorre amplamente sobre estas quatro disposições verificando como o caráter desenvolvido por um ser humano tanto pode ser virtuoso quanto vicioso na medida dessas disposições. O autor conclui que quanto mais racional, mais continente e temperante é o indivíduo, assim como quanto mais passional, mais incontinente e intemperante.

Já em *De anima* o objeto da argumentação será verificar as relações que existem entre as paixões, o estado de ânimo por elas provocado e as reações físicas ou fisiológicas

²⁷⁸ ARISTÓTELES, 2005, p. 160

delas decorrentes. Logo a felicidade e o sofrimento são consequências orgânicas provocadas pelas paixões.

Em todas as obras de Aristóteles é possível perceber a relação que o filósofo estabelece entre as paixões e o caráter do ser humano. Se o ser humano se deixa levar por seus impulsos maus será considerado um homem cheio de vícios, moralmente mal e se tenta controlar seus impulsos será considerado virtuoso, ou moralmente bom.

Na *Retórica*, obra que mais nos interessa neste trabalho, o filósofo demonstra que há nas paixões três aspectos: i) o estado de espírito em que se acham aqueles que são acometidos; ii) contra quem se manifesta este estado; iii) em quais circunstâncias se dão. Esses aspectos são utilizados pelo autor para distinguir as paixões entre si e também estabelecer as diferenças entre aquelas que são contrárias entre si. O fundo de reflexão ética que há nesta proposta de Aristóteles é o que mais nos chama a atenção.

Na *Retórica* vê-se que há uma preocupação do filósofo por analisar as paixões enquanto emoções capazes de provocar a ação e reação dos seres humanos na interrelação que estabelecem na sociedade. Essa perspectiva permite compreender melhor as razões que levam um indivíduo a praticar este ou aquele ato. O filósofo argumenta que a prática da retórica é fulcral para que o ser humano seja capaz de desenvolver técnicas de resistência às paixões e, assim, alcançar a virtude, o conhecimento, a ação, reação e reflexão racionais, pois é através da retórica que as paixões podem ser conhecidas e evidenciadas. Afinal, “a retórica tem por objetivo formar um juízo”²⁷⁹, ou em outros termos, o orador instiga a faculdade de julgar, sendo, por meio delas, capaz de persuadir os ouvintes, contribuir para o autoconhecimento, para o conhecimento do outro e das próprias emoções que os afetam, reorientando as ações individuais ou coletivas para o fim do bem-comum, criando alternativas para a prática de atitudes civilizadas fundamentais para a estruturação da vida nos centros urbanos, reprimindo ações determinadas por impulsos e pela violência. Este fim último a que se aspira é, na visão Aristotélica, o alcance das virtudes.

Para Aristóteles, no plano individual, homens virtuosos são aqueles capazes de harmonizar a razão e as paixões e possuem um caráter elevado. Em um plano coletivo, tais indivíduos contribuirão para a solidificação da *politeia*, a *polis* Aristotélica, o Estado ideal cuja finalidade é a liberdade humana que se fundamenta em um regime político onde a felicidade e a justiça serão, efetivamente, bens comuns.

²⁷⁹ ARISTÓTELES, 2005, p. 159

Logo, uma vez que equacionar razão e paixão não é algo dado a todos os homens, estando as ações públicas ou privadas atravessadas por paixões de toda sorte, a *politeia* aristotélica não se confunde com nenhum outro regime de governo real, nem moderno, nem antigo. A República moderna é absolutamente distinta da *politeia*, uma vez que os homens que a habitam, longe de ter em vista o bem-comum e a continência de suas paixões, deixam-se dominar por todas aquelas capazes de aviltar seu caráter e impetram, em decorrência, toda sorte de perversidades, estraçalhando a República pela rivalidade de toda sorte de facções.

Obviamente, não é a *politeia* o que encontramos nas narrativas rosianas, encontramos, isto sim, o estado de exceção, tornado regra geral, da República Moderna. No sertão rosiano, as facções se organizam no universo da jagunçagem, um universo que não remete em instante algum à *polis* ideal.

Não obstante, servimo-nos aqui das reflexões do filósofo acerca das paixões para a análise das narrativas rosianas, afinal, ainda que a sociedade tenha mudado a expressão dos afetos, considerando-se a distância temporal que há entre Aristóteles e JGR, parece-nos que ainda hoje a retórica continua sendo uma forma de suscitar-las. Acreditamos ser possível estabelecer a mediação entre o pensamento aristotélico e as narrativas rosianas entendendo o discurso poético dos narradores e personagens como práticas retóricas, pois que, ao tentar persuadir seus leitores, esses se valem de procedimentos similares àqueles empregados pelos oradores a que Aristóteles se refere.

Nesse sentido, podemos verificar como a leitura da narrativa rosiana é capaz de fazer variar o julgamento acerca das ações e reações representadas. Logo, o que nos parece é que estas narrativas tornam-se fontes de esclarecimento acerca da condição do homem em constante embate entre as virtudes e os vícios, uma vez que representam as paixões que o acometem e a variação das disposições de caráter decorrentes de tais paixões.

É através da retórica nelas empregada que podemos verificar a resposta de Rosa à questão que paira sobre *Raízes do Brasil*: como passar da cordialidade à civilidade? As narrativas evidenciam que só é possível passar de uma a outra superando as paixões arrebatadoras, os instintos e comungando daquelas paixões que levam o ser humano à tolerância e à concórdia. Superando atitudes cordiais, daríamos, então, o primeiro passo para a superação do universo agrário e retrógrado, criando uma possibilidade para passar à modernidade, como sonhou SBH e fundar um espaço urbano que, se não se assemelhará à *politeia* aristotélica, seja ao menos habitável e suportável. Há muitos obstáculos para essa transição no âmbito das relações interpessoais representadas no sertão rosiano. Por meio da abordagem que se propõe, acredita-se ser possível evidenciar os procedimentos retóricos dos

narradores rosianos que capacitam os leitores de tais narrativas a perceber como as paixões suscitadas nestes textos fazem variar o julgamento do leitor.

Assim, através da leitura dessas narrativas é possível perceber que, para o homem cordial, atingir a civilidade é humanizar seus impulsos através da racionalidade que o permita desejar o estabelecimento de um convívio harmonizador na sociedade de que é originário. Parece-nos que as narrativas rosianas, uma vez que põem à mostra uma gama das paixões humanas, contribuem para lançar luzes sobre o universo real que sedimenta a escrita acerca do sertão.

Espera-se que a mesma abordagem leve o leitor, por meio da reflexão racional, a um maior conhecimento sobre a natureza das paixões humanas, e compreensão das bases passionais que determinam aquelas tão incompreensíveis ações e reações dos personagens destas narrativas. É notória a intenção desses narradores e personagens em serem lidos como dotados de confiabilidade e distanciamento em relação aos conflitos que narram. Não obstante, vê-se recorrentemente o discurso destes narradores soçobrar em virtude do próprio envolvimento dos mesmos com as paixões por eles postas à mostra, o que Riobaldo exemplifica monumentalmente em *GSV*.

Por menos confiantes que sejam, não se pode ignorar que demonstram um esforço de persuasão, ao lançarem questões polêmicas em narrativas como *Dão-Lalalão* (O devente) e *Famigerado* levando seus leitores a acreditarem que o julgamento e a solução por eles encontrada é dotada de virtude e verdade não exclusivamente pela verossimilhança de suas narrativas, mas pelo bom proceder daquele que narra que se faz passar também por virtuoso e verdadeiro.

Não obstante, este esforço, menos que instaurar a capacidade de julgamento, instaura uma impossibilidade de julgamento definitivo e único, isto é, as questões levantadas pelos narradores rosianos não se fecham e o leitor na proporção mesma em que imerge no universo narrativo e no espaço conflituoso do sertão rosiano vê confundida a sua capacidade de julgar diante de um sistema de valores em que as virtudes imiscuem-se aos vícios e às normas sociais aos regulamentos de homens fora da lei. Contudo, longe de se poder ver nisso uma falha discursiva de JGR, é possível aí ver, pelas lentes de Aristóteles, uma oportunidade para que uma mesma narrativa permita virem à tona várias opiniões acerca do tema debatido. A forma como o narrador orchestra as gamas de possibilidades relembra mesmo os espaços para diálogos e debates que no âmbito da Pólis ideal concebida de forma aristotélica, simulando, pois, na tessitura do texto, um espaço cada vez mais difícil de encontrar na realidade. A expressão simultânea de opiniões conflitantes é o cerne do espaço democrático

em que é possível pôr em questão pontos de vista divergentes sem que se resolva tudo na boca de um bom trabuco, como é típico do sertão cordial de JGR.

Nesta perspectiva, pôr em xeque as verdades universais vai ao encontro do objetivo da retórica nas narrativas rosianas que é a persuasão e a reflexão racional sobre as questões propostas. Razão pela qual se há algo de credibilidade em tais narradores este algo consiste na proposição mesmo de tais questões, no inacabamento do julgamento de valor, na liberdade que conferem aos leitores de irem além daquilo que lhes é proposto como dúbio e volátil a fim de escolherem (ou não) um lugar seguro para refletirem sobre as proposições que têm diante de si. Na seção que segue apresentamos, pois, algumas ponderações acerca das questões aqui previamente discutidas, verificando como em algumas narrativas rosianas as questões levantadas por Aristóteles podem contribuir para uma análise da retórica empregada pelos narradores rosianos.

IV.1.1 RIOBALDO E O SER-TÃO CORDIAL DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

Remanso de rio largo,
viola da solidão:
quando vou p'ra dar batalha,
convido meu coração...²⁸⁰

Willi Bolle (2007) em “O Brasil jagunço: retórica e poética” conclui que *Grande Sertão: Veredas* é um retrato do Brasil sob a perspectiva da violência. O foco do romance, para o crítico, são os discursos que falam da guerra, na tentativa de compreender a mentalidade e o sistema de poder em que tais conflitos se desenrolam. Desta feita, o julgamento do personagem Zé Bebelo seria então equivalente “à instauração de um tribunal da história” em que são debatidas “as questões políticas relevantes: a guerra, a jagunçagem, o crime, a lei, o poder e as estruturas econômicas e sociais – em suma: o ‘sistema jagunço’²⁸¹” que se pode depreender, na narrativa, por meio de fragmentos esparsos. Para o crítico, não se trata exclusivamente do julgamento do Zé Bebelo, como “pessoa empírica”, Bebelo é a “figuração própria da guerra” e o julgamento consiste em instrumento capaz não de abolir, mas de “legitimar a guerra e continuá-la”. O autor relembra a definição de jagunçagem por parte de Galvão (1972):

A jagunçagem representa um regime autoritário de dominação, em que os fazendeiros arregimentam seus subordinados para defesa de sua propriedade e perseguição de suas ambições políticas. O latifúndio com seu exército particular de jagunços constitui a unidade mínima do poder no país e de suas alianças originam-se os partidos municipais, estaduais e nacionais. Com isso, os detentores do poder no sertão e na cidade acabam sendo os mesmos. Tampouco há diferenças estruturais entre o agrupamento de senhores que constitui a ‘situação’ e os que estão na ‘oposição’. Em *Grande Sertão: Veredas*, Zé Bebelo atua como aliado das forças do Governo, enquanto o bando de Joca Ramiro está fazendo a vez da oposição. Em princípio, esses papéis são reversíveis sem a menor mudança das estruturas políticas (*apud GALVÃO 1972: 17-24 e 41-47*)²⁸².

Verifique-se que a definição de jagunçagem dada por Galvão (1972) contempla a característica fundadora da ordem social dominante no Brasil, na perspectiva de Castro Rocha

²⁸⁰ ROSA, 1994, p. 162

²⁸¹ N.A. GSV: 196-217

²⁸² Galvão, Walnice Nogueira. *As formas do Falso. Um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo, Perspectiva, 1972. In: BOLLE, WILLI. O Brasil jagunço: retórica e poética. *Revista do IEB*, n.º 44, p. 141-158, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34566>>. Acessado em 22.10.2015

(1998) que é a prevalência da esfera privada, onde deveria prevalecer a esfera pública. O que se vê em *Grande Sertão: Veredas* é ora o latifundiário, ora o jagunço apoderarem-se de direitos e formas de organização política e social específicas dos poderes públicos, exercendo de forma arbitrária e ilegítima as funções do governo, circunstância em que o romance desnuda, uma vez mais, a instabilidade da esfera pública brasileira. Se o governo brasileiro não foi capaz de organizar um sistema de controle e defesa sobre interesses particulares e coletivos nos confins do sertão, a fim de instituir a pacificação no meio agrário, os latifundiários assim o fizeram, cordialmente, dando origem ao sistema para-institucional da jagunçagem que institucionaliza a guerra. Cordialmente? Sim, cordialmente, pois, conforme a hipótese de Costa Lima (1997) lembrada por Castro Rocha (1998) ‘a cordialidade supõe não apenas a inexistência do espaço público, com leis próprias e distintas do espaço privado, como ainda o caráter de faz-de-conta do primeiro’²⁸³. Razão seja a dada a Castro Rocha (1994) para quem “no universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais”²⁸⁴.

Nessa perspectiva, enquanto aliado das forças do governo, Zé Bebelo é o personagem de *GSV* mais representativo da tenuidade das fronteiras entre o governo e a jagunçagem, uma vez que se propõe desde o início a “acabar com o sertão”: quer ilustrar-se, não apenas aprendendo a ler e a escrever, como também “queria saber tudo, dispor de tudo, poder tudo, tudo alterar”²⁸⁵, tornar-se um deputado e, assim, empreender seu grande feito: “[...] depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas”²⁸⁶. Empreendeu campanhas diversas com essa finalidade sertão adentro, desde que viera do Norte, da “vila mateira do Carmo da Confusão”, implantando, no lugar das diversas vilas tais como aquela do seu nascimento, a lei e a civilização, à revelia da própria lei, certo de que “a gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro”²⁸⁷.

Em *GSV*, mais uma vez a narrativa rosiana nos demonstra que a cidade e seus fundamentos não acabam com o sertão. Antes, pelo contrário. As forças das relações de poder instauradas no sertão ressurgem com força total justamente no episódio de julgamento de Zé Bebelo, promovido por Joca Ramiro. Nessa circunstância, Bebelo que tentara a toda prova

²⁸³ N.A. LIMA, L.C.: *Terra ignota. A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 51 in CASTRO ROCHA, 1998, p. 172

²⁸⁴ CASTRO ROCHA, 1998, p. 172

²⁸⁵ ROSA, 1995, p. 100

²⁸⁶ ROSA, 1995, p. 179-180

²⁸⁷ ROSA, 1995, p. 392

implantar a justiça no sertão, vê-se vítima do seu próprio discurso sendo condenado ao banimento daquela região. Não obstante, morto Joca Ramiro, pelo bando de Hermógenes e Ricardão, Bebelo regressará ao sertão motivado pelo desejo de vingança. Contraditoriamente, ele que se denominava “homem de altas cortesias”²⁸⁸ destacar-se-á como líder entre os jagunços “sem culpa nem retrauta”²⁸⁹. Posteriormente, após o grande combate que culminou na morte de Diadorim, Bebelo fará novamente o mesmo movimento de saída daquele ambiente, vendo-se novamente derrotado pelo bando adversário, Bebelo “não queria saber do sertão, agora ia para capital, grande cidade. Mover com comércio, estudar para advogado”²⁹⁰.

Os confrontos encenados em *GSV* demonstram que o sertão é, efetivamente, o universo do homem cordial: afinal, onde as tropas governamentais não são capazes de se instalar e efetivar seu poder, instauram-se então os bandos de jagunços e os coronelismos de toda sorte que se revestem de uma legitimidade naturalizada no âmbito do próprio sistema político.

Logo, uma vez que se estabelecem originalmente como “fora da lei”, estão também às margens da esfera pública e será sustentado por um sistema de valores específico do universo privado baseado em contados pessoais, em amizades e afinidades políticas e econômicas. Conforme Sandra Guardini Vasconcelos (2002), os jagunços, no romance rosiano não são:

nem capangas, como os que se associavam a um chefe de parentela ou a um chefe político, nem cangaceiros, como os que se organizavam nos bandos que percorrem as caatingas áridas do polígono das secas, os jagunços **de Grande sertão: veredas** são representados como homens livres que optaram pelo modo de vida provisório e nômade da jagunçagem pelos mais variados motivos. Não recebem soldo, como os primeiros, mas são parte integrante do esquema político que impera no sertão e que coloca em choque diferentes grupos e facções. São independentes, como os segundos, de quem imitam a organização do bando e certas práticas cotidianas, fruto da vida nômade que abraçam. Recriados a partir de dados da realidade, figuram, portanto, no romance como uma mistura que, combinando traços de um e outro tipo, resulta num tipo composto que retém características dos dois²⁹¹.

No sistema de bandos de jagunço, a obediência ao código de honra estabelecido tacitamente entre os pares é fundamental para a garantia da organização do bando e da própria sobrevivência. O jagunço na obra rosiana é caracterizado esparsamente, durante as narrativas.

²⁸⁸ ROSA, 1995, p. 392

²⁸⁹ ROSA, 1995, p. 393

²⁹⁰ ROSA 1995, p. 873

²⁹¹ VASCONCELOS, S. G. de, 2002, p. 323. Grifo da autora

Por apresentarem tais características, os jagunços são definidos por Miguel Wisnik (2002) como a “quintessência do sertão”²⁹², já que a identidade de difícil apreensão inviabiliza a tentativa de “demarcar os pastos” da constituição desse herói sempre muito problemático. Vasconcelos (2002), afirma que:

No sertão conflagrado de **Grande Sertão: veredas**, há grupos de todo tipo: desde bandos armados que espalham a desordem e o terror, invadindo cidades, arrasando o comércio, saqueando, desafiando as autoridades e ofendendo mulheres e famílias (cf.GSV, p. 102), ou bandos jagunços como o de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, que, sendo contrários ao Governo, buscam instaurar a justiça e coibir a ação de bandidos e desordeiros, até bandos de homens a soldo como de Zé Bebelo, que almeja liquidar com os jagunços, ‘relimpar o mundo da jagunçada braba’ e trazer o progresso e a civilização para o sertão²⁹³.

Suas regras gerais de convivência consistem em ser leal ao bando, ter coragem, arriscar a vida, honrar sua palavra e ser obediente ao chefe. E, verifica-se que todas essas características levam-nos ambigualmente a tornarem-se notórios famigerados, com todos os encargos que a palavra-*fármakon*²⁹⁴ é capaz de lhes atribuir. Nestas condições, ser ruim, no exato, é exercer suas funções com presteza. Afinal, “jagunço é isso. Jagunço não se escabreia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é o igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final”²⁹⁵. Para os jagunços a desobediência ou infração grave ao código de honra é facilmente resolvida com “a misericórdia duma boa bala”, pois que “Lei de jagunço é o momento”²⁹⁶ e matar consiste em cumprir “a regra da vingança e da aliança”²⁹⁷ fulcral a esta lei. Riobaldo compreendeu cedo o sentido de viver assim:

Entendi o estado de jagunço, mesmo assim sendo eu marinheiro de primeira viagem. Um dia, agarraram um homem, que tinha vindo à traição, espreitar a gente por conta dos bebelos. Assassinararam. Me entristeceu, aquilo, até ao vago do ar. O senhor vigie esses: comem o cru de cobras. Carecem. Só por isso, para o pessoal não se abrandar nem esmorecer, até Sô Candelário, que se prezava de bondoso, mandava, mesmo em tempo de paz, que seus homens sássem fossem, para estropelias, prática da vida. Ser ruim, sempre, às vezes é

²⁹² WISNIK, 2002, p. 188

²⁹³ VASCONCELOS, 2002, p. 328. *Grifo da autora*

²⁹⁴ WISNIK, 2002, p. 183

²⁹⁵ ROSA, 1994, p. 71

²⁹⁶ ROSA, 1994, p. 374

²⁹⁷ WISNIK, 2002, p. 192

custoso, carece de perversos exercícios de experiência. Mas, com o tempo, todo o mundo envenenava do juízo²⁹⁸.

Riobaldo tornou-se jagunço, ainda que não tivesse, para o ofício, a coragem necessária e nem a certeza de saber que havia nascido para aquilo, tornando-se recorrente no romance a sua dúbia condição: ora se lamenta: “então, eu não era jagunço completo, estava ali no meio executando um erro. Tudo receei. Eles não pensavam”²⁹⁹; ora se rejubila: “Ah, o bom costume de jagunço”³⁰⁰, “eu bem que tinha nascido para jagunço”³⁰¹, “mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão”. Ao fim da vida quando se vê estabelecido, “quase barranqueiro”³⁰², irá concluir:

Essas coisas larguei, largaram de mim, na remotidão. Hoje eu quero é a fé, mais a bondade. Só que não entendo quem se praz com nada ou pouco; eu, não me serve cheirar a poeira do cogulo – mais quero mexer com minhas mãos e ir ver recrescer a massa... Outra sação, outros tempos. Eu ia para sofrer, sem saber. E, veja, se vinha, eu comande: – “É guerra, mudar guerra, até quando onça couro... É guerra!...” Todos me aprovavam. Ainda mesmo que com o cantar³⁰³.

Confiante ou temerário, o fato é que Riobaldo progrediu de jagunço exímio atirador, desde que fora presenteado por Joca Ramiro com “um rifle reiúno”, “mosquetão de cavalaria”³⁰⁴ - com o qual tornara-se aquele que “em ponto melhor alvejava”³⁰⁵ - a chefe de bando, como rememorou ele próprio: “fui o chefe Urutu-Branco – depois de ser Tatarana e de ter sido o jagunço Riobaldo”³⁰⁶, envaidecendo-se da honradez de quem jagunceou “só extorquindo vantagens de dinheiro, mas sem devastar nem matar”³⁰⁷. Conforme Manuel Cavalcanti Proença (1958), Riobaldo foi:

Cangaceiro cortês, se não se repelem os vocábulos, Riobaldo não comete barbaridades, não consegue cometê-las, apesar da tentação de fazê-lo, com o pobre sertanejo da égua e da cachorrinha, ou com o leproso trepado na árvore [...]. Riobaldo não tolera a deslealdade e os desleais lhe são inimigos de morte, os ‘judas’. Muito folcloricamente, procura o equilíbrio social e tem rasgos de

²⁹⁸ ROSA, 1994, p. 234

²⁹⁹ ROSA, 1994, p. 505

³⁰⁰ ROSA, 1994, p. 92

³⁰¹ ROSA, 1994, p. 642

³⁰² ROSA, 1994, p. 874

³⁰³ ROSA, 1994, p. 784

³⁰⁴ ROSA, 1994, p. 347

³⁰⁵ ROSA, 1994, p. 385

³⁰⁶ ROSA, 1994, p. 783

³⁰⁷ ROSA, 1994, p. 741

bandido romântico, favorecendo com esmola grande a mulher que dá à luz no casebre miserável³⁰⁸.

Não obstante os ares de cangaceiro fidalgo, bandido emérito, com que se apresenta, o fato é que Riobaldo jagunçou com mão de ferro nos confins do sertão, tornando-se par a par na guerra com aqueles outros chefes que ele sucedeu. Como jagunço, Riobaldo participa da captura de Zé Bebelo:

Escoramos as armas. Assim que eles eram uns vinte. Passaram o ribeirão, com tanta pressa, que a água se esguichou farta, vero bonito aquilo no sol. Demos fogo. Do que podia suceder. Vi homem despencado demais, os cavalos patatrás! Dada a desordem. Só cavalo sozinho podia fugir, mas os homens no chão, no cata, cata. Ao que, a gente atirava! Se morria, se matava, matava? Os cavalos, não. Mas teve um, veio, à de se doidar, se espinoteava, o cavaleiro não agüentava na rédea, chegaram até perto de nós, aí todos os dois morreram de repente. Meu senhor: tudo numa estraga extraordinária. Mas aqueles eram homens! Trampe logo que puderam, os sobrantes deles se desapearam e rastejaram, respondendo ao fogo. Ah, puderam tomar oculo atrás de outras fragas de pedra, nisso a gente não conseguiu ter mão. Ainda deviam de ser uns dez, ou uns oito. Afa que gritavam, em febre de ódio, xingando todo nome. A gente, também. Anhãnhãe, berrávamos fogo, quando sinal de homem tremeluzia. As balas rachavam as pedras, só partiam escalhas. Um se mostrou, caiu logo. Munição deles era pouca. Fugir, mesmo, não podiam. A gente atirava. Aí deviam de ser uns seis – que é a meia-dúzia. – “Aoê, sabe quem está lá, comandando?” – o rastejador Roque me disse. – “Sabe quem?” Ah, eu sabia. Eu tinha sabido, o em desde o primeiro momento. Era quem eu não queria para ser. Era Zé Bebelo!

Assim eu condenado para matar.

Verifique-se que muito embora o discurso do narrador se empenhe em construir uma imagem que o distinga dos demais jagunços do sertão, em certos momentos da narrativa, como o citado acima, seu discurso se desconstrói, haja vista que a sua prática na guerra é exímia. Essa desconstrução do discurso de Riobaldo poderia passar despercebida para aqueles que se deixam levar pelo cavalheirismo de um narrador versado em oratória. Sua técnica narrativa é capaz de enganar, pois vende de si uma imagem de justiça, honestidade, lealdade, tudo isso acrescido às elucubrações referentes à religião, à arguição filosófica acerca da condição humana, à maneira sempre distinta como se dirige ao seu interlocutor.

Para Aristóteles (2007), “muito conta para a persuasão [...] a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador”³⁰⁹.

³⁰⁸ PROENÇA, M. C. 1958, p. 13.

Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Curralinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas, desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir para cursar latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje, aprezeio um bom livro, despaçado. Na fazenda O Limãozinho, de um meu amigo Vito Soziano, se assina desse almanaque grosso, de logogrifos e charadas e outras divididas matérias, todo ano vem. Em tanto, ponho primazia é na leitura proveitosa, vida de santo, virtudes e exemplos – missionário esperto engambelando os índios, ou São Francisco de Assis, Santo Antônio, São Geraldo... Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar a justo³¹⁰.

Note-se que Riobaldo se apresenta ao interlocutor de forma a angariar a simpatia deste, ainda nas primeiras páginas do romance, no conflito de tentar entender se o diabo existe ou não existe, e ainda perscrutando o interlocutor sobre as razões da manifestação das forças do mal na Terra. Neste momento, Riobaldo semeia o seu “especular ideia” que dá vazão à formulação e variação de juízos sobre ele enquanto narrador, bem como sobre a existência ou não do diabo, a fim de obter uma confirmação para a sua dúvida de que o pacto que fizera nas Veredas Mortas teria validade.

Aristóteles acrescenta que a persuasão advém de três causas: a prudência, a virtude e a benevolência. Mesmo quando o orador recorre à mentira naquilo que diz, este o faz em virtude de uma destas três causas. Quando o orador recorre a elas, ele consegue inspirar confiança àqueles que o escutam. Ora, Riobaldo parece mesmo ter-se se apropriado destes destas três causas. Quanto à prudência, Aristóteles (2007) afirma que o narrador não emite opiniões erradas (neste caso, contrárias ao sistema da jagunçagem e ao seu próprio ofício de jagunço) emite opiniões sempre corretas, isto é, que são capazes de dourar a pílula quanto ao ofício do jagunço, e, ainda como adverte Aristóteles, não diz o que pensa realmente por malícia, isto é, não induz a um mal julgamento do sistema jagunço. Do mesmo modo, podemos dizer que Riobaldo tenta ser benevolente com o grupo que representa, mas não o é com os leitores cuja opinião tenta formar acerca da jagunçagem haja vista que, mesmo aparentando honestidade diante de diversas situações que o envolvem no sistema jagunço, não manifesta uma opinião contrária à violência de tal sistema.

³⁰⁹ ARISTÓTELES, 2005, p. 159

³¹⁰ ROSA, 1994, p. 13-14

Conforme Vasconcelos (2002, p. 329),

se há ressonâncias da cavalaria andante na caracterização de certas personagens do romance, através da atribuição de valores como a coragem, a lealdade e a perseverança, a luta pela justiça e o respeito à amizade, os grandes feitos de armas e o heroísmo convivem com a brutalidade e a crueza de cenas que expõem o lado perverso das relações entre os habitantes do sertão. A aura da cavalaria, fruto da difusão e permanência da **História de Carlos Magno e dos doze pares de França**³¹¹ no imaginário sertanejo, encobre, até certo ponto, a sanha sanguinária dos jagunços e empresta um sentido ambivalente às suas ações, misto de abuso da força e de generosidade cavaleiresca³¹².

Riobaldo é um jagunço impulsionado pelas forças de suas paixões. A princípio, o seu medo de entrar para a jagunçagem se deve à consciência do mal que sabia a que estava sujeito. Aristóteles já afirmara que:

o que tememos são o ódio e a ira de quem tem o poder de fazer mal (é claro que essas pessoas querem e podem, e a prova é que estão prontas a fazê-lo); tememos a injustiça que dispõe desse mesmo poder, pois é por um acto de vontade deliberada que o injusto é injusto; a virtude ultrajada, se tiver esse mesmo poder (é evidente que, quando uma pessoa é insultada, é-o sempre intencionalmente, e passa a dispor desse poder); e o medo dos que podem fazer algum mal, visto que, por força das circunstâncias, tais pessoas também hão-de estar preparadas para agir³¹³.

Contudo essa sua paixão possui o seu contrário: a confiança que lhe aparece quando vê o sofrimento de Diadorim e toma por sua a luta da personagem para vingar a morte de seu pai Joca Ramiro, certo de que dispõe de muitas e melhores coisas graças às quais é capaz de inspirar receio, tais como a amizade de Diadorim e o auxílio e coragem dos homens do bando que passa a compor, bem como seus dotes como bom atirador:

Mire veja o que a gente é: mal dali a um átimo, eu selando meu cavalo e arrumando meus dobros, e já me muito entristecia. Diadorim me espreitava de longe, afetando a espécie duma vagueza. No me despedir, tive precisão de dizer a ele, baixinho: – ‘Por teu pai vou, amigo, mano-oh-mano. Vingar Joca

³¹¹ N.A. A popularidade do livro pode ser atestada de norte a sul do país, pela presença do mito desde o cangaço de Lampião até o Contestado, em Santa Catarina. Aqui, não só a história de Carlos Magno era o livro de cabeceira de José Maria como também os 24 cavaleiros que constituíam a vanguarda armada dos rebeldes eram chamados de os ‘Doze Pares de França’. VASCONCELOS, 2002, p. 329

³¹² VASCONCELOS, 2002, p. 329

³¹³ ARISTÓTELES, 2005, p. 174.

Ramiro...’ A fraqueza minha, adulatória. Mas ele respondeu: – ‘Viagem boa, Riobaldo. E boa-sorte...’ Despedir dá febre³¹⁴.

Como se sabe, a amizade de Riobaldo e Diadorim é uma constante no romance e remete-nos às concepções acerca do tema elaboradas por Aristóteles no seu segundo livro da *Retórica* e em *Ética a Nicômacos*. Aristóteles inicia a questão demonstrando a vinculação entre dois dos mais nobres sentimentos humanos, quais sejam: o amor e a amizade. Para o filósofo “é amigo aquele que ama e é reciprocamente amado. Consideram-se amigos os que pensam estar mutuamente nestas disposições”, “é necessário que seja nosso amigo aquele que se regozija com as coisas boas e se entristece com as nossas amarguras”, por tais razões, nada mais evidente que o amor entre Riobaldo e Diadorim. Ora, quem mais poderia amar tanto, tão completamente e de forma tão recíproca no sertão rosiano do que estes dois jagunços? Conforme as palavras do próprio Riobaldo essa era a própria “amizade de amor”³¹⁵, para Diadorim: “amizade nossa ele não queria acontecida simples, no comum, sem encaço. A amizade dele, ele me dava. E amizade dada é amor”³¹⁶. O impacto que lhe causara a morte de Joca Ramiro leva Riobaldo a tomar como sua a dor de seu amigo e por vingar a morte do pai de Diadorim, torna-se chefe do bando de jagunços antes liderado por Medeiro Vaz, enfrentando perigos e riscos de morte como aqueles enfrentados na bem-sucedida campanha pelo Liso do Sussuarão, façanha não conquistada sequer pelo antigo chefe. É por amizade e amor a Diadorim que Riobaldo entra em guerra contra os hermógenes, matando Ricardão à queima roupa:

Nos campos do Tamanduá-tão. Foi grande batalha. Não se instruiu que. Nem não houve aviso. Dei guerra. Como se quis: lei a lei, e fogo a fogo. Era na força da lua³¹⁷.

Quem era que ia poder botar naquilo uma ordem, para um fim com vitória? E estralou bala... Repisei em minhas estribeiras, apertei as pernas nas espendas. Eu tinha de comandar. Eu estava sozinho! Eu mesmo, mim, não guerreei. Sou Zé Bebelo?! Permaneci. Eu podia tudo ver, com friezas, escorrido de todo medo. Nem ira eu tinha. A minha raiva já estava abalada. E mesmo, ver, tão em embaralhado, de que é que me servia? Conservei em punho meu revólver, mas cruzei os braços. Fechei os olhos. Só com o constante poder de minhas pernas, eu ensinava a quietidão a Siruiz meu cavalo. E tudo perpassante perpassou. O que eu tinha, que era a minha parte, era isso: eu comandar.

³¹⁴ ROSA, 1994, p. 85-86

³¹⁵ ROSA, 1995, P. 248

³¹⁶ ROSA, 1995, p. 215

³¹⁷ ROSA, 1994, p. 783

Talmente eu podia lá ir, com todos me misturar, enviar por? Não! Só comandeí. Comandeí o mundo, que desmanchando todo estavam.³¹⁸

[...]

Sendo que – e, aí, foi minha idéia? – ah, não; mas vi que Diadorim, de ódio, ia pular nele, puxar faca. Só fiz fim: num tirte-guarte: atirei, só um tiro. O Ricardão arriou os braços, deu o meio do corpo, em bala varado. Como no cair, jogou uma sua perna para lá e para lá. Como caiu, se deitou. Se deitou, conforme quase não estivesse sabendo que morria; mas nós estávamos vendo que ele já morto já estava. Acho deveras que todo o mundo respirou com suspiro. Digo que esta minha mão direita, quase por si, era que tinha atirado. Segundo sei, ele devolveu Adão à lama. Só estas minhas artes de dizer – as fantasias... – “Não enterrem este homem!” – eu disse. A justiça. Mas, mesmo, como é que se ia poder enterrar a quantidade deles, mortos naquele dia?³¹⁹

É ainda Aristóteles quem defende que “também são amigos aqueles que têm por boas e más as mesmas coisas e por amigos e inimigos as mesmas pessoas”³²⁰. Ama-se “os que têm os mesmos inimigos que nós e odeiam os que nós odiamos, assim como aqueles que são odiados pelos mesmos que nós odiamos”³²¹. Razão pela qual Riobaldo afirma com muita propriedade “acho que, às vezes, é até com ajuda do ódio que se tem a uma pessoa que o amor tido a outra aumenta mais forte. Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Coração mistura amores. Tudo cabe”³²². Nota-se que Riobaldo possui consciência acerca das paixões que afetam o seu coração e consegue perceber a ligação existente entre o ódio sentido por Ricardão e Hermógenes e o amor que sente por Diadorim. Foi em Guararavacã do Guaicuí que Riobaldo o percebera “fiquei sabendo que gostava de Diadorim – de amor mesmo amor, mal encoberto em amizade”³²³. Do mesmo modo que o amor de Diadorim por Joca Ramiro é também percebido e sentido por Riobaldo, haja vista que amamos “os que amam os que nós amamos e os que são amados pelas pessoas que nós amamos”³²⁴ cria-se pois dessa forma uma rede de afinidades eletivas, mesmo em lugares em que predominam o ódio, a vingança e a inimizade como no sertão dos jagunços rosianos. Pois que “se teme por amor”; mas “por amor, também, é que a coragem se faz”³²⁵ e por muito amar Diadorim, Riobaldo declarara convicto que “pelo nome de seu pai Joca Ramiro, eu agora matava e morria também”³²⁶ E Diadorim? “era mais

³¹⁸ ROSA, 1994, p. 799

³¹⁹ ROSA, 194, p. 801

³²⁰ ARISTÓTELES, 2005, p. 170

³²¹ ARISTÓTELES, 2005, p. 10

³²² ROSA, 1995, p. 259

³²³ ROSA, 1995, p. 407

³²⁴ ARISTÓTELES, 2005, p. 170

³²⁵ ROSA, 1994, p. 652

³²⁶ ROSA, 1995, p. 51

do ódio do que do amor?³²⁷ Riobaldo sabia que Diadorim dele “gostava destinado”³²⁸ e que o amor de Diadorim por ele era “de todo quilate”³²⁹, contudo, sabia também que para Diadorim era impossível outra ideia que não fosse a vingança à morte de seu pai, como ela mesmo afirmava: “não posso ter alegria nenhuma, nem minha mera vida mesma, enquanto aqueles dois monstros não forem bem acabados...” E ele suspirava de ódio, como se fosse por amor; mas, no mais não se alterava. De tão grande, o dele não podia mais ter aumento: parava sendo um ódio sossegado. Ódio com paciência”³³⁰. Razão seja dada novamente a Aristóteles que considera que “as pessoas de grande refinamento e índole ativa identificam a felicidade com a honra”, ora é Diadorim mesmo quem afirma que sua alegria só lhe chegará quando vir honrado o nome de seu pai. A essa vingança não concebe ser possível maior justiça que a morte daqueles que o mataram. Verifique-se, portanto, que Diadorim deseja pôr em evidência a qualidade da pessoa que é cometendo um ato que foge aos parâmetros da virtude aristotélica. Ora, para Aristóteles, “os homens buscam a honra para convencerem-se a si mesmos de que são bons”. Note-se que no universo da jagunçagem ser bom pode significar exatamente o oposto daquilo que significa na sociedade de forma geral. Ser bom para jagunços pode significar fazer o pior possível a fim de assegurar-se a honra. Para os homens de “vida política” a que se referia Aristóteles “é pelos indivíduos de grande sabedoria prática que procuram ser honrados, e entre os que os conhecem e, ainda mais, em razão da sua virtude”³³¹. Não se pode negar aos jagunços o pertencimento a uma vida política, nos termos concebidos pelo código de honra que estabelecem entre si, distinto, é certo, absolutamente das normas e convenções da sociedade em geral, mas é certo que eles também procuram entre seus pares o reconhecimento, a distinção e a honradez que lhe são devidos em razão da honra que conquistam. A existência de uma vida política entre os jagunços pode ser identificada pela existência mesmo da amizade entre Riobaldo e Diadorim, pois assim como afirma Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, a amizade é uma condição imprescindível para a formação de um corpo político. É uma condição que nasce entre os portadores de boas virtudes. Pela amizade os jagunços se associam, ora em um bando, ora em outro, formando uma comunidade com objetivos recíprocos que exige de todos a mesma ideologia, as mesmas atitudes, pela inimizade eles se dissociam e desejam comumente a destruição do bando oposto. É por laços de amizade e solidariedade que se idealiza e leva-se a termo a vingança

³²⁷ ROSA, 1994, p. 264

³²⁸ ROSA, 1995, p. 266

³²⁹ ROSA, 1995, p. 689

³³⁰ ROSA, 1995, p. 34

³³¹ ARISTÓTELES, 1991, p. 5

pela morte de Joca Ramiro e é essa meta comum que possibilita a harmonia e concórdia entre os membros deste bando, pois que “na companhia de amigos ‘dois que andam juntos’ – os homens são mais capazes de agir como de pensar”³³². Note-se pois que a atitude de Riobaldo de seguir Diadorim e com ela lutar até o fim por esse objetivo faz obviamente que a personagem nutra por Riobaldo um amor maior, haja vista que “amamos os que estão dispostos a fazer-nos bem”³³³.

Por outro lado, podemos pensar que no sertão rosiano fazer o bem a um amigo pode resultar em consequências e atos não dotados de excelentes virtudes, haja vista que muitas vezes significa promover a morte de um inimigo, promoção que longe de se inscrever no universo privado das relações pessoais, instaura na ordem pública o horror da guerra legitimada como forma de promoção da justiça no sertão. Logo, o que se vê em *Grande Sertão: Veredas* é exatamente aquilo que Bolle já alertara: o fato de, na narrativa, a guerra ganhar uma “visão idealizada”, como nas batalhas dos romances de cavalaria, como fica claro na canção cantada por Siruiz, durante uma noite em que Riobaldo viajou na companhia de uma “grande cavalaria” composta por “alguns dos homens mais terríveis sertanejos”³³⁴, nos versos finais da quadra anteposta a esta seção: “quando vou p’ra dar batalha,/ convido meu coração...”³³⁵. Assim também para Proença “o cangaceiro, como herói de poesia narrativa sertaneja, é assunto pacífico entre folcloristas, e o paralelismo com as epopeias medievais e seu sucedâneo – o romance de cavalaria -, já tem sido apontado, inclusive, pelo autor deste ensaio”³³⁶.

Conforme Bolle, se a guerra é instituída pelos bandos, em torno dos chefes de jagunços há uma “mitificação e idealização”, na medida em que são tomados como heróis e verdadeiros guerreiros. A exemplo de Medeiro Vaz e Joca Ramiro:

O que tinha sido antanha a história mesma dele, o senhor sabe? Quando moço, de antepassados de posses, ele recebera grande fazenda. Podia gerir e ficar estadonho. Mas vieram as guerras e os desmandos de jagunços – tudo era e roubo, e desrespeito carnal das mulheres casadas e donzelas, foi impossível qualquer sossego, desde em quando aquele imundo de loucura subiu as serras e se esprou nos gerais. Então Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o dever dele: largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados, se livrou leve como que quisesse voltar a seu só nascimento. Não tinha bocas de pessoa, não sustinha herdeiros forçados. No derradeiro, fez o fez-por suas mãos pôs fogo na distinta casa-defazenda, fazendão sido de pai, avô,

³³² ARISTÓTELES, 2005, p. 170

³³³ ARISTÓTELES, 2005, p. 170

³³⁴ ROSA, 1994, p. 160

³³⁵ ROSA, 1994, p. 162

³³⁶ PROENÇA, M. C, 1958, p. 15

bisavô – espiou até o voejo das cinzas; lá hoje é arvoredos. Ao que, aí foi aonde a mãe estava enterrada – um cemiteriozinho em beira do cerrado – então desmanchou cerca, espalhou as pedras: pronto, de alívios agora se testava, ninguém podia descobrir, para remexer com desonra, o lugar onde se conseguiam os ossos dos parentes. Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, ele montou em ginete, com cachos d’armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça. De anos, andava. Dizem que foi ficando cada vez mais esquisito. Quando conheceu Joca Ramiro, então achou outra esperança maior: para ele, Joca Ramiro era único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta deste sertão nosso, mandando por lei, de sobregoverno. Fato que Joca Ramiro também igualmente saía por justiça e alta política, mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres. Mas Medeiro Vaz era duma raça de homem que o senhor mais não vê; eu ainda vi. Ele tinha conspeito tão forte, que perto dele até o doutor, o padre e o rico, se compunham. Podia abençoar ou amaldiçoar, e homem mais moço, por valente que fosse, de beijar a mão dele não se vexava. Por isso, nós todos obedecíamos. Cumpríamos choro e riso, doideira em juízo. Tenente nos gerais – ele era. A gente era os medeiro-vazes³³⁷.

Bolle observa que, ao passo que há ainda aqueles que, compondo grupos rivais são caracterizados sob o signo da “negativização e demonização”. A exemplo da descrição dos traços psicológicos do bando de arqui-inimigos: os Hermógenes, cujo nome realça a importância do homônimo que o capitaneia. Em toda a narrativa, Hermógenes e o diabo assumem uma carga semântica sinônima, tal qual o próprio narrador estabelece, a certa altura: “o Hermógenes – demônio. Sim só isto”³³⁸, “homem sem anjo-da-guarda”³³⁹, “ruim, ruim”³⁴⁰, “fel dormido, flagelo com frieza”³⁴¹, “gostava de matar, por seu miúdo regozijo. Nem contava valentias, vivia dizendo que não era mau”³⁴², “homem que tirava seu prazer do medo dos outros, do sofrimento dos outros”³⁴³, afinal, ele era aquele que “era pactário”³⁴⁴, é o demônio rabudo quem pune por ele... Nisso todos acreditavam”, Riobaldo mesmo afirma: “Pela fraqueza do meu medo e pela força do meu ódio, acho que eu fui o primeiro que cri”³⁴⁵, Riobaldo sequer conseguia olhar para o Hermógenes, como ele próprio confessa: “Eu não queria olhar para ele, encarar aquele carangonço; me perturbava”³⁴⁶, “então, olhava o pé dele – um pé enorme, descalço, cheio de coceiras, frieiras de remeiro do rio, pé-pubo. Olhava as

³³⁷ ROSA, 1994, p. 54-55

³³⁸ ROSA, 1994, p. 61

³³⁹ ROSA, 1994, p. 158

³⁴⁰ ROSA, 1994, p. 234

³⁴¹ ROSA, 1994, p. 235

³⁴² ROSA, 1994, p. 235

³⁴³ ROSA, 1994, p. 249

³⁴⁴ ROSA, 1994, p. 63

³⁴⁵ ROSA, 1994, p. 83

³⁴⁶ ROSA, 1994, p. 235

mãos. Eu acabava achando que tanta ruindade só conseguia estar naquelas mãos, olhava para elas, mais, com asco. Com aquela mão ele comia, aquela mão ele dava à gente. E Riobaldo não se furta a realizar a óbvia comparação dos extremos: “Entremeando, eu comparava com Zé Bebelo aquele homem. Nessa hora, eu gostava de Zé Bebelo, quase como um filho deve de gostar do pai”³⁴⁷. Em consequência do seu líder, os hermógenes, estes eram “um mundo enorme de má gente”³⁴⁸, pois que, “roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoado à-toa, renitiam feito peste”³⁴⁹, “acreditei que o inferno é mesmo possível”³⁵⁰

Ah, esse Hermógenes – eu padecia que ele assistisse neste mundo... Quando ele vinha conversar comigo, no silêncio da minha raiva eu pedia até ao demônio para vir ficar de permeio entre nós dois, para dele me apartar. Eu podia rechear de balas aquele nagã próprio, e descarregar nele tiros, entre os todos olhos. O senhor tolere e releve estas palavras minhas de fúria; mas, disto, sei, era assim que eu sentia, sofria. Eu era assim. Hoje em dia, nem sei se sou assim mais. Do ódio, sendo. Acho que, às vezes, é até com ajuda do ódio que se tem a uma pessoa que o amor tido a outra aumenta mais forte. Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Coração mistura amores. Tudo cabe³⁵¹.

Bolle atribui a elaboração dos discursos que falam da guerra à “retórica da dissimulação”, sobretudo, àquela empregada por Bebelo para safar-se na cena do seu julgamento, bem como no episódio da Fazenda dos Tucanos, quando o bando de Bebelo é cercado pelo bando inimigo. Acerca do episódio do julgamento, Proença considera que “é um recorte de romance de cavalaria transposto para o sertão. A grandiloquência das palavras realça a nobreza da ação; é de barões o diálogo entre Joca Ramiro e Zé Bebelo”³⁵². Bolle (2007) é ainda mais pontual ao afirmar: “o julgamento de Zé Bebelo é uma reencenação do topos das Armas e das Letras (discutido no Quixote, de Cervantes, cf. Ulrich Ricken 1967), sendo que agora o estamento administrativo, através do poder do discurso, faz valer o seu papel de liderança sobre o estamento guerreiro”³⁵³.

Em ambos os episódios, segue Bolle, é possível perceber que “o discurso do poder é, por natureza, duplo e dissimulado”. Rosa estaria, então, introduzindo uma “dimensão

³⁴⁷ ROSA, 1994, p. 235-236

³⁴⁸ ROSA, 1994, p. 72

³⁴⁹ ROSA, 1994, p. 72

³⁵⁰ ROSA, 1994, p. 249

³⁵¹ ROSA, 1994, p. 259

³⁵² PROENÇA, 1958, p. 16

³⁵³ BOLLE, 2007, p 146.

dialética na historiografia da jagunçagem” tornando o sistema jagunço “o grande personagem coletivo que constitui o pano de fundo de *Grande Sertão: Veredas*: o corpo político dos donos de terra e gente”.

Partindo dessa análise de Bolle, intenta-se agora demonstrar como o desvelamento, por parte de *Grande Sertão: Veredas*, da “dimensão dialética”, presente no sistema da jagunçagem pode contribuir para pôr em evidência aspectos ainda não explorados do conceito de cordialidade. Logo, não se pretende aqui analisar quais as informações específicas sobre a jagunçagem o romance fornece, tal qual o fez Bolle (2007).

Vasconcelos (2002) observa ainda que:

A composição dos bandos e as motivações de seus componentes são diversas e heterogêneas, como esclarece Riobaldo ao explicar a seu interlocutor que ‘Joca Ramiro – grande homem príncipe! – era político’, ‘Antônio Dó – severo bandido’, Ricardão ‘queria mesmo era ser rico em paz’ e Hermógenes ‘nasceu formado tigre, e assim’ (GSV, p. 16). Da guerra civil entre bandos, participaram desde fazendeiros que se originam do exército industrial de reserva, como Ricardão e Hermógenes ou ex-fazendeiros, como Medeiro Vaz, até as fileiras que se originam do exército industrial de reserva, desta vez não a serviço da produção mas da violência, sob o mando dos patrões, donos da terra. Vários coronéis, envolvidos nas lutas dos medeiro-vazes, dos sô-candelários, dos joca-ramiros, dos zebebelos³⁵⁴ ao longo do romance, aparecem referidos no relato de Riobaldo: coronel Adalvino, ‘forte político’, coronel Horácio de Matos (figura referenciada na história),³⁵⁵ coronel Juca Sá, coronel João Duque, de caririnha (também figura histórica), coronel Caetano Cordeiro e doutor Mirabô de Melo, para citar alguns³⁵⁶

Seguindo o fio argumentativo deste trabalho, iremos nos ater à análise do perfil assumido pelo narrador do romance, buscando nesse perfil características que demonstrem como o autor ajuda a repensar a noção de homem cordial a partir a gênese da constituição do jagunço em *Grande Sertão: Veredas*.

A respeito do narrador, Yudith Rosenbaum (2007), em “A batalha final: Riobaldo na encruzilhada dos fantasmas”, já analisara:

³⁵⁴ Ao assim se referir aos jagunços de Grande Sertão: veredas, Rosa repete uma prática comum no cangaço, a de utilizar a antonomásia para nomear os membros dos bandos: ‘os Brilhantes, os Severos, os Viriatos, os Simplicios, os Meireles, os Calangros, os Quirinos, que em geral tomavam o nome ou o apelido de seu chefe. (Facó, 1972, p. 166). O toque rosiano aparece, sem dúvida, no belo efeito resultante da composição de nome e sobrenome.

³⁵⁵ Rui Facó menciona o coronel Horácio de Matos, dono de vastos garimpos que se envolveu numa disputa nas Lavras Diamantinas, em 1919-1920. Registra também que Horácio de Matos foi ‘senhor absoluto’ desde as Lavras Diamantinas até o São Francisco. Ver Facó (1972, p. 55-56) Sobre Horácio de Matos, ver ainda Moraes (1963)

³⁵⁶ VASCONCELOS, 2002, p. 328

Se o mundo é tão misturado e as reversibilidades pontuam suas mudanças,³⁵⁷ sob as vestes do ‘coração mole’, de Riobaldo (como ele mesmo se define) latejam igualmente as pulsões tanáticas. E é sob o império delas que o chefe guerreiro não pode eliminar o seu outro que, afinal, é o mesmo: ‘[...] O Hermógenes era um como eu, igual, igual, até pior atirava’.³⁵⁸ “E o Hermógenes estava deitado ali em mim encostado – era feito fosse eu mesmo [...]”³⁵⁹.

O ‘príncipe das maldades’, como é referido Hermógenes, seria dessas ‘coisas que só estão é fazendo espelho’. Quantas vezes o impulso de matar, traço forte do **inimigo**, não acomete nosso herói e o que era tão estranho se torna, gradualmente, familiar?³⁶⁰ Tendo agregado as forças do mal na travessia da guerra e de sua violência, Riobaldo participa da mesma ‘matéria vertente’ de seu oponente. A luta contra seus avessos, contra os crespos da própria pessoa, é, sem dúvida, tenaz e permanente. Ora vence o desejo amoroso ora o de destruição ora ambos se fundem. Projetando sua instintividade na malignidade de Hermógenes, Riobaldo não consegue abatê-lo, deixando que Diadorim o faça e pereça³⁶¹.

Note-se que Riobaldo ao mesmo tempo em que demonstra lealdade para com o seu bando e seus chefes, e incompatibilidade com a noção de estado, tal qual este se apresenta nos confins do sertão, é incapaz de consentir a toda e qualquer norma social defendida por eles, submetendo-se a padrões externos de conduta que contrariem seus princípios humanitários como a que prescreve o assassinato àquele que contrariar as normas da jagunçagem, a exemplo de Zé Bebelo, de quem Riobaldo sempre se lembra como aquele que fora o seu aluno e mestre.

Um Freitas, nosso, gritou, caiu muito ferido. A bala era de Zé Bebelo. Atiramos, grosso. Eles respondendo. Respondiam pouco. Deviam de ser... os quantos? Digo ao senhor: eu gostava de Zé Bebelo. Redigo – e. eu menos atirava do que pensava. Como era possível, assim, com minha ajuda, a morte dele? Um homem daquela qualidade, o corpo dele, a idéia dele, tudo que eu sabia e conhecia. Nessas coisas eu pensei. Sempre – Zé Bebelo – a gente tinha que pensar. Um homem, coisa fraca em si, macia mesmo, aos pulos de vida e morte, no meio das duras pedras. Senti, em minha goela. Aquela culpa eu carregava? Arresto gritei: – “Joca Ramiro quer esse homem vivo! Joca Ramiro quer este homem vivo! Joca Ramiro faz questão!...” A que nem não sei como tive o repente de isso dizer – falso, verdadeiro, inventado... Gritei firme, repeti. Os outros companheiros aceitavam aquilo, diziam também, até João Curiol: – Joca Ramiro quer este homem vivo!” – “É ordem de Joca

³⁵⁷ N. A.: C.f. o ensaio fundamental de Davi Arrigucci Jr, “O mundo misturado. Romance e experiência em Guimarães Rosa”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 40, nov. 1994

³⁵⁸ N.A.: J.G.ROSA, Grande sertão: veredas, op. Cit., p. 280.

³⁵⁹ N.A.: Idem, ibidem, p. 212. Kathrin Rosenfield chamou atenção para essas aproximações entre as personagens tão díspares quando comenta o conflito de valores entre bem e o mal na consciência de Riobaldo (cf. Kathrin Rosenfiel, Os descaminhos do Demo..., op. Cit.).

³⁶⁰ ‘Surgidamente, aí, principiou um desejo que tive –que era o de destruir alguém, a certa pessoa [...] Matar a aranha em teia. Se não, por que era que já me vinha a idéia desejável: que joliz havia de ser era se meter um balaço no baixo da testa do Hermógenes?’ (J.G. Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, op. cit p. 170)

³⁶¹ ROSENBAUM, Yudith. A batalha final: Riobaldo na encruzilhada dos fantasmas. 2007, p. 109-117. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/download/23615/25651>>. Acessado em 22/10/2015

Ramiro!” De lá não atiravam mais. Só bala ou outra, só. – “Arre, à unha, chefe?” – o Sangue-de-Outro perguntou. João Curiol respondeu que não. Eles deviam de estar reservando balas para um final. – “Ordem de loca Ramiro: é pegar o homem vivo...” – ainda eu disse. Ali Zé Bebelo eu salvasse. Todos aprovaram. Eu sei, eu sei? O senhor agora vai não me entendes, O como são as coisas. Todos me aprovaram – e, aí, extraordinariamente, eu dei um salto de espírito. O que? Mas, então, eu não tinha pensado tudo, o real?! O que era que eu estava fazendo, que era que eu estava querendo – que pegassem vivo Zé Bebelo, em carnes e ossos, para depois judiarem com ele, matarem de outro pior jeito, a fácil?! Minha raiva deu em mim. Me mordi, me abri, me-amargo. Tanto tudo ia sendo sempre’ por minha culpa! E daí pedi tudo ao rifle é às cartucheiras. Eu atirava, atirava: queria, por toda a lei, alcançar um tiro em Zé Bebelo, para acabar com ele de uma vez, sem martírio de sofrimentos. – “Tu está louco, Riobaldo?” – Diadorim gritou, rastejando para perto de mim, travando em meu braço. – “Joca Ramiro quer o homem vivo! Joca Ramiro quer, deu ordem!” – todos agora me gritavam. Assim contra mim, assim todos. O que eu havia de desmentir? E não vi direito, o fato. O que vi foi Zé Bebelo aparecendo, de repente, garnisé. O que ele tinha numa mão, era o punhal; na outra uma garrucha grande, fogo-central. Mas descarregou a garrucha, atirando no chão, perto dos pés dele, mesmo. Arrancou poeira. Por trás daquela poeira ele reapareceu, dava pensamento assim – apumado, tesos; de briga. Lampejou com o punhal, e esperou. Ele mesmo estava querendo morrer à brava, depressamente. Olhei, olhei. De atirar nele, de todo jeito não tive coragem. Ah, não tinha! E um dos nossos, não sei quem, jogou o laço. Zé Bebelo mal ainda bateu com um pé, por se firmar, e caiu, arrastado, voz que gritou: – “Canalha! Canalha!” Mas todos foram nele, desarmaram do punhal. Eu parei quieto, vago, se me estranho. Não queria, ah não queria que ele me reconhecesse.³⁶²

O fragmento acima nos fornece ainda mais algumas pistas de que Riobaldo incorpora ainda outras características do homem cordial, tais como a incompatibilidade com as disposições universais e impessoais, bem como a impossibilidade de deslocar o centro de decisões de contato pessoal para instâncias públicas. Foi por se lembrar das suas relações pessoais com Zé Bebelo, da época em que Riobaldo era o secretário e professor de Zé Bebelo que Riobaldo inventou, no meio da captura deste personagem, uma forma de preservar-lhe da morte certa que o esperava. Ora, caso Riobaldo fosse completamente entregue às disposições do sistema jagunço, teria facilmente percebido o ponto nevrálgico da captura de um homem como Zé Bebelo e teria ele próprio assassinado. Anteriormente a este episódio, Riobaldo já declarara sobre Zé Bebelo “vi que me prezava cordial, não me dando por traidor nem falso”³⁶³. Certamente foram ideias como esta que lhe assomaram à mente no momento em que preferiu “falso, verdadeiro, inventado” o fim a que dariam a Zé Bebelo.

³⁶² ROSA, 1994, p. 350-354

³⁶³ ROSA, 1994, p. 118

É digno de nota como durante toda a narrativa Riobaldo incitará, como bom orador, os seus leitores a fazerem julgamento acerca das paixões que suscita na sua narrativa. Mais digno de nota ainda é a confusão que este narrador é capaz de criar na capacidade de julgar destes mesmos leitores. Diante da natureza do seu amor/amizade por Diadorim, diante do seu medo e da sua coragem para entrar para o bando de jagunços, diante da sua convicção ou dúvida quanto a tornar-se um líder, diante da sua ira pelos Hermógenes e da sua calma de quem se fez barranqueiro a faculdade de julgar do leitor a partir das pistas falsas que o narrador fornece fica absolutamente comprometida. Se não há a possibilidade de emitir um julgamento seguro, resta a este leitor a reflexão acerca destas paixões suscitadas que torna tão cordialmente orientados pelas pulsões de seus corações os personagens de GSV. Esta reflexão retira o leitor do terreno das paixões a que é aproximado pela retórica narrativa e o lança ao terreno da razão em que seu pensamento é capaz de distinguir e classificar as paixões que se apresentam no ato da leitura.

III. 1. 1 – FAMIGERADO: POLIDEZ E CORDIALIDADE

Se em *Grande Sertão: Veredas* ocorre a visita silenciosa de um homem letrado ao jagunço narrador da história diante do qual este último revela atitudes sempre muito cordiais, em “Famigerado” é inverso o que se dá. O jagunço vai à procura do doutor, não para ouvir suas experiências, nem deleitar-se de sua hospitalidade, longe disso, mas com o fim determinado de obter a resposta precisa e conveniente para uma - já badalada - questão de semântica advinda de uma animosidade estabelecida entre o jagunço e “um moço do governo”, em virtude de uma caracterização insultuosa que este atribuiu àquele. Esta animosidade recapitula o sempre presente embate de forças entre o Estado e a jagunçagem.

O doutor recepciona o jagunço, não propriamente pelo prazer da recepção, como Riobaldo, para quem visita em sua casa “é por três dias”³⁶⁴, antes por temor ao que poderia lhe ocorrer caso contrariasse a expectativa do visitante. Já de início é possível observar, como o fez Wisnik (2002), a “iminência de uma violência física”³⁶⁵, uma “inimizade figadal”³⁶⁶, em que o jagunço “está pronto a negar que é matador, matando”. Ora, para o doutor, recepcionar o jagunço era, sobretudo, uma imposição, da qual não lhe era facultado declinar.

³⁶⁴ ROSA, 1995, p. 28 “Eh, que se vai? Jajá? É que não. Hoje, não. Amanhã, não. Não consinto. O senhor me desculpe, mas em empenho de minha amizade aceite: o senhor fica. Depois, quinta de-manhã cedo, o senhor querendo ir, então vai, mesmo me deixa sentindo sua falta. Mas, hoje ou amanhã, não. Visita, aqui em casa, comigo, é por três dias!”

³⁶⁵ WISNIK, J. M. O famigerado. In: SCRIPTA, Belo Horizonte, v.5, n. 10, p. 177-198, 1º sem. 2002, p. 177

³⁶⁶ WISNIK, 2002, p. 182

O que irá se desenvolver em “Famigerado” é um encontro que foge aos parâmetros do que se entende por cordialidade e nos coloca novamente diante da lista elaborada por Guimarães Rosa, sobre como proceder nas relações exteriores, sobretudo pelo fato de que, em Famigerado, há uma urgência em se pensar numa estratégia de manutenção da ordem e da estabilidade emocional entre os personagens representados. Exatamente por esta razão, pode-se verificar que durante toda a narrativa, o imperativo consiste em “dominar todos os impulsos”³⁶⁷, segundo item da lista elaborada por Rosa.

Estamos, conforme SBH, diante de uma maneira polida de se relacionar com terceiros, que é distinta da cordialidade. Afinal, “a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções”³⁶⁸. É exatamente essa a razão de a “atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula”³⁶⁹.

Verifica-se que não apenas o anfitrião estabelecerá com o visitante uma atitude pautada pela polidez, uma vez que pretende sair vivo do encontro, também o jagunço não demonstrará de todo as suas emoções, em virtude de saber que apenas aquele doutor dar-lhe-ia a (i) merecida resposta à sua dúvida. Seja por quais motivos for, o certo é que ambos aparentam estar cientes da necessidade de “combater a expansividade, em todas as suas formas”³⁷⁰. Percebe-se que o encontro entre o médico e o monstro “jagunço até na espuma do bofe”³⁷¹, “o feroz de estórias de léguas, com dezenas de carregadas mortes, homem perigosíssimo”³⁷², principia pelo signo do estranhamento causado ao médico, por ver diante de sua casa “Damázio, dos Siqueiras”³⁷³. A recusa do grupo de cavaleiros ante o convite do médico para que descessem dos cavalos; a “cara de nenhum amigo” do jagunço, “a forma de cumprimentar “seco, curto e pesadamente”, o comportamento “avessado, estranhão, perverso brusco, podendo desfechar com algo, de repente, por um és-não-és”, tudo isso, contribuiu para que o médico não pudesse esperar que um encontro amistoso dar-se-ia. Na “grande dúvida” que concebeu de seu papel de anfitrião, ciente de que “com um i”, o jagunço o “dissolvia”,

³⁶⁷ ROSA, Caderno de escritos, s/d

³⁶⁸³⁶⁸ HOLANDA, 2006, p. 161

³⁶⁹³⁶⁹ HOLANDA, 2006, p. 160-161

³⁷⁰ ROSA, S/D

³⁷¹ ROSA, 1995, p. 393

³⁷² ROSA, 1995, p. 394

³⁷³ ROSA, 1995, p. 394

concluiu que o melhor a fazer seria organizar-se “muito de macio”, aplicando-se, a quinta regra rosiana: “não expressar nunca as nossas impressões”. Obviamente, diante da impossibilidade de apresentar ao visitante alguma inquietação, ou demonstrar qualquer lampejo de descontentamento pela visita, o médico necessita agir da forma mais polida possível. O jagunço só desce do cavalo, quando diz ao médico a que veio: “eu vim perguntar a vosmecê uma opinião sua explicada...”³⁷⁴. Desce do cavalo, mas não aceita entrar na casa do médico. O que agrava ainda mais a ansiedade do anfitrião: “assim, porém, banda de fora, sem a-graças de hóspede nem surdez de paredes, tinha para um se inquietar, sem medida e sem certeza”³⁷⁵. Diante da apresentação ominosa: ‘vosmecê é que não me conhece. Damázio, dos Siqueiras...Estou vindo da Serra...’³⁷⁶, o pavor perpassara a figura do médico. Neste introito, o narrador assume exclusivamente a função de ouvinte impactado pela presença do jagunço, exímia aplicação, do décimo terceiro postulado rosiano: “escutar bem, com calma, e só dar a nossa opinião pessoal quando é indispensável”³⁷⁷. O jagunço desfere então, a implacável questão, a que veio obter solução manejável: “- ‘Vosmecê agora me faça a boa obra de querer me ensinar o que é mesmo que é: fasmisgerado...faz-me-gerado...falmisgerado...familhasgerado...?’”³⁷⁸. Como já analisara Wisnik (2002), “a pergunta é uma arma carregada de ameaça”³⁷⁹. Arma apenas apontada, engatilhada, pronta para a execução final, carregada pelo “componente explosivo”³⁸⁰, o significante pólvora, imponente, posto que deslizante. Arma só não disparada pela razão cordialmente óbvia: apenas o doutor poderia afugentar a dúvida que o animara até aquele encontro, como reconhece o próprio Damázio, quando afirma que na Serra do São ão, “lá, e por estes meios de caminho, tem nenhum ninguém ciente, nem tem o legítimo – o livro que aprende as palavras... É gente pra informação torta, por se fingirem de menos ignorâncias... Só se o padre, no São ão, capaz, mas com padres não me dou: eles logo engambelam...”³⁸¹.

Verifique-se que ao desferir a questão o jagunço não busca apenas um significado para o significante inquietador, o jagunço busca antes o próprio significante, que desliza em sua memória, já que a palavra lhe escapa, instaurando-se a dúvida entre o que fora dito pelo “moço do governo” e o que fora ouvido pelo jagunço, simulando uma espécie de telefone-sem-fio que torna o jagunço aquele que busca inteirar-se sua própria característica, capaz de

³⁷⁴ ROSA, 1995, p. 394

³⁷⁵ ROSA, 1995, p. 394

³⁷⁶ ROSA, 1995, p. 394

³⁷⁷ ROSA, S/D

³⁷⁸ ROSA, 1995, p. 394

³⁷⁹ ROSA, 1995, p. 394

³⁸⁰ WISNIK, 2002, p. 182

³⁸¹ ROSA, 1995, p. 395

desvelar o caráter que lhe fora atribuído. Diante da questão, o doutor apenas interroga: “Famigerado?”³⁸², desvelando a palavra-chave da narrativa. Verifique-se que, neste momento, por precauções óbvias, o doutor segue o quinto item da lista rosiana “não ser afirmativo (dogmático) nem demonstrativo (explicativo)”, bem como, o sexto: “cada exclamação, cada palavra, cada gesto – conservados – aumentam nossas reservas”, certo de que não devemos “expressar nunca as nossas impressões, especialmente as que resultam das conversações que ouvimos”. Acerca da questão elaborada por Damázio, Wisnik (2002) reflete:

Damázio parece suspeitar, segundo indica seu hesitante devaneio lexical, que a nomeação envolve algum modo de avaliação da sua origem, família, honra, pai, mãe, o que lhe aparece a si mesmo – ou pelo menos se formula – como uma espécie de enigma (o que é mesmo que é?). Efeito cômico em situação seríssima: à procura do desvendamento do significante associado à origem, do sentido do nome, e às voltas com a obscuridade de uma significação escondida, um jagunço está enredado, evidentemente sem sabê-lo, numa pergunta ao mesmo tempo filológica (qual o sentido da palavra douta?), psicanalítica (quem sou eu, inconsciente do significante que me nomeia?) e, no limite, enigmática e metafísica (o que é mesmo que é?). Trata-se, insisto, de um efeito irônico produzido pela fricção entre o mundo oral e o letrado, resultante de todo modo, na narrativa, da opção da personagem pela busca: nada impediria a Damázio, dado o seu *currículum*, de matar sem perguntar, a não ser, em primeira instância, a reverência à lei da letra (contida no ‘legítimo – o livro que aprende as palavras’), que ele pratica, como veremos, ao lado da reverência aos valores tradicionais do sertão – a mãe (o tabu do sexo e da origem) e a barba (o imperativo da honra e da macheza). Mas ele é movido também e necessariamente pelo desejo de saber: a acreditar no caso ‘insolitíssimo’, aqui narrado, ninguém é insensível, nem mesmo o mais implacável matador, ao signo desconhecido que o nomeia. Em todos os casos, como que Tateando meandros traiçoeiros da significação às cegas, tudo nele está pronto a cortar de golpe – nó górdio indecifrável ou xingamento³⁸³.

Exatamente por isso, Damázio eleva a voz, ante o desvelamento do significante pelo interlocutor doutor, dizendo num brado: “ ‘sim senhor...’ – e alto, repetiu, vezes, o termo, enfim nos vermelhões da raiva, sua voz fora de foco. E já me olhava, interpelador, intimativo – apertava-me.³⁸⁴” E ainda mais solícito interroga: “vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender. Mais me diga: é desaforado? É caçoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?”³⁸⁵. “Pois... é o que é que é, em fala de pobre, linguagem de em

³⁸² ROSA, 1995, p. 395

³⁸³ WISNIK, 2002, p. 181. Grifos do autor.

³⁸⁴ ROSA, 1995, p. 395

³⁸⁵ ROSA, 1995, p. 395

dia-de-semana?”³⁸⁶. Ainda conforme Wisnik (2002): “Damázio parece suscetível à avaliação guardada na palavra do outro, como se ela detivesse, além de um possível xingamento, a chave de um destino”³⁸⁷.

A busca de Damázio pela palavra-pólvora faz-nos aqui relembrar Macunaíma, que ao voltar ao Uraricoera, perde a consciência na ilha de Marapatá. A lembrança se deve de um lado no que diz respeito à busca de caráter do personagem andradino, e de outro pela argúcia com que Damázio dirige-se ao homem letrado para obter aquilo que deseja saber. Damázio, enquanto jagunço, parece sofrer do mesmo mal que acomete Macunaíma: a ausência de um caráter que lhe imprima uma identidade apreensível, menos provisória que a característica sempre volátil que o epíteto jagunço lhe confere. Exatamente por esse motivo, Damázio exige a fidegnidade da resposta: “agora, se me faz mercê, vosmecê me fale, no pau da peroba, no aperfeiçoado: o que é que é, o que já lhe perguntei?”³⁸⁸. Assim como Macunaíma que “subiu na montaria e deu uma chegadinha até a boca do rio Negro pra buscar a consciência deixada na ilha de Marapatá”, Damázio também sobe à montaria, para no arraial onde mora o médico, doutor a fim de buscar a resposta à questão que parece perturbar seu senso de identidade, desferida, no alto da Serra do São Âo, pelo “moço do governo”. Curiosamente, em virtude da artilosa resposta dada pelo doutor ao jagunço, caberia aqui a mesma fórmula da pergunta resposta de Mário de Andrade: “Jacaré achou? nem Ele.”³⁸⁹. Ora, assim como “o herói pegou na consciência dum hispano-americano, botou na cabeça e se deu bem da mesma forma”³⁹⁰, Damázio, se deu por satisfeito, diante da afirmação final do doutor: “olhe: eu, como o sr. Me vê, com vantagens, hum, o que eu queria uma hora destas era ser famigerado – bem famigerado, o mais que eu pudesse!...”³⁹¹. Parece-nos que aqui, o narrador sabe-se conhecedor também da oitava regra rosiana de “moderar todos os movimentos expressivos e dar apenas mui ligeiras mostras de emoção, surpresa, alegria, descontentamento, etc. Todo gesto desordenado ou toda mostra de agitação rouba-nos algo. Não ter movimentos de impaciência ou arrebató”. Diante da resposta do doutor, Damázio, viu-se satisfeito e macunaimicamente, coloca-a também na cabeça, e acredita ter se dado bem da mesma forma. Esta resposta faz com que o jagunço mudasse completamente a postura estabelecida até então, ao ponto de

³⁸⁶ ROSA, 1995, p. 395

³⁸⁷³⁸⁷ WISNIK, 1995, p. 182

³⁸⁸ ROSA, 1995, p. 395

³⁸⁹ ANDRADE, 122, S/D

³⁹⁰ ANDRADE, 122, S/D.

³⁹¹ ROSA, 1995, p. 395

exclamar “exultante”: ‘ah, bem!’³⁹², contrariando a sexta regra rosiana³⁹³, “saltando na sela, ele se levantou de molas. Subiu em si, desagravava-se, num desafogareu. Sorriu-se outro”³⁹⁴.

O que nos parece é que “Famigerado” contém a chave elucidativa da questão identitária sofrida não só por Damázio, mas por Riobaldo em sua constante dúvida em assumir-se ou não como jagunço. Verifique-se que também Damázio já está de range-rede, quando monta em seu cavalo para encontrar a grande resposta para sua dúvida. Como o próprio personagem afirma: “cá eu não quero questão com o Governo, não estou em saúde nem idade...”³⁹⁵. Verifique-se ainda que àquela altura de sua vida, assim como o jagunço Riobaldo, Damázio sempre se dirige ao doutor, homem letrado, com urbanidade, tratando-o polidamente por “vosmecê”³⁹⁶, a exemplo de Riobaldo cujo pronome de tratamento senhor, torna-se um cacoete clássico do discurso do narrador, cacoete cristalizado em expressões como: “o senhor tolere”³⁹⁷, “o senhor sabe”³⁹⁸, “senhor pergunte”³⁹⁹, “o senhor estude”⁴⁰⁰, “o senhor entenda”⁴⁰¹, “o senhor, assidado e instruído”⁴⁰². Resolvida a questão fulcral que coloca os personagens na iminência da violência física e engendra a manifestação da uma atitude polida entre ambos, ao final de “Famigerado”, Damázio desferirá, muito cordialmente, contrariando a nona regra da convivência elaborada por Rosa de “não procurar simpatia nem lisonja. Não querer provocar surpresa com palavras”, o elogio ao doutor por parte do jagunço desarma o conflito iminente, subvertendo a expectativa do leitor: ‘não há como que as grandezas machas duma pessoa instruída!’⁴⁰³ e fazendo ecoar em *Primeiras Estórias* os elogios excessivos do narrador Riobaldo, para quem a instrução do interlocutor doutor é sempre objeto de louvor: “em termos, gostava que morasse aqui, ou perto, era uma ajuda. Aqui não se tem convívio que instruir. Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...”⁴⁰⁴, “e as idéias instruídas do senhor me fornecem paz. Principalmente a confirmação, que me deu, de que o Tal não existe; pois é não?”⁴⁰⁵, “invejo é a instrução que o senhor tem”⁴⁰⁶, “a quanta coisa

³⁹² ROSA, 1995, p. 395

³⁹³ Cada exclamação, cada palavra, cada gesto – conservados – aumentam nossas reservas.

³⁹⁴ ROSA, 1995, p. 395-396

³⁹⁵ ROSA, 1995, p. 395

³⁹⁶ ROSA, 1995, p. 395

³⁹⁷ ROSA, 1994, p. 3

³⁹⁸ ROSA, 1994, p. 4

³⁹⁹ ROSA, 1994, p.4

⁴⁰⁰ ROSA, 1994, p. 4

⁴⁰¹ ROSA, 1994, p. 5

⁴⁰² ROSA, 1994, p. 7

⁴⁰³ ROSA, 1995, p. 396

⁴⁰⁴ ROSA, 1994, p. 28

⁴⁰⁵ ROSA, 1994, p. 48

limpa verdadeira uma pessoa de alta instrução não concebe!”⁴⁰⁷, “Ah, o que eu prezava de ter era essa instrução do senhor, que dá rumo para se estudar dessas matérias...”⁴⁰⁸, “ah, eu só queria era ter nascido em cidades, feito o senhor, para poder ser instruído e inteligente!”⁴⁰⁹, O senhor é homem muito ladino, de instruída sensatez”⁴¹⁰

III.1.2 OS IRMÃOS DAGOBÉ

Os qualificativos encontrados no conto “Os irmãos Dagobé” para a caracterização dos personagens principais por parte de narrador evidenciam duas questões fundamentais à narrativa: a primeira questão é referente às relações estabelecidas entre os irmãos e a comunidade local de onde são originários, sendo evidente o temor que despertam; a segunda questão é referente à maneira como o narrador manipula as informações acerca dos acontecimentos para evocar o universo da jagunçagem do sertão rosiano, aquele sertão de Riobaldo onde “manda quem é forte, com as astúcias” e “Deus mesmo quando vier, que venha armado”⁴¹¹.

“Absolutamente facínoras” é a primeira adjetivação impingida aos Dagobés pelo narrador e ela não deixa margem a dúvidas de que estes apresentavam não apenas resistência mas, antes, repúdio às normais sociais estabelecidas. Oriundo do latim: *facinus* ato, feito, ação, atentado, de *facere*, fazer⁴¹², o vocábulo facínora designa hoje aquele que cometeu grande crime; ou ainda um homem perverso⁴¹³. Para utilizar a definição rosiana: os quatro irmãos eram os famigerados, propriamente. Tão qualificativamente famigerados que morto Damastor Dagobé, todos aqueles que estavam presentes no velório “preferiam ficar perto do defunto”, haja vista que “todos temiam mais ou menos os três vivos”⁴¹⁴.

Acerca do temor, Aristóteles já argumentara que: “o medo consiste numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso”, argumenta ainda que não são todas as manifestações factuais do mal que são temidas

⁴⁰⁶ ROSA, 1994, p. 134

⁴⁰⁷ ROSA, 1994, p. 112

⁴⁰⁸ ROSA, 1994, p. 323

⁴⁰⁹ ROSA, 1994, p. 579

⁴¹⁰ ROSA, 1994, p. 701

⁴¹¹ ROSA, 1994, p. 19

⁴¹² <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/facinora/>

⁴¹³ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=fac%EDnora>

⁴¹⁴ ROSA, 1995, Vol. II. P. 405

por todos, receia-se por aquilo que “pode causar mágoas profundas ou destruições”. Não obstante, ainda quanto a isto, Aristóteles realiza uma delimitação, qual seja: não são todos os males destrutivos que se teme, mas antes, aqueles “próximos e prestes a acontecer; os males demasiado distantes não nos metem medo”⁴¹⁵.

Destarte, eis a razão fundamental pela qual todo o arraial inominado teme os Dagobés: a proximidade que estão do mal destrutivo que os irmãos representam. Os Dagobés trazem em si os sinais de uma ordem caótica, maligna e destrutiva. Deles emana o ódio, a ira e a injustiça que dão sustentação ao sentimento de temor da comunidade local. Afnal, entre os Dagobés não havia nenhuma organização que evocasse o pertencimento deles à estrutura social estabelecida, não havia organização familiar, viviam “sem mulher nem lar, sem mais parentes”, nem se submetiam às autoridades locais, revelando total incompatibilidade com a noção de Estado, pois que estavam “sob a chefia despótica do recém-finado”, e se havia entre eles algum resquício da religião oficial, este consistia em assemelhar-se ao que pior poderia haver nesta religião: a figura do diabo, como o caracteriza o narrador: “demos, os Dagobés, gente que não prestava”⁴¹⁶.

A razão para o temor da comunidade é pontual. Já alertara Aristóteles: “os que podem cometer injustiça são temidos pelos que podem ser vítimas dela, porque, a maior parte das vezes, os seres humanos, se puderem cometer injustiça, cometem-na”⁴¹⁷, considerando-se a injustiça irreparável da prática do homicídio, a razão pelo temor aos Dagobés é consideravelmente compreensível, haja vista que são absolutamente temíveis “os que aniquilaram pessoas mais fortes que nós e os que atacaram gente mais fraca do que nós, porque esses, ou já são temíveis, ou podem vir a sê-lo, logo que o poder deles tiver aumentado”⁴¹⁸.

Dessa forma, quando Liojorge - “o quieto rapaz” - responde a Damastor Dagobé – com “um tiro no centro dos peitos, por cima do coração” - à ameaça que o facínora lhe fizera “sem sabida razão” de cortar-lhe as orelhas, leva o facínora à morte e suscita a instauração da ordem constituída pelos Dagobés, a mesma lei do sertão de Riobaldo, fundamentada pelos laços de sangue cuja defesa consiste em dar cabo à vingança do irmão morto, fugindo, pois aos parâmetros instituídos da justiça e legalidade da instância pública e deslocando o centro do conflito para a decisão pessoal. Dada a natureza perversa dos irmãos Dagobés, o narrador deixa claro que, se por um lado, a culminância da vingança contra Liojorge por parte dos

⁴¹⁵ ARISTÓTELES, 2005, p. 174

⁴¹⁶ ROSA, 1995, Vol II, p. 405

⁴¹⁷ ARISTÓTELES, 2005, p. 174

⁴¹⁸ ARISTÓTELES, 2005, p. 175

irmãos era esperada por todos os moradores do arraial, por outro lado, a indignação e a comoção comunitária contra o moço Liojorge, em virtude do homicídio cometido, não seria uma paixão suscitada entre os populares. Acerca disto também já aludira Aristóteles: “quando os parricidas e os assassinos são castigados, não há homem honesto que sinta pena; deve até alegrar-se em tais casos”.⁴¹⁹

Contudo o imbróglio deixa ainda uma questão: considerando-se o caráter de Liojorge, o que o levaria ao cometimento de um crime passional? Se analisamos pela ótica aristotélica à juventude de “quieto rapaz”, parece ser uma resposta razoável, pois conforme o filósofo, “em termos de caráter, os jovens são propensos aos desejos passionais”, “também são impulsivos, irritadiços e deixam-se arrastar pela ira”, “gostam de honrarias, mas acima de tudo das vitórias”, “são mais corajosos [do que noutras idades] pois são impulsivos e otimistas: a primeira destas qualidades fá-los ignorar o medo, a segunda inspira-lhes confiança, porque nada se teme quando se está zangado”⁴²⁰. Todas as características relacionadas à juventude podem ter movido o tal “lagalhé pacífico e honesto”, “estimado de todos” ao assassinato de Damastor Dagobé, desestruturando o horizonte de expectativas daqueles que esperavam pela culminância de um grande confronto entre jagunços que justificasse a partida dos facínoras para a cidade grande.

Se pensarmos no segundo eixo estruturador do conto a que havíamos aludido ao início desta seção, talvez consigamos vislumbrar ainda mais um ponto de interesse para este trabalho. Verifique-se que há sempre implícita à enunciação do narrador uma tentativa de construção do sentimento de temor aos Dagobés na comunidade. Aristóteles já havia alertado que:

Quando for vantajoso para um orador que os ouvintes sintam temor, convém adverti-los no sentido de que pode acontecer-lhes mesmo alguma coisa de mal (sabendo que até outros mais poderosos que eles também sofreram); convém ainda demonstrar-lhes como é que gente da mesma condição sofre ou já sofreu, tanto por parte de pessoas de quem não se esperaria, como por coisas e em circunstâncias de que não se estava à espera⁴²¹.

Assim o faz o narrador d’Os irmãos Dagobés. Ele não apenas adverte, mas também demonstra o infortúnio a que está sujeita a comunidade local em virtude da proximidade com os protagonistas. Não obstante, o desenrolar da história frustra a expectativa

⁴¹⁹ ARISTÓTELES, 2005, p. 187

⁴²⁰ ARISTÓTELES, 2005, p. 194-195

⁴²¹ ARISTÓTELES, 2005, p. 176

do leitor que se entende também como espectador da narrativa estabelecida, conforme atentara Francis Utéza:

E no decorrer do relato, chamando a atenção sem parar para uma iminente reação dos Dagobés, o narrador comporta-se como um espectador aferrado aos clichês dos faroestes, incapaz de imaginar que os protagonistas possam inventar novos critérios: assim, o medo que, na qualidade de porta-voz da opinião do lugar onde atua como testemunha, ele pretende incutir ao leitor/ouvinte, vira recurso cômico de contador de estórias para manter a expectativa e frustrá-la no final com a renúncia dos malvados⁴²².

A reação adversa assumida pelos protagonistas de não dar cabo à vingança contra Liojorge e retirarem-se do arraial partindo para a cidade grande deixa clara também a subversão dos irmãos Dagobé à lei do sertão, desmitificando através de suas ações próprias a imagem de facínoras atribuída a eles pelo narrador. Essa subversão à lei do sertão pode ainda, a nosso ver, ser compreendida como mais um indício da poética da cordialidade no conto rosiano. Ora, é próprio ao homem cordial a indisposição com normas externas de qualquer natureza, sejam elas estatais ou para-estatais. Pensando na poética da cordialidade das narrativas rosianas a atitude de cessar as razões da violência eminente por parte dos personagens é compreensível, haja vista que a estrutura do conto foge ao estereótipo do banguê-banguê americano e não pode ser analisado tomando como princípio o horizonte de expectativas do leitor/narrador/ouvinte deste gênero literário. Haja vista que o cenário que se desenvolve em “Os irmãos Dagobé” nada apresenta de americano, nem remonta ao faroeste, mas antes ao sertão de Guimarães Rosa, cuja estrutura *sui generis* possui sua estilística e forma composicional específica.

III.1.3 A HORA E A VEZ DE AUGUSTO MATRAGA

Nesta seção, analisaremos o conto *A hora e a vez de Augusto Matraga* à luz do pensamento agostiniano sobre as paixões divulgado em *O Livre-Arbítrio*.

Embora Agostinho não tenha escrito nenhuma obra específica acerca das paixões, manifesta-se em seu pensamento uma preocupação por analisá-las e desvendar suas origens. É patente que todo este viés de seu discurso será também marcado de forma indelével por sua fé cristã. Benes Alencar Sales (2010) evidenciou a vinculação entre o pensamento agostiniano, o

⁴²² UTÉZA, Francis. *Certo Sertão: estórias*. Disponível em <http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta10/Conteudo/N10_Parte01_art09.pdf>. Acessado em 29.09.2015

platonismo, o maniqueísmo da sua juventude e, sobretudo, o estoicismo, no que diz respeito à relação que o estoicismo estabelece entre as paixões: desejo, alegria, temor e tristeza⁴²³. Ainda conforme Sales (2010), para Agostinho, a definição agostiniana de paixão consiste em que:

em cada homem há um princípio de atividade que é a vontade, raiz de seu ser. O homem identifica-se com sua vontade. Ela está presente em todos os seus movimentos que não são mais do que vontade. Todos os afetos (paixões) do homem são manifestações de sua vontade.⁴²⁴

Logo, a paixão para Agostinho é encontrada e dominante em toda má ação, as más ações se tornam más pela paixão que está a elas vinculada. Nas palavras de Evódio, com quem Agostinho dialoga na obra *O Livre-Arbítrio*, a paixão é um “desejo culpável”⁴²⁵. Em *A hora e a vez de Augusto Matraga*, podem-se notar as relações estabelecidas por Agostinho à luz do estoicismo no que diz respeito ao desejo e a alegria, ao temor e à tristeza. Matraga age impulsionado pelo livre-arbítrio de seu desejo, de sua vontade de reconhecimento, isto é, por uma paixão da sua alma. Percebe-se que seus maus desejos, suas más inclinações se lhe revelaram, como nos deixa a par o narrador, desde a infância:

Duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato. E, em casa, sempre fechado em si. Nem com a menina se importava. Dela, Dionora, gostava, às vezes; da sua boca, das suas carnes. Só. No mais, sempre com os capangas, com mulheres perdidas, com o que houvesse de pior. Na fazenda – no Saco-da-Embira, nas Pindaíbas, ou no retiro do Morro Azul – ele tinha outros prazeres, outras mulheres, o jogo do truque e as caçadas. E sem efeito eram sempre as orações e promessas, com que ela o pretendia trazer, pelo menos, até a meio caminho direito.

Fora assim desde menino, uma meninice à louca e à larga, de filho único de pai pancrário⁴²⁶.

Ora, conforme relembra Sales (2010), para Agostinho, a vontade má, gerada pelo mau uso do livre-arbítrio, tem como causa o orgulho que se manifesta pelo ‘desejo de uma falsa grandeza’⁴²⁷. Conforme Agostinho (2000 *apud* SALES), “o orgulho ocorre pelo fato de a alma tornar-se seu próprio princípio, passando o homem a preferir a si mesmo, afastando-se do bem imutável que é Deus. Para o bispo de Hipona, o orgulho é o começo de todo o pecado

⁴²³ SALES, Benes Alencar. *A moral cartesiana em As paixões da Alma*. (Tese de Doutorado), 2010, p. 91

⁴²⁴ N.A. Cf. Agostinho, 1991, IX, X. (SALES, 2010, p. 92) AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus: (Contra os pagãos)*. Trad. De Oscar Paes Leme. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. V. I. in SALES, Benes Alencar. *A moral cartesiana em As paixões da Alma*. (Tese de Doutorado), 2010, p. 91

⁴²⁵ AGOSTINHO, 1995, p. 35

⁴²⁶ ROSA, 1995, v. I, p. 434.

⁴²⁷ SALES, 2010, p. 94

⁴²⁸. Com efeito, é exatamente o orgulho a causa da desgraça de Matraga. Foi por este desejo de falsa grandeza que Matraga arrebatou a prostituta Sariema no “leilão de atrás da igreja”, no “arraial da Virgem Nossa Senhora das Dores do Córrego do Murici”, a fim de soerguer-se frente a Tião, o “capião apaixonado” por Sariema, e sobretudo frente à “multidão encachaçada de fim de festa”. Arrebatou para depois dispensá-la, desqualificando-a, alguns metros distante da vista de todos: “empurrando a rapariga, que abriu a chorar o choro mais sentido da sua vida, Nhô Augusto desceu a ladeira sozinho”⁴²⁹. Foi pelo mesmo desejo de falsa grandeza que caíra na desgraça perante todos os moradores do arraial, como revela o recado do Quim:

Mal em mim não veja, meu patrão Nhô Augusto, mas todos no lugar estão falando que o senhor não possui mais nada, que perdeu suas fazendas e riquezas, e que vai ficar pobre, no já-já...E estão conversando, o Major mais outros grandes, querendo pegar o senhor à traição. Estão espalhando... – o senhor dê o perdão p’r’a minha boca que eu só falo o que é preciso – estão dizendo que o senhor nunca respeitou filha dos outros nem mulher casada, e mais que é que nem cobra má, que quem vê tem de matar por obrigação...”⁴³⁰

O orgulho de Matraga leva-o a cometer atrocidades no arraial de onde provém e é a causa da ira de toda a população, e a ira da população, a causa da sede de vingança que acomete o Major, pois que “a ira é um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança pública devido a algum desprezo manifestado contra nós, ou contra pessoas da nossa convivência, sem haver razão para isso”⁴³¹. O Major, autoridade principal no arraial é aquele que possui os meios necessários para vingar-se de Matraga, executando em nome de todos a justiça esperada pelas atrocidades cometidas pelo personagem. Sendo assim, o Major acolhe em sua chácara Dionora, esposa desprezada, maltratada e traída de Matraga, sua filha Mimita e Ovídio Moura, aquele que nutria por Dionora “uma força grande, de amor calado”. Major os acolhe uma vez que Dionora aceita o convite de Ovídio Moura para viverem juntos. Dionora aceita o convite certa de que, por esta razão “Nhô Augusto era capaz de matá-la”. Afinal, “para isso, sim, ele prestava muito. Matava, mesmo, como dera conta do homem da foice, pago por vingança de algum ofendido”⁴³². Cheio de fúria, Matraga vai ao encontro de Ovídio, sua mulher e sua filha, na chácara do Major e este o recebe com uma tropa de capangas encarregados de dar fim a sua vida. Matraga é espancado e arrastado por uma légua, em cortejo público, inaugurando o caminho que ficou conhecido como “caminho de pragas e

⁴²⁸ N.A. Cf. AGOSTINHO, 2000, XIX, XIII.

⁴²⁹ ROSA, 1995, p. 433

⁴³⁰ ROSA, 1995, p. 437

⁴³¹ ARISTÓTELES, 2005, p. 161

⁴³² ROSA, 1995, p. 435

judiação”⁴³³. Matruga foi marcado a ferro, com “a marca do gado do Major – que soía ser um triângulo inscrito numa circunferência – e, imprimiram-na, com chiado, chamusco e fumaça, na polpa glútea direita do Nhô Augusto.”⁴³⁴. Ao final, Matruga estava “meio nu, todo picado de faca, quebrado de pancadas e enlameado grosso, poeira com sangue”⁴³⁵. Os capangas jogaram-no para baixo de um barranco e no local armaram cruz, dando-o finalmente, por vencido e morto.

Note-se que o espancamento de Matruga desvela também as paixões que acometem o Major em dar cabo à vida de Matruga de forma histórica, de forma que todos se lembrassem, com o prazer de vingança. Afinal, conforme relembra Aristóteles, nos versos de *Iliada*: “a ira, muito mais doce do que o mel destilado, cresce no coração dos homens”⁴³⁶, sendo o seu fruto mais aprazível a própria vingança. Daí a razão lógica que Aristóteles estabelece entre a tristeza e a ira, a ira e a vingança, sendo uma resultante das implicações da outra, pois que “cada pessoa abre caminho à sua própria ira, vítima da paixão que a possui”⁴³⁷.

Este episódio remete-nos ao exame cuidadoso que Agostinho realiza sobre a questão do homicídio em legítima defesa. O bispo de Hipona interroga: “acaso pode-se matar, sem nenhuma espécie de paixão, a um inimigo que violentamente nos ataca”, mesmo considerando que se o faz “em defesa, seja da própria vida, seja da liberdade ou do pudor”⁴³⁸? Ora, por quais outras razões o Major manda matar Matruga? São essas exatamente as razões pelas quais ele intenta matá-lo. Contudo, Agostinho argumenta ainda: “como poderia pensar que estejam sem paixão aqueles que lutam para salvaguardar essas coisas, as quais só poderiam vir a perder contra a própria vontade? Ou então, caso não as percam desse modo, qual seria a necessidade de as defender a ponto de causar a morte de um homem?”⁴³⁹. É Evódio quem responde pontualmente à questão feita argumentando que:

a lei não as obriga a matar. Deixa-lhes somente a possibilidade de o fazer. Ficam elas assim livres de não matar a ninguém, em defesa daqueles bens que poderiam perder contra a própria vontade e que devido a isso não deveriam amar com tanto apego. Assim, quanto à vida, alguém poderá perguntar, talvez, se ela é ou não tirada, com a morte do corpo. Caso ela possa ser tirada, então é um bem menos apreciável. Caso não possa, nada há para se temer”⁴⁴⁰.

⁴³³ ROSA, 1995, p. 438

⁴³⁴ ROSA, 1995, p. 438

⁴³⁵ ROSA, 1995, p. 438

⁴³⁶ N.A.II. 18, 109-110

⁴³⁷ ARISTÓTELES, 2005, p. 164

⁴³⁸ AGOSTINHO, 1995, p. 36

⁴³⁹ AGOSTINHO, 1995, p. 36

⁴⁴⁰ AGOSTINHO, 1995, p. 37

Há aqui uma clara alusão à continuação da vida após a morte física. Evidenciando a virtude da alma pura e imperecível. Evódio considera ainda que: “a lei escrita para governar os povos autoriza, com razão, atos que a Providência divina pune. Isso porque a lei humana está encarregada de reprimir crimes, em vista de manter a paz entre homens carentes de experiência”⁴⁴¹. Logo, note-se que o Major poderia ter optado por não atentar contra a vida de Matraga, contudo, movendo-se por suas paixões, ou seus desejos culpáveis, como quer Evódio, pratica aquilo que Agostinho conceberá como “o mal moral”, isto é, aquele que “depende de nossa má vontade que possui uma “causa deficiente”, haja vista que a vontade do Major tende a satisfazer o seu próprio desejo impulsionado por sua concupiscência que atrai e alicia o mal moral, afastando-se do “Bem supremo” e praticando aquilo que Agostinho conceberá como a “aversio a Deo” e “conversio ad creaturam”⁴⁴².

Analisando por outra perspectiva, a cena de espancamento de Matraga remete às cenas de carnificinas tão presentes nas festas populares da Idade Média e representadas na obra literária de Rabelais. Bakhtin (2008, p. 171) relembra que nas festas populares “há um plano no qual os golpes e injúrias não têm caráter particular e cotidiano, mas constituem atos simbólicos dirigidos contra a autoridade suprema, contra o rei”. Verifique-se que, a vingança do Major não apresenta uma motivação particular. Todos do arraial desejavam ver Matraga pagar pelos males cometidos contra a população, haja vista que “é forçoso que o iracundo se volte sempre contra um determinado indivíduo [...] e que seja por algum agravo que lhe fizeram ou pretendiam fazer a ele ou a algum dos seus”⁴⁴³. Dessa forma, Matraga assume na narrativa posição similar àquela assumida pelo rei nas festas populares da Idade Média. Bakhtin segue afirmando que “nesse sistema carnavalesco, o rei é o bufão escolhido pelo conjunto do povo, e escarnecido por esse mesmo povo, injuriado, espancado, quando termina o seu reinado”⁴⁴⁴, posto que “as injúrias e os golpes destronam o soberano”⁴⁴⁵. Ainda conforme o teórico russo “as injúrias representam a morte, a passada juventude que se tornou velhice, o corpo vivo transformado em cadáver”. Ora, ao vingar-se de Matraga, o Major desejava para este aplicar-lhe não apenas a pena de morte, mas era necessário que a morte de Matraga fosse uma “morte histórica”⁴⁴⁶. Por essa razão, o conflito entre Matraga e os

⁴⁴¹ AGOSTINHO, 1995, p. 38

⁴⁴² AGOSTINHO, 1995, p. 16

⁴⁴³ ARISTÓTELES, 2005, p. 161

⁴⁴⁴ BAKHTIN, 2008, p. 171

⁴⁴⁵ BAKHTIN, 2008, p. 171

⁴⁴⁶ BAKHTIN, 2008, p. 171

capangas do Major se dá em um ambiente público, para que todos pudessem contemplar o cortejo de Matraga.

Não obstante, relembra Bakhtin (2008), que a morte do rei nesse sistema carnavalesco das festas populares “é seguida pela ressurreição, pelo ano-novo, a nova juventude, a nova primavera”⁴⁴⁷. Tendo sido resgatado por um casal de pretos que moravam “na boca do brejo” do barranco em que Matraga foi arremessado, estes deram a Matraga uma nova chance de viver, limpam e curaram seu corpo e deram repouso à sua alma instruindo-o nas orações e na reconciliação com Deus através do arrependimento de seus pecados e da confissão com o padre que mandaram vir “uma noite, muito à escondida”, que “conversou com ele, muito tempo, dando-lhe conselhos que o faziam chorar”⁴⁴⁸. Verifique-se que a partir de então, Matraga verá suas más inclinações, suas más vontades transformarem no seu oposto. Sales (2010), já alertava que:

Para Agostinho, as paixões, em si, não são boas ou más. O que vai determinar o valor das paixões é a vontade. A vontade encontra-se repleta de amor ao ponto de identificar-se com ele: ‘O meu amor é meu peso; para qualquer parte que eu vá, é ele que me leva’⁴⁴⁹. A vontade reta determina o amor bom e a vontade perversa, o amor mau⁴⁵⁰. Portanto, as paixões do bom amor são boas e as paixões do amor mau, são más.

Tendo aceitado o convite do padre à conversão, Matraga orientará seu orgulho para um plano positivo. Abandonara a vida de malfeitor e começara a levar uma vida contemplativa, pois que “Nhô Augusto comia, fumava, pensava e dormia. E tinha pequenas esperanças: de amanhã em diante, o lado de cá vai doer menos, se Deus quiser...”⁴⁵¹. Arrepende-se verdadeiramente de seus malfeitos ao ponto de “que nem podia se lembrar; e só mesmo rezando”⁴⁵². E Matraga “espantava as ideias tristes, e, com o passar do tempo, tudo isso lhe foi dando uma espécie nova e mui serena de alegria. Esteve resignado, e fazia compridos progressos na senda da conversão”⁴⁵³. Observa-se então que a cólera de Matraga vai se transformando em seu oposto: a calma. Aristóteles concebe a calma como “um

⁴⁴⁷ BAKHTIN, 2008, p. 172

⁴⁴⁸ ROSA, 1995, p. 441

⁴⁴⁹ N.A. AGOSTINHO, 1997, XIII, 9. (Vemos Agostinho identificando-se com Aristóteles ao não considerar as paixões necessariamente más). CONFISSÕES. Trad. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁴⁵⁰ Cf. AGOSTINHO, 2000, XIV, VII. AGOSTINHO, Santo. A Cidade de Deus. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, v. II.

⁴⁵¹ ROSA, 1995, p. 442

⁴⁵² ROSA, 1995, p. 442

⁴⁵³ ROSA, 1995, p. 442

apaziguamento e uma pacificação da cólera”⁴⁵⁴ e considera que “se os seres humanos “se encolerizam contra os que os desprezam e esse desprezo é voluntário, é evidente que, em relação aos que não procedem da mesma maneira, ou o fazem involuntariamente ou aparentam fazê-lo, mostram-se calmos”. Exatamente por essa razão, diante do casal de pretos velhos que lhe salvara a vida, Matraga vê a sua paixão primeira e fundamental, a ira, que lhe acompanhara por toda a vida transformar-se no oposto, a calma.

Ao se recuperar, Matraga viaja junto com o casal em direção ao povoado do Tombador e lá “todos gostaram logo dele, porque era meio doido e meio santo; e compreender deixaram pra depois”⁴⁵⁵. Matraga mantém uma calma perene, passando assim por volta de seis anos e meio:

Ele não tinha tentações, nada desejava, cansava o corpo no pesado e dava rezas para a sua alma, tudo isso sem esforço nenhum, como os cupins que levantam no pasto murunduns vermelhos, ou como os tico-ticos, que penam sem cessar para levar comida ao filhote de pássaro-preto – bico aberto, no alto do mamoeiro, a pedir mais. [...]

Também, não fumava mais, não bebia, não olhava para o bom-querer das mulheres, não falava junto em discussão. Só o que ele não podia era se lembrar da sua vergonha; mas, ali, naquela biboca, fim-de-mundo, cada dia que descia ajudava a esquecer⁴⁵⁶.

O primeiro abatimento de Matraga foi ao avistar Tião da Thereza que passou pelo povoado do Tombador à procura de reses de uma boiada. Tião levou a Matraga notícias sobre o arraial onde vivera, sobre sua mulher, “que continuara amiga com seu Ovídio, muito-debem os dois, com tenção até em casamento de igreja, por pensarem que ela estava desimpedida de marido”⁴⁵⁷; notícias de sua filha, que “crescera sã e encorpora uma mocinha muito linda, mas tinha caído na vida, seduzida por um cometa, que a levava do arraial, para onde não se sabia...”; de suas duas fazendas, arrematadas pelo Major Consilva; sobre Quim Recadeiro, que morrera de “morte-matada, com mais de vinte balas no corpo, por causa dele, Nhô Augusto: quando soube que seu patrão tinha sido assassinado, de mando do Major”⁴⁵⁸. Ao colocar-se a par de todas essas novidades Matraga caiu numa tristeza sem fim, confirmando a tese de Agostinho, acerca das relações que se estabelecem entre as paixões como a ira e a tristeza, pois que, caindo na tristeza, sentiu novamente as vontades más:

⁴⁵⁴ ARISTÓTELES, p.

⁴⁵⁵ ROSA, 1995, p. 443

⁴⁵⁶ ROSA, 1995, p. 443-444

⁴⁵⁷ ROSA, 1995, p. 444

⁴⁵⁸ ROSA, 1995, p. 444

ele não guardou mais poder para espantar a tristeza. E, com a tristeza, uma vontade doente de fazer coisas malfeitas, uma vontade sem calor no corpo, só pensada: como que, se bebesse e cigarrasse, e ficasse sem trabalhar nem rezar, haveria de recuperar sua força de homem e seu acerto de outro tempo, junto com a pressa das coisas, como só outros sabiam viver⁴⁵⁹.

Tendo ficado extremamente perturbado pela visita do Tião da Thereza, diante das notícias que este lhe trouxera, Matraga ajoelha-se e repete consigo o seu juramento “p’rá o céu eu vou, nem que seja a porrete!...”⁴⁶⁰.

Acerca da sobreposição das paixões à razão, Agostinho destaca que:

o império das paixões ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de enfrentar. Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal à vã e falsa alegria; dos tormentos por ter perdido um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate. E finalmente, quantas outras inumeráveis perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem seu reinado⁴⁶¹.

Diante do império das paixões que o assola, Matraga neste dia, combateu pesado, seu bom combate, rezando e trabalhando como lhe advertira o padre, até “tarde da noite”, ajudou um morador a tirar uma égua do atoleiro, tendo, finalmente concluído “era melhor rezar mais, trabalhar mais e escorar firme, para poder alcançar o reino-do-céu”⁴⁶², resistindo, pois às paixões da alma. A resistência racional às paixões é fundamental para Agostinho, haja vista que a mente “por lei eterna”, “foi-lhe dado o domínio sobre todas as paixões”, razão pela qual não se deve julgar que “a paixão seja mais poderosa do que a mente”. Logo, não se pode “hesitar em pôr toda e cada virtude acima de qualquer espécie de vício, de tal forma que quanto mais uma virtude for nobre e sublime, mais ela será forte e invencível” e “nenhuma alma viciada pode dominar outra munida de virtudes”⁴⁶³. Nessa altura, pode-se verificar que Matraga se utiliza novamente do livre-arbítrio, a que se refere Agostinho. Agora, diferentemente do modo como o utilizava no início da narrativa. Utiliza-se do livre-arbítrio para reprimir suas paixões, dando razão a Agostinho, quando este argumenta que “não há

⁴⁵⁹ ROSA, 1995, p. 444-445

⁴⁶⁰ ROSA, 1995, p. 444

⁴⁶¹ AGOSTINHO, 1995, p. 53

⁴⁶² ROSA, 1995, p. 445

⁴⁶³ AGOSTINHO, 1995, p. 50.

nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre arbítrio”⁴⁶⁴

Matraga revive ainda o seu tempo de malfeitos quando encontra com Seu Joãozinho Bem-Bem, um dos jagunços “mais afamado dos dois sertões do rio”, com a chegada de Joãozinho Bem-Bem no povoado, “o povo não se mexia, apavorado, com medo de fechar as portas, com medo de ficar na rua, com medo de falar e de ficar calado, com medo de existir”. Apenas Matraga não tinha medo de falar com Seu Joãozinho Bem-Bem, estava voltando do mato, com um feixe de lenha nos braços, “quando soube do que havia, jogou a carga no chão e correu ao encontro dos recém-chegados”, sem medo, nem ira, apenas munido de confiança em estabelecer contato com os visitantes e com a intenção de lhes oferecer abrigo, fazendo questão de destacar que o fazia “de coração”⁴⁶⁵. Matraga não possuía nenhuma razão para temer Seu Joãozinho Bem-Bem. Conforme Aristóteles, “crêem que nenhum mal lhes pode acontecer as pessoas [...] que pensam já ter sofrido toda a espécie de desgraças e permanecem frias perante o futuro, à semelhança dos que já alguma vez apanharam uma surra de paulada”⁴⁶⁶.

Com efeito, o único mal que Matraga teme àquela altura da vida, depois de ter apanhado de paulada, de porrete dos capangas do Major é não conseguir entrar no céu e ir para o inferno, por esta razão faz-se tão solícito a Joãozinho Bem-Bem. Temendo o que pior poderia lhe sobrecair presta serviço e caridade ao bando de jagunços não apenas abrigando a todos mas, esforçando-se para dar a eles o conforto mais que o necessário. Pois conforme Aristóteles, “para que sintamos receio é preciso que haja alguma esperança de salvação pela qual valha a pena lutar”⁴⁶⁷. Dessa forma, Matraga hospeda o bando de jagunços e lhe serve como sendo seu escravo, cumprindo aquilo que considera fundamental para alcançar a salvação da sua alma:

Nhô Augusto, depois de buscar ajuda para tratar dos cavalos, andou de casa em casa, arrecadando aluá, frutas, quitandas, fumo cheiroso, muita cachaça, e tudo o mais que de fino houvesse, para os convidados. E os seus convidados achavam imensa graça naquele homem, que se atarefava em servi-los, cheio de atenções, quase de carinhos, com cujo motivo eles não topavam de atinar.⁴⁶⁸

⁴⁶⁴ AGOSTINHO, 1995, p. 52

⁴⁶⁵ ROSA, 1995, p. 448

⁴⁶⁶ ARISTÓTELES, p. 176

⁴⁶⁷ ARISTÓTELES, p. 176

⁴⁶⁸ ROSA, 1995, p. 448

Tamanha dedicação de Matraga o fez cair nas graças de Seu Joãozinho Bem-Bem que se despede convidando-o a ingressar no seu bando, ao que Matraga, prontamente recusa, mas reflete, na despedida:

aqueles, sim, que estavam no bom, porque não tinham de pensar em coisa nenhuma de salvação de alma, e podiam andar no mundo, de cabeça empé...Só ele, Nhô Augusto, era quem estava de todo desonrado, porque, mesmo lá, na sua terra, se alguém se lembrava de seu nome, havia de ser para arrastá-lo pela rua-da-amargura...

E Matraga ainda pensou muito em seu Joãozinho Bem-Bem, no convite que lhe fizera e também no oferecimento de mandar algum “recado ruim” para alguém, ou vingar-se de “algum inimigo alegre”, Matraga relembra-se então de seu passado e das pessoas que poderia informar a Seu Joãozinho Bem-Bem como sendo seus inimigos, para que ele lhe valesse, mas recusa a tentação e cai novamente em si, concluindo “mas, qual, aí era que se perdia, mesmo, que Deus o castigava com mão mais dura...”⁴⁶⁹

E só então foi que ele soube de que jeito estava pegado à sua penitência, e entendeu que essa história de se navegar com religião, e de querer tirar sua alma da boca do demônio, era a mesma coisa que entrar num brejão, que, para a frente, para trás e para os lados, é sempre dificultoso e atola sempre mais.

Recorreu ao rompante:

- Agora que eu principiei e já andei um caminho tão grande, ninguém não me faz virar e nem andar de-fasto!⁴⁷⁰

Dias se passaram, Matraga trabalhava duro “limpando o terreiro, sem precisão nenhuma” debaixo de uma “invernada brava”, e começou a sentir “saudades de mulheres”, mas também esta tentação conseguiu superar, certo de que sua hora iria chegar. Ao final do período chuvoso, acordou “com a manhã mais bonita que ele já pudera ver” e decidiu ir-se embora daquele povoado. Sua mãe Quitéria o aconselhou a ir montado em um jumento, convencendo-o de que aquele era “um animalzinho assim meio sagrado, muito misturado às passagens da vida de Jesus”⁴⁷¹. Ele partiu sem destino “e todos sentiram muito a sua partida”.

Matraga e o jumento chegaram então ao arraial do Rala-Coco, “onde havia, no momento, uma agitação assustada no povo”⁴⁷². E Matraga descobriu tratar-se da jagunçada de Nhô Augusto. Este estava de partida, contudo, ainda restava uma vingança por fazer, da morte

⁴⁶⁹ ROSA, 1995, p. 452

⁴⁷⁰ ROSA, 1995, p. 452

⁴⁷¹ ROSA, 1995, p. 455

⁴⁷² ROSA, 1995, p. 458

do menino Juruminho que morrera à traição “baleado por detrás”⁴⁷³ pelas mãos do filho de um velho. Este velho fora até Joãozinho Bem-Bem pedir-lhe a misericórdia, em nome de todos os santos, de poupar a vida de sua família, ao que Joãozinho Bem-Bem lhe respondeu sem pestanejar: “um dos dois rapazinhos seus filhos tem de morrer, de tiro ou à faca, e o senhor pode é escolher qual deles é que deve de pagar pelo crime do irmão. E as moças...Para mim não quero nenhuma, que mulher não me enfraquece: as mocinhas são para os meus homens”⁴⁷⁴. Nhô Augusto advertiu Joãozinho Bem-Bem da seriedade com que o velho fazia-lhe o pedido. Disse-lhe Matraga: “não faz isso, meu amigo seu Joãozinho Bem-Bem, que o desgraçado do velho está pedindo em nome de Nosso Senhor e da Virgem Maria! E o que vocês estão querendo fazem em casa dele é coisa quem nem Deus não manda e nem o diabo não faz!”⁴⁷⁵. Mas Seu Joãozinho Bem-Bem não atendeu ao pedido, e Matraga impôs a ele que primeiro lhe desse cabo de sua vida, antes de tocar na família do velho, ao que os dois duelaram até que Matraga ferira Joãozinho Bem-Bem com ferida mortal, sua lâmina “talhara de baixo para cima, do púbis à boca-do-estômago”, saltando-lhe as vísceras, Matraga também é ferido mortalmente e não teme, antes, vê neste ferimento, a chance de entrar para a vida eterna. Matraga faz suas orações finais, revelando sua identidade: “perguntem quem é aí que algum dia já ouviu falar no nome de Nhô Augusto Esteves das Pindaíbas!”⁴⁷⁶. Sendo reconhecido pelo primo João Lomba, manda a benção para a sua filha e um recado para Dionora perdoando-lhe e morrendo em seguida.

O caminho de conversão realizado por Matraga na narrativa pode ser lido completamente à luz da teoria do livre-arbítrio proposta por Santo Agostinho. Matraga passa do uso passional do livre-arbítrio, para o seu uso virtuoso, alcançando ao final da narrativa as quatro virtudes daí advindas: a temperança, compreendida como a “disposição que reprime e retém o nosso apetite longe daquelas coisas que constituem uma vergonha o ser desejadas”; a justiça “a virtude pela qual damos a cada um o que é seu”; a prudência em que a pessoa que preza pela justiça “vê a obrigação de desejar esse bem acima de tudo e evitar o que lhe é oposto”, pondo, enfim, “seu prazer e sua alegria em meditar sobre ela, considerando-a quanto é excelente e o quanto é impossível ela lhe ser arrebatada” e a força, sem a qual “ela não poderia amar nem estimar em alto preço todas aquelas coisas que não estão sob o nosso poder”⁴⁷⁷.

⁴⁷³ ROSA, 1995, p. 459

⁴⁷⁴ ROSA, 1995, p. 460

⁴⁷⁵ ROSA, 1995, p. 460

⁴⁷⁶ ROSA, 1995, p. 442

⁴⁷⁷ AGOSTINHO, 1995, p. 58-59

III.1.4 DÃO-LALALÃO (O DEVENTE)

Se em *A hora e a vez de Augusto Matraga*, *Famigerado* e os *Irmãos Dagobé* os personagens centrais representam, de cara, jagunços “absolutamente facínoras”, em *Dão-Lalalão*, assim como em *Grande Sertão: Veredas*, o personagem principal é capaz de ludibriar em sua aparência. De todas as três narrativas curtas abordadas neste capítulo, Dão-Lalalão é sem dúvida aquela que melhor exemplifica o perfil do jagunço cordial aqui defendida. Pode-se perceber uma tentativa do narrador em tornar aquilo que há de vicioso na caracterização do personagem central como algo remoto, perdido no passado. Contudo, à medida que a narrativa se desenvolve, verifica-se que o Soropita cheio de virtudes que o arraial do ão conheceu é ainda aquele mesmo Surupita/Surripita repleto dos vícios de uma vida pregressa. É notório que a narrativa não apenas se constrói evidenciando os sedimentos de um sistema patriarcal como também, e principalmente, desfere uma crítica velada a esse mesmo sistema, sobretudo no que se refere à construção do protagonista que, tendo aposentado de sua vida de matador, entra em um conflito constante em virtude da tentativa de estabelecer-se como patriarca, pondo à mostra as falsas cordialidades subjacentes às suas atitudes.

Gilberto Freyre nos livros *Casa Grande e Senzala*, originalmente publicado em 1933 e *Sobrados e Mocambos*, originalmente publicado em 1936, cunhou o conceito de família patriarcal que, conforme a pesquisadora Cynthia Sarti (1992) foi concebida pelo sociólogo da seguinte maneira: “ambientada na casa grande (e na senzala), correspondia a um sistema social, econômico e político, sustentado, em cada um de seus aspectos, respectivamente pela escravidão, pelo latifúndio e pelo patriarcado rural”⁴⁷⁸. Na segunda obra, conforme Sarti (1992) há um enfoque sobre a decadência da família patriarcal em virtude da “emergência de um Brasil que se urbaniza, criando um novo elemento no sistema de relações sociais: a rua”⁴⁷⁹. Logo, é abordada na obra a oposição entre a casa e a rua, reforçando que, embora opostas, há sempre o predomínio da primeira sobre a segunda, do mesmo modo que entre a vida privada e a vida pública, há sempre a invasão da primeira sobre a segunda, uma vez que a vida pública será sempre mediada pela família patriarcal. O que levou a compreender já no século XIX, quando da urbanização do país que “as praças e os jardins” seriam lugares reservados aos homens, ao passo que “a mulher e o menino” conservar-se-iam

⁴⁷⁸ SARTI, 1992, p. 38

⁴⁷⁹ SARTI, 1992, p. 38

“dentro de casa, ou no fundo do sítio, quando muito na varanda, no postigo, no palanque do muro”, para que não viessem a ser confundidos com “moleque de rua” e “mulher pública”⁴⁸⁰.

A autora considera ainda que o tema foi desenvolvido extensivamente em *Raízes do Brasil*, haja vista que para SBH “as relações que se criam na esfera doméstica, no núcleo familiar” “forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”⁴⁸¹, já que para o autor ‘permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal’⁴⁸². A autora segue argumentando que este paradigma de organização familiar no Brasil foi bastante problematizado nas investigações sociológicas por nomes como Roberto da Matta e Ovídio Abreu. Para a pesquisadora:

se seu peso foi contrabalançado pelo desenvolvimento de instituições políticas e sociais, ela não deixou de existir como modelo de autoridade. A família patriarcal, baseada no princípio da autoridade do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, é parte integrante das representações sobre a família também entre os pobres urbanos, pelo menos em bairros da periferia das grandes cidades⁴⁸³.

Citando Roberto da Matta (1987), a autora afirma que Da Matta, a partir da leitura de Gilberto Freyre e Antônio Cândido destaca “a importância do entendimento sociológico da diversidade, ancorada ou referida à ‘família patriarcal’”: ‘aquela capaz de manter agregados, realizando a ponte entre o mundo político e o universo privado, e agir como um grupo corporado (como uma pessoa jurídica indivisível), apesar de todas as duas diferenças internas’⁴⁸⁴. Conforme a pesquisadora:

Para Freyre, a família patriarcal foi o principal elemento sociológico de unidade brasileira. Quando diz família patriarcal, refere-se ao ‘complexo’ ou ‘sistema patriarcal’ ‘de família, de economia, de organização social, a forma patriarcal de habitação – a casa-grande completada simbolicamente pela senzala, o sobrado em oposição extremada ao mocambo, à palhoça ou ao rancho – e na forma patriarcal de devoção religiosa, de assistência social e de ação política’ (1951, P. 64). Se define [sic] o elemento sociológico dominante, isso não significa necessariamente que negue a variabilidade interna das relações sociais⁴⁸⁵.

⁴⁸⁰ SARTI, 1992, p. 38

⁴⁸¹ SARTI, 1992, p. 38

⁴⁸² HOLANDA, 1963, p. 137 apud SARTI, 1992, p. 38

⁴⁸³ SARTI, 1992, p. 39

⁴⁸⁴ DA MATTA, A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela (org.) Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. Da UFRJ, 1987a, p. 118, Apud, SARTI, 1992, p. 39

⁴⁸⁵ SARTI, 1992, p. 39

Razão seja dada à pesquisadora, sobretudo quando propõe que a família patriarcal é “o principal elemento sociológico de unidade brasileira”, mais adiante em seu texto a autora afirmará também que a família patriarcal é o “modelo ideológico na análise das relações internas à família” e que “a diversidade de formas de organização familiar não significa que o modelo dominante não tenha força como paradigma social que se impõe para toda a população”⁴⁸⁶.

Em sintonia com o pensamento sociológico, parece ser essa também a base que sustenta a crítica velada de Rosa aos parâmetros da organização familiar patriarcal em suas narrativas, sobretudo nessa aqui em foco: *Dão-lalalão* (O devente). Não pertencendo à estrutura patriarcal oficialmente instituída, pelo poder econômico e pelo poder político, o protagonista, contudo, reconhece, tem consciência, de que esse é o modelo ideal dominante capaz de garantir o ingresso a patamares mais elevados da organização social e do poder do mando, capaz de tirá-lo do ostracismo daqueles que não trazem a linhagem da nobreza e foram relegados às senzalas. Mesmo não pertencendo à linhagem dos patriarcas, Soropita depois de casar-se com Doralda e mudar-se para o arraial do ão, abandona a sua vida pregressa de ex-matador e não mede esforços para que permaneça no esquecimento a vida de ex-prostituta que Doralda levava em Montes Claros e “dela, dele, da vida que separados tinham levado, nisso não tocavam, nem a solto fio – o sapo, na muda, come a pele velha. Era como se não houvesse havido um princípio, ou se em comum para sempre tivessem combinado de o esquecer”⁴⁸⁷. A narrativa rosiana parece comprovar a hipótese levantada por Sarti (1992) para quem a família patriarcal “existe enquanto representação e enquanto norma, para ordenar o que poderia ser ordenado de outra maneira”, é um “modelo de autoridade moral”⁴⁸⁸. Organizado naquelas condições, o círculo familiar que Soropita e Doralda compunham era capaz de rasurar a organização dada como moralmente aceita pela sociedade, logo, era necessário escamotear todo e qualquer desvio da moralidade idealizada socialmente. Há de se considerar que no patriarcado do sertão, Soropita ter sido um matador era menos propício a um escândalo social do que o fato de Doralda ter sido uma prostituta. Afinal, Soropita trazia na pele as marcas de um passado em que o personagem arrancou muitas vidas aos jagunços locais, como se fosse “mandado do Governo, p’ra acabar com os valentões”⁴⁸⁹, tendo liquidado “cabras de fama”, “valentões arrespeitados”⁴⁹⁰ e por isso fora

⁴⁸⁶ SARTI, 1992, p. 40

⁴⁸⁷ ROSA, 1995, p. 820

⁴⁸⁸ SARTI, 1992, p. 40

⁴⁸⁹ ROSA, 1995, p. 825.

⁴⁹⁰ ROSA, 1995, p. 825

“indulenciado” pelo estado e recebera a redenção da sociedade, assim como o moço Liojorge d’Os irmãos Dagobé. Ademais, no universo machista do patriarcado, em que o homem é hierarquicamente o dominador, enquanto subsistem as condições econômicas e sociais, o desvio à norma é infinitamente menos penalizado do que o desvio à norma praticado pela mulher. E já Doralda fugia aos padrões ideais da mulher de família, o que não se podia admitir socialmente, ademais, seduzira Soropita, no presente tão respeitado e de reputação reconhecida no ão e ousou com ele ingressar no padrão modelar da família patriarcal, sob a capa de bela, recatada e do lar. Desta feita, os personagens empenham-se em escamotear os desvios do parâmetro de correção prestigiado e tentam, assim, ajustar-se, a toda prova, ao modelo exemplar.

Soropita é apresentado no início da narrativa: como um homem de heranças que soube delas tirar o seu proveito no arraial do ão, contudo suas terras não eram extensas e nem intensiva a produção agrícola. Não obstante, o personagem era um aspirante a comerciante, proprietário da única venda no arruado existente, isso fazia dele senão um exemplar da elite agrária, um homem de forte influência no insurgente arraial. Verifique-se que a transformação do meio rural com a urbanização nascente é favorável a Soropita em virtude de seu trabalho com a terra e a representatividade comercial serem fatores que o levaram a passar a exercer influências no arraial dignas de um líder comunitário. O personagem:

adivinhara aquele lugar, ali, viera, comprara uma terra, uma fazenda em quase farto remédio; dono de seus alqueires. E botara também uma vendinha resumida, no ão – a única venda no arruado existente, com bebidas, mantimentos, trens grosseiros, coisas para o diário do pobre. Arranjara, com muita sorte, bons braços de oito, gente toda de se confiar. Todos o respeitavam, seu nome era uma garantia falável⁴⁹¹.

Soropita, que iniciou a vida como vaqueiro, apresenta aquilo que SBH (2006) considera como a característica fundamental do tipo trabalhador: um “esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante”⁴⁹². Como vaqueiro, conheceu todo o território em que desejava se instalar, podendo percorrer às cegas toda a região. No passado, percebera, contudo, que naquela profissão suas possibilidades eram limitadas e fez-se, portanto, um

⁴⁹¹ ROSA, 1995, p. 815

⁴⁹² HOLANDA, 2006, p. 34-35.

“boiadeiro andejo”⁴⁹³. Estava sempre explorando a região e “nessas direções cruzava, habitual: muita semana, vinha e ia até duas vezes. Durante a mocidade afeito a estar sempre viajando distâncias, com boiadas e tropas”⁴⁹⁴. Nessas viagens, Soropita conseguira enxergar além da sua realidade imediata, pois que “seus olhos eram mais que bons”, e tratou logo de conhecer ali “cada ponta e cada volta”. Essa característica flagra a inclinação do personagem a trafegar de um tipo trabalhador a um tipo aventureiro, reversamente, considerando-se que para SBH, no que diz respeito ao trabalhador: “seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo”⁴⁹⁵.

Essas aventuras respingam diretamente na formação familiar originada também em aventuras nos cabarés de Montes Claros. Se o passado de Doralda viesse à tona, poderia fazê-lo perder toda a sua dignidade conquistada a duras penas. Note-se: ainda que Doralda seja caracterizada inicialmente como a melhor esposa solícita e fiel, exímia dona de casa, “tudo e por tudo a melhor companheira”⁴⁹⁶, não era sem razão que a constante lua-de-mel em que viviam era sombreada por “um medo de susto, o receio de vir alguma coisa má, desastre ou notícia, na última da hora, atravessasse entre a gente e a alegria, vindo do fundo do mundo contra as pessoas”⁴⁹⁷. Menos ainda sem razão é a tentativa de Soropita em manter Doralda afastada de todos aqueles que poderiam acenar para a lembrança da vida que ela levava em Montes Claros, razão pela qual também cogita mudar-se para outras terras em Goiás. Violência simbólica não apenas aceita, como também ratificada por Doralda, acenando como o real motivo subentendido em suas desculpas a Soropita para não ir, em sua companhia, ao Andrequicé – onde até então gozava de boa reputação e prestígio – a fim de realizar as compras da casa e escutar as novelas radiofônicas. É notória a oscilação de Soropita entre a vida feliz e erotizada que construiu com Doralda e a necessidade que sente de atender às demandas da moral patriarcal já que o temor da descoberta pública da vida pregressa de Doralda levava-o mesmo ao delírio e à cólera. Logo, como aspirante a patriarca, Soropita também não se ajustava. Para Carone (1971) “o chefe, o patriarca”, “é aquele que domina a estrutura familiar e que lhe consegue transmitir ‘tranquilidade, segurança, vigilância, e ritmo dos dias serenos’”⁴⁹⁸. O tratamento despendido a Doralda, longe de subjugar-la em sua subjetividade como próprio do patriarca dominador e insensível realçava seus méritos de boa esposa, boa dona de casa e, sobretudo, boa mulher capaz de garantir-lhe a felicidade conjugal

⁴⁹³ ROSA, 1995, p. 820

⁴⁹⁴ ROSA, 1995, p. 809

⁴⁹⁵ HOLANDA, 2006, p. 35

⁴⁹⁶ ROSA, 1995, p. 819

⁴⁹⁷ ROSA, 1995, p. 816

⁴⁹⁸ CARONE, 1971, p. 85

e mesmo a tentativa de segregá-la de ambientes sociais em que fosse reconhecida justificava-se como real prova de amor e efetivava-se como uma preservação da honra e dignidade de sua mulher. Logo, é possível perceber que a satisfação erótica de Soropita só foi possível constituindo uma unidade familiar distinta daquela praticada no ambiente patriarcal, no qual o erotismo era relegado a infidelidades e a mulher ideal era aquela que melhor se adequasse aos padrões exigidos para a manutenção do poder aquisitivo das famílias envolvidas.

Note-se que nas condições sociais em que Soropita se encontra é natural que ele temesse a repercussão dos fatos. É o que sugere o título do conto ao dar-lhe o qualificativo de “O Devente”. O qualificativo parece-nos retomar o gasto ditado popular: “quem não deve, não teme”. Contudo, Soropita devia. Tornando-se por excelência “O Devente”, qualificativo decorrente do fato de ser por excelência um homem temerário. É possível afirmar que não é sem razão que Soropita teme vir a público a vida pregressa dele e de Doralda. Soropita teme que Doralda seja descoberta por algum que lhe houvesse visitado nas casas de perdição em Montes Claros. Contudo, essa paixão, o medo, é a todo instante escamoteada por parte do personagem, não apenas diante dos populares, mas também diante de Doralda. Contudo, o mesmo não ocorrerá no caso passado entre Soropita e o negro Iládio, episódio explosivo em que o temor de Soropita converter-se-á na cólera dos tempos antigos.

Observa-se ainda que o episódio consiste no golpe último e desesperado do protagonista em fazer as marcações do local, discurso e *modus operandi* patriarcal uma vez que sustenta uma oposição radical a Iládio, aqui compreendido como um potencial exemplar do negro escravizado no universo dos patriarcas, nas grandes propriedades monocultoras agrárias. Recorde-se que Soropita entra em conflito com Iládio sem razão efetiva, por uma suspeita de que o negro desferia contra ele e Doralda o seu desdém. No episódio com o preto Iládio, o antigo nome de Soropita vem à tona e com ele toda a sorte de sentimentos coléricos que lhe faziam um frio matador. É Iládio quem o chama pelo nome, o antigo nome da época da jagunçagem: “Eh, Surrupita!”. O chamamento é considerado por Soropita um ato de desprezo, de desmerecimento, de rebaixamento, já que recorda ao protagonista a identidade que quer a todo preço apagar.

Aristóteles (2005) já demonstrara que o desprezo é uma das três formas em que o desdém pode se manifestar, já que “quem desdenha despreza (pois despreza-se tudo o que se julga não ter valor; precisamente, o que não tem valor é o que inspira desprezo), da mesma forma que, quando se rebaixa alguém, se mostra claramente desprezo por ele”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹ARISTÓTELES, 2005, p. 162

Ocorre ainda que Soropita suspeitou que o preto tivesse ofendido a honra de Doralda, falado “uma coisa – que não deu para se entender; e que seriam umas injúrias”, pois que “o preto estava vendo que ele estava afracado, sem estância para repelir, o preto era um malvado”⁵⁰⁰. Soropita alimentou esta ideia fixa e começou a nutrir por Iládio uma ira incontrolável “um fogo, uma sede”, supondo que Iládio conhecia o passado de Doralda “ah, esse sabia de Doralda, arreito, conhecia: bem que viu, reconheceu!”⁵⁰¹. Dalberto, grande amigo de Soropita, já alertara que o preto Iládio era um “fulano-de-tal de corajoso”.

Note-se que Iládio ingressa na narrativa como aquele por quem Soropita nutria grande ira, sem, no entanto, Iládio ter-lhe feito mal algum. Ao que parece Soropita se encoleriza contra Iládio exatamente pelo fato de o negro não ser tido em nenhuma consideração, ser simplesmente um indivíduo inferior, de uma raça inferior e estar a lhe ofender nessa condição. Para Aristóteles a ira “é uma forma de desprezo contra os que não têm o direito de desprezar”⁵⁰². Iládio sempre perpassava o pensamento de Soropita como aquele que “servia p’ra bom fim um dia, em revólver” a inimizade gratuita nutrida por Soropita contra Iládio fazia-o constatar que “corjo de um assim, o sertão deixa muito viver não, o sertão não consente. P’ra não ser soez, não ser bugre, não desrespeitar”⁵⁰³.

Por essa razão, a cólera sentida pelo personagem leva Soropita a pensamentos delirantes em que visualiza cenas hipotéticas em que o negro frequentando os bordéis de Montes Claros havia se deitado com Izilda confundida também em seu delírio com Doralda, circunstância que, se real, colocaria o ex-matador em uma posição ultrajante. Para Aristóteles o ultraje é uma das três formas de manifestação do desdém e “consiste o ultraje em fazer e em dizer coisas que possam fazer sentir vergonha a quem as sofre, não porque haja outro interesse além do facto em si, mas por mero prazer”⁵⁰⁴. Soropita, em sua fixidez, só conseguia enxergar em Iládio tudo o que de pior havia: um negro, um pobre, um difamador, capaz de perturbar o seguro e confortável lugar em que Soropita postava ao lado de Doralda no ão. Ora, se a posição conquistada por Soropita de homem de família e proprietário comerciante do ão havia se constituído para ele naquilo que lhe pacificou a cólera, qualquer ameaça a essa posição traria novamente aquele paixão e seu motivar deveria ser imediatamente banida. Por hora, o Iládio era a expressão mais alta desta ameaça aos olhos cegos de fúria de Soropita. Em

⁵⁰⁰ ROSA, 1995, p. 860

⁵⁰¹ ROSA, 1995, p. 860

⁵⁰² ARISTÓTELES, 2005, p. 165

⁵⁰³ ROSA, 1995, p. 833

⁵⁰⁴ ARISTÓTELES, 2005, p. 162

virtude disso, deveria ser imediatamente exterminado, razão pela qual Soropita se transfigura novamente em matador:

Saía, cego, para dar esbarradas, rijo correndo, como um teiú espantado irado, abrindo todo caminho. Tremia nas casas dos joelhos, mas escutava que tinha de ir, feito bramassem do escancarado do céu: a voz grande do mundo. De um pulo, estava em cima do cavalo alvo, éguo de um grande cavalo, para paz e guerra, o cavalo Apouco, que sacudia a cabeça, sabia do que vinha em riba dele, tinha confiança – e escarnia: cavalo, capaz de morder caras... –“Bronzes! Com minha justiça, brigo, brigo...” Seus olhos viam fogo de chama. E calcou na cabeça seu chapéu-de-couro, chapéu com nove letras – dezenove, nove – tapatrava. O preto o matava, seu paletó ia estar molhado de sangues – que me importa! -: Honra é de Deus, não é de homem. De homem é a coragem!... Meteu galope, porcos e galinhas se espantaram. Um galopadão, como zoeira de muitos. Olhou para trás: dos baixos do riacho do ão, só uma neblina, pura de branca, limpas por cima as nuvens brancas, também uma cavalhada. Morria, que morria; mas matava. Se o preto bobeasse, matava! E dava um murro na polpa da coxa, coxa de cavaleiro dono de dono, seu senhor! Seus dentes estalavam, em ferro, podiam cortar como uma faca de dois lados, naquela cachaça, meter verga de ferro no negro. –“Me pagam! Apouco, isso...Me paga!... Rei, rei, o galopeio do cavalo, seguro e mãos. No céu, o sol, dava contra ele –por cima do sol, podia ir sua sombra, dele, Soropita, de braços abertos e aprumo, e aos gritos: –“Ajunta, povo, venham ver carnes rasgadas!...”Carnes de um e de outro, o que Deus quisesse, ele ou o preto...Morrer era só uma vez⁵⁰⁵.

Note-se a teatralidade da cena descrita pelo narrador. Verifique-se que, de súbito, o humor de Soropita varia do ódio ao prazer e esse prazer determina o seu encorajamento para fazer vingança aos suposto escárnio de Iládio. Razão seja dada a Aristóteles para quem “toda ira é acompanhada de um certo prazer, resultante da esperança que se tem de uma futura vingança”⁵⁰⁶. Esse prazer é sentido por Soropita na ideia da morte do Iládio, em ver sangrar o paletó do negro. O delírio de Soropita leva-o a compor em sua mente toda a batalha, e novamente veste-se com os paramentos do personagem que compusera outrora: o de assassino feroz. O cavalo branco, os dentes marcados e as armas o chapéu do passado, tudo ajuda a compor um cenário onírico que parecia impensado à imaginação do Soropita “cismoso” que fora desde que se casara com Doralda e se estabelecera como proprietário do ão. Não por acaso, Aristóteles compara a imaginação e o prazer da vingança com o prazer semelhante ao que se produz nos sonhos⁵⁰⁷.

Ademais, para Aristóteles: “a desonra é inerente ao ultraje, e desonrar é desprezar, porque aquilo que não tem qualquer valor também não merece qualquer estima, nem para bem

⁵⁰⁵ ROSA, 1995, p. 860-861

⁵⁰⁶ ARISTÓTELES, 2005, p. 161

⁵⁰⁷ Cf. Aristóteles, 2005, P. 161

nem para mal”⁵⁰⁸. Soropita, assim como Aquiles, uma vez que se via “desterrado”, ou “desonrado” por Iládio ficava então “cheio de ira”, haja vista que sentia a necessidade de ser respeitado pelos que lhe eram inferiores, tal qual Iládio. Conforme o narrador:

Aqueles do ão, sempre moles, todos num desvalor de si, de suas presenças. Gente sem esforço de tempo, nem de ambição forte nenhuma, gente como sem sangue, sem substância. Tudo que acontecesse ou não acontecesse em roda, esses boiavam a fora uma distancinha e voltavam para se reclamar, que nem ruma de cisco em cima d’água. E parecia que, se eles não fossem assim, como que chamando tudo de ruim pudesse vir e pousar, se eles não espalhassem no ar aquela resignação de aceitar tudo, aquela moleza sem nervo –que, então, no meio de pessoas duras e animosas, tudo andaria de outro modo, os possíveis corriam para entrar num molde de vida certa!⁵⁰⁹

Em relação a estes todos, Soropita se sentia muito superior não apenas em estirpe, ou dinheiro ou em poder, porque para Soropita “homem é quem manda”, mas “macho homem é quem está por cima de qualquer vantagem”⁵¹⁰. Tudo isso leva-nos a perceber as razões pelas quais Soropita, mesmo “cismoso”, encolerizou-se contra o preto Iládio. A tristeza que sentira desde que começara a pensar sobre a sua difamação no arraial fez com que Soropita acreditasse que “não ão, no mundo, não havia sossego suficiente”⁵¹¹, ao acreditar que o preto o ofendera chamando-lhe por Surrupita faz o narrador interrogar quando o personagem entra em casa para consolar-se com Doralda: “Chorar fosse?”, para constatar em seguida “mas nunca tinha chorado, não sabia chorar”⁵¹². Ora, é Aristóteles mesmo quem afirma: os seres humanos encolerizam-se quando sentem tristeza, pois quem sente amargura é porque deseja alguma coisa”⁵¹³. Soropita queria Doralda, pois que “um homem não é um homem, se escapa de pensar primeiro na mulher”; com Doralda estaria em paz, tanto melhor sendo no arraial do ão e não tendo que aceitar a proposta para mudar-se para Goiás. Como a vinda a público do passado de Doralda lhe assomasse como um obstáculo, Soropita encolerizou-se e estava decidido a arruinar com tal obstáculo, mais precisamente dando fim à vida de Iládio. No dia em que o intentara, Soropita fez de seu desejo um espetáculo diante de sua venda no arraial do ão, em meio aos vaqueiros montados “já armados”, Soropita deu voz de condenação ao preto mandando-o ir “tapar os caldeirões do inferno”, em virtude de estar “atrás de pobre de mulher”. A reação de Iládio foi o pedido de perdão e a justificativa de que nada fizera,

⁵⁰⁸ ARISTÓTELES, 2005, p. 163

⁵⁰⁹ ROSA, 1995, p. 838

⁵¹⁰ Rosa, 1995, P. 845

⁵¹¹ ROSA, 1995, p. 859

⁵¹² ROSA, 1995, P. 860

⁵¹³ ARISTÓTELES, 2005, p. 163

tomando benção a Soropita, deitado na poeira tremendo-se todo. Soropita vendo Iládio humilhando-se, necessitado de piedade e suplicante, mandou levantar-se e partir em retirada, cessou sua ira contra o preto, e “o preto se sumia, por mil anos”, “os do ão que estavam ali, homens e mulheres, viam e não entendiam”⁵¹⁴. Conforme Aristóteles “as pessoas tornam-se calmas se os seus ofensores forem apanhados e se sofrerem um tratamento pior do que aquele que poderiam infligir-lhe os que estão encolerizados contra eles, pois crêem que já obtiveram de algum modo vingança”⁵¹⁵ Soropita parece ter percebido que o castigo da humilhação era para Iládio pior do que a própria morte. Ao que nos parece não podendo Soropita precisar quem seria capaz de difamá-lo no arraial do ão, vê no preto Iládio aquele sobre quem poderia expiar a sua ira, já que o preto era digno de pouco reconhecimento no arraial. Tomando-o assim por bode expiatório via-se vingado de seus infortúnios, tal qual Ulisses para Polifeno⁵¹⁶. Tendo dado cabo do obstáculo que lhe tirava a sua calma, Soropita volta-se para dentro de sua casa à procura de Doralda concluindo “tão bom, tudo, que a vida podia recomeçar, igualzinha, do princípio, e dali, quantas vezes quisesse. Radiava um azul”⁵¹⁷. E voltando-se para os populares do ão, questiona, não sem razões a Leomiro: “amigo Leomiro, tem hoje quem vai no Andrequicé, ouvir o restante da novela do rádio?” Ao que o amigo prontamente responde “tem não.” Ora, Soropita queria que a todos servissem o exemplo de Iládio, mesmo que não entendessem a razão da humilhação que o preto sofrera, ficara ali o exemplo para qualquer que quisesse a posteriori desonrá-lo diante do povoado, inspirando temor por aquilo que seria capaz de fazer.

⁵¹⁴ ROSA, 1995, p. 862

⁵¹⁵ ROSA, 1995, p. 169

⁵¹⁶ ROSA, 1995, P. 169

⁵¹⁷ ROSA, 1995, p. 862

CAPÍTULO IV

ROSA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO OU O “HORROR ÀS DISTÂNCIAS”

Da janela da outra banda,
pus o olhar, espiei o desdém do mundo, distâncias⁵¹⁸.

⁵¹⁸ ROSA, 1994, p. 460

IV.1 JOÃO GUIMARÃES ROSA: DA CORDIALIDADE À CIVILIDADE

Parece não consistir fruto do acaso que as reflexões em torno do conceito de homem cordial tenham nascido da troca de correspondências entre um diplomata e um poeta, por ocasião da escrita da carta de Ribeiro Couto a Alfonso Reyes. Assim como não parece ser coincidente o fato de tais reflexões surgirem em um gênero textual da esfera privada que foi *a posteriori* levado ao público por ocasião do aparecimento da mesma carta, um ano depois de escrita, na revista Monterrey. Desde o início, diplomacia e literatura se imbricaram nas reflexões sobre o que é a cordialidade, bem como, percebe-se que, até mesmo na abordagem da questão, se estabelece uma conexão entre as esferas pública e privada.

Logo, não nos passa impune que a reflexão mais objetiva elaborada por JGR, também diplomata e escritor, sobre a questão da cordialidade tenha aparecido em uma de suas inúmeras cadernetas de campo: misto de diário pessoal e bloco de anotações profissionais por ele mesmo intitulado *Relações com os outros* que hoje se encontra acessível ao público nas dependências do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. Como observado no Capítulo I deste trabalho, além de ensaiar uma definição para a cordialidade nesta caderneta, Rosa parece-nos oferecer uma solução à questão que paira na leitura de *Raízes do Brasil*, qual seja: como passar da cordialidade à civilidade? Sua resposta exemplificada neste trabalho com a lista de sentenças intitulada *Relações exteriores* bem pode servir à passagem da cordialidade à civilidade no âmbito das relações interpessoais como também no âmbito das relações entre organizações sociais ou mesmo entre nações a fim de se evitar conflitos diplomáticos, políticos, ou declarações de guerras.

Em *Raízes do Brasil*, SBH afirma que desde os tempos remotos: “não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público”⁵¹⁹. Não se pode ignorar que esta declaração de SBH é desenvolvida na argumentação do ensaio como uma crítica ao patrimonialismo que acomete os servidores de repartições públicas que tendem a resolver as questões burocráticas munindo-se de interesses pessoais. Contrariando a crítica buarqueana, esta afirmação bem pode aqui se aplicar ao caso dos diplomatas sem que recaia sobre eles o peso que lhe conferiu SBH outrora. Considerando que os diplomatas são porta-vozes não apenas de uma nação, mas dos interesses pessoais de cada indivíduo que nela reside, possuem, portanto, no seu horizonte de expectativas um desejo por entender a pátria

⁵¹⁹ BUARQUE, 2006, p, 159.

que representam, fazendo com que seus traços mais definidores sejam reconhecidos mesmo em lugares distantes e inóspitos. Para eles é imperativo não apenas compreender a distinção fundamental entre as esferas pública e privada como também sobre elas intervirem no sentido de, como diz o próprio Guimarães Rosa “remediar o que os políticos arruinaram”⁵²⁰. Rosa, em suas atribuições de Cônsul em Hamburgo transita entre os dois polos pontualmente a exemplo da sua atuação na emissão de vistos aos judeus perseguidos pelo nazismo, como o confirma o próprio autor em sua entrevista a Günter Lorenz:

Rosa: [...] A política é desumana, porque dá ao homem o mesmo valor que uma vírgula em uma conta. Eu não sou um homem político, justamente porque amo o homem. Deveríamos abolir a política.

Lorenz: Foi isto que em Hamburgo levou você a se arriscar perigosamente, arrebatando judeus das mãos da Gestapo?

Rosa: Foi alguma coisa assim, mas havia também algo diferente: um diplomata é um sonhador e por isso pude exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. Por isso agi daquela forma e não de outra. E também por isso mesmo gosto muito de ser diplomata. E agora o que houve em Hamburgo é preciso acrescentar mais alguma coisa. Eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças. No sertão, num caso desses imediatamente a gente saca o revólver, e lá isso não era possível. Precisamente por isso idealizei um estratagema diplomático, e não foi assim tão perigoso. E agora me ocupo de problemas de limites de fronteiras e por isso vivo muito mais limitado⁵²¹.

Verifica-se que no exercício profissional de Cônsul, JGR não desvincula a sua ética profissional da sua ética humanista. E faz questão de demonstrar que mesmo numa posição de responsabilidade as raízes cultivadas na sua formação em Minas Gerais falam mais alto do que a tentativa de uma ação pautada por uma razão objetiva. Por um lado Rosa parece-nos um homem muito cordial, como legítimo “homem do sertão”, não podendo “presenciar injustiças”. Ora, conforme Aristóteles, “nada haveria de mais indecoroso para o homem altivo do que fugir ao perigo, abanando as mãos”⁵²². Por isto mesmo, não seria compatível com o autor um posicionamento neutro diante dos conflitos envolvendo os judeus na Segunda Guerra Mundial, haja vista que lidava todos os dias com os pedidos de deportação ao Brasil no consulado em Hamburgo. Pelo contato com a guerra, Rosa pode aprender de cor, toda a gama de paixões que acometem a alma e que são capazes de definir o caráter de um homem.

⁵²⁰ ROSA, 1995, p.

⁵²¹ COUTINHO, 1983, p. 77-78

⁵²² ARISTÓTELES, 1991 p. 82

E se ali não lhe era facultado “sacar o revólver” como se fazia, cordialmente, no sertão, ele deveria encontrar, por outro lado, civilizadamente, uma estratégia que lhe permitisse aplicar seu senso de justiça, uma vez que era homem portador de caráter “de legítima expressão da mais nobre formação moral”⁵²³, como ele próprio analisou após 33 anos de carreira diplomática.

Para Aristóteles a justiça consiste “naquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e desejar o que é justo”. Justiça e Legalidade estão imbricadas para Aristóteles. O filósofo considera que “todos os atos legítimos são, em certo sentido, atos justos; porque os atos prescritos pela arte do legislador são legítimos, e cada um deles dizemos nós, é justo”⁵²⁴. Tudo estaria perfeitamente estabelecido se a Pólis ideal pensada por Aristóteles fosse esta mesma em que vivemos, e nela como na Pólis ideal houvesse, não apenas a garantia do cumprimento da justiça e das leis, mas também a felicidade dos seus cidadãos e famílias, cujas ações fossem evidentemente voltadas para a construção do bem comunitário, em que a comunidade soberana fosse a cidade. Contudo, de forma geral, a cidade moderna é hoje exatamente o avesso daquilo que sonhou Aristóteles e se pensarmos no desenvolvimento das cidades brasileiras o cenário é ainda pior. Se Aristóteles estava certo em acreditar que a preservação da Pólis ideal seria uma consequência da felicidade dos homens que a habitam e, se essa felicidade advém da prática das virtudes cívicas oriundas da prática da racionalidade, tais como a justiça e a legalidade, então não seria difícil imaginar que o cidadão pensado por Aristóteles é bem distinto daquele diagnosticado como cidadão brasileiro por SBH. Afinal, conforme Starling, “habitado a transpor quase naturalmente a lógica do mundo privado à cena pública, o homem cordial é um personagem inquietante: ele só consegue viver em uma ‘pólis’ caricata, que se coloca a serviço da proteção narcísica dos cidadãos e se mantém desperta por conta do imediatismo emocional de seus membros”⁵²⁵. Logo, também na cidade pensada por SBH o ideal de felicidade será baseado não num pensamento comunitário, mas na tão badalada cultura da personalidade de origem ibérica em que os valores do universo privado são altamente cultivados em detrimento da coisa pública em si, e que “incidem sobre as diversas instâncias

⁵²³ Cf. ARAÚJO, 2007, p. 21 “Estes são alguns dados da folha de serviço do Embaixador João Guimarães Rosa, anexa ao aviso SDF/48, de 22 de julho de 1965, ao Ministro da Guerra, encontrado em seu maço pessoal, e em que o Ministro Vasco Leitão da Cunha propõe seu nome para receber a Ordem do Mérito Militar.”

⁵²⁴ ARISTÓTELES, 1991, p. 98

⁵²⁵ STARLING, H; SCHWARCZ, L. Medos privados em lugares públicos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Acessado em 01.07.2016.

do Estado, dos partidos políticos, das instituições do mundo político”⁵²⁶ em que a felicidade é individual e a noção de comunidade não vai muito além dos laços de consanguinidade ou amizade. Se a cidade moderna é via de regra a caricatura da Pólis aristotélica não seria em vão nos perguntar: seríamos todos os habitantes de mundo moderno homens muito cordiais?

Percebe-se que o conceito de justiça aplicado por Rosa não parece coadunar totalmente com o conceito de justiça desenvolvido por Aristóteles, para quem justiça e legalidade estão absolutamente entrelaçadas. Conforme a visão aristotélica, o homem justo é aquele “respeitador da lei”. Ora, se pensamos na atuação de JGR na questão da emissão de vistos aos judeus perseguidos, constata-se que seguir as leis pré-estabelecidas àquele momento pelo governo alemão era exatamente praticar a injustiça em que se constituiu o holocausto. A injustiça que subjaz às normas alemãs àquele momento pode ser tida aqui como pior do que aquela que levava os jagunços rosianos a provar que eram matadores matando. Logo, verifica-se que os ideais republicanos de justiça intuídos por Aristóteles são aqui inservíveis para demonstrar a validade das ações empreendidas por JGR frente às deliberações da GESTAPO. Para Araújo,

o conceito de justiça de Guimarães Rosa seria o conceito platônico da harmoniosa composição das partes de um todo, segundo sua natureza original, saudável, não corrompida, em que cada parte teria sua participação indispensável e devida.

A partir desse paradigma de justiça, Guimarães Rosa baseia o direito na composição harmoniosa da vontade das partes envolvidas em uma questão. Tal composição elimina das relações de direito o uso da força, da violência, da imposição da vontade de uma parte sobre a outra⁵²⁷.

O controle das paixões próprias ao “homem do sertão” diante do horror da guerra impede o autor de tentar resolver pelo uso da força e da violência as injustiças do arianismo. Não obstante, verifica-se que, mesmo se utilizando de um estratagema diplomático, numa tentativa de resolver a questão nos patamares da civilidade, ele o faz munido de um sentimento de compaixão pela injustiça cometida pelos alemães nazistas, o que certamente é também muito cordial.

Conforme Castro Rocha:

⁵²⁶ STARLING, H; SCHWARCZ, L. Medos privados em lugares públicos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>>. Acessado em 01.07.2016.

⁵²⁷ ARAÚJO, 2007, p. 51

A cordialidade deve ser compreendida menos como índice de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência, criada – e a partir de então naturalizada – numa sociedade cuja esfera pública sempre permaneceu instável. Deste modo, o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema para-institucional, baseado em contatos pessoais. Em outras palavras, substitui-se a racionalidade burocrática pela expressão afetiva de indivíduos que se dizem ‘amigos’ logo após um primeiro contato⁵²⁸.

Ora, o que faz Rosa além de driblar a ineficiência objetiva das instituições públicas e a racionalidade burocrática do consulado no caso da emissão de vistos aos judeus provocando Hitler fora das normas da diplomacia, para empregar a expressão usada por Lorenz? Souza (2011) adverte-nos que, nas pesquisas de arquivos do Itamaraty, da época em que Rosa foi Cônsul-Adjunto em Hamburgo, “várias listas de judeus alemães foram encontradas, solicitando visto de entrada no Brasil, além de ofícios sobre a situação da relação diplomática entre Brasil e Alemanha, trocas comerciais e a política migratória que antecedeu a Segunda Grande Guerra”⁵²⁹.

Muitos pesquisadores da obra rosiana têm se voltado à procura de provas materiais de que Guimarães Rosa tenha contribuído junto com Aracy Moebius Carvalho para a emissão de visto aos judeus perseguidos. Muitos destes pesquisadores afirmam a efetiva participação de Rosa nessa empreitada. São diversos os motivos que levam pesquisadores a fazerem a declaração de que Rosa deveria também ser considerado, um *Justo entre as nações*, assim como foi sua esposa Aracy Moebius Carvalho e Luiz Martins de Souza Dantas, muito pela entrevista de Rosa a Gunter Lorenz em que o próprio autor confirma esta participação.

Além disso, o premiado documentário *Outro Sertão*, parece trazer respostas conclusivas à questão, como afirmam Jacobsen e Vilela:

Guimarães Rosa, na função de cônsul-adjunto, tampouco tinha, via de regra, autonomia para assinar os vistos expedidos pelo consulado. O documentário (*Outro Sertão*) procura detectar o papel exercido por ele nesse contexto através de uma análise detalhada da correspondência diplomática do período, do relato de historiadores e da comparação com dados de outras representações diplomáticas brasileiras na Alemanha. E, acima de tudo, através dos testemunhos dos sobreviventes ou de seus descendentes. Nas lembranças e no cotidiano dessas pessoas, o filme encontra não apenas indícios sobre a vida de Guimarães Rosa, mas revelações sobre a história da emigração para o Brasil naquele momento⁵³⁰.

⁵²⁸ CASTRO ROCHA, 1998, p. 170.

⁵²⁹ SOUZA, 2011, P. 48

⁵³⁰ JACOBSEN E VILELA, 2006, p. 4. JACOBSEN, Adriana; VILELA, Soraia. *Outro Sertão*. In: *Cadernos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2006 (Encarte).

Nota-se também que na prática literária Rosa, enquanto bom escritor, ou “arquiteto da alma”⁵³¹, pode refletir demoradamente sobre cada uma destas paixões a fim de, por um lado, compor suas narrativas, como se pôde ver no capítulo anterior e de outro, a fim de refletir sobre o caráter do ser humano desenvolvendo uma ética que o vincula inexoravelmente a atitudes pautadas pelo bem, pela verdade e pelo belo. Conforme Araújo:

esta é a atitude do *homem justo* de Platão, o homem dotado de virtude (*arete*) e de pensamento (*fronesis*), guiado pela inteligência (*nous*) e pela razão (*logos*) na aquisição do conhecimento (*episteme*): o homem cuja alma está ordenada - *kosmiai* - e integrada sob o princípio da razão. Esta é a atitude do homem aristocrático, do filósofo, do “filólogo”, que, tanto na vida privada, quanto na vida pública, se deixa guiar pelo modelo divino do Bem - pelo *organon* da palavra (*logos*) - que tem em sua alma⁵³².

[...]

É, portanto, assim, como ele próprio disse a Günter Lorenz, que Guimarães Rosa se situa na vida, em todos os seus níveis: o homem justo, que procura restaurar sua vida, sua alma, seu mundo e, por meio disso, restaurar, igualmente, a comunidade, ao entregar-lhe uma linguagem (*logos*) renovada, original, viva, cheia de sentido, una, que estimula o pensamento e as idéias (*logos*), na criação de um mundo⁵³³.

Muito embora possamos enxergar nas ações de JGR como diplomata uma tentativa de superação das atitudes passionais, recordando as palavras do próprio autor, é necessário considerar que, para ele: “para compreender a ‘brasilidade’ é importante antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica” e que “a sabedoria é saber e prudência que nascem do coração”⁵³⁴. Com efeito, o homem racional não conseguiu ainda desenvolver práticas suficientes para colocar a humanidade a salvo de si mesma. Aqueles que o intentarem, necessitarão muito mais do que racionalidade e um discurso objetivo, necessitarão de uma “visão filtrada” capaz de enxergar aquilo que há de humano em cada indivíduo, na tentativa de compreender as paixões que movem cada coração, tal qual o fez JGR. Conforme Araújo,

a realidade propriamente humana - histórica, que é, como vimos, para Guimarães Rosa, o campo da atividade diplomática - é a realidade pensada, os fatos concretos articulados pelo pensamento numa totalidade significativa. O

⁵³¹ ROSA, 1995, p.

⁵³² ARAÚJO, 2007, p. 19

⁵³³ ARAÚJO, 2007, p. 20-21

⁵³⁴ COUTINHO, 1983, p. 92. Apud ARAÚJO, 2007, p. 75

diplomata - o “sonhador” - busca, nessas condições “criar” a realidade, fazer a história, por meio do pensar os fatos. Por isso é que Guimarães Rosa se preocupa, na formação do diplomata, com o desenvolvimento dessa capacidade de pensar, o que não é a mesma coisa que o simples raciocínio técnico, limitado a um campo do conhecimento. Pensar, para ele, inclui a imaginação, o que não é a mesma coisa que a simples fantasia, fabulação relativamente independente dos fatos concretos. Pensar é a utilização da imaginação na articulação desses fatos, da imaginação que leva em consideração o concreto, que depende dele e que lhe dá sentido. É construir⁵³⁵

Assim o comprova o livro póstumo de João Guimarães Rosa, intitulado *Ave, palavra*, coletânea de textos em gêneros diversos. Sua primeira edição é datada de 1970⁵³⁶ e a segunda de 1976⁵³⁷, como se pode notar nas narrativas que passamos a partir de agora a analisar. Nessas narrativas podemos perceber que para Rosa os acontecimentos reais são moeda de troca para a composição da ficção. Logo, ainda que nem todas as narrativas abordadas na seção que se segue possam ter os acontecimentos comprovados, nem se possa falar na existência concreta de seus personagens, algo absolutamente desnecessário para a crítica literária, eles são desenvolvidos com uma verossimilhança que beira o real e nos dá a ilusão de estarmos mesmo diante de uma escrita autobiográfica. Se é ilusório pensar estas narrativas como autobiografia, podemos considerá-las ao menos como narrativas autoficcionais que, segundo Silviano Santiago (2008) são desenvolvidas sobre quatro pilares: a experiência, a memória, a sinceridade e a verdade poética. Percebe-se que JGR se vale - para utilizar as palavras de Eneida Maria de Souza (2011) assim como os autores da autoficção - da desestabilização do referencial, isto é, da “liberdade de utilizar o mesmo nome para sua personagem ou narrador, sem que tal gesto interfira no grau de fidelidade/infidelidade narrativa”, valendo-se do gesto de ‘mentir-verdadeiramente’ específica da poética narrativa, explorando pois “a verdade na ficção”, “a experiência vital humana metamorfoseada pela

⁵³⁵ ARAÚJO, 2007, p. 56-57

⁵³⁶ A edição de 1970 conta com 56 textos, dos quais 37 já haviam sido retrabalhados pelo autor e dados como definitivos. Ao final do livro, seu organizador, Paulo Ronai, incluiu cinco crônicas – “Jardim fechado”, “O riacho Sirimim”. “Recados do Sirimim”, “Mais meu Sirimim” e “As garças” – que Guimarães Rosa preparava, pouco antes de morrer, para integrar um livro que se chamaria Jardins e Riachinhos. *RONAI, In ROSA, 2009* vol, II, p. 905.

⁵³⁷ Conforme Paulo Ronai, “a segunda edição permitiu-nos escoimar o texto de certo número de erros tipográficos que lamentavelmente se infiltraram na primeira. Aproveitou-se a oportunidade para o cotejo com uma segunda cópia, também revista pelo autor. Daí algumas variantes assinaladas ao pé da página. [...] Ainda que não seja esta a edição definitiva – falta, pra tanto, o cotejo com outro original, por enquanto, não localizável – decerto merece os qualificativos de ‘revista e melhorada’, graças à preciosa colaboração de D. Maria Augusta de Camargos Rocha, a quem mais uma vez agradecemos. *RONAI, P. In. ROSA, 2009*, vol, II, p. 905.

mentira que é a ficção”⁵³⁸. Souza (2011) já observara que, “Um homem, intentada viagem”, “A velha”, “A senhora dos segredos” e “O mal humor de Wotan”:

completam a experiência do escritor vivida no exterior e durante a perseguição judaica pelo nazismo, produzem o efeito biográfico por meio do registro de fatos reais, embora estejam construídos segundo parâmetros ficcionais. A meio caminho da crônica e do conto, as histórias revestem-se tanto do aparato documental quanto fictício, o que permite reconhecer a ambiguidade de sua concepção e de seu resultado textual⁵³⁹.

IV.2.1 O HOMEM, INTENTADA VIAGEM

Essa narrativa configura uma evidência do teor autoficcional das narrativas rosianas aqui elencadas que aludem ao período em que Rosa vivenciou a experiência da guerra, na Alemanha. Souza⁵⁴⁰ evidencia e comprova o acontecimento factual em torno do qual está desenvolvida a narrativa através da análise de um ofício enviado por JGR ao Brasil, quando estava em Hamburgo. Este ofício consta hoje nos arquivos do Itamaraty e trata da repatriação do brasileiro José Oswaldo, por parte de JGR. José Oswaldo é o personagem central e o narrador do conto é, não por acaso, também um Cônsul. Souza considera que:

José Oswaldo não iria escapar do destino de ser mais uma personagem de Rosa, por se apresentar, embrionariamente, fora das regras impostas aos cidadãos, perdido num país estrangeiro e sujeito ao repatriamento. A sua aventura resumia-se no seguinte: entrava clandestino nos navios, sem documento, corria a Europa, ao léu, tendo o mar como intermediário para conhecer outras terras. Quando se cansava da viagem, pedia ajuda aos consulados ou embaixadas e era sempre repatriado, tendo voltado ao Rio de Janeiro, seu lugar de origem, pelos portos de Hamburgo, Trieste, Helsinki, Bordéus e Antuérpia⁵⁴¹.

A narrativa começa com a seguinte frase: “Por exemplo: José Oswaldo”. Este início revela que o narrador tem consciência de que a intentada viagem desse personagem não é um caso isolado. A apresentação de José Oswaldo por parte do narrador é composta por dados factuais idênticos àqueles encontrados no ofício escrito por Guimarães Rosa:

⁵³⁸ SOUZA, 2011, p. 24

⁵³⁹ SOUZA, 2011, p. 47.

⁵⁴⁰ SOUZA, E.M. *Rosa entre duas margens*. Disponível em <<https://www.ufmg.br/aem/inicial/publicacoes/artigos/rosa.html>>. Acessado em 21.10.2015

⁵⁴¹ SOUZA, E.M. *Rosa entre duas margens*. Disponível em <<https://www.ufmg.br/aem/inicial/publicacoes/artigos/rosa.html>>. Acessado em 21.10.2015

o qual foi um brasileiro, a-histórico e desvalido, nas épocas de 39 ou 38, a perambular pela Europa para-a-guerra, hispida de espaventos. Veio a Hamburgo. Trazia-o uma comunicação do nosso Cônsul em Viena: *‘Não tem passaporte nem título de identidade e diz já ter sido repatriado duas vezes por esse Consulado-geral. Deve haver aí algum papel, que o refira’*.

Nota-se que nesta narrativa rosiana temos duplamente presentes a questão factual da experiência: de um lado, a experiência do autor que enquanto diplomata acompanhou o caso de repatriação de José Oswaldo no Consulado em Hamburgo e, do outro lado, a questão da experiência do próprio personagem que tendo existido realmente tornou “O homem, intentada viagem” uma das narrativas rosianas mais marcadamente autoficcionais. A memória rosiana apresenta-se na narrativa de forma indisfarçável. Ela é perceptível de relance ao leitor que obtiver minimamente dados biográficos sobre o seu autor, mas a leitura crítica de Souza, tendo aí deslindado o caso concreto de repatriação do personagem, torna o crítico aquele leitor que, nas palavras de Santiago (2008) cumpre o papel de “empinar (como a uma pipa) e endireitar (como a algo sinuoso) um objeto em palavras que lhe é dado de maneira corriqueira e aparentemente em desordem”⁵⁴².

Neste caso, o objeto da narrativa, dado em palavras é o próprio personagem que poderia bem passar despercebido, como o passou dos leitores e da crítica até a publicação do artigo de Souza (2011) uma vez que as aventuras sem importâncias que realiza, a capa de viajante sem pré-requisitos com que se reveste, a ausência de razão nem louvável nem miserável para abandonar o conforto do seu lar e do seu país para aventurar-se em terras desconhecidas, o faz “viajante desprovido de curiosidade”⁵⁴³, tornando-o também um personagem sob o qual não recaía curiosidade, a exemplo da curiosidade que recaiu sobre os inúmeros viajantes europeus que desembarcaram no Brasil com seus itinerários e trabalhos maravilhosos. Se a eles é devida a honra da aventura, verifica-se que sobre José Oswaldo não recaí honra alguma, nem mesmo se considerarmos os perigos a que estava sujeito o personagem nestas viagens se consideramos que a Europa, emergia nas circunstâncias aterradoras da Segunda Guerra Mundial. Contudo, mesmo correndo esse perigo, isso se dá sem que tenha a menor consciência verificável na narrativa. Aliás, a falta de consciência de si é exatamente o que o faz indigno que qualquer honraria a que pudesse se valer em razão de suas aventuras, pois conforme Aristóteles, a magnanimidade - virtude daquele que almeja a

⁵⁴² SANTIAGO, 2008, p. 177

⁵⁴³ ROSA, 1995, p. 1125

honra - é própria daquele que “com razão se considera digno de grandes coisas”. Uma vez que “não pretende grandes coisas”, nem “ambiciona uma coisa em particular”, nem executa uma ação nobre, José Oswaldo não pode ser digno de nenhum mérito. Se o “homem melhor sempre merece mais, e o melhor de todos é o que mais merece”, não recairá sobre José Oswaldo a “coroa das virtudes” que é a magnanimidade, para tal, o personagem deveria demonstrar um caráter bom e nobre, deveria “ser franco nos seus ódios e amores”, “falar e agir abertamente”⁵⁴⁴ mas José Oswaldo nada demonstrava “falava língua nenhuma, jejuava em tudo”, “nem pretendia explicar-se, certo a certo, em quando respondia a umas perguntas, ali, observado entre lente e lâmina, sentado no banco, no faz-nada. Comum como uma terça-feira, otimista como um pau de cerca, risonho como um boi no Egito”⁵⁴⁵. Aristóteles já havia observado que o homem que almeja a honra deve possuir algumas particularidades como ser “bem-nascido”, José Oswaldo “não tinha ninguém”; deveria desfrutar “de poder e riqueza” já que goza de uma posição superior, mas José Oswaldo era “indefeso como um pingo d’água sozinho”, “bem-trapilho, um rico diabo”, tendo se dado por “socorrido magnificamente” com “quantia mínima que recebeu, para comida e albergue”⁵⁴⁶. É possível perceber em tudo isso a sinceridade da narrativa em não atribuir, falsamente, alguma importância ao que fez José Oswaldo iniciar a sua itinerância. A falta de perspectivas com sua perambulação pela Europa é narrada como tal: e aí se revela a verdade poética da composição do personagem: seu ser no mundo sem permissão para a viagem, sem documento; nem dinheiro, nem bagagem, sem mapa nem bússola, sem destino muito menos itinerário, sem trabalho, sem sonhos nem expectativas, em busca de aventura nenhuma, desejoso de encontrar não se sabe quais maravilhas. Com o objetivo nunca revelado, sem a menor intenção de ganhar a vida, ou fazer a sua história, nas terras de além-mar, enfim, sem quê, nem porquê, um viajante às avessas, portador de relato algum, sem experiência qualquer narrável, nem impressão digna de nota, “de suas artes em terra, não se tirariam marábulas, matéria de contos arábicos. Só – a licença aberta, a abstinência e percorrência, o girogirar, o vagar a ver”⁵⁴⁷, sem saudade qualquer, posto que a ninguém deixara em seu país, pois “não tinha ninguém”, e pior, nesta façanha já experimentado visto que aquela era a “terceira vez, no pouco de três anos”, em que estava sendo deportado para seu país, “veterano, de disparatada veterância”⁵⁴⁸. Conforme Santiago (2008), “a verdade ficcional é algo de palpitante, pulsante, que requer sismógrafos,

⁵⁴⁴ ARISTÓTELES, 1991, p. 85

⁵⁴⁵ ROSA, 1995, p. 1126

⁵⁴⁶ ROSA, 1995, p. 1125

⁵⁴⁷ ROSA, 1995, p. 1126

⁵⁴⁸ ROSA, 1995, p. 1128

estetoscópios, e todos os muitos aparelhos científicos ou cirúrgicos que levam o leitor a detectar tudo o que vibra, pulsa e trepida no quadro da aparente tranquilidade da narrativa literária, ou seja, no mal contado pela linguagem.”⁵⁴⁹. A anti-saga de José Oswaldo não poderia ser narrada com mais veracidade e faz-nos aqui lembrar a anedota literária entre Machado de Assis e Ramo Paz analisada por Sússekind (2000). A anedota, lembra a pesquisadora, é conhecida pela resposta de Machado ao amigo por ocasião das suas narrações acerca das aventuras vividas fora do país. Machado, conhecido por sua veterana imobilidade, responde-o com o comentário “agri-doce”: “Também eu já fui a Petrópolis”. Sússekind (2000) analisa a história como um eco do “desarme prosaico e irrefutável à heroização aventureira do viajante esboçada por Ramos Paz”⁵⁵⁰. O mesmo que a pesquisadora identifica acontecer no conto “O incêndio” também de Machado de Assis: Narrativa de salvação nenhuma no local de um incêndio por um oficial inglês que se lança às chamas, mas só consegue quebrar a própria perna. Sússekind acredita que em ambas as histórias: “se desfaz parte do encantamento que costumam produzir as narrativas maravilhadas ou misteriosas de viagens e da glorificação, por tabela, de seus protagonistas”⁵⁵¹. Parece-nos que é exatamente esse desarme que ocorre em “O homem, intentada viagem”. Relembre-se que, ao contrário das celebradas narrativas de viajantes, a narrativa de José Oswaldo tem também um desfecho inglório: ao ser repatriado pela última vez pelo narrador, “ao chegar à entrada da Guanabara, atirou-se de bordo “mar abaixo, na caudalosa morte”⁵⁵². Assim como nas histórias analisadas por Sússekind, a conclusão a que a pesquisadora chega parece-nos aqui também apropriada: tendo Machado de Assis escrito diversas narrativas em que celebra a aventura de viajantes para ela “os alvos do desarme machadiano” não são exatamente a ‘aventura’, a ‘maravilha’, o ‘mistério’ ou a “viagem propriamente dita”, mas sim são “a quebra da expectativa aventureira, o apequenamento propositado da intriga, a exibição da mediania dos personagens”⁵⁵³. Assim como em “Um homem, intentada viagem”, os mesmos alvos parecem-nos estar presentes em outras duas narrativas aqui elencadas: “A velha” e “A senhora dos segredos”. Nelas também é exibida a mediania dos personagens, que vendo frustrados seus pedidos de deportação, sofrem de desarme similar em relação à expectativa do leitor ansioso pela aventura. Verifique-se.

⁵⁴⁹ SANTIAGO, 2008, p. 178

⁵⁵⁰ SÚSSEKIND, 2000, p. 260

⁵⁵¹ SÚSSEKIND, 2000, p. 262

⁵⁵² ROSA, 1995, p. 1128

⁵⁵³ SÚSSEKIND, 2000, p. 262-263

IV.2.2 A VELHA

No conto *A velha*, Frau Wetterhuse telefona ao consulado e deixa para o Cônsul-narrador um recado de Dame Verônika, “uma senhora muito velha e doente”⁵⁵⁴. O objetivo do telefonema era que o Cônsul fosse lhe fazer uma visita domiciliar, a fim de tratarem de “assunto de testamento”⁵⁵⁵. O Cônsul brasileiro, após alguma hesitação, pois que “o recado se perdia”, “no tumulto diário de casos”⁵⁵⁶, aceita o convite e vai falar à judia. Ora, naquelas circunstâncias de apoio brasileiro de Vargas ao governo alemão de Hitler⁵⁵⁷, a aceitação daquele personagem detentor de uma “posição pública de responsabilidade”, de ir falar a uma das vítimas do holocausto denuncia os limites indefiníveis entre o público e o privado já aludidos por SBH. Parece-nos que esta é uma atitude cordial por parte do Cônsul em questão, haja vista que se vê movido não por uma ética profissional, mas por uma ética de fundo emotivo, que leva em conta a sua comoção diante da solicitação feita pela judia. Afinal, sabe-se que o tal “assunto de testamento” anunciado na ligação feita ao Cônsul não dizia respeito à competência da função profissional em questão. Ainda assim, o fato é que o cônsul se abre à resolução dessa questão vendo naquele recado uma “obrigação abstrata”⁵⁵⁸. Verifique-se que a promessa se dá mesmo sob o peso de ter que se arriscar diante do governo alemão e

⁵⁵⁴ ROSA, 1995, p. 1019

⁵⁵⁵ ROSA, 1995, p. 1019

⁵⁵⁶ ROSA, 1995, p. 1019

⁵⁵⁷ As relações entre Alemanha e Brasil podem ser consideradas profícuas até 1938. Entre 1930 e 1938, por um lado, o governo brasileiro participou das “campanhas para o auxílio de inverno”, promovidas pelo governo alemão, enviando café. Em 1934 e 1936 assinou acordos comerciais com a Alemanha. Em 1935, a polícia brasileira foi convidada a visitar o serviço secreto de combate ao comunismo na Alemanha nazista, tendo enviado o capitão Afonso de Miranda Correia, um dos auxiliares de Filinto Müller. Colaborou com a Gestapo, ao deportar alemães envolvidos em manifestações comunistas no Brasil. Por outro lado, o governo alemão importava matérias primas do Brasil, mantinha interesses na comunidade alemã no país e alimentava o desejo brasileiro de construir uma usina siderúrgica ao oferecer tecnologia alemã. Em 1936, os dois países estabeleceram relações diplomáticas plenas, com a abertura de embaixadas em Berlim e no Rio de Janeiro.2 Após a adoção de ações nacionalistas pelo governo brasileiro, tais como a proibição do ensino em língua estrangeira, a suspensão do funcionamento de organizações políticas subsidiárias de outros países, e a tentativa de golpe dos integralistas, com a subsequente prisão de alemães, as relações diplomáticas entre os governos brasileiro e alemão sofreram abalos em 1938. Assim, as relações político-diplomáticas bilaterais entre Brasil e Alemanha se esgarçaram à medida em que o nacionalismo engendrou a Nação e o governo brasileiro intensificou as políticas nacionalistas, além do papel do Brasil na América do Sul e sua importância geográfica no Atlântico Sul. Neste complexo e conflituoso cenário, as decisões políticas internas do governo brasileiro desenrolaram para políticas de caráter internacional. (OLIVEIRA, 2005: 36-37) A segunda guerra mundial constituiu uma interrupção nos contatos políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e a Alemanha, por causa do rompimento das relações diplomáticas entre os países após a declaração de guerra brasileira ao Estado alemão. (CASTRO, 1983: 363) Além disso, a legislação de guerra e de confisco de bens alemães adotada pelo Brasil, colocada em vigor após 1942, gerou conflitos para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os territórios, mesmo após a incondicional capitulação germânica, em maio de 1945. Cf. OLIVEIRA, Ione. *Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial*. <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609_ARQUIVO_Refugiadoseimigrantes-Anpuh-2013.pdf> . Disponível em: Acessado em 01.02.2016

⁵⁵⁸ ROSA, 1995, p. 1019

brasileiro e ainda diante de ter de enfrentar o inverno rigoroso daquele ano que era, como diziam, “o mais duro”, ao ponto de fazer sumir “no dia noturno a bela, grande cidade hanseática”. Na “Europa para a guerra”, como descreve o narrador do conto “O homem, intentada viagem”, pelo caminho, o Cônsul podia constatar o grau de periculosidade da sua decisão, pois que “via-se, a cada canto, o emblema: pousada num círculo, onde cabia oblíqua a swástika, a águia de abertas asas”. Tudo isso corroborava para agravar o sinistro do sentimento de se estar “à face do caos e espírito de catástrofe, em tempo tão ingeneroso, ante o critério último – o pecado de nascer – na tese anaximândrica”⁵⁵⁹. Mesmo diante de tudo isto, o Cônsul dirige-se ao domicílio da judia, isto é, privilegia a esfera privada, em detrimento de recebê-la em seu gabinete, o que seria representativo de decisões realizadas no âmbito da esfera pública, esfera a que se vinculava profissionalmente. Animado por uma força humanista maior e um sentimento de compaixão, conclui o Cônsul: “Todos pertencíamos, assim mesmo, à vida”, apesar de todas as sutis diferenças que segregavam arianos e não arianos, brasileiros e alemães. Sem dúvida, a narrativa deixa claro que ir ao encontro de um judeu naquele momento, saber como vivia sua família, diante do horror do holocausto, circunstância mais limitadora à vida que a velhice e a doença da personagem, aquilo era para o Cônsul de um interesse particular, já que, por fazê-lo arriscava-se a própria vida.

Ao chegar à casa da judia, o Cônsul é levado a um salão “como se subterrâneo”. Foi nesse salão mal iluminado pelas luzes de velas que desciam dos lustres, que encontrou “ao todo cinco mulheres todas velhas, que se retraíam, estafermáticas, estornicadas nas vestes de veludo ou gorgorão de lã, de golas altas, longas mangas, terrível decoro”, quais eram, “Dame Verônia. Dame Angélika, sua filha e três parentas, as outras, ressemblantes, com, que nem que perucas, os tão brancos cabelos, que teriam sido amarelo-palha. Ordenadamente se sentavam, sentindo-se demasiado presentes ao versar do assunto conspirável. O qual, a justo ver, elas desconheciam”⁵⁶⁰. Seria quase desnecessária a narração para sabermos o que desejava a tal senhora judia, naquele momento em que, como já nos adiantava o narrador: “contra esses [os judeus], desde novembro, se implacara mais desbordada e atroz a perseguição, dosada brutal. Viesse a guerra, a primeira ordem seria matá-los?”⁵⁶¹. Dame Vêronika dirigiu-se ao Cônsul falando em português, contando a ele que vivera em Petrópolis, conhecera o Imperador e era convidada, junto com o marido judeu Káspar, já morto, a ir ao paço. Dame Verônika falava-lhe “dos campos-de-prisão, as hitlerocidades, as trágicas

⁵⁵⁹ ROSA, 1995, p. 1019

⁵⁶⁰ ROSA, 1995, p. 1020.

⁵⁶¹ ROSA, 1995, p. 1019

técnicas, o ódio abismático, os judeus tratados”, diante de todos, a imagem do marido, enquadrada na parede de corpo inteiro. Dame Veronika queria asilo, para ela e a filha que revelou tratar-se de um fruto do adultério com um brasileiro, amigo da família, que lhe frequentava a casa. Sobre a revelação de Dame Verônika o narrador faz pairar a suspeita da veracidade daquele adultério: queria ela asilo, a qualquer custo para salvar-lhe a vida que restava, ou seria verdadeira a revelação que fazia? Sobre isso não seria possível haver qualquer confirmação. É Dame Verônika mesmo quem denuncia: “não lhe era possível prestar fatos, produzir testemunhas, recorrer no caso à prova de sangue, nem ao menos apelar para a razão pública. Tão longe, tantos anos...Mas, quem sabe, poderia ter o apoio de um grande, forte país, de gente tão fidalga, de tanta ponderância!”⁵⁶². O Cônsul recusou o pedido de Dame Veronika. Era o “não, em fato. Não. Tive de sacudir a cabeça. Dame Angélika nem mesmo era brasileira. Tudo indeterminado, sem fundamento certo, apenas o citar de um romance perdido no antigo, tão esfiapável, pátina, voz de memória. Quem iria querer crer?. Ela mesma, Dona Verônika, não se lograva de ilusões. Ah, vivera demasiado tempo, distanciara-se das possibilidades manejáveis das coisas”⁵⁶³. Diante da irrevogável recusa do Cônsul, Dame Veronika apenas endossou: *‘Ele foi um vosso compatriota um homem nobre...O amor de minha vida...’*⁵⁶⁴. Diante da demanda de Dona Verônika, a resposta negativa do Cônsul é categórica.

Por um lado, pode-se perceber, na senda das análises feitas por Sússekind (2000), podemos afirmar que também nesta narrativa há a corrosão da aventura eminente em virtude da negativa do Cônsul à solicitação da protagonista. Esta por sua vez perde toda possibilidade de glorificação: a aventura não realizada e as justificativas dadas para o pedido de deportação que beiram ao ridículo evidenciam não apenas a sua mediania, como também, a mediania das demais personagens, revelando novamente, uma tentativa do autor em quebrar a expectativa sobre a aventura, o esvaziamento da trama e a exibição da ausência de singularidade dos personagens⁵⁶⁵.

Por outro lado, o episódio é representativo da onda de migração que assolou a Europa por ocasião da Segunda Guerra Mundial :

A ascensão do regime nazista na Alemanha, em 1933, mudou a face da Europa. Progressivamente, os não arianos, sobretudo os judeus, passaram a ser perseguidos e exterminados. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em

⁵⁶² ROSA, 1995, p. 1021

⁵⁶³ ROSA, 1995, p. 1021

⁵⁶⁴ ROSAA, 1995, p. 1021.

⁵⁶⁵ Cf. SÜSSEKIND, 2000, p. 262-263

setembro de 1939, o drama estendeu-se para os territórios ocupados pela Alemanha de Adolf Hitler. O visto de entrada para um país neutro ou aliado era a chance para uma nova vida longe dos campos de concentração. Neste cenário, o Brasil converteu-se no sonho de milhares de imigrantes que buscavam deixar a Europa. Entre 1933 e 1945, cerca de 20 mil foram autorizados a entrar no Brasil⁵⁶⁶.

Não obstante o número expressivo de vistos concedidos à época para o Brasil, muitos não conseguiram refugiar-se aqui. Lilia Diniz segue afirmando que “multidões faziam filas nas portas dos consulados e embaixadas”:

Alberto Dines ressaltou que no período crítico da guerra, entre 1938 e 1941, entraram no Brasil apenas nove mil refugiados. ‘Por conta desta irrisória cifra, houve quem tentasse responsabilizar o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Na verdade, a partir de 1938, a questão imigratória foi transferida para a alçada do Ministério da Justiça e entregue ao fascista Francisco Campos e seus asseclas’, sublinhou.

As autoridades começaram a aprimorar a burocracia para impedir a vinda de imigrantes que não se encaixavam no padrão almejado pelo governo brasileiro. Fábio Koifman disse que em 1938 foi emitida uma lei – o decreto 3.010 – que era um ‘manual completo’ de como proceder para concessão de vistos. Além de toda a documentação que anteriormente já era exigida, para obter um visto passou a ser necessário um ‘nada consta’ das autoridades policiais locais, e um atestado médico. O cônsul tinha que examinar a pessoa para verificar a cor da pele e os traços físicos. A cada dia ficava mais difícil aos imigrantes comuns obter um visto. Mas as dificuldades não chegavam a afetar diretamente os mais abastados ou famosos, desde que não fossem portadores de ‘idéias dissolventes’⁵⁶⁷

Diante disso, o que nos leva a acreditar na capacidade do texto em questão em servir de estímulo às reflexões aqui levantadas para a hipótese acerca dos traços da cordialidade e da civilidade presentes na narrativa em questão refere-se àquilo que Castro Rocha chama de “consequências culturais da hipertrofia da esfera privada. O Consul brasileiro, ao aceitar o convite daquela que sabia tratar-se de uma judia no momento auge da perseguição aos judeus, evidencia a tentativa do narrador em driblar a “ineficiência objetiva das instituições públicas”, dando relevância aos “contatos pessoais” em que se baseia o “sistema para-institucional” a que se referia Castro Rocha. Não obstante, o registro da negativa do narrador à solicitação da judia é representativo de uma das estratégias de sobrevivência do autor ao horror da guerra, qual seja: “não manifestar claramente o que

⁵⁶⁶ DINIZ, Lilia. Refugiados no país do futuro. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/refugiados-no-pais-do-futuro>. Publicado em 02.12.2009. Acessado em 01.02.2016

⁵⁶⁷ DINIZ, Lilia. Refugiados no país do futuro. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/refugiados-no-pais-do-futuro>. Publicado em 02.12.2009. Acessado em 01.02.2016

deseja. Não deixar ver o móvel que nos guia”⁵⁶⁸. Essa estratégia dissimula o humanismo de Rosa que não era bem-vindo à Alemanha nazista.

IV.2.3 A SENHORA DOS SEGREDOS

Da mesma maneira que na narrativa *A velha*, o narrador rosiano nos apresenta “A senhora dos segredos”, em que figura Frau Heelst, “dada e gabada então como a horoscopista de Hitler”⁵⁶⁹. O narrador, também Cônsul brasileiro na Alemanha, já na introdução ao conto apresenta a personagem sob o signo da dúvida e da incredulidade, em letras garrafais: “NÃO SEI SE CREIO EM quiro e cartomantes”⁵⁷⁰. Já nessa introdução, paira sobre Frau Heelst a mesma suspeita que fez pairar o narrador sobre o relato de Dame Verônika. Aqui também o Cônsul vai ao encontro de Frau Heelst acompanhado de um grupo de amigos: Ulrike Wah, Grétel Amklee, Lene Speierova e Ara. Aqui temos novamente explicitado o teor autoficcional do texto rosiano. O narrador está acompanhado por Aracy Moebius, a segunda esposa de Guimarães Rosa. As três amigas do Cônsul e Ara foram a Frau Heelst a fim de “poder querer espiar tico de seus destinos”⁵⁷¹. À medida que Frau Heelst analisava a vida das moças, mais a certeza do Cônsul se solidificava: a horoscopista não acertava em nenhuma de suas conclusões. Na segunda visita a Frau Heelst, o Cônsul levou à horoscopista a “pergunta pronta”: Queria saber se a Segunda Guerra iria começar, ao que ela respondeu prontamente “*Ach, nee...* De modo nenhum. Sossegado esteja”⁵⁷². Conversaram longas horas acerca de “como seria investigável astrologicamente aquele assunto, de paz ou guerra neste mundo sublunar; e ela grau em grau se descerrou” e, “Frau Heelst dissuadiu-me de especular naquilo, pois guerra não iria haver, pelo menos a guerra em grandes dimensões. Declarava-o com afã prudente, e mesmo demonstrativa, patriótica”, e, por fim, “foi quase afetuosa”⁵⁷³ a despedida de ambos. Certo dia, estava o Cônsul em seu escritório, quando recebe a ligação de Frau Heelst “travada, aflita. Falou, falou, frases, urgente, desajuntava-as. Queria asilo. Perguntara-lhe:

⁵⁶⁸ ROSA. Caderno de escritos relações com os outros. S/D/

⁵⁶⁹ ROSA, 1995, p. 1121

⁵⁷⁰ ROSA, 1995, p. 1121

⁵⁷¹ ROSA, 1995, p. 1121.

⁵⁷² ROSA, 1995, p. 1121

⁵⁷³ ROSA, 1995, p. 1121

se lhe seria consentido emigrar, para o Brasil, para a América, qualquer canto de cidade nossa, onde ganhar seu sustento...Se podia vir ver-me combinar o quê, pronto receber os papéis, partir...Não, não era mais possível. Nada deixavam os astros. Doze dias depois, começava a guerra⁵⁷⁴.

Obviamente, não podemos afirmar com propriedade que este encontro entre o Cônsul e Dame Verônika, bem como entre o Cônsul e Frau Heelst represente *pari passu* um acontecimento pontual da vida de Rosa, assim como já analisou Ginzburg:⁵⁷⁵

É legítima a hipótese de que “A velha” e “A senhora dos segredos” tenham componentes biográficos, diretamente associados à vida de Guimarães Rosa. Embora em nenhum dos contos tenhamos uma nomeação direta de Rosa, a caracterização dos narradores em primeira pessoa sugere que estejamos diante de lembranças do escritor, referentes ao período em que atuou como diplomata. No entanto, não é a comprovação ou não dessa evidência que define a relevância dos textos. Isto é, não nos interessa aqui provar se Rosa de fato conheceu pessoas com os nomes exatos das personagens.

A negativa do Cônsul em relação aos pedidos de deportação dos protagonistas de “A velha” e “A senhora dos segredos” desestabiliza também a expectativa do leitor que se aproxima dos textos na intenção da confirmação da hipótese biográfica da atuação de JGR na emissão de vistos aos judeus perseguidos. Verifica-se que, se nestas narrativas há uma relativização da singularidade dos personagens, o mesmo é possível afirmar no que diz respeito ao narrador. Sem querer passar-se por filsosemita, o narrador furta-se também a qualquer tipo de glorificação. Não havendo razões objetivas que justificassem a legalidade da deportação, os narradores se veem diante da necessidade de tomar a atitude racional de recusar a solicitação recebida. Nota-se que, ainda que JGR tenha de fato contribuído para a emissão de vistos aos judeus perseguidos, as narrativas que remetem ao período em que atuou em Hamburgo não esclarecem esta hipótese que apenas recentemente tem sido esclarecida por pesquisadores da área. Assim, verifica-se que, se as ações de JGR no que tange a esta questão estão no limiar entre o público e o privado, há uma preferência do autor por não mencionar publicamente em suas narrativas as ações privadas que porventura praticou em benefício dos judeus perseguidos. Verifica-se, portanto, uma preocupação do autor que opta por deixar na esfera privada a sua atuação no âmbito desta questão, certamente como parte do seu “estratagema diplomático” e técnica de sobrevivência.

⁵⁷⁴ ROSA, 1995, p. 1121.

⁵⁷⁵ GINZBURG, 2010. p. 22-23

A narrativa “Dois soldadinhos mineiros”, por sua vez, parece também embaralhar as pistas entre a realidade e a ficção ao remeter ao episódio dos três soldados mortos na batalha contra soldados alemães em Monte Castelo por ocasião da Segunda Guerra Mundial. O embaralhamento das pistas, longe de comprometer a verossimilhança da narrativa, é enriquecedor, pois sugere que JGR, que também sofreu com as agruras da guerra, tendo sido internado em Baden-Baden e vendo cair as bombas ao lado de seu escritório em Hamburgo, poderia ser o terceiro soldadinho que tendo ido à guerra contra alemães torna-se um herói nacional. Verifique-se.

II.2.1 "DOIS SOLDADINHOS MINEIROS"

A narrativa “Dois soldadinhos mineiros”, integrante da “miscelânea” que constitui *Ave, palavra*⁵⁷⁶, é uma crônica que se vale de muitas das especificidades desse gênero. Seu inacabamento formal permite notar pelo menos um duplo desdobramento: de um lado, um pendor lírico, específico ao livro de origem, capaz de conferir à narrativa uma tonalidade poética. Relembre-se que *Ave, palavra* poderia ter vindo à luz, entre outros títulos, como *Poemas do esporádico*⁵⁷⁷. Por outro lado, em “Dois soldadinhos mineiros” os dados que se cruzam com a vida de seu autor produzem na sua forma híbrida um inegável efeito biográfico. Ainda acerca da estrutura formal, a crônica apresenta um só foco narrativo em primeira pessoa e constitui-se de três fragmentos interligados pelo fio discursivo. São três cronotopos claramente divididos no texto tanto por marcações tipográficas quanto pela marcação temporal: o primeiro espaço-tempo é o da memória e da escrita; o segundo, dezembro de 1945 na fazenda Três Barras; o terceiro, 1950 em Pistoia.

“Dois soldadinhos mineiros” inicia-se com a seguinte observação: “sob céu diferente, para mim, acha-se neste mundo a das Três Barras, fazenda que foi dos meus”⁵⁷⁸.

⁵⁷⁶ “Guimarães Rosa definiu o *Ave, palavra* como uma ‘miscelânea’, querendo caracterizar com isto a despreensão com que apresentava estas notas de viagem, diários, poesias, contos, flagrantes, reportagens poéticas e meditações, tudo o que, aliado à variedade temática de alguns poemas dramáticos e textos filosóficos, constituirá sua colaboração de vinte anos, descontínua e esporádica, em jornais e revistas brasileiros, durante o período de 1947 a 1967”. RONAI, Paulo, In: ROSA, 2009, vol. II, p. 903

⁵⁷⁷ Guimarães Rosa escolheu esse título entre outros treze, incluídos na primeira edição como nota de rodapé: “Azulejos amarelos”, “Conversas com o tempo”, “Sortidos e retalhos”, “Reportagens”, “Desconexões”, “Via e viagens”, “Contravazios”, “Moxinifada”, “Almanaque”, “Poemas do esporádico”, “Exercícios de saudade”, “Meias-estórias” e “Oficina aberta”. RONAI, In ROSA, 1970

⁵⁷⁸ ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

Essa frase nos dá pistas importantes para a compreensão da narrativa. Já de início, remete ao perfil profissional de seu autor que à época da escrita, impetrava recorrentes viagens por outros céus, não apenas brasileiros, como também europeus⁵⁷⁹. Outro ponto importante a verificar é que esse “céu diferente”, para o narrador trata-se, na verdade, de um céu já muito visitado, pelo autor. O narrador está em Minas Gerais, na Fazenda de seus avós, situada num “empino de morros”, isto é, entre as montanhas mineiras, entendidas por ele, em sua infância, como “himalaias fora do tempo e do real”⁵⁸⁰, portanto, lugar distante, muito distante das grandes cidades já conhecidas pelo Rosa *viator*. Note-se que o narrador de “Dois soldadinhos mineiros” destaca, em princípio, a diferença daquele lugar quando, já adulto, o revisita. Pensando assim, é possível considerar que a viagem por outras paragens, a contemplação de outros céus e seus horizontes, pelo autor referencial, é o que singulariza esse retorno, permitindo ao narrador enxergar no céu familiar da infância o outro céu da idade adulta, como se houvesse se tornado estrangeiro àquele ambiente tão familiar.

Em recente ensaio, Kathrin Rosenfield (2011) destaca a presença de um “estrangeiro interno” na obra rosiana: “o sertão é uma das metáforas deste estrangeiro interno que, embora familiar, nos aliena de nós mesmos, ao mesmo tempo em que nos atrai em direção a outros espaços e seres totalmente diferentes”⁵⁸¹.

Além da aproximação da narrativa rosiana ao *Unheimlich* freudiano, a pesquisadora Kathrin Rosenfield vem já há algum tempo decifrando o diálogo estabelecido por João Guimarães Rosa com a ensaística brasileira através de nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Paulo Prado e Oliveira Vianna⁵⁸². Alerta-nos a pesquisadora sobre o “pendor pela ambiguidade e por articulações paradoxais que criam

“Em dezembro de 1945 o escritor retornou ao Brasil depois de longa ausência. Dirigiu-se, inicialmente, à Fazenda Três Barras, em Paraopeba, berço da família Guimarães, então pertencente a seu amigo Dr. Pedro Barbosa e, depois, a cavalo, rumou para Cordisburgo, onde se hospedou no tradicional Argentina Hotel, mais conhecido por Hotel da Nhatina”.. <http://www.releituras.com/guimmarosa_bio.asp> -- A mãe de João Guimarães Rosa, Francisca (Chiquinha) de Assis Guimarães, nasceu e morreu na Fazenda Três Barras <http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-da-silva-1/WEBSITE-0001/UHP-1940.html>

⁵⁷⁹ Inicialmente esteve em Hamburgo, como cônsul-adjunto, de 1938 a 1942, quando é retido no campo de concentração em Baden-Baden, por ocasião da ruptura política entre o Brasil e a Alemanha. Ainda em 1942 segue para Bogotá (Colômbia) como Secretário de Embaixada, onde permanece até 1944; em 1945 retorna ao Brasil e percorre o estado de Minas Gerais até Mato Grosso, em 1946 viaja a Paris como membro da delegação à Conferência da Paz, exercendo o cargo de chefe de gabinete do ministro João Neves Fontoura, em 1948, retorna a Bogotá como Secretário-Geral da delegação brasileira à IX Conferência Inter-Americana, de 1948 a 1951 permanece em Paris como 1º Secretário e Conselheiro da Embaixada, volta ao Brasil como Chefe de Gabinete de João Neves da Fontoura e, finalmente em, 1952: retorna a Minas Gerais e participa de uma viagem pelo sertão, com uma comitiva de boiadeiros

⁵⁸⁰ ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

⁵⁸¹ ROSENFELD, 2011, p.21

⁵⁸² Cf. ROSENFELD, 2006; 2011.

uma unidade – surpreendente, improvável – entre termos contrários, senão mutuamente excludentes” que João Guimarães Rosa e Gilberto Freyre têm em comum. Em relação a esse diálogo, interessa-nos, sobretudo, a seguinte consideração:

Por mais que a casa grande patriarcal esteja ausente na obra rosiana, por mais provisória que seja a existência do jagunço rosiano, no seu mundo há sempre o horizonte da figura paterna e da vida familiar, de uma terra estável e capaz de fixar as vidas agitadas por mil contingências e migrações. [...]

Apesar das aparências subsiste, na obra rosiana, o antagonismo entre a vida jagunça e o imaginário patriarcal da casa grande – Rosa simplesmente inverte a perspectiva, contemplando pelo avesso a lógica da estabilidade precária que analisa Freyre. Rosa olha pelo lado das agitações que giram em torno das casas grandes. Na obra freyriana, este antagonismo é visto a partir do ponto de vista da casa grande (a ‘cultura brasileira’ cristaliza-se, na visão de Freyre, em torno de três núcleos: o patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas e a realidade climática)⁵⁸³.

Em “Dois soldadinhos mineiros”, são verificáveis os apontamentos de Rosenfield. Demarcado o lugar onde se encontra, o narrador rosiano traz para o conto o *topos* da paisagem do arcaico mundo rural, com suas mil maravilhas, descrevendo a fazenda das Três Barras:

tem seus pastos limpos, um açude, os abismo de grotas, o pôr-do-sol mago e meigo com cores, o ar à aberta luminosidade. Tem sebes de ‘saborosa’, um quintal cercado de limoeiros, uma manhã de longe pescaria a que todos fomos em fila, uma farofa que alegremente se comeu. Debaixo de um jatobá esgalhado na velhice, o estaleiro para serrar madeiras. No moinho, duas cobras escuras, mansas, que pegavam ratos. Ah, e há, em noites de verão um mar de vaga-lumes amarelos⁵⁸⁴.

A imagem da paisagem natural do sertão mineiro é a do paraíso terreal recorrente em *Ave, palavra*. Verifique-se que essa paisagem é descrita com um “toque lírico”⁵⁸⁵, uma “ética do fundo emotivo”⁵⁸⁶ e, porque não dizer com uma saudade daquele que tem pelo ambiente um afeto em demasia, específico a Guimarães Rosa não exclusivamente pelo fato de suas origens estarem no sertão mineiro, mas também porque o autor recupera esse ambiente, com uma urgência de quem o sabe raiz da cultura brasileira, bem como de quem o sabe

⁵⁸³ ROSENFELD, 2011, p.32, *Grifos meus*

⁵⁸⁴ ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

⁵⁸⁵ ROSENFELD, 2011, p. 21

⁵⁸⁶ HOLANDA, 2006, p. 162

abaixo do nível de consciência dos próprios brasileiros. Afinal, ainda conforme Rosenfield (2011):

Rosa recupera um ‘romantismo’ que não ocorreu propriamente no Brasil (ou, pelo menos, não teve tempo ou oportunidade de amadurecer de modo autêntico, como em outras culturas) [...] Como Euclides, porém numa dimensão mais afetiva, poética e estética. Rosa procurou recuperar certos alicerces históricos brasileiros da sensibilidade e do imaginário que o desenvolvimento político, social e econômico tinha abalado e soterrado. [...] Nesse nível, Rosa atinge reminiscências atávicas – isto é, os afetos espontâneos ligados ao mundo agrário, a um modo de vida, social e familiar, que repousa sobre a terra. [...] Rosa é um clássico, precisamente, por essa razão: porque sua narrativa assumiu o trabalho de cerzir a grande ruptura histórica do Brasil – uma ruptura histórica que se perpetua em infinitas rupturas pessoais, individuais, particulares⁵⁸⁷.

Descrito o ambiente natural, o narrador de “Dois soldadinhos mineiros” nos conduz para o ambiente social da Três Barras, como um velho boiadeiro que estivesse à cadeira de balanço da casa grande descrita por Gilberto Freyre. Nesse ambiente, o narrador se faz exímio observador das “coisas muito pequenas”⁵⁸⁸ que tendem a chamar atenção no “velho universo rural”⁵⁸⁹, vivendo os mil sabores do tempo presente, que é também e sempre o tempo da memória. O narrador parece-nos aqui uma das “figuras plausíveis de seriedade, da sinceridade” de que nos fala Rosenfield (2011), criadas ficcionalmente - “não esqueçamos que a seriedade afetiva é em grande parte produto da invenção literária”⁵⁹⁰ -, que torna possível fazer ressurgir esse mundo rural proscrito tanto da literatura brasileira, quanto da quase totalidade do seu imaginário, à época da escrita da narrativa. Verifique-se: “a casa, andante e vasta, é entre transmontana e minhota, dizem; casa de muita fábrica. Para o convés – que é a varanda – sobem-se os degraus de pau de alta escada. De lá, muito se vê: a visão filtrada”⁵⁹¹.

Na passagem que aqui se segue, a memória recuperada não é somente pessoal, mas, sobretudo, é a memória coletiva “de antes, tempos”, a memória ainda dos tempos do Brasil escravocrata, recheado de conflitos sociais. Na mesma casa grande, da bucólica fazenda onde o narrador viveu sua infância, ainda “pende o sino” signo do escravagismo brasileiro,

⁵⁸⁷ ROSENFELD, 2011, p. 22-23

⁵⁸⁸ ROSENFELD, 2011, p. 21

⁵⁸⁹ ROSENFELD, 2011, p. 21

⁵⁹⁰ ROSENFELD, 2011, p. 24

⁵⁹¹ ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

cujo ressoar remonta aos conflitos seculares dos senhores e dos escravos no ambiente rural brasileiro, conflitos que, como se sabe, enchem as páginas de *Casa Grande & Senzala*.

De lá, muito se vê: a visão filtrada. Ainda pende o sino, que tocavam para chamar escravos. De antes, tempos. Aliás, parece que o último enforcamento em patíbulo público, em Minas, se deu foi, no Curvelo, com um preto que matara seu senhor, meu trisavô materno. Quando fui menino, nem em escravos se falava mais. Só havia os camaradas, que à noitinha se sentavam quietos, na varanda, nos longos bancos, esperando o chá de folhas de laranjeira. Certa hora traziam de dentro uma grande bacia; nela todos tinham de lavar os pés? Minha tia Carlota hoje me corrige: a bacia era cheia de brasas, de rescaldeiro para, nas noites frias, os homens se aquecerem. Tanto confundo; lavar os pés, numa bacia, quem tinha de obedecer a isso era eu, antes de dormir. Atrás do tempo. Mas é mais próximo, o que vou contar⁵⁹².

Da insurgência de escravos contra as normas do regime escravocrata, epitomizadas na desobediência às regras dos senhores da casa grande, ressurgiam por tantas vezes conflitos sangüinários que ora desembocavam no assassinato dos senhores, ora no enforcamento de escravos. Essa evocação ligeiramente estabelecida pelo narrador remonta à cena de hostilização em que se estabeleciam as relações sociais na Três Barras. A proximidade física entre senhores e escravos, ou em outras palavras, a casa grande e a senzala, não diminuía o significativo abismo sócio-cultural que os separavam e os faziam, entre si, estranhos. Afinal, conforme Bauman, estando frente a frente dois membros de sociedades entre si estranhas: “a melhor solução então é um encontro que não é um encontro, um encontro que finja ser um encontro, um desencontro”⁵⁹³. Nesse (des) encontro, a relação de oposição entre senhores/escravos, apesar de sempre desafiada, não precisa absolutamente o ser “de modo que a integridade do mundo da vida pode ser sustentada com as simples dicotomias semânticas e comportamentais operadas ordinariamente pelos membros da comunidade”⁵⁹⁴.

Parece-nos que a essa altura da narrativa “Dois soldadinhos mineiros” o narrador está a confrontar dois aspectos importantes da ensaística de SBH, em *Raízes do Brasil*: de um lado, a “ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”, “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”⁵⁹⁵ que confere à crônica o toque lírico, o tom poético. De outro lado, vê-se

⁵⁹² ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

⁵⁹³ BAUMAN, 1999, p. 72

⁵⁹⁴ BAUMAN, 1999, p. 72

⁵⁹⁵ HOLANDA, 2006, p. 160

descrita a hostilidade que subjaz à sociedade brasileira dos tempos do Brasil escravocrata. Uma vez que o negro não é visto como um virtual próximo, torna-se para seus senhores um estranho, alguém não reconhecido.

No universo rural da Três Barras, dezembro de 1945 nem de longe parecia remeter ao fim da Segunda Guerra Mundial, se não fosse pela chegada de um “pracinha”. O narrador, com a mesma visão filtrada, às voltas com vaqueiros, o curral, o leite, os zebus, “a impaciência das vacas e seus bezerros correspondentes”⁵⁹⁶, o apresenta como quem ainda continua entretido com as coisas muito pequenas do mundo rural:

Era com efeito um ‘pracinha’⁵⁹⁷, que figurava em Monte Castelo⁵⁹⁸ e Porreta Terme⁵⁹⁹, e aqui recomeçava a arreação das vacas. Deixava de ter qualquer coisa especial ou remarcada. Os ombros estreitos, a morenidão, o chapéu chato? Estava ‘dando uma lição’ numa rês, que agredia as outras com artimanhas, carecia-se de agir como quando se ordenha uma recém-parida: laçar e pôr no esteio. O ex-soldado não esquecera os atos bem que perito e ágil; ele era muito entendido.

Se sério, aquilo seria de se olhar. voltara, fazia pouco, do a-de-lá, parciário de enormes sucessos, entre os horrores e grandezas, da Europa, da Itália – onde, semelhante ao que nas *Décadas*, diz Diogo do Couto⁶⁰⁰, se armara “muita, e mui formosa artilheria”. Falei-lhe; aproou, com um sim simples, vindo só às respostas, atencioso mas na singela opacidade, de quem vive e despercebe, ou tudo deu por perdido e esquecido, longe, remoto, no já dito⁶⁰¹

Esse fragmento traz para a crônica sua matéria-prima: a fotografia do seu tempo. “Pracinha” foi a denominação dada a todos os soldados brasileiros que combateram na 1ª Divisão Expedicionária do Exército (DIE), a batalha de Monte Castelo⁶⁰². É conhecida a

⁵⁹⁶ ROSA, 2009, vol. II, p. 1118

⁵⁹⁷ Cf. *Os pracinhas na guerra*. < <http://www.pitoresco.com/historia/republ211.html> >

⁵⁹⁸ A **Batalha de Monte Castelo** foi travada ao final da Segunda Guerra Mundial, entre as tropas aliadas e as forças do Exército Alemão, que tentavam conter o seu avanço no Norte da Itália. Esta batalha marcou a presença da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no conflito. A batalha arrastou-se por três meses, de 24 de novembro de 1944 a 21 de fevereiro de 1945, durante os quais se efetuaram seis ataques, com grande número de baixas devido a vários fatores, entre os quais as temperaturas extremamente baixas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Monte_Castello

⁵⁹⁹ **Porretta Terme** é uma comuna italiana da região da Emília-Romanha, província de Bolonha, com cerca de 4.528 habitantes. Estende-se por uma área de 33 km², tendo uma densidade populacional de 137 hab/km². Faz fronteira com Castel di Casio, Gaggio Montano, Granaglione, Lizzano in Belvedere, Pistoia (PT). http://pt.wikipedia.org/wiki/Porretta_Terme

⁶⁰⁰ **Diogo do Couto** (ca. 1542 — Goa, 10 de Dezembro de 1616) foi um historiador português. Nasceu em 1542, em Lisboa estudou Latim e Retórica no Colégio de Santo Antão e Filosofia no Convento de Benfica. Em 1559 vai para a Índia, donde só regressaria uma década depois. Voltou de novo ao Oriente, tendo recebido do Rei Filipe I a missão de prosseguir as “Décadas” de João de Barros. Conferir: http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_de_Couto

⁶⁰¹ ROSA, 2009, vol. II, p. 1119

⁶⁰² Denominação dada pelo General Mark Clark, comandante das Forças Aliadas na Itália, ao cume que, dentre todos os ocupados pelos alemães, em novembro de 1944, se destacava por sua localização estratégica: o Monte Castelo. http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao especial/sub3.shtml

reputação de “soldados verdes”, dos brasileiros que lutaram na DIE, sobretudo considerando-se a magnitude da batalha que tinham pela frente, a pouca idade e a nenhuma experiência na guerra⁶⁰³, isso contrastando sobremaneira com a experiência do exército alemão, as condições adversas do inverno rigoroso, das chuvas constantes, das estradas comprometidas pela lama que inviabilizava a participação dos tanques, do céu encoberto que impedia o auxílio da força aérea⁶⁰⁴. Provavelmente, quando o narrador diz: “deixava de ter qualquer coisa especial ou remarcada”⁶⁰⁵. E se pergunta: “os ombros estreitos, a morenidão, o chapéu chato?”⁶⁰⁶ tem em vista essa característica específica dos soldados da DIE. A pergunta parece se dever à estranheza causada por verificar-se a inexistência de porte de soldado de guerra, naquele que dela voltara, sobretudo desfrutando das honrarias de ter se tornado “parciário de enormes sucessos”⁶⁰⁷, isto é, por ter contribuído na vitória contra os alemães. Além do mais, como tantos outros soldados, este voltara também sem nenhuma narrativa possível, como “quem vive e despercebe, ou tudo deu por perdido e esquecido, longe, remoto, no já dito”, como tão bem alude o narrador, como se o narrador da crônica dialogasse com outro, com aquele *Narrador* de Walter Benjamin, texto em que o teórico igualmente pontua a pouca disposição para a narrativa dos soldados que voltam da guerra. Verifique-se

- A guerra? – perguntei.

- ‘É um abalo...’

Do vivido ou visto, que é que mais o impressionara?

- “O frio.”

E o mar?

- “É muito enfaroso...”

Pela mesma maneira, ele se desengraçava. Um outro falou: - “Ele teve medo um dia...” Nosso soldadinho não riu. Nem se fez grave. Retrucou, pelos membros. O mover das vacas, das que pediam seus bezerros, era que ele não se tirava de rodear com a vista. Sendo que o gado manso pode dar surpresas. Mesmo ali, num quarto, no catre, estava outro vaqueiro, ferido havia dias, com uma chifrada na nádega, funda de centímetros, curada com pomada preta.

Por último, teimei:

- Mas, o alemão é duro, bravo?

- “É cabeçudo...”

Não era capaz de dizer mais. E a vaca mugia, bezerros corriam, a chuva chovia. Assim⁶⁰⁸.

⁶⁰³ A juventude dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial é tematizada em Pistóia – Cemitério Militar Brasileiro, poema de Cecília Meireles, disponível em <http://meninodoquarto.blogspot.com.br/2007/07/pistia-cemiterio-militar-brasileiro-eles.html>

⁶⁰⁴ Cf. Novembro de 1944, Monte Castelo: vitória, enfim. Reportagem da Revista Veja. Edição especial. disponível em http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao_especial/sub3.shtml

⁶⁰⁵ ROSA, vol II, 2009, p. 1118.

⁶⁰⁶ ROSA, vol. II, 2009, p. 1118.

⁶⁰⁷ ROSA, vol. II, 2009, P. 1118

⁶⁰⁸ ROSA, vol. II, 2009, p. 1119

A linguagem econômica da qual se serve o soldadinho é representativa da linguagem da qual Rosa também se serve. A economia é uma característica importante em outros textos de *Ave, palavra* e mesmo em outros textos rosianos, como exemplarmente em *Tutaméia*. Como observa Tofalini (2006),

Os textos de Guimarães Rosa causam impacto no leitor, não apenas pela expressão de um raciocínio e de uma profunda intuição, mas, também, pela *artisticidade construída*, facilmente percebida na sua obra. De fato, a profundidade da significação de um texto artístico passa, necessariamente, por um prisma composto por dois elementos: a intuição e a elaboração racional. Por este motivo, quando se reflete acerca de texto literário, torna-se necessário partir da concepção desse mesmo texto como construção, "porque o texto artístico é um sentimento construído com complexidade, e todos os seus elementos são elementos de sentido" (LOTMAN, 1978: 41). Com efeito, é o conjunto de elementos significativos que conflui para o resultado que é o sentido. E entre eles se destaca, aqui, a voz do silêncio.

Se a palavra comum assume um jogo no qual o homem é ora exposto ora escondido, torna-se necessário encontrar um instrumento capaz de transcender as barreiras do som para sugerir aquilo que permanece além das palavras, no mais profundo do ser. Nesse instante, convoca-se a poesia porque ela, mergulhando no mundo da sensibilidade e da simbologia, produz sinfonias líricas. Ora, o processo de poetização da prosa, de Guimarães Rosa, no conto *Desenredo* (do livro *Tutaméia*), e, por extensão, em toda a sua produção artístico-literária, pode ser percebido na extrema habilidade com que o artista dispõe as palavras, congregando sons e silêncios harmoniosamente. Nem mesmo uma única palavra escapa à elaboração artística⁶⁰⁹

As respostas evasivas talvez sejam sintomas da linguagem específica daquele que ao voltar do conflito, tendo tudo perdido, ou esquecido, tenta reelaborar uma linguagem possível, que a princípio só se revela em suas formas muito rudimentares. Não podendo ou preferindo não abordar os grandes assuntos que ficaram no além-mundo das montanhas da Três Barras, o ex-soldado volta o olhar para outras coisa, menores, como enumera o narrador: "o mover das vacas, das que pediam seus bezerros, era que ele não se tirava de rodear com a vista"⁶¹⁰, tal qual o próprio narrador que cataloga tão poeticamente, ao desviar o olhar do soldadinho e de sua saga inconfessa: "e a vaca mugia, bezerros corriam, a chuva chovia. Assim"⁶¹¹.

⁶⁰⁹ TOFALINI, 2006, p. 2

⁶¹⁰ ROSA, vol. II, 2009, p. 1119

⁶¹¹ ROSA, vol. II, 2009, p. 1119

O terceiro fragmento da crônica dá-se cinco anos depois: o narrador chega em 1950, em Pistoia⁶¹², cruzando os Apeninos Setentrionais⁶¹³, onde cinco anos antes, lutara o primeiro soldadinho. Verifique-se:

No quase tramonto, quando os morros são névoa de ouro, poal de sol, hora em que os ciprestes dentro do azul trocam de personalidade. Só a seguir é que é o crepúsculo leve rosa; mas o rosa se reembebe como num mata-borrão, não volta à tona, dá outro tingir. (Poeticamente: o céu em mel de glicínias ou da cor do ciclâmen selvagem). Sempre a limpidez; e a luz toscana, já se disse, é substância, coisa – não apenas claridade. O lugar, entre montanhas imbricadas, esfumadas em bruma. O Cemitério Militar Brasileiro⁶¹⁴ – limpo, novo, cuidado – como uma plantação, como uma coleção. Aquilo em paz. As carreiras de cruzeiros brancos, cada uma tendo em frente o potezinho com um cacto, 400 e tantos (e mais alguns, alemães). Ali ausentes, arregimentados, subentendidos. As flores trazidas podiam ser dadas a um, qualquer, a uma cova, igual às outras, ao acaso. Adiantei-me, sem escolha, olhei, e li, na pequena placa:

SOLDADO ALCIDES M. ROSA
Morto em 12 de dezembro de 1944.
11º R.I.⁶¹⁵

Será que estremecei e então ali estive, sem amargamento, mas no todo-sentir. Aquele, podia ser um meu parente, assim com o meu nome, e vindo de Minas Gerais. Foi demais meu parente; para mim, sob céu diferente, neste mundo, diminuído de belo. Feito se nas Três Barras.

⁶¹² **Pistoia** é uma comuna italiana da região da Toscana, província de Pistoia, com cerca de 83.936 habitantes. Estende-se por uma área de 236 km², tendo uma densidade populacional de 356 hab/km². Faz fronteira com Agliana, Cantagallo (PO), Granaglione (BO), Lizzano in Belvedere (BO), Marliana, Montale, Piteglio, Porretta Terme (BO), Quarrata, Sambuca Pistoiese, San Marcello Pistoiese, Serravalle Pistoiese. Nela se localiza o Cemitério de Pistoia, onde foram enterrados os soldados brasileiros da Força Expedicionária Brasileira - FEB que lutaram ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Anos depois os corpos foram transferidos para o Aterro do Flamengo, mas em Pistoia permanecem as placas com os nomes. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pistoia>

⁶¹³ Cordilheira dos **Apeninos** (em italiano: *Appennini*) estende-se por 1000 km ao longo da Itália central e costa leste, formando a coluna dorsal do país. Deram seu nome à Península Apenina, que forma a maior parte da Itália. As montanhas são verdes e arborizadas, apesar de um lado do pico mais elevado, o Corno Grande (2912 m), ser parcialmente coberto pela geleira mais meridional da Europa. As elevações mais a leste, perto do Mar Adriático, são abruptas, enquanto que as do oeste formam uma planície onde se localizam a maior parte das cidades históricas italianas, como Siena, Florença, Pisa, entre muitas outras. Durante a campanha italiana na Segunda Guerra Mundial, os alemães usaram os Apeninos como uma barreira defensiva chamada pelos Aliados de Linha Gótica. Os aliados atacaram a linha em Setembro de 1944, sem sucesso. Outra linha defensiva, a Linha Bárbara, cruzava os Apeninos do Sul. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Apeninos>

⁶¹⁴ O **Cemitério de Pistoia** é um cemitério localizado em Pistoia, Itália, que conteve corpos dos membros da Força Expedicionária Brasileira mortos em ação durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1967, no lugar do cemitério, foi erguido um monumento votivo projetado para Olavo Redig de Campos, discípulo de Oscar Niemeyer. Até 20 de junho 1962 repousavam os restos de 462 soldados, transferidos depois no Brasil. Hoje só fica o túmulo do soldado desconhecido. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cemitério_de_Pistoia

⁶¹⁵ RI: Regimento de Infantaria de São João Del Rei. Minas Gerais

Mais uma vez a narrativa tematiza o seu tempo. Por um lado, não é difícil perceber na descrição da paisagem de Pistoia, da cordilheira dos Apeninos, a similaridade dos componentes poéticos e narrativos da descrição da paisagem natural da Fazenda Três Barras. Por outro lado, parece-nos que a descrição do Cemitério Militar Brasileiro e, de forma especial, a alusão à morte desse outro soldadinho mineiro suscita no narrador o “todo-sentir” da perda parental, de forma muito mais pungente que a lembrança do seu antepassado morto por um escravo, em Minas, sugerindo a relevância dos parentes espirituais. Seja como for, vê-se aí também uma repetição, ainda que inscrita na diferença, do cromatismo poético que a alusão aos conflitos sociais e a morte inscrevem na crônica. Novamente, a memória individual repete a coletiva, novamente a narrativa da paisagem natural é vista por Rosa na perspectiva do paraíso terreal, assim como a narrativa da paisagem modificada pelo convívio humano retoma algo de terrível.

A crônica “Dois soldadinhos mineiros” parece-nos uma resposta a Bachelard, à pergunta: como penetrar na esfera poética do nosso tempo? Conforme este teórico:

Uma era de imaginação livre acaba de abrir-se. Em toda parte as imagens invadem os ares, vão de um mundo a outro, chamam ouvidos e olhos para sonhos engrandecidos. Os poetas abundam, os grandes e pequenos, os célebres e os obscuros, os que amamos e os que fascinam. Quem vive para a poesia deve ler tudo. Quantas vezes, de uma simples brochura, jorrou para mim a luz de uma imagem nova! Quando aceitamos ser animados por imagens novas, descobrimos irisações nas imagens dos velhos livros. As idades poéticas unem-se numa memória viva. A nova idade desperta a antiga. A antiga vem reviver na nova. Nunca a poesia é tão nova quando se diversifica. Que benefícios nos proporcionam os novos livros! Gostaria que cada dia me caísse do céu, a cântaros, os livros que experimentam a juventude das imagens. Esse desejo é natural. Esse prodígio, fácil. Pois lá em cima, no céu, não será o paraíso uma imensa biblioteca?⁶¹⁶

Diante do exposto é possível afirmar que o experimentalismo da linguagem rosiana, bem como o treinamento da visão ocorrem em “Dois soldadinhos mineiros” para a filtragem do poético. Em sua entrevista a Lorenz ele já havia dito que:

Revisando meus exercícios líricos, não os achei totalmente maus, mas tampouco muito convincentes. Principalmente, descobri que a poesia profissional, tal como se deve manejá-la na elaboração de poemas, pode ser a morte da poesia verdadeira. Por isso, retornei à “saga”, à lenda, ao conto simples, pois quem escreve estes assuntos é a vida e não a lei das regras chamadas poéticas. Então comecei a escrever Sagarana⁶¹⁷.

⁶¹⁶ BACHELARD, 1988, p. 25-26

⁶¹⁷ ROSA *apud* LORENZ, 1973, p.326

Como se pode verificar em “Dois soldadinhos mineiros”, o exercício da crônica nessas condições lega-nos um registro pautado pelo inédito em muitos sentidos, sobretudo no que diz respeito a uma nova forma narrativa. Esse ineditismo parece-nos ainda mais relevante se considerarmos o tema da Segunda Guerra Mundial e o problema da sua representação artística.

Em *Ave, palavra*, as quatro narrativas elencadas neste capítulo nos levam a corroborar as afirmações desenvolvidas sobre o perfil biográfico de João Guimarães Rosa, enquanto um homem entre a cordialidade e a civilidade. Nas três primeiras narrativas podemos notar três semelhanças fundamentais: (1) a tentativa de imigração para o Brasil por parte dos personagens principais, no âmbito da Segunda Guerra Mundial; (2) o recurso dos personagens centrais ao consulado brasileiro, (3) o teor autoficcional, que coloca como narrador um Cônsul, aludindo ao período em que Rosa permaneceu em Hamburgo (1938-1942) como diplomata; (4) o sentimento de compaixão por aqueles que viveram o horror da Segunda Guerra Mundial também compartilhado na narrativa “Dois soldadinhos mineiros”.

Aristóteles já percebera que “a piedade consiste numa certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afetando quem não merece ser afetado, podendo também fazer-nos sofrer a nós próprios, ou a algum dos nossos, principalmente quando esse mal nos ameaça de perto”⁶¹⁸. Diante do mal em potencial que é a guerra, a ameaça à vida dos personagens destas narrativas são representativas do mal geral que poderia acometer a vida de qualquer indivíduo que destoasse minimamente dos ideais arianos da pureza das raças.

Obviamente que o temor pelo acometimento deste mal recairá também sobre o narrador que, exatamente por esse motivo é capaz de sentir compaixão por aqueles que vão ao seu encontro na tentativa de conseguirem visto ao Brasil. Acerca disso é Aristóteles mesmo quem afirma: “por força das circunstâncias, aquele que está a ponto de sentir piedade se encontra numa situação de tal ordem que há-de pensar que ele próprio, ou alguém de sua proximidade, acabará por sofrer algum mal, idêntico ou muito semelhante ao que referimos na nossa definição”⁶¹⁹. Aristóteles verifica ainda que da mesma forma, invariavelmente, “os que acham que pode recair sobre eles o mal são aqueles que já sofreram algum e escaparam dele”⁶²⁰. Para estes as razões de serem acometidas pelo sentimento de compaixão são também muito claras: “sente-se piedade quando se crê que existem pessoas honradas (aqueles que não

⁶¹⁸ ARISTÓTELES, 2005, p. 184

⁶¹⁹ ARISTÓTELES, 2005, p. 184

⁶²⁰ ARISTÓTELES, 2005, p. 184

tem consideração por ninguém pensará que todos são merecedores de mal) e, em geral, quando estamos dispostos a lembrarmos-nos de que tais males já nos aconteceram, a nós ou aos nossos, ou esperamos que nos aconteça, a nós ou aos nossos”⁶²¹.

Relembre-se que Guimarães Rosa também foi soldado, como ele afirma em sua entrevista a Lorenz, talvez o terceiro soldadinho de sua crônica, parente de Alcides M. Rosa, como quer o narrador, completando assim o conjunto dos três pracinhas mineiros, mártires e talvez também parentes dos três heróis brasileiros, jovens soldados nascidos em Minas Gerais, mortos em combate pela companhia alemã composta por 100 homens, em abril de 1945⁶²², episódio ao qual o título da crônica nos remete antecipadamente à sua leitura, fato sobre o qual Rosa certamente teve notícias, dada a repercussão nacional e internacional. Como soldado, Rosa conheceu o “valor da consciência” e é exatamente a sua percepção crítica que o fez capaz de legar-nos no registro da crônica analisada aqui a sua visão dos anos de guerra que viveu em Hamburgo de 1938 até 1942 exercendo a função de cônsul-adjunto até ser internado em Baden-Baden. Ele que também esteve no cenário de destruição da Segunda Guerra Mundial, às voltas com o terror dos alarmes, ataques aéreos, sirenes, tiroteios, explosões de bombas, destruição de prédios⁶²³ não olvida seu testemunho, antes o registra de alguma maneira pelo filtro ficcional.

O poema que transcrevemos abaixo foi escrito por Guimarães Rosa em seu *Diário Alemão*, caderno de escritos de João Guimarães Rosa (1908-1967) relativos ao período em que o autor permaneceu em Hamburgo (1938 a 1942), exercendo o cargo diplomático de cônsul-adjunto:

⁶²¹ ARISTÓTLES, 2005, p. 185

⁶²² Minas Gerais - Eles morreram em combate, na Itália, há 67 anos, em uma batalha desigual com as tropas alemãs, e, devido à grande bravura, foram reverenciados até pelos inimigos. O mundo celebra os 67 anos do fim da II Guerra Mundial e os brasileiros têm muito que se orgulhar dos atos de bravura de três soldados mineiros. Geraldo Baêta da Cruz, então com 28 anos, natural de Entre Rios de Minas; Arlindo Lúcio da Silva, de 25, de São João del-Rei; e Geraldo Rodrigues de Souza, de 26, de Rio Preto, morreram como heróis em Montese, Itália, palco de uma das mais sangrentas batalhas do conflito com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Integrantes de uma patrulha, os três pracinhas mineiros se viram frente a frente com uma companhia alemã, composta de 100 homens. Receberam ordens para se render, mas continuaram em combate "até o último cartucho", como se diz na caserna. Metralhados em 14 de abril de 1945, receberam, em vez da vala comum, as honras especiais do exército alemão. Admirado com a coragem e resistência dos mineiros, o comandante mandou enterrá-los em cova rasa e pôs uma cruz e uma placa com a inscrição: Drei brasilianische helden, que em bom português significa "três heróis brasileiros". Acabada a guerra, eles foram trasladados para o cemitério de Pistóia, na Itália, e depois para o Monumento aos Pracinhas, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Cf <<http://www.gamevicio.com/i/noticias/104/104564-os-3-herois-brasileiros-na-segunda-guerra-mundial/index.html>>

⁶²³ Cf. GINZBURG, J. 2010

Poema dos que não aderem

Maria Theresa, eu vou de viagem,
 Estou de passagem
 p'ra longe d'aqui
 de toda essa gente ligeira que passa
 eu levo mais pressa
 do que qualquer um...⁶²⁴

Há duas chaves interpretativas fundamentais no poema acima: primeiro, o topos da imagem do viajante estrangeiro em trânsito, específico do gênero diário de viagem e o segundo, que decorre do primeiro, um efeito biográfico. O que nos parece é que, se o efeito biográfico é verificável, o poema contribui para a elaboração do perfil biográfico de João Guimarães Rosa no cenário da Segunda Guerra Mundial. Nessa perspectiva, a princípio, poder-se-ia falar na necessidade sentida por Rosa de mentalizar a provisoriedade de sua condição de brasileiro viajante por um “outro sertão”: a Alemanha nazi-fascista, ambiente pouco receptivo às reflexões de um intelectual do seu porte. No ambiente hostil em que se encontravam o escritor e aquela “gente ligeira”, a não militância às ideias filossemíticas, por exemplo, era um subterfúgio que garantia a própria sobrevivência. Nessas condições, essa mentalização é subjacente à pressa em voltar para o sertão de origem, espaço repleto de lugares que se fazem “velhos poemas naturais”⁶²⁵ e de uma gente sertaneja que sempre o faz delongar passagem, uma vez que lhe invoca tudo aquilo que é familiar. Nesse contexto, arregimentar os componentes do gênero diário para a prática de escrita cotidiana revela-se uma sensata alternativa, haja vista que o caráter de escrita privativa específica ao gênero diário confere ao autor a liberdade necessária para elaborar suas anotações sem comprometimentos ideológicos perigosos que uma escrita pública poderia gerar.

Compartilhando das interpretações de SBH, parece-nos que a lista elaborada por Rosa em sua caderneta *Relações com os outros* contém algumas das diretrizes que fundamentam o estilo minimalista da linguagem rosiana no *Diário Alemão*, sobretudo no que se refere à sua crítica sobre o encontro/desencontro/confronto entre alemães e judeus. Diante do horror da guerra e da condição de diplomata a serviço do governo brasileiro num país como a Alemanha, no período do nazi-facismo, a lista talvez seja uma justificativa para a neutralidade da expressão intelectual pública de João Guimarães Rosa, no contexto. Naturalmente, essa neutralidade não se dá, puramente, por questões referentes apenas ao

⁶²⁴ ROSA, *Diário Alemão*, s/d

⁶²⁵ ROSA, J.G. In: BEZERRA, Marily da Cunha e HEIDEMANN, Dieter. *Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!* In: *Estudos Avançados* vol. 20 n.º 58. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttex>. Acesso em 30.05.2008.

circuito intelectual, mas antes de tudo por prudência e instinto de sobrevivência. Acredita-se que a necessidade da elaboração de uma posição pública não anti-semita, ou não filsosemita, específica daqueles que “não aderem” se dá por três razões centrais: 1) sua condição de diplomata brasileiro, que exigia neutralidade em relação à perseguição semita praticada pelos alemães; 2) questões referentes ao governo brasileiro em si que já à época flertava de tão variadas formas com o governo alemão, desenvolvendo desde o governo de Getúlio Vargas (1933-1942) os primeiros componentes do “fascismo tupinambá”, monumentalmente demonstrado por Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*, cujo *modus operandi* de fazer desaparecer com intelectuais que aderem, foi largamente aplicado - lembre-se: Rosa permaneceu em Hamburgo de 1938-1942, quando, no Brasil Getúlio estava no poder – e 3) o caráter ideológico da Segunda Guerra Mundial, descrito abaixo por Hobsbawm (1995):

Na verdade, a política do Ocidente – da URSS às Américas, passando pela Europa – pode ser mais bem entendida não como uma disputa entre Estados, mas como uma guerra civil ideológica internacional. [...] As linhas divisórias cruciais nesta guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; do outro, seus adversários⁶²⁶.

O instinto de autopreservação subjacente a essa necessidade de não aderir parece ser o que justifica o fato de Rosa “calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência”⁶²⁷, no calor da hora, no período em que viveu em Hamburgo e atuou como diplomata.

Não obstante, se àquele momento era necessário fingir uma neutralidade intelectual sobre a questão semita, o que o leva a se distanciar das polêmicas com “movimentos expressivos”, hoje sabemos que o perfil biográfico do autor, seu *Diário Alemão*, suas narrativas que remetem à questão contrariam as regras da civilidade formuladas por ele próprio e nos legam suas “mui ligeiras mostras de emoção, surpresa, descontentamento”. Funcionando como espécie de antídoto (anti-hipocondríaco?) com que se reconforta/ nos reconforta, a fim de que não se roube/ não nos roube algo de si mesmo, da sua consciência e da sua visão humanista capaz de filtrar os conflitos humanos e oferecer ao mundo uma resposta criativa capaz de comprovar que as atitudes do homem racional não são suficientes para salvar a humanidade de si mesma. Esta visão humanista, filtrada para o que há de digno, verdadeiro, belo e nobre no ser humano, demonstra que o homem de cujo coração é capaz de

⁶²⁶ HOBSBAWN, 1995, p. 145-146

⁶²⁷ MACHADO DE ASSIS, 2006

brotar em virtudes como a justiça, a temperança e a compaixão, a exemplo de JGR, são também capazes de apresentar ao mundo soluções profícuas que alavancam a sociedade a patamares mais desejáveis de desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto⁶²⁸.

⁶²⁸ HOLANDA, 2006, p. 396.

*[...] Quando eu morrer,
que me enterrem na beira do chapadão
contente com minha terra
Cansado de tanta guerra
Crescido de coração [...]
[...] A cidade não mora mais em mim [...]
.... Oh, Manuel, Miguilim
Vamos embora*

A canção *Assentamento* de Chico Buarque funciona, certamente, como uma alegoria nacional e flagra o equívoco do prognóstico do pai de seu compositor Sérgio Buarque de Holanda topicalizado, no início dessa seção final, uma vez que nos remete a uma afirmação memorial de *Raízes do Brasil*, qual seja: “somos uns desterrados em nossa terra”. O título da canção traz a palavra-chave daquilo que restou a tantos brasileiros do processo de alijamento territorial impingido pela colonização europeia, desde a divisão do território em sesmarias e a fundação das grandes propriedades latifundiárias, por parte dos portugueses. Os assentamentos rurais, como se sabe, foram fundados por volta dos anos 80 e têm por objetivo pôr termo à deambulação e provisoriedade sugeridas pela canção, a que os excedentes populacionais foram sujeitados, por ocasião do êxodo rural. O inglório projeto de colonização, por parte deste excedente, das áreas devolutas em regiões remotas deu força motriz ao surgimento dos assentamentos rurais, lugares que consistem em espaços de resistência à improdutiva reforma agrária do país. A canção integra o álbum *Terra* de Chico Buarque, álbum que foi dedicado, nas palavras do próprio músico: “aos milhares de família de brasileiros Sem Terra que sobrevivem em acampamentos improvisados às margens das rodovias, lutando, na esperança de um dia conquistar um pedaço de terra para produzir”⁶²⁹.

A canção representa o sertanejo desterrado, castigado pelo desemprego, pelo subemprego, pela vulnerabilidade da vida nas periferias das grandes cidades, enfim, “cansado de tanta guerra” e que não tendo aprendido a viver sob o imperativo da individualidade dos grandes centros, congrega novamente os filhos dispersos: “Binho, Bel, Bia, Quim” para voltar ao universo agrário das comunidades de sangue, amizade e espírito. Para o desterrado, o assentamento figurará sempre como uma volta para casa, nostalgicamente retomada pela canção, sugerindo o sentimento inextinguível deste homem com o seu torrão natal. Afinal, mesmo no universo urbano é a combalida ética de fundo emotivo que articula os planos, os passos e o sentimento daquele para quem, contrariando a expectativa de Homi Bhabha, a

⁶²⁹ Música de Chico Buarque para os Sem Terra. Disponível em <http://musicapoesiabrasileira.blogspot.com.br/2008/06/msica-de-chico-buarque-para-os-sem.html>. Publicado em 28.07.2008. Acessado em 20.12.2016.

nação não preenche o vazio deixado pelo desenraizamento que fora não apenas territorial, mas um desenraizamento cultural, de comunidades e parentescos⁶³⁰. Logo, é para “ver o capim”, “ver o baobá”, “ver a campina quando flora” que se deseja voltar ao chapadão. Essa necessidade de “ver de novo”, como quem “olha bem” a paisagem que ficara para trás certifica e reintegra a posse do bem perdido, da terra, da cultura, do lar onde se possa viver e morrer em paz.

Não obstante, reintegrado ao seu local de cultura, este mesmo homem, com o passar do tempo, apresenta uma estranha dualidade, que pode ser inferida em outra canção de Chico Buarque: *Bancarrota Blues*:

*Sou feliz
E devo a Deus
Meu éden tropical
Orgulho dos meus pais
E dos filhos meus
Ninguém me tira nem por mal
Mas posso vender
Deixe algum sinal.*

De posse de suas terras - assentado, com a fazenda, o casarão, a imensa varanda, as plantações de toda sorte: jerimum, mamão, jacarandá, a água fresca, seu chão, seu céu, seu mar - este mesmo brasileiro ver-se-á às voltas com o tentação de alienar o bem que conquistara a tão duras penas, um desejo de capitalização específico da cultura da personalidade, já examinada por SBH, oposta às ideologias comunitárias dos grupos de luta camponesa, aos quais frequentara e tornara-se coparticipante. Essa tentação é recuperada na canção pelas repetidas variações dos versos “eu posso vender/quanto você dá?”.

Escutando *Bancarrota Blues* paralelamente a *Assentamento* parece-nos que a alegoria da nação encontrada nesta é a mesma encontrada naquela outra. Nessa perspectiva, de uma canção a outra, a dualidade que reside nos afetos daquele que - oriundo do universo agrário - é capaz de conjugar as forças de seus interesses para fazer valer - no universo público - os seus interesses e valores alimentados no universo privado, quem seja: o homem cordial.

Bancarrota Blues poderia então ser compreendida como a tematização da revenda dos lotes conquistados pelos integrantes dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra. Dez anos após chegar ao lote e conquistar a concessão de uso, os assentados recebem o título de propriedade sobre as terras e têm a possibilidade de negociar. Nessas circunstâncias

⁶³⁰ BHABHA, 2007, p. 199

vendem ou praticam sobre o lote conquistado o arrendamento total ou parcial, para a produção monocultora, desalojando novamente centenas de famílias que as ocupavam. Cem razões levam os assentados a essa prática: o assédio do agronegócio, a atração pela alta do preço das terras, o massacre pela dificuldade de elevar o nível de renda, o endividamento e/ou a pressão a que estão sujeitos, de mil formas, inclusive por filhos e cônjuge, como o demonstrou a matéria publicada pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 2014⁶³¹, no caso da Fazenda Primavera, de 3.676 hectares, em Andradina.

Ao que parece, a poética de Chico Buarque ilustra a perspicácia do pai para reconhecer as contradições em que é capaz de se enredar o malfadado homem cordial cujas raízes são demasiadamente profundas para se esgotarem na cultura brasileira, como prognosticara *Raízes do Brasil* e se revelam em diversas questões contemporâneas tais como essas que envolvem a problemática dos assentamentos rurais. Para qualquer lugar que se volte, o homem cordial se faz presente, em diversas faces.

São exemplos como esse, facilmente observáveis no cotidiano brasileiro, que motivaram o interesse em colocar este conceito como chave de interpretação para a análise do corpus escolhido para objeto de estudo neste trabalho, reconhecendo também em JGR uma perspicácia similar àquela de SBH para reconhecer os afetos em contradição específicos ao mito da cordialidade brasileira.

Nesse sentido, o objetivo fundamental deste trabalho foi o de analisar algumas narrativas rosianas à luz do conceito de homem cordial. Por esta razão, buscou-se na análise do corpus verificar em que medida esses textos ficcionais nos permitem deslindar, na constituição dos personagens, no tratamento ético e estético dado pelo escritor aos elementos factuais do sertão mineiro características diversas presentes no mito da cordialidade.

A escrita ficcional do autor foi de grande relevância para o desenvolvimento da argumentação, pois que através dela pudemos encontrar representações deste conceito em três nuances centrais, quais sejam: i) uma perspectiva idealizada pelo senso comum que tende a conceber o homem cordial como aquele tipo hospitaleiro e bom; ii) o homem movido pelas paixões diversas de seu coração, dando atenção àquelas paixões mais obscuras e iii) o homem cujas ações estão no limiar da vida pública e da vida privada.

⁶³¹ Essa fazenda, situada na região do estado de São Paulo, tornou-se, na década de 1980, símbolo nacional da Reforma Agrária, abrigando 346 famílias. À época da reportagem, estudos demonstravam que 70% dos lotes da unidade rural já haviam sido vendidos “às três usinas de cana-de-açúcar que operam na região e disputam palmo a palmo novas áreas de plantio”.

ARRUDA, Roldão; TOMAZELA, José Maria. Assentados vendem terras ao agronegócio. Jornal O Estado de São Paulo: Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,assentados-vendem-terra-ao-agronegocio-imp-,1133459>. Publicado em 23.02.2014. Acessado em 20.12.2016.

Por conter substâncias suficientes para (re) elaborar todas essas nuances do conceito foi que atribuímos o qualificativo de poética da cordialidade às narrativas rosianas. Afinal, essas narrativas nos permitem uma maior clareza sobre as discussões realizadas por SBH uma vez que elas permitem ilustrar e iluminar, ponto a ponto, o pensamento do autor de *Raízes do Brasil*, num movimento análogo àquele sugerido por Rosenfield (2011) de “conhecer poeticamente”, isto é, por via do *corpus poético*, as raízes da discussão sociológica brasileira e um dos mitos fundamentais que marcam a biografia desta nação. Logo, as narrativas permitem pôr em evidência aspectos pouco explorados que o conceito de homem cordial é capaz de suscitar contribuindo para realçar o alcance interpretativo da discussão proposta por SBH.

Nesta perspectiva, o terreno da ficcionalidade se tornou profícuo para o tratamento da narrativa mítica acerca do homem cordial, haja vista que os personagens rosianos tornam-se as “figuras plausíveis de seriedade, da sinceridade” de que nos fala Rosenfield (2011). Tais figuras, uma vez que são criadas ficcionalmente - “não esqueçamos que a seriedade afetiva é em grande parte produto da invenção literária”⁶³² -, tornam possível fazer (res)surgir, a figura do homem cordial com suas inúmeras faces.

O estudo da seção “Jardins e Riachinhos” da coletânea *Ave, palavra* permitiu verificar que o homem cordial bem pode ser aquele indivíduo absolutamente vinculado ao universo agrário do qual é originário, bem pode apresentar uma bondade natural na convivência social, bem pode apresentar uma visão absolutamente voltada a contemplar o que há de paradisíaco em viver sob o sol do Novo Mundo, sua natureza exuberante, sua atmosfera perene e seu sol vivificador, apresentando o que há de mais benéfico na sonhada “ética de fundo emotivo” no trato com o Outro e com ao ambiente natural. Verificou-se que essa positividade da “ética de fundo emotivo” encontrada nos personagens e narradores de “Jardins e Riachinho” é filtrada pela visão daquele que não apenas é oriundo do sertão mineiro, como também possui para esta paisagem natural e cultural uma visão humanista diante das formas de vida que se desenvolvem nesse espaço.

Demonstrou-se como essa visão filtrada é inalcançável, por exemplo, para um viajante estrangeiro como o inglês James Wells. Para quem a estadia em Minas Gerais lhe rendeu uma “safra razoável de pesadelos” e um discurso repleto de tudo aquilo que lhe faltou de europeu após sair do Rio de Janeiro e ingressar nos sertões de Minas Gerais. Percebe-se que a leitura de diários de viajantes pelo autor JGR foi fundamental para o desenvolvimento

⁶³² ROSENFELD, 2011, p. 24

de sua narrativa que se “deleita nas faltas” sentidas pelos viajantes e é capaz de interrogar o discurso pré-concebido presentes nos diários por eles escritos para oferecer através de sua narrativa uma resposta criativa que confere novos valores e um tratamento ético e estético que faltou ao olhar estrangeiro. Este tratamento é verificável mesmo na abordagem de uma temática que se tornou assunto de preocupação nacional como é o caso da narrativa sobre a epidemia de malária no vale do São Francisco. Notou-se que, se para o viajante estrangeiro a epidemia poderia assumir um controle satisfatório, não fosse a indolência do povo ribeirinho, a narrativa “Sarapalha” representa em uma perspectiva humanizadora o sofrimento da população com a epidemia, bem como a entrega desta população à sua própria sorte e à rede de solidariedade entre aqueles que sequer tinham como escapar do acometimento da doença e ainda registra a ruína de um povoado do interior em virtude da superposição das forças naturais sobre a frágil estrutura social e urbana ali organizadas, recolocando a questão que se fizera Riobaldo: “Cidade acaba com o sertão. Acaba?”. “Sarapalha” permitiu verificar que não apenas não acaba, como é o contrário o que se pode dar. Isto é, o sertão, lugar “onde Deus mesmo se vier que venha armado” é capaz de acabar com as perspectivas de fundação da vida cidadina em virtude da carência de assistência governamental, que torna impossível fazer chegar o mínimo de assistência capaz de garantir a vida àqueles que ali se instauram.

Se por um lado, “Sarapalha” representa a estagnação de um arraial, “Uma estória de amor” permitiu verificar a validade da tese de SBH (2006) acerca da fundação do espaço urbano sobre as bases agrícolas. Bem como, permitiu demonstrar como essas bases da vida rural assentadas sobre o patriarcalismo, o coronelismo e os valores da vida privada se estendem para a esfera pública e determinam a organização social. Nessa narrativa, a cordialidade se revela no *modus operandi* da transição do espaço agrário para o espaço social que tende a se urbanizar. Manuelzão, ao idealizar a fundação de uma capela nos rincões da Samarra funda este espaço de transição e conjuga seus interesses pessoais de projeção pessoal e construção patrimonial com seus interesses de tornar-se líder comunitário com alguma projeção política que o fizesse reconhecido e respeitado naquele lugar.

Da mesma forma, o romance *Grande Sertão: veredas* e as narrativas curtas: “Famigerado”, “Os irmãos Dagobé”, “A hora e a vez de Augusto Matraga”, “Dão-Lalalão (O devente)”, todos analisados no Capítulo III, contribuíram para demonstrar a representação da impossibilidade de fundar no espaço do sertão um ambiente plenamente urbano, moderno, democrático e justo ilustrando caso a caso a tese de SBH (2006). Nessas narrativas uma questão fulcral se apresenta: a crítica ao sistema patriarcal em que líderes locais, mesmo oriundos da subalternidade, intentam ingressar no sistema de dominação econômico e social,

defendendo valores desse sistema, sobretudo o seu discurso moralizador, como preço pago para a ele pertencer e conquistar o seu local em grupos hierárquicos, como se evidenciou mais demoradamente no caso de Soropita, personagem da narrativa “Dão-Lalalão (O devente), demonstrando-se como a tentativa do personagem em figurar como chefe local parece demandar de sua parte uma organização familiar baseada na moralidade patriarcal quase impossível de ser conquistada em virtude das condições de subalternidade das quais provém ele e sua mulher Doralda.

Em todas as narrativas abordadas no Capítulo III, é possível ainda notar que o poder arbitrariamente organizado nos rincões do sertão rosiano, isto é, às margens da Lei, dá o tom da configuração política na fundação e desenvolvimento do Estado no espaço urbano. Na falta de um estado forte que seja capaz de reger a organização do interior do país, estabeleceu-se ora o poder do líder local, que o exerce arbitrariamente, garantindo seus privilégios classistas, na perpetuação da estrutura oligárquica e agrária, ora organizações paralelas como os bandos de jagunços que revelam a incompatibilidade do sertanejo com a noção de estado, a sua dificuldade em adaptar-se satisfatoriamente às normas sociais e a indisponibilidade para deslocar o centro de decisões de contato pessoal para instâncias públicas, uma vez que desconsideram os valores da justiça instituída oficialmente e as leis estatais e resolvem os conflitos interpessoais baseados em um código de honra apócrifo e ilegítimo.

No universo urbano fundado *a posteriori* observar-se-á a transposição dessas mesmas dificuldades para as estruturas organizacionais da República Democrática, que configura ainda hoje, ao seu bel prazer, a política nacional. Destituindo do poder aqueles que são legitimamente investidos, estabelecendo no poder, por força das convicções e do discurso dominante das elites, aqueles que não possuem a legitimidade social para governar o país. Excluindo as minorias da cena pública, pelo banimento, pelo ultraje e pela desonra cumprindo o *modus operandi* do patriarcado baseado na política do “para que sirva de exemplo” assim como no caso do preto Iládio de “Dão-Lalalão” ou mesmo patenteando o abuso de poder daquele que o exerce oficialmente como no caso do linchamento público executado contra Matraga pelo Major Consilva.

Dessa forma, as narrativas abordadas no Capítulo III representam a ancestralidade da legitimação do poder ilegítimo nesse país, revelando o aspecto de naturalidade em que isso sempre ocorreu no Brasil, como se sobre a instauração de forças contrárias ao Estado e às leis não pudesse pairar nenhuma dúvida ou estranhamento. Nota-se como essa legitimação sempre se fez de forma cordial seja pela política dos conchavos da elite, pelos jeitinhos brasileiros seja pelo uso da força daqueles que não possuem a razão.

No Capítulo IV, por sua vez, atentou-se para as narrativas de cunho autoficcional como “O homem, intentada viagem”, “A velha”, “A senhora dos segredos” e “Dois soldadinhos mineiros” da coletânea *Ave, palavra* e algumas passagens do “Diário Alemão” escrito por João Guimarães Rosa, que permitem verificar, através da postura assumida pelo narrador, a necessidade de adotar atitudes racionais frente a questões polêmicas que demandam a articulação de estratégias de sobrevivência e o domínio das paixões humanas em circunstâncias críticas como o posicionamento do narrador diante do recurso de judeus perseguidos na Segunda Guerra Mundial. Essas narrativas permitiram colocar à mostra a representação da linha tênue que há entre esferas pública e privada, tal qual propôs SBH (2006).

A caderneta de anotações de JGR intitulada “Relações com os outros” permitiu que se chegasse à conclusão de que a reflexão desenvolvida por JGR acerca do conceito de cordialidade, rascunhada na primeira página da caderneta, estende-se às demais páginas desse documento uma vez que entradas como as analisadas aqui neste trabalho, entre as quais, a mais significativa foi a lista “Relações exteriores”, permitem recuperar a questão que paira sobre a leitura de *Raízes do Brasil*, qual seja: como passar da cordialidade à civilidade? Resgatada por meio das sugestões de interpretação que essa caderneta oferece e imergindo no universo das narrativas rosianas encontramos então uma resposta: é sim possível passar da cordialidade à civilidade, por mediação dos afetos. Não todos os afetos, mas um conjunto deles. Tais como a amizade, exemplificada por Diadorim e Riobaldo, condição *sine qua non*, conforme Aristóteles, para a fundação de uma comunidade política, a compaixão, a solidariedade e a tolerância assim como aquelas que se percebem em “A velha”, “A senhora dos Segredos”, “Dois soldadinhos mineiros”, “O homem, intentada viagem”. Demonstra-se como o corpus escolhido retrabalha essa questão biográfica do autor e oferece uma chave para a interpretação para questão da cordialidade tal qual a tematizou SBH insinuando que se as bases de uma nação cordial não permitem a entrada para a modernidade, não é possível também sair dos conflitos modernos, tal qual a perseguição nazista, sem que o homem se pautar também por uma ética de fundo emotivo, dominando as paixões geradoras da intemperança e agindo conforme aquelas paixões geradoras do bem, da justiça e da compaixão, tal qual o fez JGR em seu exercício da diplomacia.

Dessa forma, procurou-se demonstrar como o mito da cordialidade brasileira é subjacente à matéria da qual Rosa se utiliza para a composição de suas narrativas. Retrabalhando o conteúdo sociológico e histórico também contemplado por SBH em seu ensaio, coincidentemente ou não, as narrativas rosianas dialogam com o pensamento

sociológico elaborado no Brasil e permitem demonstrar várias nuances do mito elaborado em torno da figura do homem cordial, uma vez que as narrativas demonstram a dificuldade dos personagens em passar da esfera privada e familiar à esfera pública e impessoal, ao mesmo tempo em que põem em evidência a “ética de fundo emotivo” peculiar ao homem cordial, própria àquele que mesmo sendo hospitaleiro é capaz de matar a queima roupa, mesmo sendo bom transfigura-se em feroz sanguinário, e mesmo em instâncias públicas é capaz de valer-se de uma ética de fundo emotiva específica de um espaço privado para fazer valer suas convicções, o que nos leva a perceber que a escrita rosiana, não sem razão aqui compreendida como uma poética da cordialidade é capaz de oferecer-nos uma sùmula da essência da natureza do homem cordial, um homem sempre demasiadamente humano, por força de suas emoções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia de João Guimarães Rosa:

ROSA, João Guimarães. *Caderno de João Guimarães Rosa, n.º 3*. Fundo Henriqueta Lisboa. Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. B869.33 R788C V.3. 06\CELHL

_____. *Diário alemão*. Fundo Henriqueta Lisboa. Acervo de Escritores Mineiros da UFMG.

_____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1-2.

_____. *Relações com os outros*. Fundo Henriqueta Lisboa. Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. B869.33r788C v.5. 06\CELHL

_____. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

_____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2009, vol II

6.2 – Bibliografia específica sobre Guimarães Rosa.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão, 1987.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismos. In: *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. Org. ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Boitempo editorial: São Paulo, 2004, p. 9-20

BEZERRA, Marily da Cunha e HEIDEMANN, Dieter. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta! In: *Estudos Avançados* vol. 20 n.º 58. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttext. Acesso em 30.05.2008.

BOLLE, WILLI. O Brasil jagunço: retórica e poética. *Revista do IEB*, n.º 44, p. 141-158, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34566>. Acessado em 22.10.2015

BORGES, Telma. *A função do mito e da alquimia n'O recado do morro'*, Guimarães Rosa. In: III Seminário Internacional Guimarães Rosa, 2007, Belo Horizonte. Veredas de Rosa III. Belo Horizonte : PUC Minas, CESPUC, 2007. v. 1. p. 759-765.

CÂNDIDO, 1991, De cortiço a cortiço. *Novos Estudos*: CEBRAP, nº 30, jul. 1991, p. 111-129, p. 115-116

COSTA, Ana Luiza Martins. Veredas de Viator. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2006, p. 10-58.

COUTINHO, Eduardo F (Org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1983.

MARTINS COSTA, A. L. “Via e viagens: a elaboração de Corpo de baile e GSV”. In. *Cadernos de Literatura Brasileira*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n.º 20 e 21, 2006.

FANTINI, Marli (Org.). *A poética migrante de Guimarães Rosa*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. v. 1. 448 p.

___ ; DUARTE, C. L. (Org.) ; ÁVILA, Myriam de Araújo (Org.) . *O eixo e a roda*: Revista de Literatura Brasileira (Especial Guimarães Rosa). 12. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. v. 1.

___ . *Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens*. São Paulo: SENAC; Ateliê Editorial, 2004.

FIQUEIREDO, L.F.A, João Guimarães Rosa e suas aves: ele era um observador de aves? Revista: *Atualidades ornitológicas*. On-line n.º 153. Janeiro/Fevereiro 2010. Disponível em http://www.ao.com.br/download/ao153_33.pdf. Acessado em 01.02.2016.

FORTUNA, Felipe. Guimarães Rosa, viajante. In.: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Mínima Mímica*: ensaios sobre Guimarães Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

___ . Os patamares da fabulação. In: *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 32, Maio. 2006. Edição especial Guimarães Rosa, 50º Grande Sertão: veredas.

___ . *As formas do Falso. Um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão*: Veredas. São Paulo, Perspectiva, 1972

GINZBURG, Jaime. Notas sobre o “Diário de guerra” de João Guimarães Rosa”. In: *Revista Aletria*, maio-agosto, n.º 2, v. 20, 2010.

_____. *Guimarães Rosa e o terror total*. In: Elcio Cornelsen; Tom Burns. (Org.). *Literatura e Guerra*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 17-27.

LEITE, I.B. *Antropologia da viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, J.R.T. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa. Séc. XV-XVII. *Revista USP*, São Paulo, n.º 30, 1999⁶. Dossiê Brasil dos Viajantes.

LORENZ, Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1. p. 27-61.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. Grafias de coisas, grafias de vidas. In: SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo Martiniano; *Modernidades Alternativas na América Latina*. Editora UFMG, 2009, p. 327-350.

MENEZES, Roniere Silva. *O traço, a letra e a bossa: arte e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius*. BH, 2008 (Tese de Doutorado).

OTTE, Georg. O ‘diário alemão’ de João Guimarães Rosa. In.: DUARTE, Lélia Parreira Duarte. *Veredas de Rosa II*. Seminário Internacional Guimarães Rosa. Belo Horizonte: PUC Minas, CESPUC, 2003. p. 285-290.

PEIXOTO, N.B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A. *O olhar*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Dom Riobaldo do Urucuaia, Cavaleiro dos Campos Gerais. In: _____. *Trilhas do Grande Sertão*. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 13-29.

REIS, Diogo. *As aves do Grande Sertão: veredas*. Disponível em: <http://relendorosa.blogspot.com.br/2010/12/os-passaro-de-gumaraes-rosa.html>. Acessado em 01.02.2016

ROSENBAUM, Yudith. *A batalha final: Riobaldo na encruzilhada dos fantasmas*. 2007, p. 109-117. Disponível em www.revistas.usp.br/ls/article/download/23615/25651. Acessado em 22/10/2015.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. O “Estrangeiro interno” de João Guimarães Rosa. In: HOLANDA, S.A. de O. (Org.). *Imagens, arquivo e ficção em Guimarães Rosa*. Curitiba: CRV, 2011.

_____. *Desenveredando Rosa: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

____. Reflexões em torno do Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. FANTINI, Marli, (Org.) ; DUARTE, C. L. (Org.) ; ÁVILA, Myriam de Araújo (Org.) . *O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira (Especial Guimarães Rosa)*. 12. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. v. 1, p. 85-91.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. In: *Alea*. v.11. n.1. Janeiro-junho, 2009 p. 130-147. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2009000100011&script=sci_arttext - 81k -. Acessado em 20.05.2010.

____. Testemunho da shoah e literatura. 2010. In: *WebLog Texsituras*. Disponível em: <http://texasituras.files.wordpress.com/2010/03/testemunho-da-shoah-e-literatura-seligmann-silva.pdf>. Acessado em 29.12.2012

SOETHE, Paulo Astor. A imagem da Alemanha em Guimarães Rosa como retrato auto-irônico. *Scripta*, Belo Horizonte, v.9, n. 17, p. 278-301, 2.sem. 2005.

SOUZA, Eneida Maria de. A biografia, um bem de arquivo. In: *Alea*, volume 10, número 1, janeiro-junho 2008, p. 121-129.

____. Crítica genética e crítica biográfica. *Patrimônio e Memória* ISSN – 1808-1967 UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4,n. 2, p. 1-10, junho de 2009.

____. *Janelas Indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

____. Um escritor em tempos sombrios. In: *Imagens, arquivo e ficção em Guimarães Rosa*. HOLANDA, Sílvia Augusto de Oliveira. (Org.). Editora CRV: Curitiba, 2011, p. 11-19.

UTÉZA, Francis. *Certo Sertão: estórias*. Disponível em http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta10/Conteudo/N10_Parte01_art09.pdf. Acessado em 29.09.2015

VASCONCELOS, S. G. de. Homens provisórios: coronelismo e jagunçagem em Grande Sertão: Veredas. *Scripta*. Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 321-333, 1º sem. 2002, p. 323. Grifo da autora

6.2 Bibliografia Geral

AGOSTINHO, Santo. *O livre-arbítrio*. Tradução, organização, introdução e notas OLIVEIRA, Nair de Assis. São Paulo: Paulus, 19995

ALKMIN, Gustavo Tadeu. *O homem cordial e o homem traduzido: a modernidade na cena pós-moderna*, RIO, 2008. (Dissertação de mestrado)

ALONSO, Cecília Laura. *Reflexo brasileiro em olhos mexicanos: O Brasil em Monterrey*, correo literario de Alfonso Reyes. Dissertação de Mestrado: UFF, Niterói, 2006, 102 f.

AMARANTE, Dirce do. *Literatura nonsense: um gênero para crianças, mas só para crianças?* Disponível em: http://www.culturainfancia.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&catid=43:literatura&id=348:literatura-nonsense-um-genero-para-criancas-mas-so-para-criancas&Itemid=70. Acessado em 06.01.2015.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco & Poética*. Org. PESSANHA, J. A. M. Tradução: VALLANDRO, Leonel e BORNHEIM, Ger. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Retórica*. Tradução e notas de JÚNIOR, Manuel Alexandre e ALBERTO, Paulo Farmhouse; PENA, Abel do Nascimento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. *Retórica das paixões*. Tradução, introdução e notas de Ísis Borges Belchior da Fonseca. Prefácio de Michel Meyer. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 124 p.

AVILA, M. C. A. *O retrato na rua - memórias e modernidade na cidade planejada*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. v. 1. 230 p.

_____. *Rima e Solução: a poesia nonsense de Lewis Carrol e Edward Lear*. São Paulo: Annablume, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. impressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da Criação Verbal*. Trad. BEZERRA, Paulo, 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de VIEIRA, Yara Frateschi. Brasília: UnB, 2008

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BENZAQUEM, Ricardo. *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga, Incivilidade Gourmet. <http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-incivilidade-gourmet-4758.html>. Publicado em 01/06/2015. Acessado Em 29.07.2015

BIBLIA. N.T. Marcos. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002, p.1769.

BRANT, Ana Clara. Movimento apoia censura de biografias publicadas no Brasil. *Jornal Estado de Minas*. Disponível em: http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2013/10/10/noticia_arte_e_livros,147251/movimento-apoia-censura-de-biografias-publicadas-no-brasil.shtml. Publicado em 10.10.2013. Acessado em 30.01.2016.

BORGES, J.L; O rouxinol de Keats. In: *Outras inquisições*. Disponível em http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/ruisenor_borges.pdf. Acessado em 01.02.2016

CÂNDICO, Antônio. Iniciação à literatura Brasileira: resumo para principiantes, Humanitas publicações: SP, 1999, p. 37

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (Do etnólogo). In; *O olhar*. Org. Adauto Novaes. São Paulo. Companhia das letras, 2003, p. 347-360.

CASTELLS, Manuel. *Brasileiro simpático, só no samba*. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/05/22/a-crenca-do-homem-cordial/>. Publicado em 22.05.2015. Acessado em 29.07.2015

CORRÊA, Mariza, Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo (37), p. 5-16, Maio, 1981.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos – Arquivos Pessoais*, Rio de Janeiro, FGV, v. 11. n. 21, p. 189-197, 1998.

COUTO, Ribeiro. “Carta a Alfonso Reyes”. *Revista do Brasil* – Ano 33 – nº 6 – 1987, p. 30-31.

DAIBERT, Arlindo. *Caderno de Escritos*. Org. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v.12, n.1, p. 145-159, 2006, p. 148

DE PAULA, JOSÉ ANTÔNIO. In: ESCHWEGE *Brasil, novo mundo*. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1996, v., p. 17.

ESCHWEGE, W. L. VON. *Brasil, novo mundo*. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: centro de Estudos Históricos e Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1996, v.1.

_____. *Brasil, novo mundo*. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2000, v.2

FALCÃO, M. Por maioria STF decide pela liberação de biografias não autorizadas. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1640353-por->

maioria-stf-decide-pela-liberacao-de-biografias-nao-autorizadas.shtml. Publicado em 16.06.2015. Acessado em 30.01.2016.

FLORES, L.; ROSENFELD, K. H.; BERNARDES, J. Apresentação. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria: Ética e Cordialidade* Número 32 - Janeiro / Junho de 2006, 9-11. Disponível em <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras32.html>. Acessado em 20.03.2011.

FUX, Jacques. João Guimarães Rosa, um filosemita? A questão judaica, as cartas e o testemunho de Israel Klabin. Disponível em: www://http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/.../070108.pdf. Acessado em 29.12.2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1989 (1933)

IANNI, 2002, p. 180 IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, 2002, p. 176-187

HOBBSAWN. Éric. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. SANTARRITA, Marcos. São Paulo: Schwarcz, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

KEATS, John. *Ode a um rouxinol*. Tradução: Augusto de Campos .Vialinguagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 142-149)

LAMOUNIER, Bolívar. Sérgio Buarque e os “grilhões do passado”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Org. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de; SCHWARCZ, Lília Moritz, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 275-292.

MACHADO DE ASSIS, J. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte digital: Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. 2006. Disponível em <http://www.bn.br>. Acessado em 30.04.2007.

MALERBA, Jurandir. Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n.25, p.9-20, jul.dez.2012, p. 13

MARSHALL, Francisco. A poética da cordialidade. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria: Ética e Cordialidade* Número 32 - Janeiro / Junho de 2006, p. 181-188. Disponível em <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras32.html>. Acessado em 20.03.2011.

DIAS, Natally Vieira. Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a embaixada mexicana no Brasil (1930-1936). Publicado em *Temporalidades*: revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, Vol. 5, n.1, Jan/Abr -2013. Disponível em www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/09p97.pdf. Acessado em 29/10/2015

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e Cordialidade*: o público e o privado na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

ROSSI, Clovis. *Não éramos cordiais?* <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/151983-nao-eramos-cordiais.shtml>. Artigo publicado em 13 de fevereiro de 2014. Acessado em 29.07.2015

SANTIAGO, S. Meditação sobre o ofício de criar. *Revista Aletria*. V. 18, Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 173-179.

_____. Apesar de dependente, universal. In: *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.13-24.

SALES, Benes Alencar. *A moral cartesiana em As paixões da Alma*. (Tese de Doutorado), 2010.

SARTI, Cynthia A. Família Patriarcal entre os pobres urbanos? *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, nº 82, p. 37-41, agosto, 1992.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. Medos privados em lugares públicos. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1365607-medos-privados-em-lugares-publicos.shtml>. Publicado em 03.11.2013. Acessado em 29.07.2015

_____. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994, p. 137-152. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652>. Acessado em 04/11/2015.

_____; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____; STARLING, Heloísa Murgel. “Medos privados em lugares públicos”, publicado também na *Folha de São Paulo* em 03/11/2013. Acessado em 15/05/2015.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. (Org.s). *Arquivos Literários*. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. O homem cordial é um mito construído pela elite. *GGN: o jornal de todos os brasis*. Publicado em 23.11.2015. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/homem-cordial-e-um-mito-construido-pela-elite-jesse-souza>. Acessado em 15.10.2016.

_____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* TraD. Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C.F. P.Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, v. 1-3.

SÜSSENKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TOFALINI, Luzia Aparecida Berloff. A arte de dizer e silenciar: dialética-gênese da prosa poética. In: *Letra magma: revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa. Linguística e Literatura*. Ano 3. n.º 5- 2º semestre de 2006. Disponível em www.letramagna.com/dialetica.pd

WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Org. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de; SCHWARCZ, Lília Moritz, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 335-364.

WELLS, J. W. *Três mil milhas através do Brasil*. Trad. de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2.v. 1995.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D263/biografia>
<http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=80093>
<http://www.fernandoschuler.com.br/artigos/detalhe.php?id=173&tipo=2>
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/literatura/ribeiro_couto/bibliografia.htm
<http://meninodoquarto.blogspot.com.br/2007/07/pistia-cemitorio-militar-brasileiro-eles.html>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Apeninos>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Monte_Castello
http://pt.wikipedia.org/wiki/Cemite%C3%A9rio_de_Pistoia
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pistoia>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Porretta_Terme
http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao especial/sub3.shtml
http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao especial/sub3.shtml
<http://www.gamevicio.com/i/noticias/104/104564-os-3-herois-brasileiros-na-segunda-guerra-mundial/index.html>

<http://www.gamevicio.com/i/noticias/104/104564-os-3-herois-brasileiros-na-segunda-guerra-mundial/index.html>
<http://www.pitoresco.com/historia/republ211.htm>
http://www.releituras.com/guimaraosa_bio.asp
http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_de_Couto
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttext.](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttext)
<http://www.fernandoschuler.com.br/artigos/detalhe.php?id=173&tipo=2>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Noite_dos_cristais
http://fr.wikipedia.org/wiki/Alain_Gerbault
[www://http:linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/.../070108.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/.../070108.pdf)
[www://http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttext.](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000300002&script=sci_arttext)
Fonte: <http://www.correioims.com.br/carta/origem-do-conceito-de-homem-cordial/>

ANEXO

México, D.F., 6 de marzo de 1952

Mi querido Ruy,

Gracias por su carta del 25 de febrero. Me felicito del ascenso de la Legación a Embajada y de que sigue usted con nuevos ánimos para sus tareas literarias. Le envió un retrato de hace pocos años, pero que espero le agrade, y le envió también unos sonetos humanístico-burlescos, *Homero en Cuernavaca*. Pronto le mandaré su carta sobre el Hombre Cordial y su traducción de mi “Fuga de Navidad”. He conservado esas páginas como oro en paño. Contribuyen a cubrir “ese hiato que divide nuestras dos culturas”, y de que fue para mí una triste manifestación el silencio absoluto que acogió en el Brasil mi librito de poemas *Romances del Río de Enero*, todo él consagrado a Río y escrito con el corazón y con la cabeza. Tal vez lo reedite yo en estos días, pues la primera edición de 300 ejemplares, hecho en Maastricht por Stols, se agotó pronto y realmente no llegó al público.

Espero *Entre mar e rio*[1] com vivísimo interés. Y le mando un fraternal abrazo.

Alfonso Reyes

Marselha, 7 de março de 1931

El hombre cordial, producto americano

“O verdadeiro americanismo repele a ideia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico; de modo que o homem ibérico puro seria um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro (incultura, desconhecimento da marcha do espírito humano em outras idades e outros continentes). É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o ‘sentido americano’ (latino), a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem Cordial. Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catástrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas, e em toda a vastidão generosa daquela terra, a Família dos Homens Cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o Homem Cordial. (Atitude oposta do europeu: a suspicácia e o egoísmo do lar fechado a quem passa). (Como é bom, nos *pueblos* e aldeias da nossa América, no seu México como no meu Brasil, mandar entrar o caixeiro-viajante francês que vende peças de linho, ou o engenheiro alemão que está estudando a geologia local, e convidá-lo para almoçar! A gente grita logo lá para dentro: – Ó fulana, manda matar uma galinha!)...

O fato, porém, é que se não somos latinos, nós, oriundos da aventura peninsular celtibérica em terras americanas (alimentada pelas redes nupciais de índias bravias e pela sensualidade dócil de negras fáceis), se não somos latinos, somos *qualquer coisa* de muito diferente pelo espírito e pelo senso da vida cotidiana. Somos povos que gostam de conversar, de fumar parados, de ouvir viola, de cantar modinhas, de amar com pudor, de convidar o estrangeiro a entrar para tomar café, de exclamar para o luar em noites claras, à janela: – Mas que luar magnífico! Essa atitude de disponibilidade sentimental é toda nossa, é ibero-americana...

Observável nos nadas, nas pequeninas insignificâncias da vida de todos os dias, ela toma vulto aos olhos do crítico, pois são índices dessa Civilização Cordial que eu considero a contribuição da América Latina ao mundo.”

Ribeiro Couto

Arquivo Ribeiro Couto / Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa; Capilla Alfonsina-INBA y Alicia Reyes Mota heredera de Alfonso Reyes.

[1] N.S.: Coletânea de poemas de Ribeiro Couto publicada em Lisboa, em 1952.

Fonte: <http://www.correioims.com.br/carta/origem-do-conceito-de-homem-cordial>